

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>PARTE I: Enquadramento Teórico e Metodológico</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I: Tradição e Modernidade</b> .....	<b>10</b>
1. Tradição africana .....	16
2. Modernidade .....	23
3. Urbanização e Urbanidade .....	29
4. Transições e Mestiçagens .....	33
<b>CAPÍTULO II: Trabalho Assalariado</b> .....	<b>38</b>
1. Perspectivas económicas .....	39
2. Perspectivas antropológicas .....	46
2.1. Antropologia, Empresas, Trabalhadores e Empresários.....	52
3. Trabalho em África.....	61
4. Formal e informal .....	81
<b>CAPÍTULO III: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução</b> .....	<b>93</b>
1. Estratégias e Família .....	104
2. Dispersão de actividades económicas .....	117
3. Redes de solidariedade e individualização .....	121
<b>CAPÍTULO IV: Metodologia</b> .....	<b>130</b>
1. Perspectiva e metodologia alargadas .....	130
2. Métodos e fontes de informação.....	134
3. Trabalho de terreno .....	139
4. Limitações do trabalho de terreno e estratégias de controlo .....	151
<b>PARTE II: Trabalho e Família em Luanda</b> .....	<b>157</b>
<b>CAPÍTULO I: Crescimento Urbano e Transformações Económicas</b> ....	<b>157</b>
1. Crescimento da cidade e da população .....	159
2. Implicações socioeconómicas do crescimento .....	184
<b>CAPÍTULO II: Transformações Sociais em Luanda</b> .....	<b>196</b>
1. Recomposição Social .....	197
2. Modernidade e urbanidade .....	208
<b>CAPÍTULO III: Estratégias de Famílias em Luanda</b> .....	<b>230</b>
Caracterização dos bairros .....	233
1. Famílias em Luanda .....	240
2. Estratégias económicas.....	255
3. Solidariedades .....	274
<b>CAPÍTULO IV: Trabalho Assalariado em Luanda</b> .....	<b>279</b>
Caracterização das empresas .....	291
1. Rendimentos fixos e seguros.....	304
2. Rendimentos complementares .....	319
3. Valorização do trabalho assalariado .....	328
<b>CAPÍTULO V: O Trabalho Assalariado e as Estratégias das Famílias</b> ..	<b>338</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>349</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>355</b>
<b>ANEXOS</b>	

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O trabalho assalariado em Angola é, de uma forma geral, uma realidade que historicamente encontra correspondência com o período da colonização portuguesa, prolongando-se até à actualidade. Ao longo deste período abrangente, registam-se diferenças significativas no que diz respeito às relações laborais, sendo possível identificar fases predominantemente escravagistas, fases em que predomina o trabalho forçado, fases em que é tendencialmente predominante o assalariamento, fases em que, embora o assalariamento seja a relação laboral primordialmente considerada ao nível macroeconómico, ele é ultrapassado e sobreposto por múltiplas e variadas formas de desempenho e desenvolvimento das actividades económicas.

Durante quatro séculos, o tráfico de escravos constituiu a actividade económica do estado colonial e quase até ao final do século XIX a presença portuguesa, que praticamente se limitou à permanência em alguns pontos do litoral<sup>2</sup>, tornou nestes locais mais acentuado o predomínio das relações laborais “desiguais”. Com a implantação do sistema colonial, diversos mecanismos são impostos no sentido de garantir o seu próprio desenvolvimento como a apropriação de terras, a implantação de um sistema de recrutamento da força de trabalho que evolui do sistema de trabalho forçado para outros mais formais (no sentido da opção pela assimilação e integração que entretanto não se revelaram significativas), a imposição de culturas obrigatórias, a introdução de impostos generalizados à população, o desmembramento das redes comerciais locais (RELA, 1992:27-28). No global, estes mecanismos impulsionaram a transformação das estruturas sociais e económicas que constituem a base das relações de trabalho.

---

<sup>1</sup> As fotografias e mapas contidos neste estudo foram gentilmente cedidos pela Arq. Cristina Salvador, a quem muito agradeço. Ao longo do texto, a referência às empresas onde decorreu o estudo são abreviadas, existindo a referência completa sobre cada uma delas no capítulo IV da Parte II. As entrevistas a famílias e a trabalhadores são igualmente abreviadas com siglas: no caso das famílias a sigla contém a referência ao bairro (11N: 11 de Novembro; BE: Boa Esperança; RP: Rocha Pinto).

<sup>2</sup> Entre os quais Luanda e Benguela seriam os únicos significativos (RELA, 1992:23).

Nos últimos anos do período colonial a economia dava mostras de um crescimento muito elevado em simultâneo com o desenvolvimento da luta armada, o que pressionou a concretização de algumas medidas passíveis de melhorar o nível de vida da população<sup>3</sup> que por sua vez imprimiram um carácter diferente ao tipo de relações laborais até aí predominantes. É nesta fase que se acentua o carácter “assalariado” (no sentido clássico) das relações de trabalho e é durante estes anos que é possível considerar que este tipo de lógica e prática adquire contornos tendencialmente predominantes, em especial nos meios urbanos e particularmente na capital.

Este cenário sofre contudo alterações com a transformação do sistema económico que a independência do país e a implantação da I República<sup>4</sup> concretizaram. Mantendo-se a lógica e as políticas económicas que têm como base o assalariamento, este é todavia sujeito a reconfigurações moldadas pela evolução da economia e da sociedade angolanas. Com a independência e com a saída dos proprietários e quadros gestores da maioria das empresas<sup>5</sup>, assistindo-se a uma estatização generalizada da economia (através de confiscos e nacionalizações, FERREIRA, 1999:335) e à implantação de um sistema de planificação centralizada de desenvolvimento económico e social, não é posta em causa a herdada relação assalariada, muito embora se multipliquem as reivindicações de igualdade e atenuação das diferenças sociais e económicas que constituem a base das ideologias políticas adoptadas. O trabalho mantém-se no centro das lógicas da reprodução social e a troca de trabalho por um salário constitui a forma de “calcular” as prestações individuais para a economia.

Mas o sistema centralizado desde cedo evidenciou a sua desadequação à sociedade e às estruturas económicas realmente existentes (RELA, 1992:55)

---

<sup>3</sup> Nomeadamente o IV Plano de Fomento (1974-1979) que prevê a generalização do ensino, o fomento da produção agrícola, a implantação de infraestruturas, entre outras (RELA, 1992:43).

<sup>4</sup> República Popular de Angola (1975-1992) (FERREIRA, 1999:14).

<sup>5</sup> Que “em muitos casos só não paralisaram completamente porque os trabalhadores se foram mantendo a laborar, embora a níveis muito baixos” (RELA, 1992:50).

permitindo e impulsionando o desenvolvimento dos “esquemas” e da economia paralela. Ao nível social, estas “adaptações” socioeconómicas permitiram o alargamento da burguesia nacional e o aparecimento de novas burguesias (RELA, 1992:57), grande parte destas últimas resultado da fusão entre as antigas elites de assimilados e os “novos crioulos” (BIRMINGHAM, 1995) que ocupam grande parte das posições de relevo políticas e do sistema administrativo, controlam as empresas estatais e a economia planificada (HODGES, 2002). Assim, desde a sua implantação com o sistema colonial e atravessando as diversas fases económicas e sociais, o assalariamento constitui uma referência no que diz respeito às relações laborais, moldando-se a adaptando-se às contingências sociais e económicas e articulando-se com as restantes práticas e racionalidades relativas ao económico que se situam para além deste tipo de relação. Mas ao longo deste período abrangente e até à actualidade, apenas uma minoria da população urbana consolidou eventualmente a consciência de uma real condição de assalariado (RELA, 1992:452) e os discursos e políticas económicas e sociais revelam sistematicamente uma dissonância relativamente às racionalidades e práticas económicas realmente existentes. Esta dissonância, quando apreendida e analisada, aparece frequentemente como resultado da oposição entre uma cultura (racionalidade) africana ou angolana e o espírito individualista e de competitividade característico das sociedades capitalistas desenvolvidas (ROCHA, 1997:24). Mais do que isso, ela é o resultado da introdução superficial das lógicas e práticas do assalariamento ao longo dos vários períodos e fases económicas, superficialidade esta que permite a manutenção de lógicas e práticas relativas às actividades económicas que não se fixam no modelo.

Na actual República de Angola<sup>6</sup>, a questão da adequação do aumento populacional (que em termos económicos se traduz num potencial de desenvolvimento) às oportunidades de emprego geradas pela economia revelam ser preocupante o baixo nível de emprego no sector formal (10%, ROCHA, 1997: 116). Por outro lado, é também preocupante a reprodução

---

<sup>6</sup> Lei Constitucional (Lei nº 23/92 de 16 de Setembro).

destas condições relativamente ao trabalho e deste tipo de racionalidade económica, não se conhecendo as consequências e não sendo possível prever as configurações futuras relativas à integração económica da população num projecto de desenvolvimento económico, empresarial, industrial previsto e idealizado.

Constitui o objecto de estudo da tese de doutoramento sobre trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda a análise das relações entre o trabalho e as estratégias. Os objectivos gerais são a demonstração da importância, a diversos níveis, das actividades assalariadas no conjunto das actividades económicas implicadas nas estratégias das famílias, a importância do trabalho assalariado na construção de identidades sociais, a compreensão das dinâmicas urbanas associadas ao assalariamento.

Na sequência da realização da tese de mestrado “Empresa e Reprodução: contributos de um caso angolano” (RODRIGUES, 1997) cujo enfoque incidiu sobre a articulação das estratégias dos trabalhadores (e famílias) com as estratégias da produção próprias da empresa, os temas aqui desenvolvidos ultrapassam esta questão e expandem-se até ao nível das famílias em Luanda, aprofundando-se as questões relativas às racionalidades e identificando-se as práticas económicas em termos mais abrangentes. Ao mesmo tempo, o trabalho assalariado é analisado de forma integrada na sociedade e nas estruturas sociais, na tentativa de entender o seu papel a um nível mais vasto.

Uma das principais questões despoletadoras do interesse pelo tema está relacionada com a constatação de que, na maior parte das vezes, os salários auferidos pelos trabalhadores através de uma actividade assalariada não são suficientes para garantir a sobrevivência e a reprodução das famílias. Esta constatação levou a que fosse explorada, por um lado, a forma como as famílias geram e gerem os recursos a que têm acesso e, por outro, as

vantagens que existem na procura e manutenção de um trabalho assalariado no sector formal – para além do salário – e a importância que este adquire.

Tanto através do trabalho de terreno realizado no âmbito do mestrado como através de entrevistas exploratórias em empresas em Luanda e junto de famílias, outras questões foram surgindo relativamente ao trabalho assalariado e que apontavam no sentido da estreita articulação entre as actividades, rendimentos e esforços relacionados com as actividades assalariadas e as estratégias familiares. A indicação por parte de responsáveis de empresas de que o absentismo (pontual ou regular) era fundamentalmente resultado da dedicação a outras actividades económicas mais rentáveis; a referência ao exercício em conjunto com elementos externos à empresa de actividades (lícitas ou não) que implicavam a utilização dos bens, maquinaria ou recursos das empresas; ou ainda a referência a inúmeras actividades complementares no exterior da empresa (de entre as quais as actividades dos cônjuges cedo se destacaram), conduziram à construção de uma hipótese de análise do trabalho assalariado integrando-o no conjunto das actividades dos grupos sociais de pertença dos trabalhadores.

Um segundo conjunto de questões foi simultaneamente adquirindo relevância, em grande parte suscitadas pelo avanço das análises relativas à mudança social e à urbanidade em Luanda. Segundo o prisma da análise dos posicionamentos sociais e das racionalidades relativas aos estatutos e ao prestígio, tornou-se importante perceber a valorização atribuída ao trabalho assalariado em termos sociais e conseqüentemente perceber a relação entre a construção de estatutos sociais e as actividades assalariadas. Para além de possibilitar o acesso a um salário (mesmo insuficiente) e poder ser potencialmente conjugado e complementado com outras actividades, o trabalho assalariado é vulgarmente um factor que relaciona os indivíduos a uma determinada posição social, conferindo-lhes um estatuto social particular. Daí que um dos eixos de análise da importância e do papel do trabalho assalariado se centre precisamente sobre esta valorização social e da relação que esta tem

com os modelos e lógicas urbanas. Em traços largos, os eixos de análise do trabalho assalariado e da sua inscrição nas estratégias de famílias situam-se ao nível das práticas económicas e ao nível das lógicas e racionalidades sociais.

A par da análise do trabalho assalariado levada a cabo em empresas, foi possível desenvolver a análise das famílias em bairros periurbanos de Luanda através da participação num projecto de investigação multidisciplinar sobre o crescimento da cidade de Luanda, com a responsabilidade pela produção dos relatórios na área da Sociologia e da Antropologia para além da produção de um relatório comparativo entre Luanda e Maputo<sup>7</sup>. Assim, para além da possibilidade de ampliar o objecto de estudo a um número elevado de famílias em Luanda através do trabalho de equipa, a análise multidisciplinar e de contextos geográficos diferentes permitiu o enriquecimento da informação e da própria abordagem.

Para além destes percursos que levaram à escolha da temática, considerou-se pertinente clarificar os constrangimentos e as tendências relativas ao fenómeno urbano e ao desenvolvimento económico que caracterizam o contexto de Luanda na actualidade. Face às mudanças económicas e ao crescimento urbano, é justificável que se entendam os processos sociais que têm lugar, as configurações que assumem e as tendências que aos poucos se vão revelando.

A análise socioeconómica com base em terrenos específicos e apoiada em informações obtidas através de trabalho de investigação empírica encontra-se muito pouco desenvolvida no âmbito das ciências sociais relativas a Angola, como aliás os estudos em áreas das ciências sociais que não a ciência política. A juntar a estas lacunas no que diz respeito aos conhecimentos respeitantes a

---

<sup>7</sup> Integrados no projecto de investigação para a Fundação da Ciência e a Tecnologia a investigadora produziu os relatórios “Estratégias de Sobrevivência e Reprodução de Famílias em Luanda” (Antropologia) (RODRIGUES, 2003a) e “Recomposição Social em Luanda e Urbanização: relatório da análise sociológica” (Sociologia) (RODRIGUES, 2003b); com COSTA, A., o relatório “Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social em Luanda e Maputo” (COSTA & RODRIGUES, 2003).

Angola, regista-se uma reduzida produção de estudos sobre estratégias familiares e sobre actividades económicas urbanas, o que não acontece noutros contextos em desenvolvimento e relativamente a outros países africanos. A pertinência do objecto de estudo revelou-se e reforçou-se, portanto, ao longo da análise, não só devido à constatação desta reduzida produção científica na área específica do trabalho assalariado mas também nas áreas relativas às transformações e recomposições sociais em meio urbano e às estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias.

Por outro lado, os dados e as conclusões que este tipo de análise pode fornecer, apresentam potencialidades quer em termos do entendimento dos processos de transição social, económica e cultural, estreitamente relacionados com o desenvolvimento do país, quer no que diz respeito às actividades económicas e às formas encontradas pela população para lidar com as condicionantes de várias ordens. O entendimento das realidades e das formas concretas de racionalização e prática do quotidiano das populações constitui um elemento chave na identificação das potencialidades e dos constrangimentos que surgem nas mais variadas áreas de actuação para o desenvolvimento, para além de significar um aumento dos conhecimentos da realidade socioeconómica actual. Neste âmbito, muitas contribuições podem ser aludidas com este tipo de análise como a descodificação das lógicas presentes entre os trabalhadores de empresas; ou o levantamento das necessidades e aspirações dos trabalhadores; ou a importância de que se revestem as ideologias e práticas relacionadas com a urbanidade e o modo como podem ser percebidas as referências dos indivíduos na actualidade; a um outro nível, é possível encontrar elementos que não só explicam as formas de resolução de contrariedades encontradas pela população como ainda colocam em destaque as questões mais centrais relativas à segurança e aos riscos múltiplos e variados que constituem as preocupações dos indivíduos e grupos.



Apesar das potencialidades expostas, o estudo possui obviamente limitações no que diz respeito à possibilidade de conhecer a totalidade das realidades assalariadas em Luanda. Por se apoiar na análise de dados empíricos específicos, por resultar da análise de situações concretas, não é possível descrever a multiplicidade e a variedade de situações concretas possíveis de encontrar neste contexto. Por outro lado e também por uma questão relacionada com os limites do trabalho, inúmeros temas e questões relacionadas com o assalariamento e pertinentes para o entendimento da inserção do assalariamento nas estratégias das famílias, tiveram que ser tratadas de forma menos aprofundada: as questões do género, do parentesco e das transformações relativas à família, da afectividade, das diferenças entre o meio urbano e o meio rural, entre outras. Contudo, elas não deixaram de ser referidas com o intuito quer de indicar as intersecções com a temática central da tese quer de suscitar do interesse por parte de outros investigadores.

Os resultados aqui apresentados e a sua análise organizam-se em duas partes, sendo a primeira relativa às considerações e propostas teóricas e metodológicas. No primeiro capítulo abordam-se as questões relacionadas com os processos de transição social e económica em África, incidindo a análise sobre a articulação “modernidade” e “tradicional” que constitui o cerne destes processos. Nos segundo e terceiro capítulos são discutidas e enquadradas as questões e os conceitos relacionados com o objecto central da análise – trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias – apresentando-se as linhas por que se guia a análise subsequente. O quarto e último capítulo apresenta e descreve a metodologia utilizada para a recolha de informação relativa à proposta de análise.

Na segunda parte, “Trabalho e Família em Luanda”, os dados obtidos através da pesquisa são analisados segundo os eixos teóricos apresentados, resultando a apresentação em cinco capítulos. O primeiro, relativo ao processo de urbanização e às transformações económicas em Luanda; o segundo explorando as transformações sociais das últimas décadas. Estes dois

primeiros capítulos são de carácter mais abrangente e constituem um primeiro nível de análise do contexto, incidindo fundamentalmente sobre as questões relacionadas com o objecto de estudo. O terceiro capítulo é referente à análise de famílias e das estratégias de sobrevivência e reprodução em Luanda e o quarto, à análise do trabalho assalariado. O quinto e último capítulo, de carácter conclusivo, tem como base de elaboração a articulação das conclusões retiradas das análises relativas ao trabalho e às estratégias, incidindo nas questões que constituem o centro da argumentação.

## **PARTE I: Enquadramento Teórico e Metodológico**

### **CAPÍTULO I: Tradição e Modernidade**

A análise do trabalho assalariado no sector formal em Luanda é aqui realizada baseando-se no pressuposto de que este tipo de trabalho, apanágio da industrialização e da modernidade, introduzido e reforçado em Angola através de diversas vagas de tendência ocidental e global, assume actualmente características adaptadas ao contexto social, económico, político e implica práticas e racionalidades também elas adaptadas às condições específicas. Angola não é um país desenvolvido ou industrializado e as classificações atribuídas a nível internacional não deixam dúvidas quanto a esta condição. O desenvolvimento económico coloca o país numa posição bastante desfavorável e o desenvolvimento humano atinge também valores bastante insatisfatórios<sup>8</sup>.

Na sequência de um regime colonial que, especialmente nas últimas décadas, fomentava e incentivava o crescimento e o desenvolvimento industrial baseado, também nos últimos anos, no assalariamento progressivo, passando por um relativamente longo período de política económica assente na recuperação de níveis de industrialização e produtividade elevados (FERREIRA, 1999) segundo um modelo económico centralizado, ao longo dos últimos anos, numas épocas mais do que noutras, revela-se relativamente continuada a lógica do assalariamento ao nível das políticas nacionais, dos esforços no sentido de promover o desenvolvimento económico nomeadamente através da industrialização e do desenvolvimento da produção nacional. Muito embora os resultados não tenham sido a criação de um sector produtivo significativo ou em expansão e, ao nível das racionalidades, não se tenha consolidado o trabalho assalariado como relação económica primordial, ele subsiste ao nível das políticas e medidas económicas gerais e constitui uma das premissas do

---

<sup>8</sup> Vejam-se, entre outros, os relatórios do PNUD ou do Banco Mundial referidos na bibliografia.

desenvolvimento económico desejado. A relativamente recente abertura à economia de mercado impulsiona novas mudanças no que respeita ao desenvolvimento de actividades produtivas no sector formal e em meio urbano multiplicam-se (e reorganizam-se) as empresas do sector formal que absorvem um número significativo de trabalhadores. A análise da importância das actividades assalariadas, bem como as transformações e adaptações que se registam na actualidade, a sua articulação com as dinâmicas socioeconómicas, constituem áreas de investigação fundamentais para a compreensão de uma parte importante da realidade social e económica do país e para a análise das áreas consideradas fundamentais para o desenvolvimento.

A hipótese de partida aqui considerada é que em Angola – e especialmente em Luanda onde existe e sempre foram mais activos os sectores industrial e empresarial – as práticas e as lógicas relacionadas com o trabalho assalariado são função e inscrevem-se nas estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias. Efectivamente, o trabalho assalariado não se encontra associado às práticas e às racionalidades que a contratualização das relações laborais implicam de uma maneira geral e de acordo com o modelo original. Encontra-se antes inserido no conjunto de práticas desenvolvidas no âmbito das estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias. Desta forma, o trabalho assalariado encontra-se mais próximo das práticas e racionalidades “tradicionais” e daquilo que é, em termos gerais, designado de informal do que do modelo assalariado clássico. As estratégias familiares assentam numa matriz tradicional onde a dispersão de recursos e solidariedades e a concentração dos mesmos por parte do grupo familiar, constituem os pressupostos por que se guiam as acções dos membros. A dispersão, cujo objectivo primordial é o de assegurar uma variedade de recursos e possibilidades que permita fazer face às condicionantes sociais e económicas minimizando os riscos<sup>9</sup>, permite e implica a articulação de actividades formais e

---

<sup>9</sup> Esta dispersão resulta da herança do modelo económico de alto risco que caracteriza as economias rurais (FELICIANO, 1989: 278) e que, em meio urbano africano, na actualidade, mantém toda a pertinência face às condicionantes.

informais, a simultaneidade de lógicas de solidariedade baseadas em aspectos tradicionais e solidariedades formais, implica uma estrita ligação entre aspectos ligados às heranças socioculturais e aspectos relacionados com situações inéditas. A concentração de recursos e redistribuição intrafamiliar constitui precisamente o centro dessa tradição e mantém a sua vitalidade perante o risco que representa a individualização em contextos onde a autonomia não se encontra garantida pelos sistemas formais. Assim, as solidariedades familiares representam uma certa garantia que permite lidar com o risco e com as incertezas provocadas pelas mudanças sociais e económicas e pela degradação das condições gerais de sobrevivência e reprodução, através da manutenção dos indivíduos em dinâmicas comunitárias.

Para que os valores e práticas que se encontram associados ao assalariamento (em termos clássicos) sejam incorporados nas dinâmicas sociais, económicas, culturais que constituem a base social e económica deste contexto específico, verifica-se a recomposição e reformulação constante dos termos em causa, adaptando-se e articulando-se estruturas existentes às novas exigências e necessidades. No que diz respeito às actividades económicas, esta articulação resulta essencialmente da estreita articulação das actividades económicas (formais e informais) que constituem o cerne das estratégias desenvolvidas e postas em prática pelos grupos sociais de base – as famílias – e da imbricação existente entre o económico, o social, o político, entre outros. Deste modo, a realidade social e económica apresenta-se como o resultado de compromissos e articulações que concorrem para a existência de formas híbridas, multifacetadas, mistas que, sob o ponto de vista da análise socioeconómica clássica, se caracterizam pela preponderância do tradicional e de modelos e práticas económicas informais.

A análise do trabalho assalariado formal pretende demonstrar que apesar de à primeira vista serem predominantes os aspectos tradicionais e informais, o assalariamento e as actividades económicas no sector formal constituem um dos elementos centrais na construção de lógicas “modernas” e na associação

de indivíduos e grupos a práticas marcadamente urbanas e modernas, contribuindo por isso para a definição de estratos sociais que paulatinamente são identificados com a urbanidade e com a modernidade.

As transformações socioeconómicas em Angola e especialmente em meio urbano geraram efeitos ao nível da composição e recomposição sociais bem como ao nível das mentalidades que não implicaram forçosamente o abandono dos valores e práticas tradicionais rurais, mantendo-se uma preferência pelas relações interpessoais mais do que pelas burocráticas ou formais o que se reflecte nas actividades económicas – tanto formais como informais – constantemente permeadas pelas redes de solidariedades, pelos imperativos familiares, pela espiritualidade, entre outros.

A questão de fundo não está relacionada com a identificação das razões ou das causas da fraca penetração da ideologia do assalariamento neste contexto. Trata-se antes de tentar perceber como é que um tipo de relacionamento económico, que supostamente implica relações sociais formais e impessoais é articulado com as condições objectivas e com os valores e práticas que constituem, por um lado as condições objectivas da economia e sociedade actuais e, por outro, a matriz de base tradicional.

De forma a poder explorar a hipótese acima enunciada, a exposição contida nesta primeira parte refere-se à discussão e delimitação dos conceitos. A produção teórica sobre as transformações sociais, sobre a articulação da “modernidade” com a “tradição” serve de suporte à afirmação de que o trabalho assalariado é um dos elementos mais importantes associado à modernidade e à urbanidade. As conceptualizações e perspectivas sobre o trabalho assalariado, em termos gerais e em termos do contexto africano, constituem a parte relativa à exposição do enfoque aqui seleccionado para a abordagem do tema central da tese. A definição e delimitação dos conceitos de estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias que se seguem são indispensáveis

para sustentar a hipótese inicial e indicar os eixos por que se orientará a análise.

A discussão prévia dos conceitos tem como finalidade a apresentação do tipo de abordagem escolhida para a realização da investigação, ao mesmo tempo que pretende trazer algumas contribuições para o debate actual relativo a estas questões e introduzir uma reflexão acerca da sua pertinência no que toca às especificidades africanas. Tem ainda como objectivo trazer ao debate as diversas dificuldades metodológicas e teóricas que as análises sociais dos contextos africanos sempre evidenciam. Estas dificuldades prendem-se fundamentalmente com as definições e categorias relativas por exemplo ao sector informal, a agregado familiar, ao estatuto assalariado e não assalariado (BERTRAND, 1998:887), entre outras. Grande parte das vezes, os conceitos e categorias não encontram correspondências directas com as realidades africanas ou apenas se aproximam sem apresentarem exactamente as mesmas características. Noutros casos, a opção passa pela análise daquilo que “falta” às sociedades e economias africanas<sup>10</sup> (MBEMBE, 2000).

Os conceitos aqui utilizados como trabalho assalariado ou modernidade prestam-se a colagens e a uma tendência para uma análise daquilo que “falta”, o que exigirá que sejam tidas todas as precauções relativamente aos mesmos, apresentando-se uma base teórica que satisfaça, por um lado, a necessidade da análise destas realidades integradas em conceptualizações mais abrangentes e incidindo sobre temas que constituem preocupação para as mais diversas áreas e, por outro lado, que tenha em conta as especificidades dos casos africanos.

As conceptualizações relativas à tradição e à modernidade estão longe de ter esgotado o debate possível. Elas constituem o âmago da maior parte das considerações relativas ao próprio desenvolvimento social e económico, inspirando os diferentes posicionamentos teóricos, correntes e pontos de vista

---

<sup>10</sup> No texto original utiliza-se o termo análise “de la manque” (MBEMBE, 2000)

também eles diferenciados sobre as transformações socioeconómicas que ocorrem nas sociedades e sobre as previstas ou perspectivadas.

Em termos gerais, a perspectiva aqui privilegiada enquadra a modernidade no fenómeno que mais recentemente se designa por globalização, uma tendência mundial no que diz respeito às mais variadas dimensões sociais, económicas, políticas e culturais. Estes processos que concorrem para uma espécie de uniformização destas dimensões à escala planetária, resultam essencialmente da intensificação das trocas a nível mundial – especialmente das trocas em termos de comunicação e de informação, às trocas económicas – influenciando-se mutuamente níveis mundiais e locais, mas adquirindo o paradigma global preponderância em termos de tendência homogeneizadora.

A esta tendência global estão associados pressupostos políticos, sociais, económicos e culturais que em traços largos correspondem ao Estado-Nação e à democracia, à individualização, à estratificação social em classes organizadas em largas camadas horizontais, à economia de mercado, ao consumo de massas, ao crescimento urbano. Durante as diferentes fases de intensificação das trocas entre os sistemas dominantes e os contextos locais, o processo adquire também diferentes designações, ora referindo-se a evangelização, ora a civilização, a progresso, a modernização. Nos anos mais recentes, como que através de uma espécie de constatação da irreversibilidade da tendência, a preferência em termos de análise e designação do fenómeno tem sido atribuída à “globalização”, não estando, contudo, postas de lado as perspectivas e designações dos analistas no que diz respeito à modernidade e muito menos foram retirados dos discursos, das racionalidades e das posturas dos indivíduos, os conceitos relacionados com aquilo que é moderno e aquilo que é tradicional. Por outro lado, o discurso actual sobre esta globalização enfatiza, na maior parte dos casos, a perspectiva do local, sendo simultânea a abordagem do fenómeno de tendência global e a abordagem das redefinições e reforços das especificidades locais. Tratando-se de uma questão de opção entre um ou outro termo, modernidade e tradição mantêm toda a utilidade



enquanto termos utilizados vulgarmente pelos analistas e, mais importante, pelos indivíduos e grupos objecto destas análises e que participam nos processos.

Nesta fase de enquadramento teórico, procede-se à discussão e delimitação do “tradicional” africano e da modernidade, elementos essenciais que permitem o entendimento dos registos presentes em meio urbano e entre os indivíduos e grupos cujas vidas integram o trabalho assalariado. A exploração destes dois níveis – ou a análise segundo estes dois eixos – não se esgota, no entanto, na análise dualista como poderia à primeira vista ser entendido mas constitui antes uma forma de possibilitar, mais adiante, a análise das interligações entre uma e outra dimensão.

## **1. Tradição africana**

Certamente não é possível traçar um quadro que evidencie uma determinada unidade cultural de todo o continente africano no que diz respeito aos aspectos tradicionais. Esta proposição torna-se ainda menos exequível nos contextos mais expostos às influências da modernidade e das transformações socioeconómicas rápidas, como são os centros urbanos, apresentando-se as realidades, nos diferentes contextos, multifacetadas, de origens múltiplas e diferenciadas, resultantes de processos históricos específicos, de influências culturais, geográficas variadas e gerando formas de adaptação, resistência ou incorporação de valores e práticas também elas diferentes. A produção e recomposição das formas que assumem os campos do político, do social, do económico, entre outros, são resultado de processos complexos, cumulativos no tempo o que impossibilita, por essa razão, o estabelecimento de uma configuração geral e abrangente.

A constatação de que existem aspectos relacionados com a herança original africana, que influenciaram e influenciam as formas como são integrados ou

rejeitados os aspectos não africanos, não pretende de forma nenhuma constituir o reforço das ideias que estiveram na base dos processos “civilizacionais” ou “modernizadores” que caracterizaram grande parte das relações do continente com o mundo ocidental. Esta perspectiva, utilizada essencialmente como instrumento de legitimação da colonização, é desde há muito colocada em causa e para alguns analistas, a sociedade tradicional em África é antes de tudo uma criação etnocêntrica (eurocêntrica) (COQUERY-VIDROVITCH & MONIOT, 1974) que não define exactamente onde termina no tempo a sociedade tradicional e onde começa a moderna<sup>11</sup>. No entanto, e mesmo segundo algumas análises mais recentes, não foram eliminadas totalmente as referências aos aspectos tradicionais como “travões” ao desenvolvimento económico e social (MERLIN, 1996:19), nomeadamente através da alegação do “peso significativo de certos hábitos que entravam toda a evolução: uma certa tirania da família, um poder excessivo do Estado” (MERLIN, 1996:20).

Ambas as perspectivas – relativas à tradição africana como homogénea e como entrave à modernização – impossibilitam, na maior parte dos casos, que sejam realizados avanços no que diz respeito ao entendimento da influência que os aspectos pertencentes às heranças culturais e sociais dos diferentes contextos africanos exercem nos variados processos de transformação. Considera-se que é pertinente tentar perceber os aspectos que têm sido evidenciados como pertencendo à esfera de uma originalidade ancestral africana, exercício este que não deixa de ser incompleto e que necessariamente exige um nível de aprofundamento para cada caso específico. Em todo o caso, as precauções relativas à generalização e aos juízos de valor constituem o ponto de partida fundamental para a análise da tradição africana.

---

<sup>11</sup> Para estes autores, trata-se de saber se a sociedade tradicional termina ou começa a terminar com a conquista portuguesa, com a penetração do Islão ou com a expansão Banto.

De qualquer forma, alguns analistas apontam no sentido da existência de uma “unidade de filosofias e tradições da África negra” (MERLIN, 1996)<sup>12</sup>. Apesar da grande diversidade de tradições e crenças, a proposta de sintetizar a tradição africana em grandes eixos de racionalidades parece ser suficientemente pertinente no sentido em que permite definir linhas de análise. De entre estas linhas destacam-se a espiritualidade e a importância que assumem as relações pessoais. Nesse sentido, constituem factores de importância vital para a compreensão das práticas e ideologias relacionadas com os mais diversos assuntos. Tomando a espiritualidade e a importância das relações pessoais como eixos onde se apoiam a grande parte das formas de concepção da vida e da sociedade, faz todo o sentido reflectir sobre as consequências que tais fundamentos trazem para a vida económica e social.

Uma das razões por que a análise dos aspectos relacionados com as representações e com a importância da espiritualidade não é aqui aprofundada está relacionada essencialmente com o tipo de enfoque privilegiado e com a preferência pelo aprofundamento das questões ligadas ao económico e ao social. De qualquer forma, e sabendo que esta constitui uma via essencial de compreensão dos fenómenos sob outro ângulo, retém-se a pertinência das relações pessoais e exploram-se aspectos relacionados com estas, fundamentalmente as solidariedades sociais (e familiares) e a “informalidade”. Esta opção resulta também do carácter analítico privilegiado pela abordagem geral do fenómeno do assalariamento neste contexto, mais insistente nas questões da antropologia económica e da antropologia urbana. Muito embora a perspectiva holística confira um cunho abrangente às implicações dos

---

<sup>12</sup> Ver MERLIN, (1996:6-9), especialmente quando refere que “a concepção africana do mundo é fundamentalmente *espiritualista* (...) nas relações e litígios entre pessoas os julgamentos e comportamentos são muito mais *pessoalistas* e muito menos materialistas (...) o homem é o centro do universo e as coisas são feitas para ele (...) existe uma unidade entre o mundo visível e o mundo invisível (...) a religião é o cerne da ideologia africana e existem em comum os seguintes aspectos: um Deus único, a existência de espíritos ou divindades intermediárias, respeito pelos antepassados, presença dos sacrifícios, antropocentrismo (...) hierarquização entre os seres e as coisas (Deus, antepassados fundadores, antepassados, outras divindades, homens vivos, animais e coisas) (...) existe uma consciência profunda do laço íntimo entre todos os elementos do universo (...) existe uma espécie de fluído, energia vital, uma comunicação entre Deus, os antepassados, os mortos e os vivos que os une (...)”. (o sublinhado não é do autor). Ver também o texto de MARIE, 1998.

fenómenos analisados, as limitações impostas em termos de objecto bem como em termos das hipóteses explicativas enunciadas à partida, delimitam o âmbito e abrangência da análise. Contudo, não impedem a retenção do valor e da importância de determinados aspectos que possibilitam a clarificação de determinados conceitos e pressupostos.

Assim, retendo na análise a importância das relações sociais personalizadas, um dos fundamentos da matriz de representações africana, não é de estranhar que grande parte das conclusões a que chegam as análises sobre contextos africanos coloquem em evidência a importância das instituições familiares comunitárias (família extensa, linhagem, clã) que fornecem o quadro de base onde os indivíduos são definidos pelo seu valor de posição (filiação, relações de parentesco e aliança) e onde lhes são atribuídos estatutos e um papel, grupos estes que se apoiam essencialmente sobre solidariedades intensas. Para além disso, prevalece em África uma concepção do mundo segundo a qual a realidade empírica, quotidiana e visível tem uma segunda realidade invisível que a investe, comanda e explica<sup>13</sup> (MARIE, 1986:181). A centralidade da espiritualidade e pessoalidade das relações sociais apelam, por seu turno, a um sentido muito forte de comunidade, a uma forte solidariedade entre grupos sociais, a uma vida familiar marcadamente solidária ou ao respeito constante da hierarquia e do princípio da autoridade tal como são definidos pelos grupos. Da mesma forma, as relações de parentesco são ao mesmo tempo relações afectivas e de redes que se encaixam e interceptam, relações de produção, de coabitação, de poder e de interesse, relações simbólicas, jurídicas e religiosas. Estas ideologias constituem a matriz (ou o sistema matricial) inconsciente que informa (atribui forma e conteúdo) segundo a qual os indivíduos pensam e incorporam, interiorizam e ordenam as maneiras de sentir e pensar (MARIE, 1986:184).

Perante a ênfase destes aspectos, a abordagem das actividades económicas e do trabalho num contexto africano atribuirá, ao longo desta

---

<sup>13</sup> Um dos campos onde este tipo de ideologia revela maior vitalidade e importância inclui, em termos gerais, a crença na feitiçaria (MARIE, 1986).

análise, um papel de destaque aos aspectos relacionados com a personalização das relações sociais e com a espiritualidade<sup>14</sup>, que excluem a individualização da pessoa, elementos estes constituintes fundamentais do *habitus*<sup>15</sup> africano.

A relevância atribuída a estes princípios traduz-se nas formas como são concebidas e organizadas as práticas aos mais diversos níveis. Assiste-se, em grande parte do continente, a uma imbricação do económico, com o político, com o sistema linhageiro, imbricação esta que pode ser explicada pelo papel preponderante que desempenham as relações sociais e pessoais pertencentes ao *habitus*. Desta forma, o campo onde se inserem as actividades económicas, não se encontra isolado dos restantes aspectos sociais e culturais, o que implica que as análises, de forma a poderem dar conta da realidade em termos holísticos, tenham em conta diversos registos. O poder em África, apoiado tradicionalmente sobre critérios como a senioridade e sobre a capacidade de gerar consensos, encontra-se estreitamente relacionado com capacidades económicas, especialmente com a capacidade de redistribuição. Desta forma, os estatutos e o poder reconstroem-se e recompõem-se segundo lógicas de articulação entre os *habitus* e as situações inéditas, o que torna possível, por exemplo, a atribuição da senioridade com base em critérios como a capacidade redistributiva. Apenas a análise das implicações recíprocas entre os fenómenos permite perceber as dimensões e implicações múltiplas de aspectos à partida tidos como apenas económicos, culturais, políticos.

Para além desta imbricação, é ainda importante tomar em linha de conta que aos diversos sistemas económicos presentes em contexto africano, não

---

<sup>14</sup> Utiliza-se a designação de espiritualidade tal como proposta acima, muito embora em determinados textos possa ser atribuída uma maior importância a uma das formas em que esta se revela, como seja a crença na feitiçaria (MARIE, 1998). Em todo o caso, e por se tratar de uma análise focalizada nas estratégias e práticas económicas, opta-se por uma relativamente maior ênfase dos aspectos ligados às relações sociais mais do que à espiritualidade.

<sup>15</sup> Sistema de disposições inculcadas pelas condições materiais de existência e pela educação familiar. É o princípio gerador e unificador das práticas, que por sua vez reproduzem estruturas que modelam o *habitus* (são, portanto, estruturas estruturadas e estruturantes) (BOURDIEU, 1994).

correspondem, necessariamente, formas de organização social tipicamente relacionadas com os mesmos. A simultaneidade da existência, nas mais variadas épocas em África, do sector de produção tradicional e de uma economia de mercado, implica a existência, num mesmo conjunto, de elementos contraditórios: estrutura tribal e linhageira de base familiar fundada sobre o autoconsumo, organização territorial de tendência centralizadora e apoiada no comércio a longa distância (COQUERY-VIDROVITCH & MONIOT, 1974:272). Isto sem contar com as sobreposições e simultaneidades de sistemas económicos de mercado e centralizados, que constituíram a realidade económica em diversos contextos africanos.

Ainda no que diz respeito às actividades económicas, nos meios urbanos, onde as trocas económicas de tipo capitalista na actualidade exercem uma maior influência e onde os colectivos sociais mais alargados revelam alguma tendência à diluição (etnias, tribos, clãs, linhagens)<sup>16</sup>, a vitalidade das culturas africanas é manifesta: persistem as relações sociais intensas (de parentesco, aliança, obrigações costumeiras e religiosas) com as sociedades rurais de origem; regista-se a transferência para o mundo urbano de instituições e práticas religiosas originárias do mundo rural (cultos de possessão, rituais funerários, ritos mágico-religiosos, práticas e crenças ligadas à feitiçaria, práticas terapêuticas e divinatórias); reinterpretam-se, na cidade, as formas de sociabilidade tradicional (comunidades e redes sociais, clientelismo étnico e tribal, formas fragmentárias da solidariedade regional, aldeã ou ciânica) através das associações de originários, dos grupos de crédito, das redes sociais mais ou menos extensas ligadas às religiões universais e à vida política/partidária. Esta “tradição” está ainda patente na manutenção de um habitat familiar comunitário, na manutenção da poligamia e da divisão sexual do trabalho baseada no modelo rural (MARIE, 1998).

Desta forma, em geral em contextos africanos, a produção material constitui, também ela, o local dominante da produção simbólica. Esta constatação está

---

<sup>16</sup> Mesmo que perdurem sob a forma de redes parciais de solidariedade ou sob a forma de referências simbólicas comuns.

presente desde cedo na análise de contextos não ocidentais: nas sociedades “burguesas” a produção simbólica baseia-se na produção material (que assume um papel central) e nas sociedades “primitivas” no sistema de relações sociais (de parentesco) (SAHLINS, 1974)<sup>17</sup>. As relações sociais, tidas como fundamentais, atravessam o campo da produção material a diversos níveis. Os objectivos da produção económica encontram-se subordinados aos imperativos da reprodução social. Assim sendo, a lógica capitalista é a lógica da produção material e a lógica comunitária é a lógica da reprodução social (SABELLI, 1986:14). Em contextos onde as pressões exercidas pelas racionalidades do tipo capitalista e individualista impulsionam mudanças nas estruturas e racionalidades, assiste-se ao conflito entre dois projectos sociais diferentes (SABELLI, 1986:15), sendo, contudo a articulação a tónica dominante. A análise das transformações das instituições comunitárias rurais (formas de inserção no trabalho agrícola, instituições matrimoniais, entre outras) e das urbanas (família, estratégias económicas, redistribuição intrafamiliar, entre outras), coloca em evidência a oposição entre comunidades que têm como projecto a sua reprodução social e grupos que visam o crescimento da produção material, i.e., a acumulação de riquezas. Esta perspectiva dualista, no entanto, impede a compreensão da multiplicidade de situações em que as diferentes sociedades se encontram, sendo necessário analisar antes os graus ou a preponderância que assumem reprodução social e acumulação de riquezas (materiais).

O entendimento do “tradicional” africano apoia-se, portanto, em algumas ideias chave que convém mais uma vez colocar em evidência: a importância das relações pessoais e da espiritualidade, como elementos centrais e gerais do *habitus* que se encontram imbricados com os restantes campos sociais e económicos, adaptam-se e transformam-se em tempos e em contextos diferentes e, na maior parte dos casos, verifica-se a simultaneidade das estruturas “tradicionais” e “modernas”. A sociedade africana original – as estruturas sociais antigas – sofreu, ao longo dos séculos, alterações

---

<sup>17</sup> As aspas indicam os termos utilizados por SAHLINS para distinguir dois tipos de sociedades.

provocadas pelas explorações, pela escravatura, pela colonização e actualmente pela intensificação das trocas com o exterior e pela rapidez da evolução económica e social. As causas mais gerais das mudanças situam-se ao nível da introdução das religiões de difusão universal, da introdução escolarização, das transformações dos sistemas económicos (introdução da moeda, do assalariamento individual, do mercado), da urbanização e do contacto com modos de vida ocidentais (MERLIN, 1996:14).

Estes processos evidenciam, desde sempre, uma complexidade e um dinamismo que implicam a existência simultânea de permanências e rupturas, o que permite que as configurações sociais, económicas, apresentem especificidades relacionadas com as especificidades de cada um dos processos. Historicamente, é possível determinar as transformações no sentido da mudança socioeconómica e apontar, para cada contexto, os acontecimentos que contribuíram em maior e em menor grau para a configuração actual das sociedades e economias de cada caso específico. Do ponto de vista da análise do trabalho assalariado, ele é sem dúvida um elemento relacionado com os processos de transformação socioeconómica que a “modernidade” e os sistemas económicos de mercado a ela aliados, introduziram em África. Sob a perspectiva da articulação entre o tradicional e o moderno, o trabalho assalariado integra a espiritualidade e as relações sociais personalizadas, tornando constante a adaptação entre as exigências da tradição e as da modernidade.

## **2. Modernidade**

Os modelos sociais, políticos, económicos, culturais de carácter global e correntemente associados ao Ocidente, introduzem mudanças comumente associadas ao progresso e à modernidade. A modernidade pode ser definida como referindo-se “...às instituições e modos de comportamento estabelecidos primeiramente na Europa pós-feudal, mas que no século XX se



tornaram crescentemente mundiais no seu impacte” (GIDDENS, 1997a:13). As dimensões da modernidade incluem a industrialização, o capitalismo, que implicam a existência de mercados concorrenciais e a mercadorização da força de trabalho, produzindo formas sociais distintas das quais o Estado-Nação é a mais proeminente (GIDDENS, 1997a:13). Ela é essencialmente uma ordem pós-tradicional<sup>18</sup>.

A questão da modernidade ou da modernização tem sido abordada atribuindo-se-lhe variadas interpretações. Pode ser entendida como uma subversão contínua das relações sociais instituídas, sob o efeito do desenvolvimento cumulativo ao nível das forças produtivas (Marx), implicando a divisão social do trabalho (Durkheim), uma razão crítica e desencantamento religioso (Weber), uma separação crescente dos campos sociais – familiar, económico, político, religioso (Polanyi) ou a disjunção das diversas espécies de capital (Bourdieu) (MARIE, 1998).

Para além destas interpretações que atribuem ao fenómeno da modernidade características específicas (mesmo que em constante transformação) como a racionalização e o triunfo da lei da regra geral, a modernidade pode ainda ser perspectivada em termos de capacidades para lidar com situações de mudança e gerir sistemas complexos (TOURAINÉ, 1988), o que retira ao fenómeno as características acima descritas, definindo-a quase como a realidade actual, sejam quais forem as formas que assume e os elementos que integra. Assim, a modernidade constitui o conjunto de atributos da organização social. Já a modernização implica um movimento, uma vontade, uma mobilização liderada essencialmente pelo Estado (TOURAINÉ, 1988:56). A modernidade, tal como é aqui tratada, compreende os elementos relativos à actualidade mas não só: integra em simultâneo as referências sobre aquilo que é moderno, os modelos

---

<sup>18</sup> “A modernidade manifesta-se através da industrialização, da urbanização, do desenvolvimento da economia de mercado, do desenvolvimento das classes sociais, da concorrência e luta social, do aparecimento do Estado burocrático, da dominação da racionalidade científica sobre a racionalidade simbólica, da dominação da razão universal sobre os saberes locais, da dominação das identidades funcionais sobre as ontológicas, da dominação da temporalidade histórica e cumulativa da história quente sobre a temporalidade mítica e cíclica da história fria” (MARIE, 1998:408).

que os actores sociais detêm e que, em alguns casos, são adoptados e, noutros, apenas desejados.

Desta forma, e para o propósito da análise das actividades económicas e do trabalho assalariado num contexto africano específico, revelou-se mais útil a perspectiva da modernidade como implicando um conjunto de elementos particulares, um modelo. Certamente que o modo como as actividades económicas são adaptadas, integradas e moldadas às realidades nos diversos contextos produzem formas originais que tendencialmente se tornam dominantes, constituindo dessa forma um fenómeno de “modernidade” por si só e pela sua actualidade. A opção pela eleição de determinados aspectos relativos a um modelo “moderno” resulta, como foi acima referido, da própria percepção que os actores envolvidos têm do processo (bem como uma grande parte dos analistas). A modernidade é, desta forma, aquilo que é entendido como moderno pelas pessoas que estão integradas nos processos de transformação a vários níveis, que entendem que a hábitos (e *habitus*) e práticas ancestrais se foram juntando e se continuam a juntar elementos inéditos, diferentes, alvo de atitudes também diferentes: rejeição e crítica, indiferença ou procura e aceitação.

Em África, as transformações ocorrem a diversos níveis: económico, social, cultural, religioso, político. A modernidade, através do reforço do mercado, através dos processos de urbanização, através da introdução do Estado e das contratualizações formais, gera mudanças em termos dos grupos e dos indivíduos. Ao nível social, as principais transformações referem-se à recomposição social e aos processos de individualização<sup>19</sup> tendencial. Estas transformações têm sido, até agora, contrariadas e contidas pela funcionalidade das solidariedades comunitárias e pelo domínio das solidariedades sociopolíticas tipo clientelista, o que não impede que em

---

<sup>19</sup> Enquanto que a *individuação* se refere ao processo banal de reconhecimento quotidiano da individualidade dos indivíduos (que, no entanto, permanecem nos lugares que lhes são atribuídos pelo sistema social) a *individualização* refere-se ao processo de tomada de distância, objectiva e subjectiva, da pessoa em relação às suas inscrições e determinações sociais, em oposição às predisposições comunitárias (MARIE:1998).

variados aspectos e em determinados casos não se encontrem sinais de mudanças significativas como o surgimento do indivíduo como sujeito e a estruturação de estratos sociais a partir de novos padrões.

As transformações que as tendências globalizadoras impulsionam em África são mais visíveis nos meios urbanos. Mas este não é um processo que implique a substituição directa das estruturas originais pelas previstas no modelo de tendência global. Fruto do entrelaçar de eventos e relações sociais do sistema global com os contextos locais, assiste-se à criação de sínteses originais e intermédias. Por outro lado, em grande parte dos contextos é notório o reforço das dinâmicas locais, constituindo as novas sínteses não apenas a adaptação e a transformação dos modelos e estruturas locais às novas exigências globais mas também uma enfatização de características locais. Em África, especialmente nas cidades, criam-se novas sociabilidades, diferentes das ancestrais, surgindo novas formas de organização social<sup>20</sup>, desenvolvem-se actividades informais relativamente independentes do controle estatal, uma vida associativa dinamizada por solidariedades diferentes das comunitárias (associações de crédito, de bairro, de pais, sindicatos, partidos políticos, igrejas), surgem novos modos de consumo a vários níveis, crescem as religiões do tipo adesão-conversão individual, assiste-se ao despertar democrático e aspiração a outras formas de solidariedade, nomeadamente através da denúncia das formas comunitaristas do político (MARIE, 1998). Estas novas sociabilidades implicam formas de organização social reformuladas que contêm – se analisadas as suas componentes – elementos oriundos do *habitus* tradicional e elementos “modernos” ou inéditos.

---

<sup>20</sup> Que incluem uma sociedade civil, no sentido actual, com relativa autonomia em relação ao Estado: “Nas cidades [africanas], aumenta e já está em marcha uma sociedade civil urbana para a qual contribuíram a precariedade das condições de existência e o funcionamento do Estado-providência à africana do tipo clientelista cuja falência se atribui à incapacidade de alimentar a redistribuição que o legitima “ (MARIE, 1998:99). Se esta proposição pode ser verdadeira para uma grande parte dos países africanos, em Angola não se verificam este tipo de processos, muito embora seja inúmeras vezes questionada a capacidade actual de redistribuição do Estado e se mantenham as incógnitas quanto à capacidade de o fazer no actual ambiente de “pós-guerra”.

A incorporação de novos valores e práticas modernos não é um fenómeno pleno nas sociedades africanas, nem mesmo em meio urbano. O *habitus* tradicional mantém a sua pertinência e funcionalidade na ausência de alterações profundas nas estruturas e modos de funcionamento da economia, do político, da sociedade. Como exemplo, no que respeita à individualização que apela a uma libertação dos entraves comunitários e dos seus imperativos de solidariedade obrigatória, esse desejo não pode prosseguir livremente e ganhar forma senão a partir do momento em que se tornam acessíveis outras formas de solidariedade mais englobantes, contratuais e reguladas por instâncias centrais independentes e neutras (instituições burocráticas, privadas ou públicas enquadradas num sistema de segurança social acessível a todos) que garantam a segurança social (MARIE, 1998:87). Em todo o caso, é questionável a relação causal entre o aumento de redes de segurança formais e o decréscimo das solidariedades familiares já que o grupo familiar desempenha outros papéis para além do suporte económico dos seus membros e, neste âmbito, convém mais uma vez enfatizar o papel das representações.

Desta forma, os processos de transformação implicam permanências e rupturas (no sentido de COQUERY-VIDROVITCH, 1985) e as relações directas e únicas entre causas e consequências são difíceis de provar. O que resulta do cruzamento das pressões “modernas” com a matriz tradicional são, na maior parte dos casos, soluções de compromisso. Perante as pressões das solidariedades comunitárias e as pressões dos modelos individualistas (nomeadamente as aspirações à independência e autonomia das fracções tradicionalmente mais dominadas - jovens e mulheres)<sup>21</sup>, os indivíduos recorrem a mestiçagens sucessivas, compromissos, criações híbridas, transacções mais ou menos negociadas ou impostas de facto. Cria-se um espaço híbrido entre o individualismo da economia concorrencial de mercado

---

<sup>21</sup> Os cidadãos africanos são socializados em meio comunitário (predisposições à solidariedade) e com a urbanização ocorre posteriormente uma socialização no campo da competição escolar e da competição pelo acesso ao trabalho raro no sector formal (campo das pulsões individualistas) (MARIE, 1998:420).

e a solidariedade inquestionável da economia da redistribuição comunitária e do dom.

Na África contemporânea, a modernidade é resultado das mudanças introduzidas pela colonização e pelos imperativos incontornáveis do desenvolvimento económico e social que impõem novos valores e normas: racionalização das técnicas de produção, mercantilização das relações sociais, burocratização dos modos de gestão, centralização das decisões, construção nacional, unificação das regras jurídicas, homogenização das referências espaço-temporais, atomização das relações sociais, funcionalização dos estatutos e dos papéis, emergência do trabalhador livre suportado unicamente pela sua força de trabalho, introdução de novas referências hierárquicas fundadas sobre a riqueza, a competência e a formação profissional.

Estas normas e valores, transculturais e planetários, são impostos pela inserção das sociedades africanas na divisão internacional do trabalho e difundem-se através da própria difusão das instituições que lhes estão associadas (escolas, fábricas, escritórios, empresas, bancos...). Desta forma, existem pressões para que o trabalhador africano seja reduzido à sua individualidade de produtor anónimo e permutável, devendo por isso aprender novos modos de trabalho, novas práticas de tempo, de espaço e de objectos, novos tipos de relações sociais (relações salariais, relações hierarquizadas em função dos imperativos da produção e da produtividade), novos modos de avaliação da sua actividade (em função da competência, do tempo e da produtividade). O trabalho assalariado constitui o cerne da introdução da modernidade nos contextos sociais tidos como não desenvolvidos e é um dos pontos de contacto entre as pressões da modernidade e as “resistências” da tradição.

Estas tendências são ainda mais evidentes em meio urbano onde, para além de uma “exposição” historicamente mais prolongada às influências da modernidade, é onde se encontram mais desenvolvidas as instituições e

estruturas dos sistemas modernos e onde mais fluida e rapidamente circulam as influências de carácter global e moderno.

### **3. Urbanização e Urbanidade**

As cidades em África são, desde a sua origem, ponto de contacto entre duas sociedades, na sua origem, diferentes<sup>22</sup>: uma, caracterizada pelo individualismo dando primazia aos bens materiais (de influência ocidental) e outra dando prioridade ao espírito comunitário, ao peso da tradição, à solidariedade do clã, da linhagem, do grupo étnico. Nasce, com este contacto (e devido ao carácter próprio das transformações, acima descrito) uma civilização de natureza ambígua: "...os novos urbanizados não rompem inteiramente nem com as suas aldeias nem com o seu modo de vida e chegam mesmo a conservar esse modo de vida no novo quadro da sua existência; situação transitória para alguns mas para outros é uma resposta adaptada às suas dificuldades de inserção ou de existência, uma espécie de protecção mínima contra a incerteza do amanhã" (VENNETIER, 1991:228)

As referências emanantes do meio rural, reformulam-se de uma forma específica em cada uma das cidades africanas, não constituindo de forma alguma esses fenómenos de "ruralidade urbana" sobrevivências ou atrasos das representações "socioculturais" (DOZON, 1981:389) mas antes as formas encontradas pelos indivíduos e pelos grupos para gerir os dispositivos ancestrais e as situações e exigências inéditas. O processo de urbanização e de recomposição social é um processo que implica a longa duração no tempo e a simultaneidade de permanências e rupturas. E, apesar de a matriz da urbanização ter origem nos meios rurais, não quer dizer que a cidade não

---

<sup>22</sup> As cidades existem um pouco por toda a África desde há longa data e sempre desempenharam um papel dinâmico em termos sociais, espaciais, económicos, entre outros. Desde sempre vectores de modernização, as cidades tornam-se sinónimos de abertura à colonização, de dependência do Ocidente, desempenhando um papel de mediação cultural, constituindo os locais privilegiados de encontro e de combinação, ou de síntese, dos valores tradicionais influenciados pela acção dos valores importados dominantes no momento (COQUERY-VIDROVITCH, 1993).

imponha a todos os habitantes novos comportamentos, novas referências uma nova identidade (MASSIAH & TRIBILLON, 1988:90). As cidades africanas tiveram e continuam a ter um papel essencial de misturador e difusor cultural, de acelerador das mutações sociais e políticas (COQUERY-VIDROVITCH, 1993).

Em termos sociais, o modelo que em termos globais (e ocidentais) constitui a base da organização e estruturação social em meio urbano rege-se pelo princípio da estratificação em classes, baseadas essencialmente na diferenciação económica. Este modelo não é, contudo, dominante em África e não é possível encontrar uma hierarquização social em que se verifique a existência quer de solidariedades mais intensas quer de referências comuns a nível horizontal. Mas o próprio fenómeno da urbanização gera diferenciações em termos sociais, tornando-se a “urbanidade”, o nível de inserção na cidade e a adopção maior ou menor de modos de vida claramente urbanos, um dos factores de diferenciação social mais importante. Esta urbanidade está patente não só nas formas de inserção económica ou social mas também em muitos outros aspectos de cariz sociocultural: no vestuário (DORIER-APRILL, 1998:67), nos locais onde são feitas as refeições (DORIER-APRILL, 1998:73), nos tipos de divertimentos (DORIER-APRILL, 1998:76), na transformação das relações de género; ou na moda, nos ritos funerários, na elegância, no desporto, na música, na sexualidade, nos tipos de modelos conjugais (GESCHIERE, 2000; MBEMBE, 2000).

A definição desta urbanidade e a delimitação dos seus graus não é um exercício simples, tal como não o é a definição de classes sociais nos contextos ocidentais. Em primeiro lugar porque a urbanidade em África mais uma vez revela possuir contornos específicos relacionados com cada um dos contextos. Depois, a definição daquilo que é “moderno” e urbano, relativamente a comportamentos, racionalidades e práticas é essencialmente realizada pelos indivíduos e grupos que participam no processo de recomposição social cujo dinamismo impede que existam formulações

estritas, duráveis e unívocas. Por outro lado, esta urbanidade integra, na maior parte das vezes e em graus diferenciados, elementos “tradicionais”, adaptados às novas situações urbanas, cujas delimitações não são simples de assinalar. Estas transformações urbanas apresentam ainda graus de incidência diferenciados no que diz respeito aos mais variados aspectos sociais, económicos, políticos, culturais, entre outros como as próprias formas de organização espacial: a tradução no espaço das adaptações constantes entre os *habitus* ancestrais e as novas situações urbanas atribui nova organização e configuração aos habitats (CANEL et al., 1990:8). O sistema colonial introduziu, por toda a África, uma estruturação com base em pertenças sociais, específicas de cada contexto e de cada tipo de colonização<sup>23</sup>, apresentando-se a realidade social actual herdeira dessas configurações e de outras que lhes sucedem, articulando-se e combinando-se de forma diferenciada. O sistema colonial é responsável pela introdução, em termos gerais, das diferenciações sociais entre urbanos (e “proletarizados”, como acontece em muitos casos) e rurais, entre diferentes níveis de educação e entre diferentes filiações religiosas (MAGUBANE, 1985:218).

Aliada à urbanização que gera novas formas híbridas e mestiças no que respeita aos modos de vida em geral, assiste-se à transformação dos valores e formas de organização e desempenho económico também eles eclécticos e conjugando influências do modelo tradicional com aquele que domina em meio urbano. Esta conjugação resulta não só da intersecção de modelos rurais e urbanos mas também da intersecção entre economias de subsistência e economias de mercado<sup>24</sup>, entre sociedades comunitárias e sociedades globais. A análise das economias urbanas africanas, tendo em linha de conta estas construções por vezes complexas, não se pode apoiar nas concepções clássicas da análise económica que pressupõe relações de

---

<sup>23</sup> Daí que a análise social deve articular o conhecimento das condições específicas de tempo e espaço, do nível das configurações históricas do desenvolvimento de cada um dos países (MAGUBANE, 1985:224)

<sup>24</sup> E nalguns casos, outros sistemas económicos de carácter global, como o de direcção central.



determinação recíproca entre industrialização e urbanização, gerando modelos de organização e racionalização da economia onde a imagem clássica de uma aglomeração de proletários é dominante. A urbanização dos assalariados africanos é mais complexa e “participa para uma africanidade urbana não redutível a um estereótipo universal” (DUBRESSON, 1989:11).

Para além disso, não se verifica a existência de uma correspondência directa e muito menos total entre a urbanização e o assalariamento, permanecendo e sendo constantemente reinventadas formas de inserção económica dos indivíduos e grupos. Nas cidades africanas contemporâneas, os cidadãos vivem da proliferação de actividades adicionais ao emprego formal, actividades produtivas ou não produtivas (comércio a retalho, serviços e trabalhos ocasionais) que permitem a redistribuição dos recursos (e o sustento dos inactivos por parte dos activos) baseada nas solidariedades “tradicionais” (COQUERY-VIDROVITCH, 1993:369). A própria monetarização nem sempre produz efeitos destruturantes nas relações sociais, sendo possível verificar a sua adaptação, em muitos casos, às redes solidárias e de tipo comunitário. Mas a existência de mudanças mais profundas ou menos profundas encontra diferentes expressões quer em termos de contexto quer termos das estruturas sobre as quais incidem as transformações.

De uma maneira geral, a associação do modelo do assalariamento à cidade é realizada pelos habitantes, quer antigos urbanos quer pelos novos urbanos. A procura de trabalho assalariado no sector formal tem condicionado, entre outros factores, a deslocação de um grande número de migrantes oriundos dos meios rurais para as cidades africanas às quais são associadas as perspectivas de melhores condições de vida e o acesso aos “benefícios” da modernidade. As pessoas decidem migrar com base em cálculos de racionalidade económica que nem sempre são concretizados da forma esperada: a migração para zonas urbanas persiste perante recursos urbanos inadequados, o que põe em causa as aspirações e necessidades reveladas pelos indivíduos e famílias migrantes (TOURÉ, 1992:304). Para fazer face a estas situações, o recurso às

disposições e aos mecanismos comunitários (solidariedades comunitárias, clientelismo do Estado<sup>25</sup>) mantém-se presente e assegura o funcionamento das instituições e das trocas económicas. A capacidade de manutenção destas solidariedades é, em todo o caso, posta em questão em contextos onde se repetem crises económicas e com a diminuição dos recursos à disposição dessas redes.

Interessa reter, na análise do trabalho assalariado em meio urbano que, por um lado existe da parte dos indivíduos e grupos uma ideia clara em relação àquelas que constituem as formas de inserção económica na cidade (que se centra no trabalho assalariado no sector formal) e, por outro, que nem sempre as condições objectivas relativamente à absorção dos trabalhadores permitem que esta seja a relação económica dominante, o que contribui para a geração de novas formas de inserção económica. Esta reinvenção apoia-se essencialmente na articulação das disposições “tradicionais” com as novas situações o que permite que se evidenciem, nos diferentes contextos e em diferentes graus, formas mistas e de influências múltiplas.

#### **4. Transições e Mestiçagens**

A compreensão da sociedade e da economia das cidades africanas implica, portanto, a consideração da existência de articulações entre os modelos tradicionais e os modelos modernos. O que não implica que a discussão em torno dos conceitos de tradição e modernidade não tenha evidenciado ao longo dos tempos a existência de duas perspectivas extremistas: por um lado, assiste-se ao reforço do postulado da racionalidade universal (que implica a recusa do relativismo) e, por outro, às manifestações de um relativismo

---

<sup>25</sup> Que não é mais do que uma transposição de um funcionamento do tipo prestações-contraprestações, tradicional.

absoluto<sup>26</sup> (que é quase sempre acompanhado de uma crítica à modernidade) (HENRY, 1995).

No que diz respeito ao trabalho assalariado, regista-se ainda, em alguns casos, a tendência para encarar a permanência de aspectos tradicionais como resultado de uma má adaptação do trabalhador africano à produção moderna, o que se revela na produção insuficiente, na falta de pontualidade, em dificuldades de aprendizagem, nas renitências para a interiorização do princípio do trabalho assalariado, na hesitação em admitir o princípio da hierarquização fundada sobre a função e independente da idade, nas dificuldades em separar as relações de trabalho e funcionais de toda a dimensão interpessoal, etc. (MARIE, 1986:176). Esta postura conduz normalmente a duas correntes de interpretação opostas: por um lado, as racistas e naturalistas (para as quais os indivíduos são considerados potencialidades psicológicas perante as quais apenas é necessário formar/informar para as tornar conformes aos objectivos da produção e da racionalidade económica modernas, interiorizando as normas da racionalidade positivista); por outro lado o hiper-relativismo cultural, ou seja, considerar que o trabalhador africano está profunda e irreversivelmente modelado por uma tradição poderosa, radicalmente estranha à lógica da modernidade (MARIE, 1986:176). Ambas as perspectivas são, no entanto, confluentes no que diz respeito às limitações de adaptação e adopção, por parte dos africanos, dos valores e práticas relacionadas com a modernidade e com os sistemas económicos modernos e, em especial do assalariamento, não se verificando a substituição automática de um modelo pelo outro.

A perspectiva aqui adoptada baseia-se no princípio de que a modernidade e a tradição se misturam por todo o lado, fazendo surgir mestiçagens originais. Esta mistura resulta das reinterpretações, sempre imprevisíveis, dos registos

---

<sup>26</sup> A este propósito refira-se a influência do paradigma culturalista nas teorias do desenvolvimento cuja crise da teoria económica do desenvolvimento e das análises economicistas (desde o início dos anos 80) fornecem um contexto favorável à sua eclosão. Destaquem-se as análises elaboradas por Serge Latouche que se centram num diagnóstico de incompatibilidade das culturas não ocidentais com um desenvolvimento tido como irrevogavelmente ocidental e destruidor, cuja única alternativa seria a informalidade crescente (PETITEVILLE, 1995).

ancestrais que se transmitem através das gerações (o *habitus*), exigidas pelas pressões variáveis da modernidade (as situações inéditas). De forma a evitar as perspectivas mais radicais que têm caracterizado a análise da modernidade e da tradição, considera-se importante reter as virtudes da análise das misturas e das mestiçagens, proposta por Jean-Loup Amselle. A preponderância em contextos africanos de “lógicas “mestiças” faz ressaltar, em grande parte dos casos, o seu sincretismo original (AMSELLE, 1990:9-10)<sup>27</sup>. Esta perspectiva permite evidenciar as propriedades dinâmicas das sociedades africanas consideradas genericamente como “tradicionais” e ter em linha de conta a sua capacidade de adaptação: não só elas conseguem sobreviver mas também adaptar-se à mudança, evoluir e produzir sistemas de sentidos novos que manifestam a sua vitalidade como colectividade humana (PETITEVILLE, 1995:872).

As misturas e mestiçagens ocorrem aos mais variados níveis. As transformações referentes às solidariedades tradicionais e a criação de novas em meio urbano estão relacionadas com as necessidades e aspirações emergentes. Os cidadãos africanos, grande parte deles socializados em meio comunitário, incorporam racionalidades e estratégias tendencialmente abrangentes em meio urbano, nomeadamente competição escolar e a competição pelo acesso ao trabalho raro (MARIE, 1998:420). A forma como se processam estas transformações apresenta um carácter flexível e uma capacidade de articulação dos modelos em presença, permitindo o aparecimento de lógicas mistas. Os sujeitos, pertencendo ao mesmo tempo à sociedade urbana e à sua comunidade de origem, fazendo vai-e-vens permanentes entre esses dois pólos de um mesmo campo social global e chamados a arbitrar constantemente entre as suas exigências diferentes, muitas vezes contraditórias, entre lógicas sociais antinómicas (concorrência capitalista e solidariedade comunitária), transformam-se tendencialmente em mestiços culturais (MARIE, 1998:418).

---

<sup>27</sup> Rejeita essencialmente as perspectivas culturalistas porque integram uma lógica “fixista” que favorece a etiquetagem das sociedades africanas de tradicionais para melhor as encerrar aí.

A transformação das solidariedades tradicionais gera também novas formas de organização social. As recomposições sociais a que se assiste na África urbana passam, essencialmente por mudanças ao nível das estruturas familiares (nomeadamente no que diz respeito à composição, alianças e matrimónios, à filiação<sup>28</sup>), das solidariedades e dos estilos de vida (MBEMBE, 2000). Noutros aspectos sociais e culturais são também visíveis sinais de mudança<sup>29</sup>. Em meio urbano africano o sincretismo religioso tende a caracterizar as formas religiosas; regista-se a diminuição (nalguns casos) da autoridade dos mais velhos (MERLIN, 1996:15), permanecendo forte o sentido de grupo (marcado pela hospitalidade, pelas reuniões frequentes). O desenvolvimento da economia de mercado introduziu uma tendência à unificação das estruturas sociais mas também criou e multiplicou as diferenciações (MASSIAH & TRIBILLON, 1988:94). Se por um lado se enfatiza o desenvolvimento das classes trabalhadoras e se assiste a uma tendencial (ou intencional) estratificação social baseada no emprego ou ligada ao estatuto socioprofissional (MASSIAH & TRIBILLON, 1988:96), por outro organizam-se, estruturam-se e reforçam-se redes de solidariedade baseadas em critérios específicos cujo posicionamento e estatuto dos seus membros é atribuído em função das suas capacidades de redistribuição no grupo e de geração de fidelidades. A modernidade introduz formas novas de desempenho económico que, de um modo geral, não correspondem inteiramente aos modelos adoptados em termos de política económica: os Estados revelam uma dificuldade em constituir um suporte institucional e organizacional (bem como infraestrutural) adequado às metas propostas, o que mantém as necessidades da população muito abaixo dos níveis desejados, impelindo a criação de sistemas originais adaptados. O que

---

<sup>28</sup> Por exemplo, numa pesquisa realizada no Togo, constata-se que o estatuto das mulheres, determinado pela fertilidade no contexto tradicional, se desloca actualmente para uma base mais individualista (e autónoma), devido ao aumento do nível de escolarização das mulheres e da urbanização. A par desta transformação, a estrutura familiar também está a sofrer alterações através do casamento mais tardio e da redução do número de filhos (ASSOGBA, 1990).

<sup>29</sup> Veja-se, por exemplo, a manutenção de rituais femininos em meio urbano como forma de manter as estruturas sociais de controle da reprodução biológica (FASSIN, 1987).

para alguns analistas se expressa na proposição de que a inevitável inovação é integrada na indispensável tradição (POIRIER, 1993).

Apesar do já longo contacto com a economia e sociedade mundiais, as transformações introduzidas em África não se revelaram profundas em todos os aspectos e muito menos se registou uma ruptura em relação a todos os aspectos relacionados com as práticas e estruturas económicas. A participação de indivíduos isolados numa economia de mercado baseada na acumulação e na transmissão de capital revela não ser suficiente para modificar as estratégias tradicionais. Mesmo nos meios rurais, onde a economia de um grupo étnico continue a funcionar em circuito mais ou menos fechado e enquanto a estratificação dessa sociedade se mantém independente da divisão do trabalho e da especialização técnica, a acumulação de capital mantém-se quantitativamente limitada e as formas de riqueza pouco diversificadas (CLIGNET, 1995:205).

Segundo esta perspectiva, o trabalho assalariado, central no modelo “moderno”, é adaptado às condições objectivas existentes e, necessariamente, incorporado nas racionalidades e práticas dos indivíduos e grupos de forma a possibilitar a gestão dos aspectos “tradicionais” e inéditos, de forma articulada, flexível e híbrida. Apesar de na actualidade o entendimento deste processo ser dominante em termos analíticos, durante vários anos revelou-se difícil a compreensão dos fenómenos económicos em contextos não ocidentais e, conseqüentemente, a compreensão da adaptação dos modelos introduzidos nestes contextos às práticas e racionalidades aí dominantes. Neste âmbito, as ciências sociais e em especial as investigações realizadas no seio de sociedades em transição e em reformulação, revelaram ser fundamentais e contribuíram para a criação de um quadro de análise mais inclusivo e pertinente.

## **CAPÍTULO II: Trabalho Assalariado**

Existem várias perspectivas de análise do trabalho assalariado entre as ciências sociais (que por sua vez utilizam conceitos e metodologias de análise diferenciados), essencialmente produzidas nos contextos onde este é a relação económica dominante, às quais se foram juntando as análises dos contextos onde as relações económicas dominantes são de ordem diferente. No caso dos países africanos na actualidade, surgem ainda novas perspectivas sobre o trabalho assalariado como modelo dominante e adoptado em termos nacionais, de organização e política económica e a sua articulação com as práticas e relações económicas realmente existentes.

Neste capítulo, apresenta-se o debate que acompanha a evolução da ciência económica e as perspectivas desenvolvidas pela antropologia, sendo esta última aquela ciência cujas reflexões mais contribuíram para o entendimento dos fenómenos económicos em contextos não ocidentais. Ainda no âmbito da antropologia do económico, são explorados os resultados produzidos pela antropologia realizada em meio empresarial, sobre trabalhadores assalariados e sobre empresários do sector formal, já que dizem respeito ao trabalho especificamente e incluem referências importantes relativas ao assalariamento nos países menos desenvolvidos. As restantes apresentações atribuem uma maior ênfase à análise realizada sobre o trabalho em África em geral, concluindo-se com uma exposição do debate sobre as actividades económicas na África contemporânea, debate este cujos desenvolvimentos mais significativos adquirem maior expressão no âmbito das reflexões sobre o formal e o informal.

## 1. Perspectivas económicas

No que diz respeito à abordagem da economia, regista-se um privilégio pela análise de um objecto cuja autonomia constituiu a base da autonomização da própria ciência: as trocas de cariz económico. Desde a sua génese que a economia se apoia em instrumentos de carácter universalista e em modelos mais ou menos rígidos, tendendo a separar o económico dos outros aspectos da sociedade e utilizando para tal dois conceitos simplificadores: o princípio de maximização (o indivíduo é concebido como maximizando as suas satisfações; atribui-se ao indivíduo uma série de motivações puramente económicas e separadas de outros tipos de motivações) e o princípio de atribuição (concebe-se a economia como a utilização racional de meios raros para realizar determinados objectivos e que este tipo de actividade se exerce não importa em que conjunto de instituições socioeconómicas, não importa em que momento e não importa em que contexto).

É esta ciência que mais se tem dedicado à análise do trabalho e da relação assalariada enquanto componentes da economia capitalista. Na origem da disciplina da economia, os economistas tiveram a tendência para considerar que apenas o trabalho humano seria fonte de riquezas. As transformações ocorridas no século XVIII em relação ao trabalho, em especial a contratualização que impele os indivíduos a tecer laços não voluntários, concorrem para a constituição de novas concepções da sociedade e dos laços sociais (MÉDA, 1995). Acompanhando estas transformações, reforça-se na teoria económica a utilização de um aparelho matemático formalizado (resultado da herança a nível das intenções de exactidão e formulação de leis semelhantes às das ciências naturais) e da análise realizada a partir dos indivíduos ou das agregações de indivíduos, racionais (*homo economicus*) cuja actividade se resume a "...ordenar as preferências e a efectuar escolhas alternativas em vista de maximizar a sua satisfação global. A utilidade é o



critério de escolha que permite classificar as preferências dos indivíduos” (MÉDA, 1995:210)<sup>30</sup>.

É no século XVIII que se considera ter sido “inventado” o trabalho, através de Adam Smith e das suas investigações sobre as leis que determinam o aumento da riqueza<sup>31</sup> (perspectivas que se sucedem através de Malthus, Say, Marx): “Tudo se passa como se o trabalho se tivesse tornado a razão da nova sociedade, como se o laço social se construísse graças à venda dessa substância individual que é o esforço” (MÉDA, 1995:77).

As interpretações para esta viragem na ordem dos valores ocorrida nesta altura passam pelas explicações de tipo determinista (que indicam como explicação a Revolução Industrial ou outras que invocam factores demográficos), por aquelas que encontram a explicação nas crenças, representações ou ethos (conversão das mentalidades, por exemplo em Weber) ou as que assentam a explicação nos fenómenos sociais que acompanharam o nascimento do trabalho, especialmente a emergência do económico como domínio da realidade e a emergência do indivíduo<sup>32</sup>.

É o trabalho, como meio de uma nação aumentar a sua riqueza, que está submetido a uma lógica de eficácia que assumiu a figura do capitalismo, “...forma de economia cujo princípio é a rentabilidade em matéria de aumento do capital investido” (MÉDA, 1995:146). E esse capitalismo, a sua afirmação como modelo socioeconómico com pressupostos específicos, ocorre

---

<sup>30</sup> Isto numa fase neo-clássica. Com os marginalistas a concepção é “...afinada, passando a entrar em conta não só com os desejos dos diferentes indivíduos mas introduzindo além disso a consideração do tempo e das quantidades disponíveis de um bem dado no decurso do tempo para um mesmo indivíduo” (MÉDA, 1995:210).

<sup>31</sup> Adam Smith postula que a riqueza é aquilo que é absolutamente desejável (e por tal não necessita de demonstração) e que a riqueza das nações depende exclusivamente do trabalho. O trabalho é a força humana e/ou mecânica que permite criar valor; apresenta uma dimensão concreta do dispêndio físico e uma dimensão abstracta segundo a qual é tido como substância homogénea, idêntica em todos os tempos e lugares e infinitamente divisível em unidades quantitativas; o trabalho é o fundamento das trocas, permite a troca universal e mede-se segundo os critérios do tempo de trabalho e a habilidade ou destreza (DENIS, 1990).

<sup>32</sup> Para Méda, Hirschman e Dumont (MÉDA, 1995:79-80).

essencialmente com a transformação do trabalhador numa mercadoria, reduzindo o trabalho a um simples factor entre outros. O trabalho assalariado, “...troca de uma prestação contra um salário, sendo a troca objecto de um contrato” (MÉDA, 1995:149), tem implícita uma lógica de subordinação entre assalariado e empregador e, apesar de “...o estatuto de assalariado [ter sido] objecto de uma normalização através dos direitos cívicos de redistribuição e participação social...” dando a possibilidade de viver numa liberdade, justiça social e bem-estar crescentes, nem por isso a violência desaparece e a subordinação mantém-se<sup>33</sup>. Ou seja, o assalariamento significa simultaneamente violência e liberdade. “A simplicidade da noção de trabalho é resultado de uma simplificação histórica bem real, a redução da força de trabalho ao estado de uma mercadoria uniforme, medida pelo tempo e intercambiável” (POUILLON, 1976:127), sendo o salário a expressão monetária do valor da força de trabalho. Neste sentido, o trabalho tal como é concebido actualmente, é um conceito que pertence à esfera do capitalismo (GORZ, 1997).

A centralidade do trabalho assalariado nas sociedades ocidentais tem, em todo o caso, registado algumas transformações no sentido de uma atenuação ou pelo menos redefinição desse valor, tal como é apontado em alguns estudos sobre este tema<sup>34</sup>. Estas transformações põem em evidência a dificuldade que existe para encontrar um consenso relativamente ao papel que deverá ter o trabalho na construção da identidade e do laço social. O trabalho, especialmente o trabalho assalariado, adquiriu uma valorização central positiva no que respeita às referências dos indivíduos. Implicitamente, desejando desenvolver as actividades e os empregos, postula-se que esse papel deve ser importante mas ao mesmo tempo não se pode ignorar que o trabalho se encontra sobrevalorizado nas sociedades dos países desenvolvidos (SAUVAGE, 1996:26).

---

<sup>33</sup> Idem, p.155, citando essencialmente Habermas.

<sup>34</sup> Ver a este propósito, OLIVEIRA (1993) e também FRIEDMANN (1963).

Aliada à centralidade do trabalho assalariado e à sua importância nas sociedades modernas, está a divisão social do trabalho, analisada por Durkheim. A divisão do trabalho, não sendo específica do mundo económico e manifestando-se a sua influência crescente nas mais diferentes áreas da sociedade, é, para Durkheim, não só uma lei da natureza mas também uma regra moral da conduta humana (DURKHEIM, 1989). Neste sentido, é implícito que a divisão do trabalho social, além de fenómeno prático de organização da economia e da sociedade constitui também uma forma de racionalização da própria economia e da sociedade, implicando valores e ideologias específicos, fonte da civilização. Nas sociedades modernas, em que aumenta a divisão do trabalho social, cresce também um outro tipo de forma de relacionamento entre os actores sociais: existe uma espécie de passagem de um tipo de solidariedade mecânica (onde o individualismo é nulo; a consciência individual é uma simples dependência do tipo colectivo e a personalidade individual está absorvida na personalidade colectiva) para solidariedades de tipo orgânicas (que supõem uma diferenciação entre os indivíduos, em estratos sociais). Quanto mais “primitivas” são as sociedades, mais semelhanças existem entre os indivíduos que as compõem (DURKHEIM, 1989:155).

Esta aparente universalidade do trabalho como valor central na sociedade é cada vez mais posta em causa, especialmente através das contribuições trazidas pela análise dos contextos económicos e laborais dos países menos desenvolvidos. A variedade de situações reais de trabalho que é possível descobrir por trás de uma aparente relação salarial clássica, contradiz a universalidade desta relação social, indicando que ela é objecto de negociações particulares e reenvia a determinações sociais, económicas e culturais múltiplas, com as quais os capitalismos internacionais ou locais articulam voluntariamente ou se constroem (AGIER, 1987a:5), gerando “salarizações ambíguas” ou a “gestão informal do assalariado”<sup>35</sup>. Noutros contextos, não estamos em presença de um mercado livre da força de trabalho mas sim de sistemas onde o trabalhador aparece como sujeito e alvo de estratégias

---

<sup>35</sup> LAUTIER (1986) citado em AGIER (1987a) e COPANS (1987)

diferentes e ocasionalmente divergentes (AGIER, 1987a:6). Estas perspectivas contribuíram para a alteração de algumas das posições ao longo do desenvolvimento da ciência económica, sendo actualmente (...) “a pretensão da economia de ser o fundamento e infraestrutura da sociedade inaceitável, havendo que reatribuir às diversas formas de actividade económica o seu lugar” (ROUSTANG, 1996:39).

A autonomização da economia e do campo do económico levou à distanciação progressiva das questões relacionadas com o trabalho dos outros aspectos ligados à sociedade e a especialização em determinados temas, (embora recente) acentuou essa distanciação. A economia do trabalho (GAZIER, 1991) desenvolve-se como um ramo da economia por volta dos anos 40 e 50 do século XX, apesar de o desenvolvimento da própria ciência económica, especialmente com Adam Smith, ter contemplado o trabalho como tema fulcral. Esta especialização está relacionada essencialmente com o surgimento das negociações colectivas, especialmente com o desenvolvimento do movimento sindical americano (GAZIER, 1991:6): “Os temas tradicionais da economia do trabalho passam pela análise das condições de existência das pessoas nas nossas sociedades maciçamente assalariadas e que fazem do exercício de uma actividade profissional uma base essencial de inserção social. Passam a constituir um campo de análise autónomo, as condições de trabalho, as desigualdades salariais, os efeitos da sindicalização, as práticas de recrutamento e despedimento, o desemprego e a formação profissional...” (GAZIER, 1991:1). Esta especialização reflecte não só a importância atribuída ao trabalho assalariado mas também à centralidade que este assume na constituição e estruturação das relações sociais. Ao trabalho e às contraprestações salariais respectivas correspondem posicionamentos em termos sociais, reconhecimento social e definições estatutárias.

A riqueza social, tal como é concebida actualmente, está bem expressa no modo como é construído o indicador de riqueza, o PIB, que apenas entra em linha de conta com a produção socialmente organizada, a produção organizada

tendo em vista a venda ou a troca. E os seus princípios, especialmente o relativo ao *homo economicus*, são, até determinada altura<sup>36</sup>, tidos como universais e eternos, transformando a economia em ciência social de todos os tempos, ciência que descobre e promove o princípio de racionalidade concebido como princípio universal de toda e qualquer acção racional.

Nos fundamentos da teoria económica, prevalece a ideia de que o aperfeiçoamento da sociedade se processa através do crescimento e da multiplicação de riquezas graças à terra ou ao trabalho dos homens (JACOB, 1994:101). O caminho para a civilização passa por uma transformação da relação que os homens têm com o trabalho e esta aproximação permite estabelecer hierarquias entre sociedades. Esta perspectiva, profundamente marcada por enclivamentos resultantes do paradigma dominante, constitui a base da distinção entre sociedades mais avançadas e menos avançadas, revelando-se por isso insuficiente para o entendimento das economias e sociedades não ocidentais. Para que o valor do trabalho se torne positivo e progressivamente central, tem primeiro que tornar-se um valor de consenso defendido e posto em prática pelo conjunto do corpo social<sup>37</sup>. O trabalho, antes de poder satisfazer os critérios da economia, deve ser um valor social positivo, daí que os primeiros economistas se tenham revelado essencialmente teóricos morais (JACOB, 1994:246). Esta postura, embora continuando a revelar normativismos, coloca em destaque a necessidade de perspectivar o trabalho assalariado através do entendimento das lógicas que sustentam a sua maior ou menor valorização nas diferentes sociedades.

Em todo o caso, as lógicas que sustentam o assalariamento como relação social dominante nas sociedades ocidentais são também alvo de questionamentos na actualidade. Para alguns analistas é necessário que o “trabalho” (no contexto capitalista) perca a sua centralidade na consciência, no

---

<sup>36</sup> Analistas há que consideram que a introdução do Índice do Desenvolvimento Humano significa um passo qualitativo substancial relativamente à análise da riqueza e do bem-estar. Em todo o caso, os indicadores económicos e relativos à produção continuam a constituir uma das variáveis de maior importância no cálculo deste indicador.

<sup>37</sup> Weber considerou que estavam reunidas estas condições entre os puritanos ingleses.

pensamento, na imaginação de todos...” (GORZ, 1997:11). O trabalho é definido à partida como “...uma actividade social, destinada a inscrever-se no fluxo das trocas sociais à escala de toda a sociedade. A sua remuneração atesta essa inserção (...) e o trabalho preenche uma função socialmente identificada e normalizada na produção e reprodução do todo social; (...) deve ser identificável pelas competências socialmente definidas que ele gera segundo procedimentos socialmente determinados. Deve ser um ofício, uma profissão, ou seja, o pôr em prática de competência institucionalmente certificadas segundo procedimentos homologados” (GORZ, 1997:14). As transformações económicas que ocorrem nos contextos ocidentais levaram a que as relativizações quanto à centralidade da relação assalariada começassem a constituir uma preocupação cada vez mais difundida.

O ponto de vista da economia do trabalho parte de uma definição do trabalho como a actividade humana visando criar, produzir e fornecer bens e serviços (conjunto de acções com um determinado objectivo onde existe dispêndio de energia física e mental) e encara-o como escolhas calculadas individuais ou colectivas (GAZIER, 1991:2). O que põe em evidência três características essenciais do trabalho: ele é objecto de avaliação monetária, é objecto de trocas e de coordenação e determina, para a grande maioria da população, os recursos a que cada um tem acesso. Ou seja, mesmo existindo a preocupação em reavaliar o papel e a importância do assalariamento nas sociedades capitalistas ocidentais, este continua a desempenhar um papel fundamental nas relações sociais e na integração e posicionamento dos indivíduos em termos sociais.

Se estas ideias se encontram amplamente difundidas e clarificadas em relação às sociedades e economias do mundo ocidental, durante vários anos constituíram modelos de análise mal adaptados às realidades económicas de outros contextos. As perspectivas antropológicas sobre as actividades económicas desde cedo reflectiram a dificuldade de aplicação das teorias económicas a outros contextos e, como resultado do esforço de entendimento

destas sociedades, foram produzidas novas perspectivas sobre formas de organização económica que por sua vez contribuíram para avanços significativos em vários campos da teoria económica.

## **2. Perspectivas antropológicas**

Para os antropólogos, algumas questões relacionadas com a esfera da produção e das trocas foram-se revelando importantes, acompanhando a evolução dos estudos realizados junto de comunidades mais afastadas do sistema de trocas mundial. Durante muitos anos os antropólogos utilizaram pouco a teoria económica e mesmo quando surgiram os primeiros estudos sobre a vida económica dos povos primitivos a atenção foi quase exclusivamente concentrada na ecologia e na tecnologia. Os trabalhos pioneiros de Boas, Thurnwald e Malinowski (nas primeiras três décadas do século XX) introduzem algumas inovações nesta área ao considerarem a economia como o processo de satisfação das necessidades materiais e ao tratarem as motivações e as instituições económicas como partes integrantes do processo social como um todo. Nos anos 40 regista-se um redireccionamento da teoria antropológica e passam a ser realizados trabalhos que utilizam a teoria económica dominante mais amplamente que os primeiros antropólogos. Esta nova escola de antropólogos consagra-se fundamentalmente ao exame detalhado da vida económica primitiva utilizando a terminologia da teoria económica (as trocas, o comércio, a moeda, a utilização do capital, a propriedade fundiária, entre outros) com a finalidade de poder comparar sociedades e extrair princípios gerais do comportamento económico entre os povos primitivos. Destacam-se, nesta escola formalista, Melville Herskovits, Sol Tax, Raymond Firth e D.M. Goodfellow. É ainda durante este período, em que predomina a constatação da universalidade do *homo economicus* que se vão opor a estas ideias outros antropólogos, nomeadamente Polanyi, Malinowski ou Dalton, "...mostrando que a dimensão económica existia de facto nas sociedades primitivas, enquanto função de

abastecimento e de satisfação das necessidades, mas que se tratava de uma função inserida nas relações sociais, ou até regida por elas, não se lhe podendo aplicar as nossas actuais teorias” (MÉDA, 1995:245).

Partindo do princípio que o trabalho não é uma invariante da natureza humana ou das civilizações mas sim uma categoria profundamente histórica (MÉDA, 1995:35)<sup>38</sup>, as principais análises das sociedades não estruturadas pelo trabalho referem-se às sociedades primitivas dos antropólogos<sup>39</sup>, nomeadamente às conclusões dos trabalhos de M. Sahlins ou Malinowski. Sobre o trabalho nas sociedades exteriores a este domínio do assalariamento, as conclusões mais cedo evidenciadas referem-se ao tempo, esforço e interesse reduzidos ocupados pelo trabalho relativo à satisfação de necessidades básicas nessas sociedades; ao facto de as actividades de produção tendo em vista a subsistência nunca serem exercidas a título individual ou por motivações puramente individualistas; ao facto de o trabalho não ser efectuado tendo em vista a troca.

As dificuldades registadas no emprego da teoria económica dominante enquanto instrumento de análise no estudo da economia primitiva apresentavam dois inconvenientes principais: as categorias e as definições da economia não podiam ser aplicadas aos estudos antropológicos<sup>40</sup> porque os fenómenos analisados (moeda, capital, lucro, salário, rendimento, empresas, mercados, etc.) não só têm funções económicas específicas nas sociedades ocidentais como implicam uma realidade institucional que pode ser identificada e descrita, resultado de um desenvolvimento histórico particular; por outro lado, a economia formal baseada nos princípios de maximização e de atribuição (teoria da escolha entre alternativas) deixa de fora largos sectores da economia.

---

<sup>38</sup> Grande parte da argumentação apoia-se nos dados relativos às sociedades Grega e Romana (clássicas) e às sociedades da Idade Média onde o trabalho não é valorizado sendo inclusivamente desprezado. É apenas na Idade Média, sob influência do cristianismo que continha esta valorização em germe (MÉDA, 1995:53), que se assiste a uma lenta conversão dos espíritos e das práticas no sentido da valorização do trabalho.

<sup>39</sup> Uma objecção é apresentada em relação ao privilégio das sociedades primitivas por parte dos antropólogos (LAUTIER, 1998) que deixa de fora toda a produção recente e substancial sobre os contextos dos países em desenvolvimento.

<sup>40</sup> Da época, em que predominavam as análises sobre as sociedades ditas primitivas.



Em todo o caso, permanece em todas as abordagens antropológicas (e constitui um dos principais impulsos à reflexão sobre o económico) a perspectiva central que existem diferenças marcadas entre as sociedades capitalistas<sup>41</sup> e não capitalistas.

A abordagem antropológica do económico atravessou fases distintas antes de conseguir delimitar o seu objecto de estudo e estas perspectivas sobre o económico derivaram do tipo de abordagem e escolas ligadas a cada um dos antropólogos (GODELIER, 1973), destacando-se algumas mais importantes como a funcionalista, a marxista, a estruturalista.

A ponderação sobre a autonomia ou centralidade da economia em sociedades menos integradas no sistema mundial persiste nos trabalhos recentes e a tendência actual é para se considerar que por todo o campo do económico se imbricam ideologias, práticas e mesmo estruturas dos modelos tradicionais originais, muitas vezes em conflito com as ideologias e práticas do sistema global (implicitamente ocidental, capitalista e assalariado). Este aspecto é sublinhado inclusivamente nas análises sobre as organizações de produção tipicamente capitalistas (as empresas) em contexto não ocidental, constatando-se por exemplo a permeabilidade das empresas africanas ao seu ambiente cultural e social, patente na pertença dos empresários às diversas redes (familiares, confessionais, associativas, políticas) que constituem factor de atribuição de autoridade (LABAZÉE, 1995:142). Está presente também na sobredeterminação das solicitações e constrangimentos familiares (por exemplo em relação às possibilidades de despedimento, ao recrutamento, mas também em relação à utilização de aprendizes) sobre os organizacionais, revelando-se os laços comunitários presentes no centro de uma economia de investimentos sociais, praticada pelos empresários africanos e estas racionalidades atravessam os mais diversos campos do económico.

---

<sup>41</sup> Onde o assalariamento é predominante, muito embora existam formas de trabalho não assalariadas como o trabalho doméstico.

Para Maurice Godelier, um dos teóricos mais importantes da antropologia económica cujas reflexões principais se referem ao entendimento do económico nas sociedades primitivas<sup>42</sup>, "...o trabalho, então, não pode deixar de ser um acto múltiplo, ao mesmo tempo económico, político, religioso e é o caso da maior parte das sociedades pré-capitalistas onde o trabalho enquanto tal, como actividade somente económica não existe" (GODELIER, 1974). E adianta que ao antropólogo cabe descobrir a lógica oculta que explica o sentido desses comportamentos (económicos) e o sentido das estruturas (sociais) (GODELIER, 1974:251).

Contrariando a tendência para um relativismo quase absoluto que tendia a avançar e a considerar as sociedades não ocidentais como desprovidas de racionalidades próprias quanto à gestão dos recursos<sup>43</sup>, desenvolvem-se as perspectivas sobre os aspectos estratégicos da relação homem/ambiente, situados por um lado ao nível das técnicas e, por outro, ao nível da estrutura da organização social da produção (GODELIER, 1976:671), considerando desta forma o sistema económico e social como determinante de um modo específico de exploração dos recursos naturais (e do trabalho humano) determinando, conseqüentemente, as normas específicas do "bom" e do "mau" uso dos recursos, i.e., uma forma específica, original, de "racionalidade económica" intencional<sup>44</sup>. Os comportamentos económicos passam a ser racionais na medida em que são "adaptados" aos constrangimentos específicos e diferentes que são, antes de mais, os das suas relações económicas e sociais (GODELIER, 1976:672). A economia não ocupa, no seio dos diversos tipos de sociedades, o mesmo lugar e, conseqüentemente, não se reveste das mesmas formas e não segue os mesmos desenvolvimentos que a sociedade industrial e capitalista (GODELIER, 1976:678). Esta perspectiva é ainda mais evidente na

---

<sup>42</sup> Note-se que o essencial da génese da antropologia económica tem como ponto de partida a análise das sociedades denominadas de primitivas e/ou de pré-capitalistas, que correspondem no fundo às sociedades não ocidentais. O mesmo tipo de questões (e outras) continua a ser válido para os contextos "externos" ao modelo capitalista.

<sup>43</sup> Por exemplo de K. Polanyi e de G. Dalton para quem as estratégias de optimização não têm sentido e não são possíveis senão no seio de uma sociedade capitalista de mercado.

<sup>44</sup> Por racionalidade "intencional" entende-se um sistema de regras sociais elaboradas conscientemente e aplicadas para atingir de melhor forma um conjunto de objectivos que traduzem um certo modo de produção e de organização social (GODELIER, 1976:672).

actualidade, tornando-se abrangente a influência dominadora do capitalismo – embora a diferentes níveis – dissipando-se assim a diferenciação entre tipos de sociedades e tipos de economias.

Claude Meillassoux desenvolve e reforça estas perspectivas sobre a imbricação de estruturas e esferas do social com a actividade económica e produtiva, atribuindo importância fundamental, nas sociedades não ocidentais, ao papel que desempenham as hierarquizações etárias e o poder exercido pelos mais velhos (MEILLASSOUX, 1982). A teorização sobre a racionalidade económica nas sociedades não ocidentais permitiu demonstrar que o *homo economicus* não é pertinente e que “ o arquétipo da racionalidade ocidental é específico apenas nas sociedades mercantis. A compreensão dos comportamentos dos agentes [nesses contextos] passa, então, pela consideração prévia das estruturas sociais e dos sistemas de valor” (HUGON, 1999:78). Esta questão, embora colocando algumas interrogações quanto à influência dos sistemas económicos dominantes sobre as estruturas sociais e ideológicas “de base”, não deixa de revelar um eixo fundamental por que se inicia a análise das economias das sociedades não ocidentais, a saber, a articulação entre as práticas e modelos económicos dominantes e as racionalidades e lógicas dos actores.

Esta imbricação, sempre original e resultado da conjugação de factores de ordem e de características diversas, dependendo dos contextos, resulta em “reinvenções” do capitalismo e dos pressupostos que lhe servem de base. A reinvenção da diferença em contextos não ocidentais verifica-se no âmago do capitalismo que constitui, em grande parte dos casos, o modelo económico adoptado a um nível de política económica nacional. A difusão dos modelos políticos, culturais ou económicos com pretensões universalistas é filtrada pelos espaços e temporalidades de terreno dos quais não se pode subestimar a complexidade (BAYART, 1994:17). O capitalismo, entendido enquanto um *ethos* ligado ao Estado racional (Weber), cuja análise supõe uma diferenciação do campo económico dos campos religioso e político (K. Polanyi e de L.

Dumont) e pressupõe a emergência de uma *Polizeiwissenschaft* que facilita a gestão do problema população/riqueza (M. Foucault) (BAYART, 1994:42), apresenta características que não podem ser transpostas directamente para sistemas onde práticas, lógicas e estruturas não correspondem ao modelo ou às sociedades-modelo (aquelas onde o sistema capitalista se encontra mais difundido e consolidado), mesmo que imposto historicamente na prática com todas as suas consequências. Esta questão, no seio da antropologia, encontra-se relativamente bem explorada quer no campo do político (nomeadamente no que diz respeito à análise dos sistemas políticos e da introdução dos modelos democráticos em contextos não ocidentais), quer no campo do económico, através da análise realizada em ambientes de produção industrial.

A análise das empresas e das organizações “modernas” em contextos em desenvolvimento permitiu a reflexão sobre um conjunto alargado de temas que, mais uma vez, colocaram em evidência os rearranjos e as articulações entre os sistemas de carácter global e as estruturas e lógicas presentes nos contextos. Por outro lado, os avanços em geral nas ciências sociais, permitiram integrar nas análises sobre o trabalho assalariado as dimensões sociais e políticas e sublinhar a importância da relação entre a esfera do trabalho e do “fora do trabalho” na regulação do mercado de trabalho (LAUTIER&PEREIRA, 1994:303-5). Uma das principais consequências deste tipo de enfoque é sem dúvida a constatação de que não existe (nos países em desenvolvimento) um único mercado de trabalho (os mecanismos de circulação e utilização da força de trabalho são múltiplos e determinados por factores extra-económicos) e que o nível de regulação institucional deste mercado é fraco (LAUTIER&PEREIRA, 1994:306). Desta forma, foram-se afirmando, paulatinamente, as concepções das economias e das estruturas económicas nos países não “desenvolvidos” como apresentando especificidades cuja compreensão se revela de interesse não só para as ciências sociais em geral mas também para os agentes envolvidos nos processos de adaptação e transformação dos sistemas económicos.

## 2.1. Antropologia, Empresas, Trabalhadores e Empresários

No que toca à análise recente da antropologia sobre os temas relacionados com o trabalho assalariado, o conjunto das produções teóricas na área da antropologia das empresas, dos trabalhadores e dos empresários constitui uma base importante para a análise dos desenvolvimentos que têm registado as questões sobre economias e sociedades menos próximas do modelo capitalista, muito embora grande parte da produção nesta área seja referente às sociedades industrializadas.

A antropologia feita nas empresas tem vindo a constituir um campo de trabalho com uma produção cada vez mais abundante e aprofundada, integrada nos desenvolvimentos que registam a antropologia do contemporâneo e a antropologia urbana no século XX. Durante os anos 20, os principais eixos por onde se começa a estruturar este campo de estudos passam pelo reconhecimento do campo da mudança social, pela tomada em consideração da importância das migrações laborais (especialmente entre a antropologia social britânica), pela análise da vida urbana e do universo industrial. Entre outras investigações que se revelam cada vez mais pertinentes, salienta-se ainda o estudo dos fenómenos relativos às recomposições étnicas em meio urbano ou às associações e dinâmicas religiosas e culturais que desde cedo se mostraram relacionadas com o trabalho em empresas, constituindo-se assim as bases para uma antropologia feita nas empresas e para uma antropologia dos efeitos da industrialização (COPANS, 95)<sup>45</sup>. Entre os anos 50 e 70 começa a autonomizar-se a sociologia do trabalho ao mesmo tempo que se assiste à emergência da ciência política do movimento laboral que enfatiza a análise das

---

<sup>45</sup> Ver as referências aos vários autores (BROWN, 1973; WILSON & HUNTER, 1939; GLUCKMAN, 1971; KAPFERER, 1969 e 1997; BURAWOY, 1972 e 1974), ressalvando-se, contudo que muitas destas considerações acerca da antropologia das empresas podem encontrar-se inseridas em estudos de outros âmbitos.

condições do aparecimento de uma classe trabalhadora e de uma consciência de classe (COPANS, 95)<sup>46</sup>.

Este campo de estudos, com cada vez mais referências ao contexto urbano africano e às actividades económicas, regista também um grande desenvolvimento com a antropologia francesa (especialmente de G. Balandier) também nos anos 50 e nos anos 80 já existe uma substancial tomada em consideração da empresa nos estudos antropológicos, constituindo-se como linhas de força destas abordagens a análise do trabalho urbano, do formal e do informal, do ambiente de trabalho e as influências recíprocas do “fora do trabalho”<sup>47</sup>. Ao mesmo tempo em que se autonomiza o campo de estudos, assiste-se ao surgimento de algumas investigações mais sectoriais que incidem sobre aspectos diversificados, nomeadamente sobre diferentes lógicas de gestão ou sobre a influência da emergência do informal (MORICE, 1987; MIRAS, 1982 e 1984). As pesquisas confirmam que as estratégias dos trabalhadores os levam mais vezes em direcção ao auto-emprego do que à reprodução operária. Constata-se que não só os mercados de trabalho se articulam com o informal e com diferentes lógicas de gestão mas que o mesmo também se verifica em relação aos diferentes componentes do espaço económico global das empresas (mecanismos de contratação, práticas de sobreposição e de investimento por parte dos funcionários, o estatuto financeiro das clientelas), configurando-se assim um espaço económico fluído onde se singularizam modos de gestão originais sem grande relação com aquele das empresas “importadas” (COPANS, 1995). Grande parte das vezes, estas investigações (e a pesquisa empírica necessária) resultam da vontade de promover o desenvolvimento empresarial em contextos africanos por parte de organismos internacionais, ONGs ou governos africanos. Ao longo destas décadas, os aspectos exteriores aos modelos empresariais promovidos pelo desenvolvimento e pela modernidade são analisados tendo em conta os aspectos informais que permeiam sectores modernos e formais, o que

---

<sup>46</sup> A este propósito refere alguns autores (COHEN, 1980; MUNCK, 1988; BOYD et al., 1987; LLOYD, 1982; COPANS, 1987 e 1991), mantendo-se, contudo aquilo que foi afirmado acima.

<sup>47</sup> Entre estas produções destacam-se aquelas realizadas pelo ORSTOM.

impulsiona igualmente o prolongamento até às temáticas relacionadas com o informal, com o comércio e comerciantes, à adaptação do comércio tradicional à economia colonial, às estratégias estatais pós-coloniais, às estratégias de reconversão e de adaptação a novos constrangimentos políticos, territoriais e financeiros (AMSELLE & LE BRIS, 1982; MEILLASSOUX, 1982; AGIER, 1987; GREGOIRE & LABAZÉE, 1993). Embora revelem a pertinência da análise das economias africanas face às transformações dos últimos anos, estes trabalhos desenvolvem igualmente pesquisas em áreas que se revelam pertinentes para o entendimento dos processos de transformação socioeconómica e que apresentam especificidades em diversas épocas, tais como as empresas ou os empresários africanos.

Durante esta fase, as análises relativas às empresas revelam pertinência e utilidade e é reforçada a perspectiva de que elas são “um terreno antropológico a explorar” (LABAZÉE, 1991). Alguns trabalhos empíricos actuais, pela sua diversidade e aprofundamento, consagram uma atenção especial ao informal e às “informalidades” (CHEATER, 1986; WARNIER, 1993a; LABAZEE, 1988; BOUVIER, 1989; CLIGNET, 1995; D’IRIBARNE, 1991; PENOUIL&LACHAUD, 1985), engrossando a produção no campo da sociologia e antropologia do trabalho (CABANES et al., 1995). Alguns temas, por seu turno, registam menores desenvolvimentos e continuidade como as questões epistemológicas relativas à diferença entre antropologia dos empresários, dos trabalhadores e das empresas, as questões relativas à importância da empresa como operação de desenvolvimento (OLIVIER DE SARDAN, 1995; SHADUR, 1994; VALÉE, 1992), as temáticas relativas aos itinerários individuais, às trajectórias colectivas, às géneses de classes, as questões relativas às culturas e saberes práticos, à formalização, transmissão e utilização de saberes práticos de gestão, entre outros.

Das principais conclusões tiradas em encontros como o colóquio “Entreprises et Entrepreneurs en Afrique” (COQUERY-VIDROVITCH, 1983), destaca-se a ênfase colocada na reduzida atenção que é prestada à empresa africana por

parte dos antropólogos. Inicialmente, a produção nesta área atribuía maior preponderância ao conflito tradição/modernidade ou à problemática dos obstáculos socioculturais ao desenvolvimento, como se a empresa africana não tivesse sabido gerar a sua própria organização e a sua própria reprodução de modo a tornar-se aceitável através do conflito e do compromisso (CABANES, 1991).

Com os avanços e a multiplicação das análises de empresas, nomeadamente situando o enfoque no associativismo e na sindicalização, alguns trabalhos tentaram compreender os níveis de associação formal dos trabalhadores em empresas africanas, ficando contudo demonstrado que o tipo de comportamentos nestes contextos difere daqueles que se observam nos meios industriais mais desenvolvidos. As estratégias dos trabalhadores que deixam pouco espaço à proletarização, a realidade sindical fraca e clientelista, a pequena ou média dimensão da maior parte das empresas e a pertença do trabalhador a um número importante de grupos e de associações (socioculturais, religiosas), no interior e no exterior da empresa, que têm um carácter identitário, não facilitam e longe disso, a emergência de identidades operárias totalmente construídas (DIOUF, 1995). Em todo o caso, mesmo sendo estas análises baseadas na procura das estruturas “que faltam” às empresas africanas e aos trabalhadores africanos, elas permitiram adiantar algumas conclusões no que diz respeito à constituição de identidades operárias em termos sociais mais gerais.

Em todo o caso, um dos maiores contributos da análise antropológica das empresas situa-se ao nível da constatação de que as soluções organizacionais não podem ser transpostas de país para país já que as “culturas do trabalho” são informadas por todas as diversidades sociais dos trabalhadores originários da sociedade em interacção com o trabalho organizado segundo moldes que nem sempre constituem a base de organização social e económica (CABANES, 1995). Aliados a esta constatação, outros assuntos captam cada vez mais o interesse e revelam a



sua pertinência nomeadamente aqueles relativos à gestão da empresa africana que têm disponibilizado várias propostas de análise e de actuação em relação a estes contextos. Uma tendência mais recente coloca a ênfase na atenção que deve ser prestada aos efeitos tanto das culturas nacionais como da cultura de gestão sobre o comportamento no local de trabalho, atribuindo importância especial aos constrangimentos estruturais tais como o mercado, as subculturas e os conflitos nas organizações (SHADUR, 1994:53). Ou ainda os trabalhos desenvolvidos sobre a antropologia da empresa africana, sobre o ambiente social e actividade económica, empresas e empresários em contextos específicos (LABAZÉE, 1988), sobre o estado da arte relativamente aos empresários e as empresas na antropologia e sociologia africanista (COPANS, 1995), sobre a metodologia e trabalho de terreno nas empresas (SELIM, 1993). Tem sido mais ou menos regular a apresentação das especificidades e problemas e soluções da gestão industrial em África em cada um dos domínios da gestão (estratégia empresarial, gestão de recursos humanos, política de marketing, gestão financeira) (DELALANDE, 1987) ou das perspectivas antropológicas sobre a cultura organizacional (HAMADA & SIBLEY, 1994) em vários contextos.

As pesquisas realizadas constituem material de interesse para os mais variados campos de análise e trazem à luz as ideias que permitem uma melhor compreensão dos fenómenos relacionados com o trabalho e com as organizações. As questões dos métodos de análise, do trabalho de terreno, dos problemas de inserção dos investigadores em meio empresarial, constituem, por seu turno, uma base bem consolidada (SELIM, 1993). Esta base permite que se continuem a multiplicar as questões relativas às empresas africanas e ao trabalho, algumas delas originais. Uma das correntes que parece ter suscitado mais consensos está relacionada com a análise preferencial das recomposições em meio empresarial, relativas tanto à gestão como às relações laborais. De entre estas recomposições, surgem ainda estudos que apontam no sentido de reinvenções e reedições de práticas e modelos em certos contextos, “a reedição de formas anacrónicas de gestão de recursos humanos e

relacionamento interno, baseadas na memória da submissão colonial [em Moçambique]” (GOMES, 1996).

Perante as diversidades, a universalidade da empresa como local e modo de formação da actividade económica revela-se problemática. As modalidades de organização da actividade económica dependem muitas vezes dos conjuntos sociais nacionais modelados pela história e pelo peso do Estado, o que provoca “variações da razão privada” (VALLÉE, 1992:17), não se inscrevendo o resultado mais vantajoso de um comportamento económico forçosamente na esfera da produção. A “razão privada” põe em evidência as racionalidades que não se correspondem directamente ao modelo do desempenho económico capitalista num mercado privado (comportamento económico maximizador do lucro) demonstrando que existem particularidades africanas, racionalidades “otimizadas”, substancialmente afastadas do universal económico do interesse pessoal nos seus objectivos (VALLÉE, 1992:23-4, 251). Continua a ser posto em causa o *homo economicus*, ao mesmo tempo que se acentuam os questionamentos sobre a possibilidade de substituição, sem compromissos, de modelos económicos e sociais.

O privilégio por este tipo de questões permitiu ainda o desenvolvimento das reflexões sobre as articulações e recomposições no que toca às lógicas e às práticas económicas e empresariais, sobre a dificuldade em fazer coincidir as dinâmicas das micro-empresas e as lógicas dos múltiplos dispositivos condicionantes do seu sucesso (FAURÉ & LABAZÉE, 2000:601). Este ângulo de análise permite pôr em evidência as forças presentes nos processos de transformação económica: por um lado, as economias africanas desenvolvem-se integrando um modelo que acentua a sua penetração no mundo industrial e por outro evidencia-se o papel da matriz tradicional no que respeita aos modelos de gestão, das relações laborais, entre outros. Estas confluências são evidentes por exemplo no papel que tem a eficácia mágico-religiosa “tradicional” nas actividades económicas de cariz ocidental (DEVAUGES, 1977).

Em múltiplos casos, esta perspectiva sobre as empresas africanas não é a dominante o que se revela em certo tipo de análises que permanecem no plano de saber aquilo que lhes falta e aquilo que elas têm a mais, tentando isolar as “irracionalidades” económicas que à partida parecem constituir entraves ao desenvolvimento empresarial, situando-se a explicação da fraca eficácia produtiva das empresas do terceiro mundo geralmente na intrusão das relações sociais na empresa. O que os trabalhos mais recentes na área da antropologia das empresas permitiram já resolver foi a questão da integração e recomposição nas empresas do “irracional”, que muitas das vezes pode inclusive constituir a base necessária e produtiva do seu funcionamento: arcaico e moderno articulam-se e permitem um funcionamento em conjunto, tornando a empresa simultaneamente um agente activo e um espaço de recomposição das relações sociais, relações estas cujos modelos têm origem na sociedade “tradicional” mas também veiculadas pelos constrangimentos do mercado mundial e das técnicas de produção que ele impõe (CABANES & LAUTIER, 1996:9).

Uma outra perspectiva, também vulgar, assenta sobre a análise das empresas africanas, por definição, como inteiramente submissas às relações sociais ambientes, apenas como receptoras do social considerando-se que uma “recomposição” completa poderá produzir imediatamente uma perversidade estrutural que interdita toda a gestão racional do espaço empresarial (COPANS, 1996:63). Interessa portanto medir o carácter mais ou menos absoluto dessa recomposição, as formas que assume e as especificidades que apresenta.

Sendo que a maior parte das investigações relativas à empresa africana revelam uma preocupação de base com o desenvolvimento empresarial e com a integração africana nos modelos económicos de carácter global, verifica-se igualmente a existência de algumas reflexões sobre a transformação das actividades económicas dos agentes africanos. Por exemplo, no que respeita à saída dos operadores (comerciantes) das lógicas estritamente de mercado e

desenvolvimento de posicionamentos que não assentam apenas na intermediação, (i.e., as actividades directamente produtivas, a indústria), são inúmeros os obstáculos que podem ser evidenciados (GANNE & OUEDRAOGO, 1994) como a ancoragem dos empresários a uma longa tradição de actividades comerciais, a estreita imbricação das formas de organização social, económica e política que se reflectem nas escolhas de investimento, entre outros.

Aliás, os debates sobre as empresas e os empresários em África sublinharam o interesse em enfatizar as pesquisas relacionadas com o funcionamento interno das empresas (formais e informais), desmontando o mecanismo do interior de forma a se perceberem melhor as questões relacionadas tanto com os aspectos sociais como com os aspectos económicos. Entre outras, revelaram-se fundamentais as análises sobre a medição dos lucros, formação de capital e sua utilização, sobre os processos de crédito; sobre a hierarquização, a utilização e a função dos recursos humanos nas empresas (COQUERY-VIDROVITCH, 1983:14). A racionalização da gestão aparece em muitas análises como fruto de uma ética mista: por um lado, resultado da ligação positiva a elementos significativos do sistema local de valores e da assimilação de normas e valores, técnicas e gestores exteriores a esse meio (DZAKA & MILANDOU, 1995:94). Nesses contextos, respeitam-se os valores locais essenciais sem transigir forçosamente com os princípios de uma gestão rigorosa (DZAKA & MILANDOU, 1995:96). É neste ponto que reside a importância da análise da articulação entre o moderno e o tradicional, tomando em consideração a existência de um objecto de estudo em cada caso, original.

A ausência ou fraqueza das fronteiras entre o económico e empresarial e o social não impede a existência dessa unidade socioeconómica denominada empresa (ELLIS & FAURÉ, 1995:15). A própria utilização demasiado fiel do conceito de empresário schumpeteriano já revelou, para os casos africanos, as objecções de ordem prática e histórica sugeridas pelas realidades económicas destes países que conheceram fortes crescimentos recentemente ou ainda

apostando na prossecução do desenvolvimento (ELLIS & FAURÉ, 1995:566). Por exemplo, em determinados contextos os empresários vêem-se pressionados por uma espécie de “imposto de reconhecimento social”, i.e., um conjunto de transferências constrangedoras e de todas as ordens em direcção ao grupo familiar ou, mais amplamente, linhageiro (TSIKA, 1995:251). Algumas das dinâmicas étnicas presentes em contexto africano referem-se à reprodução, nas hierarquias elevadas nas empresas, das relações de dependência familiar ou étnica, i.e., transposição para o nível da empresa do género de relações que existem no meio tradicional ou familiar (AGIER, 1987b:150-2). Regista-se, em certos casos, a inserção das pessoas na empresa reportando ao estatuto “de partida” (antes e fora da empresa), relativo à posição genealógica ou quadro étnico de referência (AGIER, 1987b:156), justapõem-se calendários agrícola e industrial (AGIER, 1987b:160), faz-se o recrutamento através das redes familiares, interindividuais ou aldeãs (AGIER, 1987b:167), transmitem-se lugares nas empresas a parentes (patrimonialização familiar do lugar na empresa), utilizam-se os salários altos para o desenvolvimento das estruturas dos agregados através da poligamia e do alargamento aos membros da linhagem ou da família alargada (AGIER, 1987b:178).

As empresas comerciais e industriais africanas são locais onde a maximização do capital económico parece entrar em competição com a maximização dos imperativos solidários e, mais amplamente, com as representações locais que determinam a acumulação de riquezas, a repartição hierárquica dos recursos, as despesas rituais. A finalidade das práticas de gestão parece subordinada à soma dos constrangimentos extra-económicos – familiares, políticos, religiosos – que os agentes reconhecem (LABAZÉE, 1990:848). Tudo parece indicar que o peso das realidades institucionais e culturais locais na execução do modelo tayloriano nos diversos países industriais produz formas de gestão originais (SAINSAIEU, 1992:22). Daí que a questão das referências “tradicionalistas” nas empresas atravesse a análise de diversas questões, nomeadamente a conciliação da tradição e modernidade na empresa africana (OLOMO, 1987), a

descrição de modelos organizacionais e sociais africanos (HENRY, 1988), a interferência da feitiçaria nos desempenhos dos empresários (DZAKA & MILANDOU, 1994), a constituição de modelos de gestão africanos (HENRY, 1992), a influência do político nas empresas (FAURÉ, 1994), o peso das tradições nacionais na gestão das empresas (D'IRIBARNE, 1991), a consideração da empresa como organização marcada por múltiplas tradições de múltiplas origens (D'IRIBARNE, 1989). No seu conjunto, os trabalhos relativos às empresas e os estudos relacionados com estas temáticas, contribuíram para a constituição de um conjunto sólido de conhecimentos sobre as economias de base industrial e moderna que, por toda a África, constituem o modelo adoptado ou, pelo menos, integram uma parte significativa de pessoas.

Uma das fileiras da investigação sobre as economias africanas actuais, em grande parte promovida pelos avanços na área da antropologia da empresa e dos empresários, incide o enfoque não sobre os meios empresariais mas sim sobre os trabalhadores africanos desses meios. Grande parte das vezes, estas análises estão incluídas no conjunto das produções realizadas no âmbito das actividades económicas em meio urbano e demonstra ser útil a compreensão do trabalho em empresas, no sector formal e moderno, de forma integrada no conjunto das actividades económicas desenvolvidas nestes contextos.

### **3. Trabalho em África**

Os novos olhares acerca do trabalho, em contextos múltiplos, promovidos tanto pelos economistas como pelos antropólogos nas últimas décadas (e em especial pela antropologia realizada nas empresas africanas), permitem, entre outros, perceber que o impacto da economia de mercado nas sociedades não ocidentais é substancial na medida em que pressupõe uma confrontação, muitas vezes violenta, de lógicas económicas e sociais. Ao mesmo tempo, fornecem as pistas para o entendimento dos factores de atenuação em presença, nomeadamente a adaptação constante da base social às novas

situações de forma articulada e sincrética<sup>48</sup>, e permitem perceber a reconstrução de “diferenças nos vazios da economia internacional” (BAYART, 1994:250).

Esta simultaneidade de modelos, integrantes de um processo histórico mais ou menos longo, mas mais acelerado nos últimos tempos (e por isso mais vezes contemplado nas análises sobre o desenvolvimento dos países não ocidentais), não pode ser entendida sem as devidas considerações acerca da imbricação das estruturas económicas e sociais. Desta forma, as actividades económicas e o trabalho assalariado em África apresentam especificidades que convém assinalar e tomar em consideração, destacando-se entre estas a interferência das relações pessoais ou o papel de referência que desempenham os grupos familiares. Estas questões são na maior parte das vezes percebidas como “informalidades” que por todo o sistema das relações económicas se integram, modelando as estruturas e as relações sociais implicadas. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a forma como os indivíduos são inseridos no sistema económico produz distinções ao nível social, destacando-se, em meio urbano, a associação feita pelos mesmos das actividades no sector formal à urbanidade e aos modelos mais próximos da modernidade.

O processo de contacto com os sistemas globais de mercado constitui uma realidade ela própria ancestral, embora atravessando historicamente diversas fases e implicando diferentes tipos de relações. As estruturas que durante a colonização europeia em África apresentam sinais de transformação, são elas próprias alvo de reformulações mais ou menos profundas nos períodos que se seguem, mesmo que esta transformação das estruturas económicas e sociais não tivesse sido plena ou forçasse a anulação do modelo tradicional (CASTRO HENRIQUES, 1999). Estas transformações apresentam diferentes graus de

---

<sup>48</sup> A universalização do “modo de pensamento capitalista” (de Weber) não equivale verdadeiramente a uma perda do sentido das relações sociais, a um “desencantamento do mundo”. A extensão do mercado não se reduz à problemática tecnocrática da “reforma” e as transformações da economia seguem vias oblíquas. Desta forma, a crítica neokeynesiana ou social-democrata do *consensus* de Washington revela-se insuficiente e não dá conta da integralidade do fenómeno a que assistimos (BAYART, 1994:249).

incidência, sendo contudo frequentemente assinalado que é nas cidades africanas que mais cedo e de forma mais efectiva se assiste a mudanças consideráveis em termos socioeconómicos. As cidades coloniais em África que registavam até determinada altura um fraco desenvolvimento industrial e exerciam principalmente funções de controle e comércio (GILBERT & GUGLER, 1981:65), passam, em grande parte dos casos, a exercer funções organizativas e administrativas dos territórios e passam, preferencialmente, a centralizar as actividades industriais, já para não referir a gradual construção de um modelo urbano que influencia todos os territórios nacionais. Embora se possa considerar que estas transformações no sentido da modernidade tenham sido introduzidas desde há longa data, importa reter que este movimento é mais acelerado, mais incidente e com consequências mais profundas no final do século XX. As próprias políticas e práticas com base na fomentação do desenvolvimento social e económico em África, mais recentes, contribuem para acelerar processos ao nível social e económico.

De qualquer forma, os processos de transformação socioeconómica que marcaram o período colonial e se acentuaram nas últimas décadas não conduziram necessariamente a uma transformação total no que diz respeito tanto às práticas como, fundamentalmente, às racionalidades, verificando-se diferentes níveis de influência dos novos modelos. O aparecimento de sociedades dominadoras ou englobantes não introduziu modificações profundas nas estruturas colectivas camponesas, nomeadamente no modo de produção que se mantém doméstico, tal como era nas sociedades pré-capitalistas, a introdução do sistema monetário alterou algumas estruturas (substituiu a defesa dos indivíduos que era assegurada pelas solidariedades antigas pelo isolamento dos produtores, impulsionou a sua migração e proletarianização numa economia global de carácter capitalista) mas muitas se mantiveram como por exemplo os tipos de apropriação do solo de carácter comunitário, a estruturação dos grupos em famílias ou em comunidades domésticas. Para muitos analistas, não são introduzidas mudanças fundamentais na organização geral da sociedade (CABOT, 1990:58-9). Importa,



contudo, perceber quais foram as transformações que ocorreram e que são de registrar e, simultaneamente, perceber a forma como estas transformações integraram elementos dos modelos “tradicionais” com as novas exigências do mundo moderno.

Às perspectivas sobre a articulação do “moderno” e do “tradicional” correspondem igualmente várias posturas perante o desenvolvimento social e económico nos países não ocidentais. Para as teorias da modernização, o desenvolvimento é encarado como um movimento cuja direcção parte do tradicional para o moderno<sup>49</sup> e implica consequências ao nível das estruturas sociais de base, grande parte das vezes visíveis ao nível da perda das funções económicas da família, ao nível mudanças na estrutura familiar (passagem da família extensa à família nuclear) e ao nível do desenvolvimento do individualismo. Para as teorias da dependência e do sistema-mundo, por seu turno, é rejeitada a existência de trajetórias únicas de desenvolvimento e a coexistência do tradicional e do moderno nas sociedades não ocidentais constitui o fenómeno mais frequentemente observado (GELDERBLOM & KOK, 1994). Ambas as posições parecem concentrar-se em descobrir se existe uma inevitabilidade no que diz respeito à homogeneização social e económica em termos mundiais. As análises sobre as situações específicas onde as pressões dos sistemas socioeconómicos globais são mais incidentes permitem observar de perto os rumos e as tendências que podem seguir, em contextos específicos, os desenvolvimentos económicos e sociais e as características que assumem as estruturas, práticas e racionalidades. Para além desta compreensão histórica específica de casos concretos, patente nas perspectivas actuais sobre o desenvolvimento, regista-se ainda uma maior preocupação para se compreender a interrelação complexa entre as diversas instituições (família, religião, grupos étnicos, classes, Estado, movimentos sociais, organizações transnacionais, relações entre Estados, economia mundial) e para uma constatação de que o desenvolvimento pode (e tem) efeitos benéficos e

---

<sup>49</sup> Um processo faseado, irreversível, progressivo e de longa duração, incompatível com a tradição (SO, 1990).

prejudiciais simultaneamente (SO, 1990) nos contextos e para as populações visadas pelas suas políticas e medidas.

No que diz respeito ao trabalho assalariado, fenómeno da modernidade, várias preocupações têm sido trazidas ao debate tanto por parte dos analistas como dos profissionais das mais diversas áreas. Grande parte das vezes estas preocupações partem da constatação que existem diferenças entre níveis potenciais e reais de produtividade, num grau mais acentuado em África e cada vez mais as análises confluem no sentido de explicar este fenómeno através da integração dos factores históricos e socioeconómicos assim como dos factores subjectivos (ISAMAH, 1991). Para os “gestores de recursos humanos”, os factores subjectivos que têm sido tomados em consideração dizem respeito a diversos assuntos (como as qualificações dos trabalhadores, a intensidade do esforço no processo de trabalho, as capacidades inatas dos trabalhadores) e, para além da constatação de que o trabalhador africano não é muito diferente dos trabalhadores dos países onde a produtividade é maior, começam a ressaltar das análises que as diferenças se encontram, por exemplo, ao nível da quantidade de esforço que é investido no trabalho. Estas conclusões permitem, por outro lado, avançar com algumas hipóteses de explicação que passam pela associação desta “falta” de (des)empenho às expectativas e aspirações do trabalhador (que podem não ser preenchidas pelo emprego), pela explicação de um relativo desencantamento em relação ao trabalho que está relacionado com um sentimento de não ter uma parte equitativa nos lucros gerados pelo trabalho, com uma percepção de que o trabalho não é um fim em si ou possui um interesse central mas que constitui antes um meio para alcançar outros fins subjectivos; passa pelo sentimento de exploração, pela falta de segurança no trabalho e pelas mínimas possibilidades de promoção, pela ausência de sistemas de segurança social (ISAMAH, 1991:165). Não é, portanto, de estranhar que tanto os analistas dos fenómenos sociais e económicos mais directamente implicados na articulação da modernidade com os sistemas locais como os agentes implicados nas estruturas onde esta

articulação deve ser realizada quotidianamente (empresas modernas, organizações formais, etc.) cheguem, por vezes, a conclusões semelhantes.

Estas análises, todavia, não conduzem necessariamente à rejeição do projecto de “desenvolvimento”, contribuindo antes para uma adequação dos olhares e uma afinação das políticas e medidas que leve em linha de conta os aspectos que se revelam de maior importância. Se no início dos anos 70, se evidencia por parte do Banco Mundial uma dupla proposição que “justiça social e produtividade do trabalho constituem os fundamentos de novos projectos” (OSMONT, 1995:13), actualmente é antes reforçada a ideia de que, perante as dificuldades registadas ao nível da produtividade, o emprego no sector informal revela ser uma estratégia de sobrevivência essencial em países onde não existem redes de segurança social como o seguro de desemprego ou onde as pensões e salários – especialmente no sector público – são baixos (BANCO MUNDIAL, 2000:53). As mudanças de olhar sobre as questões do desenvolvimento da produção e da produtividade estão directamente relacionadas com a constatação de que existem questões objectivas e também subjectivas que condicionam o desenvolvimento social e económico desejável e promovido.

Existindo uma necessidade e uma vontade de promover o desenvolvimento (tido como um movimento no sentido do aumento da riqueza/produção e do bem-estar), os países africanos, na sua maioria, apoiam grande parte dos esforços no sentido do desenvolvimento da produção e da produtividade. Mas a evolução do sector industrial em África desde 1970 é desencorajadora: a indústria é pouco desenvolvida e não existe um verdadeiro tecido industrial com bons serviços às empresas, não são produzidos bens de equipamento e o continente transformou-se num cemitério de fábricas (MERLIN, 1996:27). O sector terciário, que absorve a maior parte da população economicamente activa, é aquele que revela maior vitalidade, especialmente em meio urbano, baseando-se, contudo este sector em actividades relacionadas com o comércio e com a prestação de serviços pouco especializados. Várias razões são

apontadas para a necessidade de desenvolvimento industrial nestes contextos, nomeadamente o facto de os africanos demonstrarem um desejo legítimo de melhorar o seu nível de vida e dispor de um certo número de artigos manufacturados (o que seria possível obter quer através do aumento das produções quer através do aumento da riqueza em geral), o aumento mão-de-obra libertada através do aumento da produtividade agrícola, a necessidade de criar indústrias de suporte à actividade agrícola (MERLIN, 1996:236). Segundo o Banco Mundial, a África tem necessidade de se industrializar porque em quase todas as economias, a indústria manufactureira tem sido o agente crítico da transformação estrutural que marca a transição de uma economia rural, de baixa produtividade e baixo rendimento para uma economia dinâmica, sustentada e diversificada (MERLIN, 1996:105). Esta perspectiva, embora dominante, não é, contudo alvo de unanimidades e algumas objecções, especialmente sob a forma de propostas alternativas têm sido apresentadas recentemente<sup>50</sup>. Actualmente, as perspectivas sobre o desenvolvimento africano (nomeadamente do Banco Mundial) apontam no sentido da promoção do desenvolvimento segundo as vantagens comparativas em economia aberta, o que pode levar à desindustrialização e à opção pelo desenvolvimento do sector agrícola.

De qualquer forma, prosseguem os esforços no sentido de entender os processos de desenvolvimento, sendo possível concluir que estas mudanças, que nos discursos quer dos agentes quer dos principais mentores (nomeadamente dos governos nacionais) se mantêm como desejáveis, encontram vários impedimentos, em maior ou menor grau, relacionados quer com as capacidades e possibilidades de desenvolvimento das estruturas produtivas quer com os próprios trabalhadores implicados no processo produtivo. Esta perspectiva é acentuada por diversos analistas do desenvolvimento em África que situam ao nível da base de recursos humanos

---

<sup>50</sup> Várias correntes têm sido desenvolvidas passando pelas estratégias de eco-desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, tecnologias apropriadas, necessidades básicas, auto-suficiência alimentar e dinamismo rural; culturalista, etno-desenvolvimento, etno-industrialização, etc. (FERGUÈNE, 1997:143).

disponível para a industrialização (mais do que ao nível das condições físicas, do comércio ou ao nível das políticas) as condições de resolução da industrialização africana (LALL, 1992:104), havendo, conseqüentemente, que promover capacitações, através da educação formal e da formação profissional.

Para outros, as soluções para encontrar uma compatibilidade entre as práticas as e racionalidades em presença e o desenvolvimento social e económico, apontando-se a inexistência de certos valores (como o individualismo, a iniciativa, o espírito de empresa, a noção de autonomia, de responsabilidade, a racionalidade positivista e de auto-subsistência voluntarista) como elementos fundamentais que necessitam de ser estimulados. Esta objecção é contudo contraposta pelo facto de, mau grado as aparências, o *habitus* africano não demonstrar ser incompatível com as virtudes que fazem o trabalhador livre e empreendedor, capaz de correr riscos e iniciativas, apto ao cálculo e à programação, à eficácia e ao rendimento que postulam as exigências da modernidade (MARIE, 1986:187). Em certos aspectos, pode inclusive ser um factor favorável: a solidariedade da família extensa encarrega-se das funções que nem o Estado nem as empresas assumem (segurança na doença, desemprego, velhice, falta de sistemas de protecção social) e por vezes representa a única possibilidade de acumulação primitiva e de ponto de partida do pequeno empresário, estando às vezes na base de verdadeiras formas de capitalismo familiar ou étnico (MARIE, 1986:187). Para alguns analistas, mau grado a amplitude das crises sociais que se verificam em diversos contextos em África, o processo de ajustamento económico realiza-se sem choques sociais maiores porque as estruturas sociais, mentais e os hábitos africanos são capazes de amortizar o impacto social das crises económicas (LACHAUD, 1994:92).

Quase toda a discussão em torno da questão do assalariado em África tem implícita a noção de que o desenvolvimento se encontra condicionado pela inadequação dos trabalhadores assalariados aos pressupostos de base da economia de mercado. A formação material, cultural e social do trabalhador

africano parece ser central na batalha por um melhor modo de vida da massa dos africanos que constitui o centro do processo de desenvolvimento (FREUND, 1988: 143). Uma resposta autoritária imperativa atribui ao Estado ou às multinacionais em conjunto com o Estado a função de controlar o trabalho, introduzindo uma disciplina que coloque rédeas no trabalho. Estas visões resultam essencialmente da constatação de que algo “falta” ao trabalhador africano, facto este verificável e medido através do grau de proletarização dos trabalhadores, da sua capacidade de organização em estruturas laborais formais e segundo os moldes desenvolvidos noutros contextos. Algumas das preocupações relativas ao trabalho assalariado em África estão relacionadas com a inexistência ou com a formação das classes reveladoras (ou não) do grau de desenvolvimento da actividade assalariada moderna em África, considerando-se que apenas em alguns países africanos (como é o caso da África do Sul) se pode considerar existir um certo grau de proletarização dos trabalhadores que se reflecte nomeadamente na força dos sindicatos (FRIEDMAN, 1987). As circunstâncias em que os trabalhadores africanos vivem raramente encorajam a formação de uma classe trabalhadora, existe uma penetração desigual das formas sociais e ideias capitalistas na maior parte do continente africano, prevalecendo as actividades económicas não assalariadas (FREUND, 1988:61-2). O grau de proletarização dos trabalhadores serve, nestes casos, como indicador da penetração das ideologias do trabalho assalariado e da modernidade. Esta perspectiva revela-se, contudo, redutora já que deixa de fora uma série de aspectos que permitem avaliar as formas como o trabalho assalariado é incorporado e articulado, nomeadamente nas práticas quotidianas e nas racionalidades relativamente às actividades económicas que não implicam necessariamente reconversões aos modelos de organização laboral ocidentais<sup>51</sup>.

O entendimento das realidades relativas ao trabalho em África revelou já ser apenas realizável a partir da análise das práticas e das racionalidades em

---

<sup>51</sup> Ver por exemplo a colectânea *Classes Ouvrières d'Afrique Noire* (AGIER, 1987), especialmente os textos de COPANS, COHEN, COOPER.

presença no cruzamento entre a economia “antiga” e a economia “moderna”<sup>52</sup>, aprofundando simultaneamente as temáticas e ampliando os saberes sobre os contextos mais diversos. Desta forma, alguns trabalhos revelaram ser impossível compreender, por exemplo, o processo de produção, em África sem evocar a força das instituições linhageiras, o impacto da crença na feitiçaria, a pessoalidade das relações sociais, entre outros. Mas mesmo esta análise dual, pressupondo a existência de dois modelos – o antigo (ligado ao sistema de produção linhageiro aldeão) e o novo (engendrado pelo capitalismo) (KIAMENGA, 1990:72) – pode revelar-se útil na medida em que permite entender duas tendências mais significativas em presença, fazendo ressaltar as dificuldades analíticas. Revela-se impraticável a distinção entre os aspectos que constituem os sistemas originais e os aspectos que fazem parte dos sistemas globais capitalistas já que as realidades apontam para a simultaneidade, para a imbricação de estruturas, para a adopção em simultâneo dos mais variados aspectos e para a rejeição de aspectos específicos. Mesmo tomando em linha de conta que à primeira vista certos aspectos da economia “tradicional” pareçam ter sofrido profundas alterações (por exemplo a perda do papel dominante das crenças religiosas na organização da produção, a perda do papel da propriedade fundiária linhageira, a perda da função ou desaparecimento de alguns processos de trabalho ancestrais, a alteração das relações sociais de produção, nomeadamente através da introdução de estruturas de enquadramento distintivos dos trabalhadores e diferenciação salarial) (KIAMENGA, 1990:79), não é certo que as transformações tenham sido totais e que outros aspectos relacionados directamente com estas estruturas e práticas se tenham igualmente transformado. É importante partir do princípio que a simultaneidade dos sistemas implica que se verifiquem transformações de graus variáveis nas economias dos contextos não ocidentais, o que reforça a ideia de que os modelos “tradicionalistas” não permanecem estáticos ou imutáveis.

---

<sup>52</sup> Ver o exemplo do Zaire (KIAMENGA1990).

As preocupações relativas às transformações económicas e sociais, aceleradas com o processo de integração da modernidade, constituem um ponto fulcral no que diz respeito à análise do trabalho assalariado. Neste sentido, é possível distinguir dois grandes tipos de sociedades: as ocidentais, capitalistas e modernas onde o trabalho é a base da sociedade e constitui uma das dimensões essenciais<sup>53</sup> e as outras. Certamente que esta perspectiva deixa de fora um número substancial de graus de importância diferentes atribuídos ao trabalho assalariado. Em todo o caso, importa fazer esta distinção já que nas sociedades ocidentais o trabalho assalariado apresenta especificidades que se “inscrevem na mais pura tradição de pensamento do século XX” (MÉDA, 1995:22)<sup>54</sup> e que constituem a base das relações sociais, que revelam ser difíceis de transpor directamente para outros contextos. E muito embora a evolução das sociedades e economias do Ocidente possa ser considerada recente, ela não deixa de constituir um factor de distinção de grande importância.

Uma outra solução possível de adoptar para analisar o trabalho nas sociedades actuais, seria a consideração da existência não de dois modelos mas sim de três: as sociedades sem mercado (as culturas não industriais onde o trabalho e todas as outras instituições estão embebidos nas relações de parentesco), as sociedades mistas (que retêm em grande parte as características das sociedades sem mercado mas que se encontram em processo de transformação e modernização, ou seja, sob influência crescente da industrialização e das relações de mercado) e as sociedades do sistema de mercado (APPLEBAUM, 1984:1). Esta distinção coloca algumas dificuldades quanto à existência de sociedades sem mercado (o que é muito questionável),

---

<sup>53</sup> “ (...) O trabalho, reconhecido como tal pela sociedade, quer dizer remunerado, tornou-se o principal meio de aquisição dos rendimentos que permite aos indivíduos viverem, mas é também uma relação social fundamental (...) e por fim o meio nunca posto em causa de alcançar o objectivo da abundância” (MÉDA, 1995:11)

<sup>54</sup> Existem similaridades entre as correntes doutrinárias constitutivas dessa tradição (cristã, marxista e humanista) no que diz respeito ao facto de atribuírem ao trabalho um valor supremo, essência do Homem, ao facto de o trabalho constituir uma das formas maiores do laço social e base da socialização, ao facto de considerarem o trabalho uma actividade factor de alienação (nas condições actuais) à qual deverá ser restituída a sua essência, i.e., deverá haver um esforço de reaproximação do trabalho à sua essência, devolvendo-lhe as suas características libertadoras (MÉDA, 1995).



sendo contudo conclusiva quanto ao carácter misto das economias e sociedades não ocidentais. Segundo esta perspectiva, nas sociedades mistas existe uma concentração da produtividade em determinadas regiões (devido à variação regional dos recursos naturais, mão-de-obra, mercados, etc.), é evidente o choque entre os novos padrões de trabalho e os valores antigos (no que diz respeito à tecnologia, à disciplina de trabalho, à racionalização da produção, à distribuição de empregos com base na qualificação, ao tipo de comunicação, à orientação do tempo), gerando aí o trabalho assalariado novos posicionamentos no que diz respeito aos estatutos (originalmente definidos no seio do grupo familiar). A situação das culturas mistas – sociedades com sistemas de valores diferentes que coexistem no tempo e no espaço, comunidades que se situam entre dois mundos, migrantes que se movem de uma cultura para outra – é uma questão crucial no presente momento da história mundial (APPLEBAUM, 1984:234). É questão igualmente crucial no que se refere à gestão, implementação ou desenvolvimento das organizações do tipo moderno. Estas considerações levaram a que muitos profissionais e teóricos da gestão, nos últimos tempos, prestassem uma maior atenção a estas questões, relativizando o etnocentrismo que caracterizou as perspectivas sobre a gestão de unidades produtivas (BOLLINGER & HOFSTEDE, 1992), muito embora nem sempre esta postura seja a dominante ou os modelos de análise não resultem em esquemas demasiado formalizados e universalistas que acabam por se revelar inadequados às especificidades próprias de cada contexto.

Estas perspectivas não deixam, em todo o caso, de acentuar a importância que tem o movimento de transição económica e social africana, o crescente envolvimento numa economia monetária e um processo de integração do modelo do assalariamento. Cada vez mais africanos procuram o trabalho assalariado (GUTKIND, 1981) mesmo não sendo as formas que este assume típicas do modelo original (o que se revela por exemplo na fraca politização do proletariado que é superada por alianças de classe cujos objectivos são de natureza pragmática e específica). Mais uma vez se reforça a ideia que as

economias em transição são mistas por natureza (CHAVIGNY, 1997) e essa transição reveste-se de aspectos tanto quantitativos como qualitativos que importa conhecer. O continente africano apresenta numerosos casos onde os dinamismos étnicos permitem orientar de forma particular a inserção das pessoas no sistema capitalista moderno (AGIER, 1987b:149). As questões relativas à articulação dos valores e culturas “tradicionais” com os novos valores e culturas “modernas”, a sempre actual questão da modernidade/tradição, podem ser entendidas ao nível dos desempenhos laborais e ao nível das actividades económicas globais dos grupos, integrando, na medida do possível um conjunto vasto de questões.

No que diz respeito às sociedades não ocidentais e especialmente às sociedades em desenvolvimento ou em transição, o trabalho assalariado é tendencialmente tratado num dos seguintes modos: ou partindo do princípio que, se existe uma adopção nacional de um modelo económico de mercado e de determinadas políticas do tipo ocidental, o assunto deve ser abordado utilizando exactamente os mesmos instrumentos e segundo os mesmos termos; ou então colocando as devidas interrogações acerca da adopção prática e plena dos pressupostos do sistema económico e social que está na base do conceito de trabalho assalariado, tendo em conta os elementos já referidos. Em todo o Terceiro Mundo, os indivíduos e as sociedades locais são integrados em sistemas económicos mais latos ao nível nacional, regional e internacional. Isto não significa que seja incorporada a totalidade dos aspectos relativos às economias adoptadas. A aprendizagem formal, tal como os empregos formais, é escassa na África contemporânea (CHEATER, 1986). É duvidosa a existência de uma organização social baseada no trabalho em que trabalhadores qualificados, empregados formalmente, integrados em sindicatos e bem remunerados sejam posicionados no topo de uma estratificação social. Constata-se antes a utilização estratégica, por parte deste trabalhadores, da sua posição em benefício pessoal, muito mais do que em termos de interesse

de classe<sup>55</sup>. As circunstâncias objectivas em que os trabalhadores africanos vivem caracterizam-se pela relativamente desigual penetração das formas sociais e ideias capitalistas em muitas partes de África e pela prevalência das actividades económicas para além do trabalho assalariado, especialmente o trabalho assalariado na indústria transformadora. A distinção em termos de qualificação laboral é secundarizada a favor dos laços sociais e financeiros. Neste sentido, é difícil distinguir actividades geradoras de rendimento formais e informais, já que estão estreitamente ligadas (CHEATER, 1986:107). O trabalho assalariado, os empregos, têm um potencial para além daquele que lhe está supostamente atribuído já que o pagamento formal e outros benefícios compreendem apenas uma parte do pacote total: “Rendimentos extraordinários, gratificações, trabalho adicional e até consultoria podem constituir as recompensas informais de um emprego formal” (CHEATER, 1986:107). A maioria dos assalariados é obrigada a implicar-se em lógicas de sobrevivência que pressupõem uma dispersão de actividades geradoras de rendimentos, o que na maior parte das vezes passa não só pela simples adição de actividades à actividade assalariada mas sim pela complementarização entre umas e outras. Essas actividades vão dos pequenos trabalhos de reparação fora das horas de expediente ao comércio, à pequena produção doméstica. A sobrevivência repousa toda sobre o “desenrascar” que, em termos empresariais se pode reflectir numa subida do absentismo (os trabalhadores optam por dedicar mais tempo a outras actividades que nesse momento apresentam maiores potencialidades) ou eventualmente nos desvios de pequenas quantidades de materiais (utilizados noutras actividades produtivas) (RABEHERIFARA, 1987:209; RODRIGUES, 1997). É o sector não salarial que completa os rendimentos e por vezes é mesmo o principal (MORICE, 1987:74).

Segundo algumas perspectivas, esta não constitui, no entanto, uma especificidade africana. Num sistema capitalista, os salários não são suficientes e não podem constituir a única fonte de rendimentos da vasta maioria dos trabalhadores (WALLERSTEIN&SITH, 1992:254). São sempre combinados

---

<sup>55</sup> Que, nos contextos africanos, é mais uma categoria alvo de questionamentos quanto à sua pertinência, quer em termos analíticos quer em termos de organização social.

com outras formas de rendimento. O que parece, no entanto, predominar nos casos africanos, é uma mais complexa e variada conjugação de rendimentos que inclui, de forma mais visível, reciprocidades de outra ordem.

Económico e extra-económico, mercado e não mercado estão estreitamente imbricados uns nos outros. Em alguns casos, as configurações que assumem as relações laborais e as formas de organização do trabalho podem constituir modelos claramente particulares, profundamente inscritos no meio, na sociocultura local. Mesmo no exercício das suas actividades profissionais e nos locais de trabalho, os trabalhadores estabelecem relações que não são económicas ou mercantis, são relações também de convivialidade e solidariedade que resultam por um lado da sua proximidade espacial e por outro da sua herança cultural ancestral mantida viva ou reactivada (FERGUÉNE, 1997:146)<sup>56</sup>.

Esta imbricação dos aspectos sociais, políticos, culturais na actividade económica parece não apresentar variações em grau, como poderia levar a supor uma análise diferenciada em termos de organizações mais ou menos modernas, de maior ou menor dimensão. Não existe propriamente uma dicotomia “mais tradicional” ou “menos tradicional” entre as pequenas e médias empresas: qualquer que seja a empresa (tamanho) ou o seu projecto de funcionamento, as condutas empresariais são basicamente construídas culturalmente e apoiam-se nas raízes da tradição que constitui um dos recursos maiores de desenvolvimento (DENIEUIL, 1992). Em África e “à partida, o acto económico, material e dessacralizado, assume uma posição secundária” (HUGON, 1999:79). O tempo ambivalente das actividades tradicionais prevalece sobre o tempo produtivista. A oferta e a contra-oferta são “trocas diferenciadas de diferenças” que se opõem, pelo seu prazo e pelo seu sentido, às relações de equivalência da troca mercantil. Estas conclusões são também

---

<sup>56</sup> A este tipo de especificidade relativa ao universo empresarial e industrial africano alguns analistas denominaram de “industrialização endógena” (FERGUÉNE, 1997), de “etno-industrialização” (DENIEUIL, 1992), processo através do qual as práticas sociais e culturais de uma população orientam os seus projectos económicos, técnicos e industriais.

aquelas tiradas dos trabalhos sobre as redes comerciais africanas, onde é colocada a ênfase na estreita implicação do económico, do social, do religioso e do político no plano das estratégias das redes mercantis africanas (GRÉGOIRE & LABAZÉE, 1993).

Torna-se deste modo difícil compreender seriamente o mundo do trabalho sem estudar simultaneamente todos esses locais onde os trabalhadores dormem, comem, obedecem ou dão ordens e tecem o essencial dos laços sociais, étnicos, religiosos, matrimoniais que asseguram a sua reprodução e sem os quais não haveria sequer universo profissional (FREUND, 1988:90). “Existe uma irrupção permanente da relação social “tradicional” no seio do capital” e esta interacção tem a particularidade de fornecer por vezes uma visão invertida da classe trabalhadora e das redes de solidariedade e de poder extra-capitalistas, que parecem “lucrar” com o assalariamento (AGIER et al., 1987:10).

A variedade de situações reais de trabalho que é possível descobrir por detrás de uma aparente relação salarial clássica, contradiz a universalidade da relação social, indicando que ela é objecto de negociações particulares e que reenvia a determinações sociais, económicas e culturais múltiplas com as quais os capitalismos internacionais ou locais articulam voluntariamente ou se constroem (AGIER, 1987a:5): “ O salário é tido e praticado como um sistema de adiantamentos e restituições, tal como no sector doméstico e informal (...) Os avanços de diferentes tipos, os prémios, são formas que socializam a relação salarial numa relação não mais contratual (e salarial) mas numa relação doméstica e clientelista (AGIER, 1987:22-3) ”.

Assim sendo, alguns aspectos essenciais se destacam, de uma forma geral, na análise do trabalho assalariado em África: os desempenhos e as racionalidades presentes encontram-se imbricados tanto nos desempenhos como nas racionalidades exteriores ao assalariamento. Desta forma, ao nível das práticas, o trabalhador africano articula tanto a actividade assalariada e o salário através

dela obtido com as actividades não assalariadas. Simultaneamente, integra nas lógicas laborais lógicas pertencentes à esfera da matriz sociocultural de base, o que pressupõe que se verifique uma integração da personalidade, das relações sociais e das redes de solidariedade no ambiente do assalariamento. Mas não se pode considerar que apenas as lógicas “tradicionais” se misturam por entre as “assalariadas” alterando-lhes os sentidos. Da mesma forma, a ideologia do assalariamento produz efeitos ao nível das estruturas sociais de pertença do trabalhador, nomeadamente no que diz respeito à associação da actividade assalariada a urbanidade e a modernidade, ao prestígio social.

Certamente que o grau de influência mútua depende das condições objectivas de predomínio do assalariamento como base das relações económicas. As cidades do Terceiro Mundo apresentam um excedente de trabalho substancial, relacionado com a urbanização acelerada, manifestando-se este excesso de força de trabalho em termos de desemprego, sub-emprego (as tarefas desempenhadas poderiam ser levadas a cabo por um menor número de pessoas) ou “mau” emprego (relativo às pessoas que, embora estando empregadas, produzem bens ou fornecem serviços que podem ser considerados como contribuindo pouco para o bem-estar social) (GUGLER, 1988)<sup>57</sup>. Certos modos de emprego e desemprego correspondem também a diferentes níveis de incidência da pobreza (muito embora seja difícil medir os rendimentos individuais dos agregados): existe uma estreita associação entre, por um lado a incidência, a profundidade e a desigualdade da pobreza nos agregados onde o chefe é trabalhador irregular, independente, marginal (LACHAUD, 1994:91<sup>58</sup>). A contribuição das actividades secundárias para o rendimento dos agregados é cerca de três vezes mais importante nos agregados pobres do que nos menos pobres. Mas isto não significa que, analisando os níveis salariais da população integrada no sistema económico formal se verifique que estes sejam suficientemente elevados para cobrir as despesas médias dos agregados familiares. Verifica-se antes que as possibilidades oferecidas pelo assalariamento têm, normalmente, uma

---

<sup>57</sup> No original utilizam-se os termos Unemployment, Underemployment e Misemployment.

<sup>58</sup> Neste caso, o Burkina-faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Guiné, Madagascar e Mali.

correspondência com a elevação dos níveis de vida médios. Estas possibilidades estão, em termos gerais, relacionadas com a regularidade dos rendimentos e com o acesso a regalias fixas a que o contrato laboral normalmente acarreta. Em termos específicos, encontram-se relacionadas com rendimentos complementares e com o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento, possibilitadas pela integração em redes diversificadas e com a associação de estatutos mais favoráveis aos trabalhadores assalariados.

Assim sendo, o emprego no sector formal representa ele próprio uma possibilidade de elevação dos níveis de segurança e uma certa garantia no que diz respeito à multiplicação das possibilidades de sobrevivência e reprodução social. Mas gerar um número suficiente de empregos para absorver a força de trabalho em crescimento acelerado nos países em desenvolvimento irá requerer investimentos substanciais. Se os sectores público e privado nos países em desenvolvimento não conseguirem expandir o investimento, a produção e as oportunidades de emprego para acompanharem o crescimento da população economicamente activa – especialmente nas áreas urbanas onde a força de trabalho irá crescer mais rapidamente – estas tendências demográficas terão efeitos adversos sérios na capacidade dos países em desenvolvimento para alcançar melhores padrões de vida (RONDINELLI & KASARDA, 1993:92). O sector informal permanece a maior fonte de empregos para a população urbana, mesmo em países onde a indústria se expandiu nos últimos 50 anos (RONDINELLI & KASARDA, 1993:106) o que condiciona as possibilidades de melhoria dos níveis de vida dos indivíduos e dos grupos. Em termos do panorama relativo à situação das relações profissionais, o trabalho assalariado não constitui a forma dominante no que respeita às actividades geradoras de rendimento, registando-se o predomínio do trabalho independente (a pequena agricultura, a pequena produção no sector informal e o trabalho assalariado ocasional) (CAIRE, 1998:730).

Para alguns analistas, o paradigma do emprego assalariado está em falta em África. O assalariado existe apenas na administração e entre certos efectivos do sector moderno (nas grandes organizações, nas firmas multinacionais, nas indústrias nacionais e pequenas e médias empresas), tendo o essencial das actividades económicas lugar nos sectores rural e informal urbano, desde as actividades relacionadas com o artesanato passando pelos pequenos ofícios marginais de rua e até aos empregos do sector agrícola (HUGON, 1993:119-20). Subsiste, em todo o caso, uma imagem positiva do assalariamento nestes contextos e nos anos que antecedem as independências, o trabalhador assalariado estável fazia figura de privilegiado na cidade africana: “o assalariamento conserva ainda uma imagem positiva mesmo se é afectado por um movimento de precarização” (LE BRIS, 1996:154).

Desta forma, a actividade assalariada em África parece constituir, por um lado, um factor de estabelecimento de posições sociais através da atribuição de uma identidade específica aos assalariados mas que, contudo, não constitui factor de identificação de uma classe específica. Em termos identitários e de grupo de referência, são outras as redes e os grupos sociais que adquirem uma maior importância. A condição salarial dos operários e trabalhadores, devido às características do rendimento obtido e do recurso social que constituem as empresas, permite-lhes viver e sobreviver melhor do que as pessoas integradas noutra tipo de relação económica (DUBRESSON, 1987:244). O emprego formal é considerado, à partida, pela maioria dos trabalhadores como um meio de conduzir a bom termo as estratégias sociais das quais os objectivos e as relações com a organização industrial são distantes. Os salários, a segurança do trabalho, a segurança social e as condições de trabalho estratificam a força de trabalho urbana de uma forma que é mais visível e que se traduz nas diferenças no vestir, meio de transporte e habitação. O mercado de trabalho aparece composto de várias camadas distintas de oportunidades de rendimento (GILBERT & GUGLER, 1981:77), sendo a associação do trabalhador assalariado a melhores condições de sobrevivência e reprodução um facto recorrente. Nos contextos onde o salário não é significativo em termos de



rendimentos, ele pode desempenhar outras funções, nomeadamente a função de estruturar os indivíduos e os grupos (MORICE, 1995:402). Ou seja, aos diversos tipos de reprodução sociopolítica correspondem diversos tipos de reprodução física que são postos em acção fora ou a par do salário contratual<sup>59</sup>.

Desta forma, não se pode considerar a existência de um mercado livre da força de trabalho em África e o trabalhador assalariado africano é antes encarado como sujeito e alvo de estratégias diferentes e ocasionalmente convergentes. A esta confluência de estratégias, junta-se a imbricação mais lata entre o sector informal, o Estado e o assalariado, seja através dos fluxos económicos directos seja através dos grupos sociais que os atravessam. Entender as racionalidades e práticas relativas ao trabalho assalariado pressupõe que sejam tomados em linha de conta os grupos sociais a que pertencem os funcionários, assalariados e trabalhadores do sector formal, nos quais se elaboram estratégias relativas ao emprego e ao trabalho, e onde são definidos os códigos sociais de relações, de alianças, de parentesco, etc. A acumulação de capital relacional, social, que é um capital estratégico, é o resultado de uma troca em redes que ultrapassam os limites das empresas e que colocam os fenómenos de produção como parte integrante um universo maior, mais expressivo, de uma comunidade.

A própria definição de emprego (muitas vezes associada a trabalho) é insuficiente para compreender o conjunto de estruturas e lógicas presentes num contexto de assalariamento em África. Ela reporta à definição formal e refere-se à situação na qual o indivíduo é susceptível de obter uma remuneração em dinheiro em contrapartida de uma contribuição de actividades pessoais e dirigida ao esforço de produção, sendo essa contribuição motivada principalmente pelo desejo de obter essa remuneração (HUGON, 1980:238), o que não é directamente aplicável ao caso do trabalhador africano. Da mesma

---

<sup>59</sup> Como exemplo, refira-se a “utilização política do rendimento” nos casos da Guiné e de Angola onde o acesso aos lugares públicos é indissociável da força de atracção que representa a administração e as suas empresas como local de apropriação dos bens de circulação (MORICE, 1995).

forma, as análises parciais das actividades formais e informais revela-se insuficiente na medida em que não permite compreender o conjunto das actividades e das lógicas presentes no que diz respeito ao trabalho. Assim sendo, a compreensão do trabalho assalariado, integrado nas estratégias de sobrevivência e reprodução social dos grupos, revela dimensões cuja importância não pode ser minimizada e permite entender de que forma aspectos considerados “informais” atravessam as actividades formais, ao mesmo tempo que demonstra a estreita articulação entre práticas económicas modernas e o desenvolvimento das actividades do denominado sector informal.

#### **4. Formal e informal**

As grandes cidades africanas continuam a constituir os locais onde as possibilidades de garantir a sobrevivência e a reprodução são maiores e mais diversificadas, onde se apresentam as melhores perspectivas para os migrantes, apesar do declínio do emprego no sector formal resultado da recessão económica e dos programas de ajustamento estrutural e apesar da degradação geral das condições de vida. O desemprego crescente é visto pelas instâncias governativas e pelos agentes do desenvolvimento como um problema temporário, sendo os seus efeitos amortecidos pela expansão antecipada da actividade no sector informal e o suporte das redes da família extensa. Desta forma, a interacção entre um e outro sector e a expansão do sector informal como resultado da contracção do formal são considerados aspectos positivos no decorrer do processo, proporcionados pelas capacidades de adaptação das populações às condições económicas e sociais adversas. No entanto, não só o crescimento do emprego no sector informal é imprevisível como, na pior das hipóteses, improvável. As reduções no número de empregados e o declínio dos salários reais têm um efeito de despoletador na capacidade tanto daqueles com ocupações no sector informal para obterem rendimentos razoáveis como para as autoridades locais obterem rendimentos adequados (RAKODI, 1997b: 66). Desta forma, o informal representa uma solução a curto prazo mas muitas interrogações são colocadas quanto à

possibilidade de este tipo de actividades permitir, a longo prazo, quer a sua própria reprodução quer a melhoria das condições de vida da vasta camada da população que apoia a sua sobrevivência e reprodução sobre este tipo de actividades.

Estas características, que assumem o trabalho e as actividades geradoras de rendimento nos meios urbanos africanos, implicam que ao nível das medidas e políticas de desenvolvimento sejam elaborados quadros de entendimento originais e adequados às realidades específicas. Existem várias propostas de enquadramento das actividades do mercado de trabalho em África, considerando alguns analistas a existência de cinco segmentos homogêneos no mercado de trabalho em África: os trabalhadores independentes com capital, os assalariados protegidos, os trabalhadores irregulares, os trabalhadores independentes marginais e os assalariados não protegidos, sendo estes três últimos tipos aqueles que apresentam um estatuto de emprego vulnerável e que representam cerca de 60% dos trabalhadores das zonas urbanas de África (INACK & LACHAUD, 1994:151).

Estas tipologias enquadram-se em quatro fileiras principais no que diz respeito aos sistemas produtivos em África: a esfera doméstica, a de mercado simples, a esfera estatal e a esfera capitalista (HUGON, 1991:123), que em todo o caso mantêm entre si relações de concorrência ou de complementaridade, criando dinâmicas de conjunto. No seu todo, a economia urbana dos países em desenvolvimento é composta grosso modo pelo sector moderno, pelo sector intermediário ou de transição, pelo sector informal tradicional (LACHAUD, 1980:437).

O sector formal da economia pode ser entendido enquanto o conjunto das actividades económicas enquadradas de forma legal e racional no sistema económico, que apresentam quadros de referência e de desempenho bem estabelecidos através da legislação e de programas políticos e económicos,

formalizados pelos Estados<sup>60</sup>. Em África e de uma maneira geral, este sector constitui a menor parte no conjunto das trocas económicas bem como absorve um menor número de população economicamente activa. O sector formal é tendencialmente designado de sector moderno<sup>61</sup>, termo inclusive utilizado nas designações que os próprios actores produzem em contexto africano.

As principais características das actividades do sector formal em África estão relacionadas com a relativa dificuldade de entrada e acesso a este sector, a dependência frequente de recursos externos, a existência de propriedade corporativa, o facto de as actividades implicarem operações de larga escala, utilizarem tecnologia capital-intensiva e importada, o facto de as capacidades serem adquiridas formalmente (recorrendo muitas vezes a expatriados), implicarem a constituição de mercados protegidos (através de taxas, quotas e licenças comerciais) (GILBERT & GUGLER, 1981:73). As características do sector formal que o diferenciam do informal prendem-se, segundo outras perspectivas com o tipo de escolarização que um e outro implicam (HUGON, 1993). Ou, segundo a óptica de análise da composição deste sector, o desempenho de actividades económicas mais ligadas ao sector formal ou ao sector informal está directamente relacionado com os grupos de idade a que pertencem os indivíduos, existindo genericamente uma tendência para que, com o avanço nas idades, cada vez maior seja o número de trabalhadores empregados no sector informal enquanto que nas idades mais baixas predominam os empregos no sector formal (LAUTIER, 1991:271).

As tendências da economia urbana africana, nomeadamente a estagnação ou o estreitamento do sector oficial de grande envergadura a favor da diversificação e expansão do sector informal e do trabalho temporário (RAKODI, 1997a: 554), devem também ser entendidas sob o prisma das continuidades e intersecções existentes entre sectores formal e informal, entre actividades legais e ilegais e entre actividades lucrativas e marginais. Perante esta mistura, as reacções dos

---

<sup>60</sup> Note-se, no entanto, que a definição do formal como legal e oficial é uma definição ela própria formal (LATOUCHE, 1989:230).

<sup>61</sup> Ver por exemplo a terminologia utilizada em FAURÉ&LABAZÉE, 2002

agregados urbanos têm sido diversas, passando pelas estratégias migratórias, pelos laços urbano/rural, por capacidades empreendedoras, pelo aumento do trabalho feminino e pelo acesso a terra urbana não usada (RAKODI, 1997a:564), em conjugação com actividades de cariz marcadamente formal. A grande indústria, cuja implantação e desenvolvimento apresenta variações em termos africanos, nem arruinou nem eliminou o artesanato e o pequeno comércio urbanos (DUBRESSON, 1989:11), existindo por todo o campo das actividades económicas, intersecções, complementaridades, misturas.

Nos países desenvolvidos, o assalariado é norma em matéria de emprego. Nos países em desenvolvimento, os debates sobre o emprego têm progressivamente substituído a noção da existência de dois sectores estanques (formal e informal) pela análise da heterogeneidade do sector informal, pondo em causa o carácter estanque e analisando os aspectos essenciais das especificidades atribuídas a um e a outro sector (HUYETTE, 1997: 754). Uma das formas de ultrapassar as teses dualistas situa-se na análise da fluidez entre os dois sectores, patente nomeadamente na mobilidade dos trabalhadores. Esta perspectiva sobre o trabalho e as actividades económicas assenta na noção de um sistema económico organizado em torno de vários pólos, implicando a noção de modos de produção específicos, complementares e interdependentes. A heterogeneidade dos sistemas produtivos que se encontra a nível económico em África não é redutível ao dualismo sector moderno/sector tradicional.

A fluidez entre um e outro sector manifesta-se também na forma como o formal integra o informal. As principais constatações apontam no sentido de o sector formal funcionar, em África, segundo as regras do informal, cedendo-lhe cada vez mais espaço e importância mantendo-se alguma formalização da economia apenas porque um depende do outro. Os laços comunitários constituem, muitas vezes, o único modo de acesso a um campo económico socialmente constituído (LABAZÉE, 1995:151). A constatação da existência desta fluidez não impede, de toda a forma, que a maior parte das análises seja realizada em

termos dicotómicos<sup>62</sup>, colocando o “estatal”, o “formal” e o “legal” de um lado e o “informal” como um todo do outro. Várias análises demonstraram já que o Estado está presente na economia informal e vice-versa (MORICE, 1985). Segundo as abordagens dualistas, o sector informal pode ser distinguido do formal e definido a partir dos critérios da não regulação pelo Estado e da escala quase doméstica das actividades de produção (BOYABÉ, 1999:171). Existe, a par do sector capitalista (assalariado, taxa de lucro positiva, dinheiro funcionando como capital) e do espaço não mercantil (ausência de circulação monetária, produção de simples valores de uso, auto-subsistência), um conjunto de actividades que podem ser agrupadas num sector dito informal ou não estruturado (do ponto de vista não dos valores de uso fornecidos mas das formas de organização da produção, dos estatutos socioprofissionais ou da divisão do trabalho). Uma classificação possível e que de certa forma permite ultrapassar a dicotomia formal/informal e, ao mesmo tempo, dar conta do mercado de trabalho em África, entende que existem quatro grandes categorias onde pode ser enquadrado o trabalho: - o trabalho assalariado protegido por contratos de trabalho, constrangimentos legais e barreiras à entrada inerentes ao mercado, – o trabalho assalariado, regular e concorrencial, exposto às forças do mercado, mas realizado de forma contínua e provavelmente implicando contratos de trabalho, – o trabalho assalariado não protegido, relativamente heterogéneo, caracterizado pela insegurança e/ou irregularidade, – o trabalho por conta própria e o trabalho familiar nas pequenas unidades de produção, – as actividades marginais, pouco produtivas de rua ou semi-legais ou ilegais (INACK&LACHAUD, 1994:126).

Mas o informal não é apanágio das economias e sociedades dos países em desenvolvimento. Mesmo nos países mais centrais, regista-se a existência de aspectos informais no desempenho das actividades formais (LAGUERRE, 1994:xi). A informalidade permeia todos os aspectos do funcionamento da sociedade. Desse modo, o informal refere-se ao comportamento dos actores,

---

<sup>62</sup> Veja-se por exemplo a crítica à “economia popular espontânea” que considera a existência de dois blocos (a economia popular espontânea, por um lado e o Estado, sistema capitalista, poderes públicos/pequenos produtores, por outro) (MORICE, 1985).

aos procedimentos ou aos resultados de processos, sejam os actores formais ou informais (LAGUERRE, 1994:6). É portanto neste sentido, muito para além da delimitação de sectores da economia, que o informal e o formal são aqui analisados. Ou seja, não se trata apenas de delimitar conjuntos de actividades mais ou menos legalizadas e formalizadas mas considerar que o informal corresponde às formas como são conduzidas e desempenhadas actividades económicas.

Pela sua originalidade que resulta da adaptação das actividades geradoras de rendimento às condições específicas em termos sociais e económicos, as pequenas actividades informais aparecem como fenómenos de “modernidade” e não de “tradição” (HUGON, 1980:241). As obrigações familiares, sociais e culturais explicam os comportamentos julgados irracionais: “o africano não tem identidade a não ser em relação à família, à etnia ou às classes de idades” (TOURÉ, 1985:19). As pessoas de uma mesma origem têm tendência a praticar os mesmos ofícios. Entre o sector dominante e o sector informal existem relações de conflito mas também de complementaridade e de exploração (TOURÉ, 1985:286).

A grande heterogeneidade das actividades urbanas impede por conseguinte de falar de um sector não estruturado ou informal e de isolar leis de funcionamento específicas. Certas actividades resultam da modernização das cidades (por exemplo, os serviços de reparação), outras são próximas das formas antigas (serviços pessoais, pequeno comércio), outras explicam-se pela existência de camadas sociais de altos rendimentos (serviços domésticos, de manutenção ou artesanato de arte) e outras pela miséria social (pequenos intermediários, recuperadores de produtos utilizados) (HUGON, 1980:251).

“A imaginação apresenta-se como a única arma; [os africanos] têm que imaginar para sobreviver” (TOURÉ, 1985:9). Desse modo, não é possível definir o que é a vida informal nem o sector informal porque os pequenos ofícios são a vida quotidiana de milhões de homens, de mulheres e de crianças em todo o

mundo (TOURÉ, 1985:18). Actualmente, nos países do terceiro mundo, uma proporção grande de agregados familiares urbanos combina fontes de rendimento formais e informais (LAUTIER, 1995b:27). A economia informal organiza-se através das relações de parentesco, étnicas, de solidariedade ou de violência. Ela tem os seus códigos, as suas sanções e as suas hierarquias.

Os modelos de análise do informal apresentam diferentes pontos de vista. Para alguns é concebido como um sistema alternativo, uma realidade separada em estado de competição com o formal. A abordagem dualista prevê a existência de circuitos superiores e inferiores, tradicionais e modernos, unidade produtiva /unidade não produtiva, capitalista/subsistência. Outras perspectivas consideram formal e informal como pólos de um *continuum*, como partes complementares do todo. Para outros o informal é conceptualizado como um enclave do sistema formal; para outros como um sistema marginal; para outros como um sistema parasitário; para outros como um sistema intersticial (LAGUERRE, 1994:2-5).

Em termos gerais e de forma a ultrapassar os constrangimentos de definição impostos pela imbricação de um sector no outro, o sector informal pode ser considerado aquele que engloba "...um conjunto de organizações de pequena escala em que o assalariado está ausente (ou é limitado), em que o capital adiantado é reduzido, mas em que existe, não obstante, circulação monetária e produção de bens e serviços onerosos (apesar de se caracterizar por uma fraca produtividade do trabalho. As regras dominantes não são salariais, mas sim costumeiras, hierárquicas, paternalistas..." (HUGON, 1999:90).

As características mais marcantes deste sector compreendem o facto de constituir o modo de vida e de sobrevivência da maior parte da população, satisfazendo as necessidades fundamentais; o facto de as actividades que pressupõe variarem infinitamente ao sabor das oportunidades, das clientelas ou dos acessos a fornecimentos; caracteriza-se pela "... juventude dos chefes de exploração, pelas fracas barreiras à entrada (...), pela utilização de tecnologia



simples e de relações sociais não salariais; pela ausência de contabilidade, pela fraca diferenciação entre a unidade de produção e a unidade doméstica...” (HUGON, 1999:91) e pelo facto de as actividades não terem como principal objectivo a maximização dos resultados brutos da exploração. Em termos de descrição das actividades do sector informal, algumas características se apresentam mais abrangentes e recorrentes como a relativa facilidade de entrada, a propriedade familiar das empresas, o facto de as actividades assentarem em recursos locais, o facto de as operações serem de pequena escala, a utilização de tecnologia trabalho-intensiva e adaptada, o facto de as capacidades serem adquiridas fora do sistema formal de educação e verificar-se a constituição de mercados não regulados e competitivos (GILBERT & GUGLER, 1981:73)<sup>63</sup>.

Outras categorizações apontam ainda no sentido de existirem tipos de trabalhos específicos no sector informal como o trabalho ocasional, o trabalho assalariado nas pequenas empresas do sector informal, o trabalho dos patrões dessas pequenas empresas, o trabalho independente (INACK & LACHAUD, 1994). Ou de existirem categorias de actividades, distinguidas em prestações de serviços, produção de mercadorias, actividades de comércio e de transporte (HUGON, 1980b:406).

Em relação à economia informal, pode-se distinguir um sector informal real (sector da micro-empresa, com um número de empregados inferior a 4 pessoas, o trabalho é independente e a administração é reduzida, as actividades quase nunca são registadas pelas autoridades nacionais) e a actividade financeira informal (todas as transacções financeiras que têm lugar fora do campo da actividade bancária e das regulamentações do sector financeiro (ARYEETAY, 1995:205-6).

O sector informal é em alguns casos considerado como sector de subsistência, partindo do pressuposto que as actividades aí desenvolvidas não permitem o

---

<sup>63</sup> Estas definições baseiam-se no trabalho de Hart de 1973, citado pelos autores; ver p.72.

acesso a rendimentos suficientemente elevados para que se verifique acumulação de riquezas. Este sector de subsistência apresenta-se sob diversas formas, que incluem a economia doméstica ou familiar, as trocas não monetárias de proximidade, as actividades de mercado informais e as micro-empresas (OCDE, 1996). O informal pode ser definido como o sector da economia africana que não está registado nas estatísticas e não é regulado pelo controle do Estado e por taxas. Não sendo estruturado, refere-se à pequena produção, utilizando técnicas muito simples e de trabalho intensivo com um mínimo de capital. As capacitações são improvisadas (não são necessariamente tradicionais), os salários são geralmente baixos e irregulares, frequentemente envolve mulheres como empresárias; não está limitado às áreas urbanas e muitas vezes liga actividades urbanas e rurais. Regista-se uma certa tendência para os produtores se unirem mas as trocas no interior do sistema são reduzidas, apesar de existirem frequentemente ligações de troca com o formal (BROWN, 1995:217).

O sector informal enquadra-se na explosão urbana, no crescimento económico negativo e na diminuição dos empregos assalariados (HUGON, 1980:235). O sector não estruturado ou informal tem um papel essencial de absorção de migrantes e constitui dessa forma um sector de transição (HUGON, 1980:236). Em muitas partes de África e em especial nos meios urbanos, a integração no sector informal constitui desde sempre uma das formas de integração nos modelos e na economia urbana para muitos migrantes<sup>64</sup>.

Várias tentativas têm sido feitas em termos de tentar racionalizar e de entender o sector informal urbano em África porque este comporta empresas com uma dinâmica potencial no plano do emprego e dos rendimentos (LACHAUD, 1980:435). A revalorização da economia informal (anos 86/87) não repousa

---

<sup>64</sup> Estes processos são registados especialmente nos países em desenvolvimento. O trabalho informal, no Brasil por exemplo, tem raízes históricas e não é um fenómeno recente: com a abolição da escravatura (1888), os escravos dedicam-se ao trabalho ocasional com o apoio de companheiros que estavam a trabalhar nas cidades como domésticos ou na construção civil. As populações descobrem as possibilidades de auto-reprodução fora do trabalho organizado (VASCONCELOS, 1998).

sobre o sucesso objectivamente mensurável. Numa primeira fase as teses do FMI e do Banco Mundial afirmam que esta poderia substituir a economia formal (tese que se revelou inconsistente) e numa segunda fase é antes tomado em consideração o papel social da economia informal, sendo a ilustração de que a economia está imbricada no social.

As teses que indicam a economia informal como uma via de desenvolvimento e não como um problema deixam normalmente de lado a determinação macroeconómica da economia informal, a estreita dependência dos rendimentos obtidos em relação aos rendimentos da economia formal, a determinação da procura pela evolução dos salários e emprego formais<sup>65</sup>, as barreiras impostas à entrada neste tipo de economia, o facto de os actores se enquadrarem (em grande parte) tanto num tipo de economia como no outro, o facto de se passarem a considerar centrais os pequenos proprietários, o facto de o individualismo (em oposição às estratégias comunitárias e familiares) ser uma tendência crescente e excluem a questão da relação com o Estado e com o sistema legal cuja ausência poderia criar sérios problemas (LAUTIER, 1995b). Para além disso, normalmente os empreendedores não podem adquirir a propriedade dos seus bens (terrenos, veículos, etc.), não podem accionar processos na justiça, não podem obter empréstimos bancários, entre outros (MERLIN, 1996:262).

As reformas introduzidas pelos programas de Ajustamento Estrutural e os seus resultados influenciaram as actividades e a dimensão do sector informal. Mas a expansão rápida das actividades do sector informal não leva necessariamente a um crescimento rápido e durável da economia nacional a longo termo (ARYEETEY, 1995:207) devido à natureza fragmentada de muitas das actividades da economia informal e porque o informal não é necessariamente lugar de acumulação primitiva que possa fazer emergir uma “burguesia” mas antes um fenómeno conjuntural (DE MIRAS, 1987; LAUTIER et al., 1991; MACGAFFEY, 1987). Para além disso, as teses que prevêm a possibilidade

---

<sup>65</sup> Alguns analistas demonstram que este sector apresenta um carácter frequentemente involutivo e dependente do sector moderno (COQUERY-VIDROVITCH, 1991).

de um desenvolvimento económico fundado sobre os sectores terciário e informal vão no sentido oposto àquelas que consideram que o desenvolvimento africano depende grandemente da prosperidade da agricultura e da indústria (MERLIN, 1996:28).

As políticas de “legalização” de actividades muitas vezes clandestinas e ilegais não levam em linha de conta que as conjunções históricas que asseguraram a fortuna do Ocidente segundo certos moldes constrangeram o resto do mundo a alinhar-se aos recortes conceptuais e institucionais produzidos por essa história. Nos contextos não ocidentais, regista-se um insucesso maciço e generalizado de um mimetismo que explica a emergência do informal. O “sucesso” do informal está profundamente ligado à sua “irracionalidade”, i.e., ao facto de estar ligado a uma realidade que não se encaixa no esquema do paradigma ocidental (LATOUCHE, 1989:230). A base dessa “irracionalidade é a diferença da sociedade de origem.

Assim sendo, o informal pode ser analisado tendo em conta as actividades que o sector inclui (em termos gerais) e, sob outra perspectiva – que contudo não deixa de ter em conta pressupostos de cariz semelhante – como um conjunto de práticas informadas e moldadas pelos termos da informalidade. Esta perspectiva coloca em evidência não apenas a distinção entre as actividades “ilegais”, “não reconhecidas” sob a perspectiva formal mas também a importância que as relações sociais personalizadas, as solidariedades de várias ordens assumem no funcionamento, estruturação e desenvolvimento do conjunto.

Da mesma forma, as estratégias de sobrevivência das famílias em meio urbano, informadas pelas racionalidades económicas em presença e relativas às relações sociais e às solidariedades, transportadas dos sistemas tradicionais e adaptadas aos contextos socioeconómicos modernos, modelam e configuram o modo como formal e informal se interseccionam e imprimem um carácter informal ao conjunto das actividades económicas. A dispersão de actividades

geradoras de rendimentos e que asseguram serviços e recursos, propicia a articulação entre um e outro sector, reinventa complementaridades, permite a coexistência de relações formalizadas e pessoais em simultâneo.

No capítulo seguinte, a exposição do quadro conceptual considerado para a análise das estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias tem em linha de conta as perspectivas apresentadas ao longo deste capítulo: as misturas e mestiçagens de disposições tradicionais herdadas e das situações inéditas pressionadas, em grande parte, pela modernidade, não só moldam o modo como o trabalho assalariado se estrutura é racionalizado mas também a forma como são definidas e postas em prática as estratégias de sobrevivência e reprodução social. O trabalho assalariado, indissociável das estruturas sociais, atravessado por múltiplos aspectos “informais”, inscreve-se nas estratégias das famílias e com elas se articula, produzindo-se desta forma um sistema de assalariamento com particularidades e especificidades cujo entendimento extravasa os limites da empresa, da fábrica, das repartições e dos gabinetes.

### **CAPÍTULO III: Estratégias de Sobrevivência e Reprodução**

A análise das estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em meio urbano apoia-se em duas ideias centrais: as estratégias são concebidas e postas em prática pelo grupo familiar, que em África desempenha um papel social fundamental, central e concentrador no que diz respeito à gestão de recursos e membros; as estratégias são implementadas e desenvolvidas segundo o princípio da dispersão das possibilidades, o que implica a dispersão das actividades geradoras de rendimento por actividades e por membros da família, a dispersão das redes de solidariedades onde se incluem os membros das famílias. Ambos os princípios apelam para a manutenção de disposições tradicionais de organização social com base na solidariedade familiar e de diversificação dos recursos e das possibilidades de várias ordens perante climas e situações de incerteza e risco.

Como mais adiante será desenvolvido, as estratégias de sobrevivência e reprodução em África só podem atingir os objectivos e os propósitos que lhes servem de base quando suportadas pelo grupo familiar, articulando actividades e complementaridades: “Apesar dessas pequenas actividades que ele próprio classifica de «bricolage», o chefe de família tem que se apoiar nos rendimentos ditos «secundários», obtidos pela esposa ou pelos filhos” (DORIER-APPRILL et. al., 1998:252)<sup>66</sup>. O modelo que serve de base a ambos os princípios acima enunciados baseia-se nas estruturas e ideologias do sistema “tradicional” e, apesar das adaptações e transformações que tem sofrido ao longo dos tempos, ele continua a ser o principal suporte quer das relações sociais quer das formas de adaptação dos grupos às condições de vida em meio urbano.

A expressão “estratégias de sobrevivência” tem tido uma cada vez maior utilização na análise e descrição das realidades africanas. Ela não tem sido, no

---

<sup>66</sup> Ver também nas páginas 265 e seguintes a descrição da articulação de actividades geradoras de rendimentos entre os membros de famílias em Brazzaville.

entanto, alvo de uma reflexão teórica que permita definir claramente a sua utilização, o que faz com que possa assumir interpretações diversas e seja utilizado normalmente a partir de uma noção retirada do senso comum. A proposta de utilização do termo, especialmente no que se refere à “sobrevivência”, parte de dois princípios centrais. Por um lado, falar de estratégias de sobrevivência apenas, não parece ser suficiente quando se trata de analisar os desempenhos socioeconómicos dos actores em contextos africanos. Por essa razão, prefere-se utilizar o termo tendo sempre em conta que ele abarca racionalidades e práticas com objectivos mais alargados do que a sobrevivência simples. Os referidos objectivos prendem-se com a reprodução social dos indivíduos e grupos e existe uma clara intencionalidade na promoção social e económica.

A utilização do termo “estratégias de sobrevivência” isoladamente implica que se parta do princípio, ou pelo menos se transmita a ideia, de que os grupos e os indivíduos definem toda uma série de estratégias tendo em vista apenas a sua sobrevivência, a sua reprodução física. No entanto, e como ficou claro com os trabalhos de Bourdieu, as estratégias, verificadas através das práticas quotidianas, inscrevem-se num princípio de aumento e melhoria das condições existentes tendo em vista a reprodução. A sobrevivência simples, a reprodução física e a satisfação das necessidades básicas têm como pano de fundo uma lógica de reprodução, própria dos grupos sociais, que visa a perpetuação dos indivíduos e dos grupos e a melhoria das suas condições de existência.

A reprodução implica, portanto, pelo menos dois níveis distintos de análise: a reprodução física – sobrevivência<sup>67</sup> – e a reprodução social, sendo que ambos os níveis não se encontram necessariamente dissociados um do outro. As actividades e esforços empreendidos permitem aos indivíduos captar recursos e serviços cujas diferenças em quantidades (ou qualidade) não estão

---

<sup>67</sup> Ver a distinção que MIRAS (1982) prefere fazer entre a reprodução simples (subsistência) e a reprodução alargada (enriquecimento, promoção social). É de notar que se afirma inclusive que na reprodução simples não estão postas de lado as condições de geração de riqueza ou de promoção social (MORICE:1985).

relacionadas ou com a sobrevivência ou, a um outro nível superior, a reprodução. O princípio orientador e os objectivos últimos dos indivíduos e grupos que engendram e põem em prática estas estratégias são sempre os mesmos – a reprodução social – independentemente dos resultados reais no que respeita à obtenção de recursos e serviços ou ao estabelecimento de redes de reciprocidades.

As quantidades ou qualidades de recursos que se podem obter através do exercício de determinadas actividades, resultado de estratégias, variam com as conjunturas, com o ambiente económico, político, institucional e com acontecimentos específicos relativos aos indivíduos e a famílias, daí que seja importante para as famílias diversificar as actividades a que se dedicam os seus membros, dispersando-as por sectores, por tipo, etc. Mais adiante este assunto é retomado. O que parece importante frisar desde já é que os objectivos do exercício de determinadas actividades ou práticas com vista a obter determinado tipo de recursos ou serviços não pode ser relacionado automaticamente a um determinado objectivo – mais imediato ou menos imediato – como é proposto no quadro seguinte:

	<b>Organizações de economia popular</b>	<b>Micro-empresas familiares</b>	<b>Iniciativas individuais</b>	<b>Estratégias de assistência</b>	<b>Actividades ilegais</b>
<b>Nível de crescimento</b>	Estabelecimentos autogeridos	Estabelecimentos produtivos	Condutor de táxi	Organizações reivindicção alojamento	Tráfico de droga
<b>Nível de subsistência</b>	Grupos de crédito	Pequenas lojas	Reparações menores	Beneficiários instituições de caridade	Vendas clandestinas
<b>Nível de sobrevivência</b>	Marmitas populares	Colecta de resíduos	Vendedores de rua	Mendicidade	Pequenos roubos

(adaptado de NYSSSENS, 1996:97)

Aqui o nível de sobrevivência engloba actividades consideradas pontuais ou de emergência; o nível de subsistência as actividades mais ou menos estáveis que asseguram a satisfação de necessidades essenciais mas que não permitem nenhuma forma de acumulação ou de crescimento e são uma estratégia de



refúgio temporário; o nível de crescimento implica que os participantes sejam capazes de melhorar a sua qualidade de vida.

O inconveniente da utilização de tal tipo de categorização e distinção situa-se ao nível da correlação directa estabelecida entre os objectivos dos actores e os supostos montantes ou quantidades de bens ou recursos obtidos através do desempenho de determinado tipo de actividade. Por um lado, não parece ser possível determinar à partida os montantes ou os benefícios exactos que cada uma das actividades proporciona: quem pode garantir, por exemplo, que um vendedor de rua tem menores rendimentos que um condutor de táxi numa determinada época do ano, zona em que efectua o seu trabalho, ou situação económica? O mesmo acontece em relação a qualquer actividade económica: mesmo sendo possível estabelecer que tendencialmente certo tipo de actividade possibilita um maior acesso a recursos ou rendimentos, cada um dos casos e das actividades só podem ser correlacionados a determinado nível de rendimento quando analisados de forma mais aprofundada. Daí toda a dificuldade em estabelecer correspondências, em África, entre classes sociais e profissões ou empregos. Para além disso, apenas quando integrados no conjunto das actividades desenvolvidas pelas famílias, se pode estabelecer de forma exacta a contribuição ou o grau de importância que determinada actividade proporciona.

No que diz respeito aos rendimentos e possibilidades a que os trabalhadores assalariados do sector formal têm acesso, não é claro que o exercício de uma actividade assalariada proporcione o acesso directo a redes de reciprocidades ou benefícios e complementos, muito embora esta seja a ideia comumente aceite. O facto de a probabilidade ser maior não implica que em todos os casos relativos ao assalariamento tais vantagens sejam aproveitadas por todos os indivíduos, muito menos em proporções iguais para todos os indivíduos enquadrados em organizações diferentes.

Por outro lado, este tipo de classificação leva a pressupor uma diferenciação das actividades geradoras de rendimento (e dos indivíduos que as exercem) em termos de aspirações e necessidades: quem pode garantir que os objectivos do exercício de determinada actividade são, por exemplo, para o condutor de táxi a acumulação e para o vendedor de rua a sobrevivência? Quando analisadas no contexto do grupo de referência, as actividades geradoras de rendimento podem ser resultado de estratégias diferentes daquelas que uma análise deste tipo, directa, faz pressupor. Fala-se de estratégia a partir do momento em existe um projecto a longo prazo, sustentado num objectivo considerado importante, que varia com os contextos. A estratégia designa o modo de condução de um projecto, a articulação realizada entre as possibilidades, capacidades e meios e os objectivos.

A importância atribuída aos objectivos comuns presentes no desempenho de determinadas actividades e a relativização dos montantes e benefícios relacionados com cada uma das actividades económicas identificadas não deixa, contudo, de tomar em consideração que a sobrevivência física e biológica é condição para que a reprodução social possa ser levada a cabo. Apenas se reforça a ideia que os objectivos das estratégias não podem ser associados só à sobrevivência ou só à acumulação. O objectivo geral e que serve de princípio unificador das estratégias, é o da reprodução social, mesmo que os rendimentos e recursos obtidos não sejam, em determinado momento, suficientes para possibilitar a promoção ou a ascensão social ou económica.

O conceito de estratégia de sobrevivência e reprodução torna-se deste modo mais claro e permite uma melhor compreensão da necessidade de utilização do termo estratégia: a reprodução implica um esforço mais elaborado, de objectivos mais amplos e menos imediatos. A dificuldade em identificar as racionalidades presentes ou mesmo identificar as estratégias das famílias à priori (ou seja, antes de serem postas em prática e produzirem resultados) reside essencialmente no facto de as estratégias resultarem de uma adaptação constante dos modelos e das lógicas que os indivíduos e grupos

herdaram às condições objectivas e modelos e lógicas inéditos. Bourdieu (1994:4) emprega o termo estratégia para designar os conjuntos de acções ordenadas tendo em vista objectivos a mais curto ou mais longo prazo, e não necessariamente tidos como tal, que são produzidos pelos membros de um colectivo tal como a família.

As diferentes estratégias são cronologicamente articuladas, cada uma delas devendo, a cada momento, contar com os resultados obtidos pelas outras que a precederam ou que têm um duração temporal mais curta (BOURDIEU, 1994:6). Desta forma, é possível analisar as diferenças entre o tipo de investimentos preferenciais presentes a cada momento e em determinada condição<sup>68</sup>. Uma das formas de analisar as estratégias, os projectos e as condutas, situa-se ao nível do entendimento da distância entre o desejado, o exprimido e o possível. É a existência desta distância que permitirá os reajustes estratégicos se os determinantes sociais das trajectórias se alteram rápida e profundamente (LAUTIER, 1995a:356).

O conceito de estratégia tem sido empregue para designar conjuntos de acções desenvolvidas por indivíduos particulares, grupos sociais, instituições, estruturas de diverso tipo, etc. De um modo geral, este conceito, pressupõe uma escolha entre alternativas, uma intencionalidade "consciente" e "racional". No entanto, certo tipo de acções aparentemente "incoerentes" ou "irracionais" podem ser, à posteriori, consideradas estratégias, quando são analisados os contextos (políticos, sociais, culturais, psicológicos....) em que estas foram desenvolvidas e que por isso lhes dão sentido. Uma estratégia pressupõe o recenseamento, por parte dos indivíduos, dos meios disponíveis, uma clarificação dos seus fins e uma adaptação entre uns e outros (LAUTIER, 1995a), mesmo que todo este processo não seja intencional em termos racionais ou que não seja possível identificar à partida uma

---

<sup>68</sup> É possível identificar estratégias de investimento biológico, sucessórias, de investimento económico, investimento simbólico (BOURDIEU, 1994:5-6), relacionadas tanto com as condições de partida dos grupos como com as novas situações que se lhes apresentam. A relação entre um sistema de estratégias de reprodução e um sistema de mecanismos de reprodução implica a constituição de "modos de reprodução" (BOURDIEU, 1994:8).

intencionalidade ou um sentido estratégico. Ressalve-se que o postulado da informação perfeita que tal noção implica (perspectiva utilitarista da noção de estratégia) pode não estar presente em todos os contextos<sup>69</sup> o que implica que as estratégias assumam contornos diferenciados.

As estratégias de reprodução podem ser objectivadas e adquirir maior relevo assentando em pressupostos específicos, que variam com os contextos e mesmo com os campos (BOURDIEU, 1972). O sistema de disposições inculcadas pelas condições materiais de existência e pela educação familiar (i.e. o *habitus*) que constitui o princípio gerador e unificador das práticas é o produto das estruturas que essas práticas tendem a reproduzir de forma que os agentes não podem senão reproduzir, ou seja, reinventar inconscientemente (“ao sabor do vento”) as estratégias já testadas, seja porque se revelam mais convenientes ou simplesmente porque se revelam mais cómodas. Esta reinvenção baseia-se na premissa do *habitus* que os modelos herdados “sempre regeram as práticas (...) parecem inscritos na natureza das coisas” (BOURDIEU, 1972:1106). O *habitus* é assim, o princípio gerador e unificador das práticas, que por sua vez reproduzem estruturas que modelam o próprio *habitus* (são, portanto, estruturas estruturadas e estruturantes) (BOURDIEU, 1994).

Através da noção que a articulação entre o *habitus* e as situações inéditas assume um papel importante na definição e na efectivação das estratégias, é possível relativizar a força do *habitus* que, em muitas análises é considerado como uma base transportada como impedimento e tautologicamente conduzindo o indivíduo a um determinado lugar (patente nas análises em que o “tradicional” aparece como entrave à mudança). Na análise das estratégias revela-se importante a ponderação e a análise, nos percursos dos sujeitos, daquilo que é resultado das predisposições do *habitus* e daquilo que é resultado de uma estratégia e mais aquilo que resulta da combinação de ambos (LAUTIER, 1995a).

---

<sup>69</sup> Por exemplo, é diferente a análise de estratégias de famílias e a de estratégias de organizações formais.

Esta articulação permanente permite aos grupos não só uma rápida adaptação às novas condições mas também a identificação das alternativas possíveis e a acção coordenada entre possibilidades e aspirações: "...estratégia é um conceito nascido da guerra e portanto é muito mais que um comportamento utilitarista racional (adaptar os meios aos seus fins, sendo estes formulados em termos de maximização de uma variável e utilizar da melhor forma possível os seus meios): "(...) não se trata apenas de informação imperfeita mas de imprevisibilidade total que pressupõe que o agente construa não apenas vários cenários mas também a modificação desses cenários em função do desenrolar da estratégia do adversário<sup>70</sup>" (LAUTIER, 1995a:348).

As estratégias de sobrevivência e reprodução referem-se a um conjunto de lógicas e práticas articulando o "tradicional" e o "moderno" (articulação esta fundamental no contexto das transformações e readaptações das sociedades a novas situações) centradas na família como grupo de organização e gestão das mesmas e implicando uma dispersão dos recursos, actividades e redes de relações. Ao mesmo tempo que partem das disposições inculcadas pela socialização, pelo "tradicional" (no sentido do *habitus* definido por Bourdieu), as estratégias articulam e reinterpretam, integrando ou rejeitando, os dados e condições impostas pelas realidades sociais, políticas, económicas que se apresentam e se reconfiguram diariamente aos indivíduos. As situações inéditas, não previstas (pelo menos nos mesmos moldes) no sistema tradicional, são alvo de racionalizações utilizando estes dispositivos, o que faz com que o trabalho de reinterpretação seja uma autêntica *bricolage*, uma reconstrução permanente das bases sociais, culturais, materiais.

---

<sup>70</sup> Referindo-se ao facto de a noção ter sido retirada da guerra, Lautier considera que uma estratégia apenas faz sentido perante um adversário. Utilizando o mesmo tipo de analogia, a existência de estratégias familiares fazem sentido a partir do momento em que existem condições "adversas" que condicionam o cumprimento dos objectivos de reprodução.

As diferenças entre as sociedades e os contextos verificam-se nas diferentes disposições à reprodução que podem encontrar apoio nas estruturas familiares (caso das sociedades consideradas pré ou proto capitalistas), nas estruturas do mundo económico (caso das sociedades capitalistas). Nas sociedades pré-capitalistas a perpetuação das relações sociais repousa sobre o *habitus*. A manutenção das relações sociais e a responsabilidade de gestão são da família, orientada pela tradição. Aqui o *habitus* é do tipo comunitário, estruturado pelos princípios da solidariedade, da hierarquia, da identidade colectiva e da repressão correlativa das pulsões individualistas. A precariedade das condições de existência leva à inevitabilidade da manutenção dos indivíduos na dependência das solidariedades comunitárias porque estas são a única segurança/protecção social. Aliás é nas sociedades e economias onde as incertezas e os riscos relativos às possibilidades de sobrevivência e reprodução são mais evidentes a um nível abrangente que se verifica o desenvolvimento de estratégias que implicam a diversificação e a combinação de rendimentos de uma forma mais complexa. Nestes contextos, as estratégias são consideradas “um jogo estratégico resiliente”, na medida em que os membros dos agregados familiares combinam diferentes actividades geradoras de rendimentos através de combinações sempre renováveis, de modo a que o agregado consiga poder de recuperação ou elasticidade de fontes de rendimento perante situações de crise alimentar, reais ou virtuais (expectáveis) (COUTO, 2001:63).

A originalidade africana em relação às estratégias situa-se no facto de elas resultarem das estruturas sociais e dos sistemas de representações, de patrimónios culturais e históricos específicos, constitutivos da tradição africana; serem determinadas pelas situações materiais objectivas inéditas; oscilarem entre dois pólos de um mesmo campo de forças (tradição e modernidade); se desdobrarem simultaneamente em várias temporalidades (tempo curto da vida quotidiana, longo termo das estratégias de acumulação e reprodução; tempo cíclico das festas e rituais, tempo histórico pré-colonial, colonial e pós-colonial) assim como a diversos níveis da realidade social (relações domésticas,

relações de parentesco, de aliança, de vizinhança e de trabalho, relações intra e inter-étnicas, relações com as instituições globais e com o aparelho do Estado (LE BRIS et al., 1987).

Se os dispositivos utilizados pelas estratégias de sobrevivência e reprodução repousam sobre o *habitus* e sobre o inédito, exigindo um trabalho de reinterpretação e de articulação e se o *habitus*, matriz de disposições, é o princípio gerador de práticas, a dificuldade na análise das estratégias de sobrevivência e de reprodução reside essencialmente no facto de esta articulação implicar práticas (objectivação das estratégias) muito distintas. Para além disso, torna-se difícil distinguir, nas práticas dos indivíduos, aquilo que faz parte da estratégia e aquilo que não faz. As estratégias familiares são os princípios implícitos que guiam os membros das famílias quando procuram o bem desta, quer de sobrevivência quer de mobilidade social (ROBERTS, 1994:6). Nos países em desenvolvimento as estratégias familiares apoiadas nas actividades informais têm servido como base para a sobrevivência económica no decurso da urbanização acelerada. Nas estratégias familiares, a acção dos indivíduos é influenciada por asserções normativas sobre as obrigações dos membros e por princípios partilhados quanto às prioridades familiares. Isto não exclui que existam interesses diferentes em relação a cada um dos indivíduos, baseados no estatuto familiar, no género, na geração. A permanência de estratégias familiares prende-se com o facto de os membros poderem tirar vantagens do aumento do bem-estar colectivo, ou seja da concentração de recursos num grupo a que pertencem.

As estratégias de sobrevivência e reprodução apresentam algumas variações em termos da ênfase atribuída a determinadas práticas. Dependendo dos contextos e dos grupos sociais que as idealizam e põem em prática, pode verificar-se o predomínio de estratégias que têm como objectivo a geração de recursos quer através do aumento do fornecimento de trabalho para a economia, da produção autónoma ou da circulação de transferências de rendimentos; ou o predomínio de estratégias com o objectivo de melhorar a

eficiência de recursos existentes; ou ainda o predomínio de estratégias relacionadas com a família extensa e com a migração (CREIGHTON & OMARI:1995:8). O tipo de actividades geradoras de rendimentos varia com as conjunturas, especialmente com o ambiente económico: “Os pequenos ofícios variam infinitamente ao sabor das oportunidades, das clientelas ou dos acessos a fornecimentos” (HUGON:1999:90).

Parece existir acordo entre os especialistas em englobar nas estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias (POTTS, 1997) em África pelo menos as seguintes práticas: o aumento das actividades no sector informal, a pequena produção agrícola, a criação de novos modos de acesso a serviços ou a adaptação à sua ausência, o reforço e adaptação das relações campo-cidade. As práticas que se desenvolvem nos diferentes campos de actividade articulam-se de forma relativamente coerente o que justifica que as qualifiquemos de estratégias (LE BRIS et al., 1987:265). Respondem a uma lógica dominante que é sempre de preservação das vantagens adquiridas e de acumulação do capital (material e simbólico) (LE BRIS et al., 1987:265). E mais uma vez reforça-se a ideia de que estas práticas não visam apenas a sobrevivência das famílias mas constituem, na sua essência, estratégias de mobilidade social ascendente, i.e., práticas voluntárias e finalizadas, implicando a análise das situações e a sua exploração optimal com vista a maximizar as vantagens.

A análise das estratégias de sobrevivência e reprodução, de forma a ser mais completa, implica uma profundidade de tempo importante, sem dúvida várias gerações (OSMONT, 1981). E implica a análise de actividades diferenciadas em articulação umas com as outras. O modelo tradicional, por conter em si este pressuposto da articulação e da integração do inédito, permite que as estratégias tradicionais – cuja base é a concentração de recursos no grupo familiar e a diversificação dos recursos e dispersão das actividades – (FELICIANO, 1991) articulem recursos e actividades formais e informais, redes de reciprocidades de diferentes tipos. Deste modo, as decisões relativas às práticas e actividades geradoras de rendimento variam de família para família, o



que possibilita a existência de uma substancial multiplicidade de situações. Ao mesmo tempo que se verifica a existência de uma concentração das decisões e da gestão relativas à sobrevivência e reprodução nas famílias, verifica-se uma dispersão das formas de obtenção de recursos que se apoia na dispersão dos membros das famílias por tipo de actividades, na dispersão das redes de reciprocidade e solidariedades.

## **1. Estratégias e Família**

Da matriz tradicional, alguns elementos chave mantêm relativa importância na configuração das realidades sociais africanas actuais. No que respeita às estratégias de sobrevivência e reprodução, saliente-se a importância da família como definidora e gestora das estratégias e a importância que adquirem as redes de solidariedades apoiadas nos laços entre indivíduos ligados pelo parentesco, mesmo que elas impliquem um conflito entre as lógicas colectivas e as lógicas individuais: “A vida quotidiana dos cidadãos, mesmo daqueles que têm um ar mais ocidentalizado, é ritmada por profundos e incessantes conflitos familiares” (DORIER-APPRILL et. al., 1998:96). Desse modo, “compreender as sociedades africanas requer olhar-se-lhes para o coração, a saber, as instituições familiares...” (DOZON, 1986:261). Os sistemas familiares constituem o quadro privilegiado da enunciação e da transmissão das tradições e continuam a balizar e a controlar os destinos individuais e colectivos. Em África, as transformações sociais introduzidas em meio urbano só podem ser plenamente entendidas tendo como base a análise das transformações que ocorrem nas estruturas familiares.

Apesar de algumas transformações e mesmo de alguns casos de rupturas ocorridas em relação ao seu papel central, a família, um grupo alargado, continua a constituir o núcleo central onde se processam as decisões relativas aos percursos dos membros, às suas actividades económicas, ao modo de aquisição de estatuto social no grupo. Por encontrarem apoio nas

estruturas familiares, as estratégias de reprodução em meio urbano africano apelam à manutenção da família como grupo de definição e de gestão de estratégias. A manutenção da importância do grupo familiar como núcleo central e concentrador é explicada quer através do reconhecimento da importância da matriz tradicional quer, em meio urbano e em situações de ausência suportes sociais e económicos alternativos, através da sua pertinência e eficácia.

Existem um conjunto de características relativas às estratégias familiares que importa salientar. Por um lado, é possível identificar a existência de um projecto, se não formulado por toda a família (“democraticamente”) pelo menos formulado por um ou mais dos seus membros que se definem nesse momento como membros (chefe de família, parentes) (LAUTIER, 1995a:350). Por outro lado, as estratégias, por serem de carácter familiar, pressupõem que as mudanças eventuais da posição de cada um dependam da mudança da posição do grupo, o mesmo acontecendo em relação aos meios postos em acção que afectam todos os membros da família e também as relações que eles estabelecem. Desta forma, o individualismo é preterido a favor de uma solidariedade de grupo. Ressalve-se, no entanto, que o mesmo já não pode ser afirmado em relação à existência de um projecto global da sociedade e é possível que os conjuntos de estratégias familiares gerem incompatibilidades entre si, pondo em causa a sustentabilidade das condições gerais de sobrevivência e reprodução.

A análise das estratégias das famílias revelou-se pertinente entre vários analistas, senão para a reflexão sobre os contornos que assume o desenvolvimento das economias e sociedades, pelo menos para a definição das acções específicas e para a definição das consequências prováveis. Compreender as decisões e os grupos que tomam as decisões relativas a uma série de aspectos sociais e económicos revela-se importante para prever quem nos agregados e nas famílias é passível de ganhar e perder com o resultado de uma intervenção. Os projectos de desenvolvimento que colocam fardos

inaceitáveis em alguns indivíduos sem compensação podem ver-se comprometidos pela falta de participação, havendo por essa razão a necessidade de obter informação sobre algumas variáveis específicas como a composição dos agregados, os rendimentos e as propriedades, a distribuição de tarefas e o uso do tempo e o consumo individual e bem-estar (ROGERS & SCHLOSSMAN, 1990) e, não menos importante, sobre as dinâmicas familiares.

A centralidade da família em África é confirmada também pelas análises demográficas. Em matéria de reprodução, a família permanece a unidade fundamental da qual dependem todas as decisões. As estratégias, em matéria de casamentos, socialização, perpetuação da linhagem, valor estatutário da poligamia, entre outros, constituem elementos centrais definidos pela família em África e baseiam-se nos valores tradicionais (ADEPOJU, 1999:14-5). Mesmo articulando a tradição e a modernidade, as cargas impostas por diversos sectores da sociedade (económicos, sociais, políticos, ou outros), a responsabilidade e função da família africana parecem ter aumentado em vez de regredir (ADEPOJU, 1999:21). De qualquer forma, não se tendo registado mudanças no que diz respeito ao seu papel fundamental, vários são os aspectos que ao nível dos grupos familiares são moldados e adaptados às novas situações.

Os processos de transformação das estruturas familiares em África tornam-se visíveis durante o período colonial mas só adquirem a sua verdadeira dimensão no início do século XX (DOZON, 1986) e neste processo o trabalho forçado constitui um factor determinante. Estes processos, para além de outras implicações que acarretam, têm como tendências mais visíveis a transformação do papel das mulheres através do aumento do seu grau de escolarização e a sua entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, o meio urbano também gera unidades familiares originais e inéditas já que proporciona o casamento interétnico, impulsiona transformações nos modelos de parentesco, condiciona os modelos relativos às heranças, as formas de organização espacial, influencia racionalidades e valores. As redes de parentesco adaptam-se às

condições do meio urbano, passam a depender de novos compromissos como por exemplo as tendências para a restrição dos membros das famílias e da poligamia e as formas de lidar com as exigências de solidariedades (DOZON, 1986:285). Certas instituições relacionadas com as famílias como o casamento, a fertilidade, a residência ou a migração constituem elementos das estratégias familiares com o objectivo de expandir a riqueza, a segurança ou o estatuto social das famílias (MORGAN, 1993:237) e têm sofrido algumas alterações em África nos últimos tempos. O reforço das solidariedades familiares responde às necessidades de preenchimento das funções de estruturas de acolhimento e de segurança social e à gestão das possibilidades de obtenção de rendimentos da forma solidária referida anteriormente. No contexto dos ajustamentos estruturais, a família africana apresenta-se como um refúgio e possibilita a segurança social aos seus membros em dificuldades financeiras (ADEPOJU, 1999:31).

Algumas mudanças registadas em termos estruturais nas famílias africanas passam pela proliferação das famílias duplas com apenas um chefe de família e com residências diferenciadas (novas formas de poligamia), a proliferação de famílias sem um progenitor adulto do sexo masculino, a proliferação das famílias dirigidas por crianças, entre outros tipos (ADEPOJU, 1999:21). Torna-se cada vez mais significativa a mudança ocorrida em relação à transformação do papel das mulheres que cada vez mais são chefes de família (LLOYD&GAGE-BRANDON, 1993), o que lhes atribui novos papéis sociais (e a consequente perda de papéis tradicionais por parte dos homens que não são substituídos por outros). Em termos gerais, esta transformação do papel das mulheres encontra explicação na redução das capacidades de providenciar recursos para as famílias por parte dos homens chefes de família (em grande parte devido ao aumento do desemprego e à redução dos rendimentos em geral) e no aumento das possibilidades oferecidas pelas actividades no sector informal (marcadamente femininas). Em todo o caso, apenas a análise de casos particulares permite a confirmação destas hipóteses de explicação e da sua abrangência e

incidência. Por outro lado, há ainda que ter em linha de conta que nem sempre a uma maior autonomia financeira corresponde uma mudança e/ou inversão dos papéis sociais femininos e masculinos já que são inúmeras as formas de adaptar as ideologias tradicionais e as representações relativas aos papéis femininos e masculinos às situações inéditas.

A análise dos rendimentos masculinos e femininos e a (re)construção de estatutos e papéis sociais com base no tipo de rendimentos e actividades constitui uma das vertentes contempladas neste estudo. No entanto, a temática relativa às questões do género não é alvo de uma reflexão central, tendo-se preferido a análise das questões relacionadas com a urbanidade e com as racionalidades e práticas relativas ao assalariamento em geral. Em todo o caso, pela sua importância e dada a perspectiva explicativa holística adoptada, revelou-se importante incluir uma reflexão sobre a diferença entre actividades económicas masculinas e femininas, aliás postas em evidência noutros estudos relativos a contextos africanos e angolanos (GRASSI, 1997; 1998). Contudo, a exploração do tema não pretende ser exaustiva, concorrendo antes para a construção de um quadro de análise abrangente e diversificado sobre as questões relacionadas com a família africana e com as estratégias.

De um modo geral em África e por volta dos anos 1960, algumas transformações relacionadas com a família são já postas em evidência: nas famílias das elites urbanas, regista-se o declínio do tamanho dos agregados, a integração da educação de tipo moderno, a redução do número de nascimentos antes do casamento (CALDWELL, 1968). Estas mudanças, apesar de registadas num número significativo de contextos, apresentam especificidades que importa analisar, muito embora seja possível traçar um quadro geral daquilo que, em relação aos modelos tradicionais, regista reconfigurações importantes. Assim, as transformações na família africana implicam continuidades e mudanças. O autoritarismo, a senioridade e os consensos evidenciam-se como elementos mantidos, perpetuados e reforçados de uma

maneira geral ao mesmo tempo que em aspectos relativos à poligamia ou ao papel das mulheres e dos jovens se registam algumas mudanças de graus e intensidades diferentes em diferentes contextos.

Também no que diz respeito à estrutura e composição dos agregados, ocorrem mudanças. A organização familiar típica das sociedades africanas rurais é a família extensa e os agregados são a unidade familiar mais pequena, composta por pais e filhos e por vezes os avós (OCHOLLA-AYAYO, 1999). As transformações e mutações que ocorrem actualmente em África e no que se refere à família afectam determinadas estruturas e formas de organização ancestrais como as solidariedades tradicionais, os direitos sobre a terra, os costumes, a ética, os ritos de passagem e funerários, o direito costumeiro, a participação na religião (OCHOLLA-AYAYO, 1999:91-4). Do mesmo modo, também em meio urbano os estilos de vida modernos aceleram algumas transformações respeitantes às famílias, nomeadamente no que se refere à solidariedade familiar, às uniões e aos casamentos, às estruturas e à composição das unidades domésticas. Verifica-se uma tendência, em meio urbano, para a família nuclear, reduzindo-se o número de membros (CANEL et al., 1990:32), sem que, no entanto, o registo desta tendência traduza em todas as análises uma qualquer premissa evolucionista (WALLERSTEIN&SMITH, 1992). Dados os contrastes entre a sociedade tradicional, agrária e a sociedade moderna, industrial, as transformações na família são inevitáveis: a dimensão das famílias não se coaduna com o aumento dos encargos com as crianças, com as restrições em termos de espaço de residência; os casamentos de adolescentes e procriação são inconsistentes com a escolarização mais prolongada, o que implica que os casamentos sejam mais tardios e a fertilidade mais baixa e que se alterem os papéis das crianças e das mulheres (MORGAN, 1993:252).

Uma das dificuldades da apreensão do conceito de estratégia está directamente relacionada com a unidade de análise, sendo a questão central a de tentar perceber até que ponto, entidades sociais colectivas, como

famílias, podem ser tratados como actores sociais ou como entidades homogêneas, capazes de expressar nas suas acções uma atitude racional colectiva e não individual (CROW, 1989:2). A definição de família tem sido objecto de aprofundadas discussões entre os investigadores, especialmente no que se refere à família africana. E esta discussão é de grande importância já que os conceitos de família ou de agregado permitem operar a passagem entre uma análise de tipo mais abrangente e a análise de tipo micro. Ao mesmo tempo, constituem uma variável mediadora entre a mudança económica e individual e as respostas da comunidade e constituem também um ponto-chave de negociação das necessidades e interesses individuais (CREIGHTON & OMARI, 1995:2). Uma das definições de agregado familiar utilizadas assenta na proposição que um agregado se refere a "...uma identidade colectiva de um grupo de indivíduos, unidos por dotações partilhadas e um ou mais dos seguintes factores: um orçamento comum resultante de maior ou menor grau de combinação de rendimentos, locais de cozinha comuns e/ou residência comum"<sup>71</sup>. Ou ainda, um grupo que assegura um nível de "pooling" de rendimentos e a sua partilha no tempo de forma a reproduzir a unidade, partilhando, muitas vezes, uma residência comum e/ou estando relacionados biologicamente (WALLERSTEIN&SMITH, 1992:6). Neste caso, a definição de agregado coincide com a de família aqui utilizada na medida em que considera como unidade de análise o grupo que promove esta concentração e redistribuição de recursos, independentemente da existência de um local de residência comum.

Aliás, na definição do conceito de agregado, a co-residência não constitui uma característica de definição estável já que os agregados manipulam muitas vezes o comportamento residencial com vista a maximizar o seu bem-estar económico, o que implica que em África grande parte dos agregados sejam espacialmente difusos, verificando-se a existência de famílias onde a circulação ocorre em torno do pólo rural, famílias cujo pólo de circulação não é nem rural nem urbano e famílias onde a circulação ocorre em torno do pólo urbano do

---

<sup>71</sup> Idem, p.3, utilizando a definição de Bryceson.

agregado (GELDERBLOM & KOK, 1994:66). Estas dificuldades na definição de agregado não têm, contudo, impedido a utilização deste tipo de unidades na recolha de dados estandardizados (censitários, de cariz económico, etc.) e consequentes elaborações sobre as famílias. A definição correntemente utilizada refere-se a “um grupo de pessoas que vivem numa única unidade e partilham refeições” e cujos restantes membros são identificados em relação a um chefe de família (ADEGBOYEGA, 1999), ou, mais simplesmente, “um grupo de indivíduos que dormem e comem numa unidade de habitação comum (LLOYD&GAGE-BRANDON, 1993). Um agregado será portanto fundamentalmente uma unidade económica. Já a família caracteriza-se por uma estabilidade a longo prazo, constitui uma unidade fechada, tanto física como económica e afectiva onde as crianças são criadas (ADEGBOYEGA, 1999:40). Assim consideradas, as famílias incluem membros de várias gerações, parentes em vários graus, subdivisões resultantes das uniões polígamas e potencialmente a residência multi-espacial.

Nesse sentido, a lógica dominante no que diz respeito à família é aquela herdada dos modelos linhagísticos. Não se trata de perceber a dimensão do grupo familiar em termos de espaço comum partilhado mas sim em termos da intensidade das reciprocidades e da reclamação de uma identidade comum. As fronteiras da família, desta forma, situam-se ao nível das relações e das trocas e ao nível da ênfase de uma pertença comum a uma linha familiar, a uma identidade. Possuindo um alcance deste tipo, as estratégias que as famílias desenvolvem gozam também desta extensão espacial. Quando apreendidas apenas ao nível do grupo residencial, as estratégias podem parecer incompletas nos casos em que as famílias não correspondem ao grupo residencial.

Um dos ângulos de análise que tem sido utilizado para estudar as estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias é precisamente este cujo enfoque se situa ao nível dos agregados e a preocupação principal tem sido a de perceber como os agregados pobres fazem face a situações adversas. Apesar



de poder ser tomado como unidade de análise pertinente, o agregado familiar não pode em todas as situações ser encarado como uma unidade totalmente unitária, tendo uma função de utilidade partilhada, seguindo um modelo não conflitual onde não existam contradições entre necessidades e aplicação de recursos entre homens e mulheres, em relação ao poder ou em relação aos modos como as decisões são tomadas<sup>72</sup>.

O conceito de agregado é limitativo quando se tentam perceber as estratégias de famílias. As famílias são grupos relacionados pelo parentesco, residência ou ligações emocionais próximas e apresentam características sistémicas: interdependência íntima, manutenção de laços selectivos, capacidade de adaptação à mudança e manutenção da sua identidade ao longo do tempo. Desempenham funções específicas como a manutenção física, a socialização e a educação, o controle dos comportamentos sociais e sexuais, a manutenção da moral familiar e da motivação necessárias para o desempenho de papéis dentro e fora da família, a aquisição de novos membros da família através da procriação ou da adopção e o lançamento de jovens para o exterior da família quando atingem a maturidade (ZEITLIN, 1995)<sup>73</sup>. Esta definição insiste bastante em aspectos emocionais mais do que em económicos ou espaciais, o que reforça a ideia que o agregado como unidade de análise pode não abarcar todos aqueles implicados no grupo. Desse modo, as definições de família devem ser suficientemente flexíveis para acomodar uma variedade vasta de formas de família (ZEITLIN, 1995:3). A noção de família em África ultrapassa a de agregado familiar e a elaboração e concretização na prática de estratégias envolvem um número de membros cujo critério de inclusão se situa para além do da coabitação.

No modelo rural africano, a forma de organização dos grupos implica uma importância ainda maior atribuída aos laços familiares, predominando aí o modelo da família extensa (sistema familiar no qual várias gerações fazem

---

<sup>72</sup> Estas contradições são mais adiante retomadas na análise do trabalho de ROBERTS (1994:4).

<sup>73</sup> Citando MATTESSICH & HILL, 1987.

parte de um mesmo agregado ou um espaço mais ou menos bem definido como pertença da família). As migrações para as áreas urbanas implicam nos mais variados casos algumas transformações e adaptações deste modelo, sendo mais recorrente em África e em meio urbano, o modelo da família alargada, compromisso entre a família nuclear moderna e urbana e a família extensa do meio rural. A família alargada não inclui todos os membros de uma família num sistema de relações e trocas em intensidade e extensão como o pressupõe a família extensa mas sim agrega os membros segundo afinidades e consanguinidades numa rede de relações flexível e definida pelos próprios membros. Assim, pode incluir membros de várias gerações, de vários graus de parentesco, de afinidades mais próximas ou mais distantes, dependendo apenas do estabelecimento de trocas e reciprocidades regulares. As migrações para as cidades, relativamente recentes para um número elevado de pessoas, contribuem para a permanência dos modelos do meio rural, reforçados através do acolhimento de familiares migrantes. Tendo a família um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência e reprodução, verifica-se a existência de uma clara opção, em meio urbano, por um modelo que amplia as solidariedades em vez de as restringir através de uma redução dos membros que são incluídos no grupo familiar.

A gestão da integração de membros no grupo familiar é feita com base num modelo de dispersão dos recursos e dos membros por actividades geradoras de rendimentos. Dessa forma, nos países em desenvolvimento, as famílias, põem em comum os recursos por uma questão de necessidade económica (mais do que por uma questão afectiva) (MAFEJE, 1991:38) e ao fazerem-no, os membros aumentam as suas possibilidades de sobrevivência e de reprodução (FELICIANO, 1991). Nas condições em que se encontram a os rendimentos possíveis de obter através da agricultura, da indústria ou dos serviços em África, não seria possível a reprodução das famílias sem que houvesse este *pooling* de recursos. Esta concentração não implica necessariamente que exista conjugalidade, co-residência, um orçamento indiferenciado ou um fundo de consumo comum. Implica antes a existência

de uma matriz estabelecida de relações sociais e de decisões que influenciam o colectivo cujo objectivo é o de garantir a sustentabilidade, a perpetuação.

As principais características da família africana relacionam-se com o facto de estes grupos desempenharem funções diversas que, para além da referida gestão de recursos, incluem as decisões sobre a maternidade ou a responsabilidade sobre a educação das crianças (a família constitui o agente de socialização mais importante) ou ainda a atribuição de reconhecimento social e estatutos aos membros. A dimensão das famílias está habitualmente adaptada às suas necessidades e a família alargada é mantida por diferentes razões como as obrigações de partilha financeira, de serviços, de alojamento; o acolhimento dos desempregados, viúvos, divorciados. Os casamentos traduzem, em grande parte dos casos, alianças preferenciais entre famílias, mantendo-se desta forma os casamentos tradicionais como os mais comuns e permanecendo a poligamia como prática corrente que permite às mulheres uma assistência social, doméstica e económica e aos homens estatuto social e prestígio (ADEPOJU, 1999).

Existe um relativo consenso para considerar que a família é o pilar central para lidar com a crise e que a cooperação familiar é um mecanismo de sobrevivência essencial (CREIGHTON & OMARI, 1995:12). A crise, no entanto, exacerba as forças contraditórias presentes no grupo: por um lado, reforça a necessidade de cooperação dos membros e portanto demonstra as vantagens para os agregados e comunidades que gerem esta cooperação da melhor forma. Por outro lado, pode forçar os indivíduos a um ponto onde se recusem a continuar a cooperar e o resultado é a desintegração de agregados, de famílias (CREIGHTON & OMARI, 1995:13).

Analisando as estratégias familiares mais de perto, é possível concluir que estas estratégias familiares não são mais do que a estratégia de um dos membros do agregado, normalmente o homem chefe de família (ROBERTS,

1994:10): “Os membros de um agregado familiar têm possivelmente interesses diferentes baseados no seu estatuto familiar, no sexo e na geração” (ROBERTS, 1994:10)<sup>74</sup>. Para que sejam analisadas de forma aprofundada, as estratégias deverão ser entendidas no contexto da organização interna do agregado e integrando a análise do agregado no grupo familiar mais amplo. De qualquer modo e apesar de os diferentes membros poderem ter interesses diferentes, o bem-estar colectivo da família também lhes traz vantagens e isso tem sido demonstrado pelo facto de os agregados integrados em famílias representarem o recurso básico para fazer face ao ambiente rural ou urbano, sendo este facto ainda mais notório entre as camadas mais pobres e na ausência de sistema de segurança social.

As estratégias familiares, definidas e postas em prática pela família, podem implicar diferentes graus de coordenação. As estratégias baseadas numa economia familiar (empresa comum à família) são as que exigem uma maior coordenação, seguindo-se-lhes as estratégias baseadas numa economia família-salário (existência de assalariados na família) e por último as estratégias baseadas numa economia família-consumidor (as contribuições dos membros não são necessárias à sobrevivência; os rendimentos extra servem para aumentar o consumo). Nas cidades<sup>75</sup>, a coesão familiar é concretizada quotidianamente por uma solidariedade que adquire a forma de redistribuição pecuniária, de assistência material e de alojamento entre os agregados aparentados, práticas vitais para fazer face aos acasos das condições de existência, muitas vezes precárias (DORIER-APPRILL et. al., 1998:98). A eficácia exemplar da solidariedade linhageira, à parte da sua motivação pragmática, tem por objectivo primordial a coesão e, definitivamente, a existência em si da família face às tendências centrífugas ligadas à cultura urbana moderna (DORIER-APPRILL et. al., 1998:99). Os chefes de família adultos que recorrem à ajuda familiar para fazer sobreviver a sua família, recebem-na geralmente em natureza: tomar conta das crianças, ter acesso ao

---

<sup>74</sup> Neste caso, a análise das estratégias é realizada ao nível dos agregados.

<sup>75</sup> Exemplo de Brazzaville.

alojamento gratuito e, mais raramente e sobretudo em circunstâncias excepcionais, obter donativos em dinheiro.

Mas a solidariedade familiar tem como contrapartida uma perda de autonomia doméstica que pode tornar-se pesada (DORIER-APPRILL et. al., 1998:251) e em certos contextos é posta em causa pelas mudanças relativas às condições objectivas de geração de rendimentos. Em África, são sistematicamente relatadas as transformações relativas a um aumento da importância das actividades femininas na geração de rendimentos e, conseqüentemente, de um aumento do próprio estatuto das mulheres. A ideia geralmente veiculada é que a maior parte do orçamento familiar é assegurado pelo chefe de família sob a forma de uma soma em dinheiro que é eventualmente completada pelos outros membros activos do agregado. No entanto, a sub-declaração (aos inquiridores e analistas) das actividades femininas é sistemática e regista-se uma tendência para minimizar os rendimentos das esposas, filhas e afillhadas, julgados acessórios. A actividade feminina é geralmente não qualificada e exercida na proximidade do domicílio (DORIER-APPRILL et. al., 1998:266-7). A enfatizada preponderância das actividades masculinas constitui um sinal de que os choques entre os papéis masculinos e femininos tendem a ser ultrapassados através da manutenção de um discurso onde as atribuições tradicionais se mantêm inalteráveis: é cada vez mais reconhecida a importância que os rendimentos obtidos pelas mulheres em África são mais elevados do que os dos homens.

Mas muito embora se assistam a estas redefinições e adaptações dos modelos respeitantes às famílias e à sua organização, não é líquido que as transformações acarretem na maior parte dos casos rupturas significativas. É habitual explicar-se a multiplicação de associações extra-familiares através da desagregação das famílias e das suas solidariedades em meio urbano. Mas, longe de desaparecer em meio urbano, o sistema familiar tradicional transforma-se, afirmando-se face aos novos modelos com uma força que é vista como um constrangimento por muitos cidadãos. As associações extra-

familiares constituem, antes de mais, uma alternativa às solidariedades familiares obrigatórias e muitas vezes pesadas e um recurso possível face às exigências de ajuda vindas da família (DORIER-APPRILL et. al., 1998:277). Em todo o caso, a existência destas alternativas é, na maior parte das vezes, insignificante no conjunto das estruturas familiares predominantes. A pertinência da família alargada mantém-se por quase todos os contextos africanos e a sua estruturação tendencialmente alargada revela a pertinência da dispersão de recursos, central nas estratégias de sobrevivência e reprodução.

## **2. Dispersão de actividades económicas**

As estratégias de sobrevivência e reprodução, desenvolvidas e postas em prática pelos grupos familiares, apoiam-se essencialmente no aumento do fornecimento de trabalho e no envolvimento do maior número possível de membros da família em actividades económicas, o que permite uma intensificação e diversificação da geração de recursos por parte das famílias. Ou ainda o reforço de medidas conducentes ao aumento da eficiência dos recursos existentes (por exemplo através da redução da qualidade e quantidade de alimentos consumidos, partilha de alojamento, utilização de combustível mais barato) e o recurso às redes da família extensa e à migração (trocas de produtos e serviços com o meio rural, migrações) (ROBERTS, 1994:9). Existem variações no tipo de estratégias desenvolvidas segundo os contextos

As estratégias das famílias baseiam-se numa dispersão das formas de obtenção de recursos (tanto bens e serviços como capitais – sociais e financeiros – e meios de produção) indispensáveis à sobrevivência e à reprodução e, por outro lado, numa concentração dos recursos para redistribuição intra-familiar segundo o estatuto e posições relativas dos membros. A dispersão implica, objectivamente, um conjunto de práticas que

integram actividades económicas, redes de solidariedade e outras formas de obtenção de recursos e serviços e que se estendem aos mais variados campos possíveis de forma a potenciar as possibilidades.

A pobreza urbana na África subsahariana representa grandes desafios para os pobres, governos e doadores (BAKER, 1997:17). Os rendimentos reais urbanos entraram em declínio dramaticamente assim como as oportunidades de emprego no sector formal como consequência de medidas e políticas económicas, como o ajustamento estrutural. Desta forma, torna-se necessário aprofundar a investigação sobre o alcance das estratégias de sobrevivência e reprodução adoptadas pelos grupos e agregados pobres urbanos, incluindo nestas pesquisas, entre outras, a informalização, a expansão da agricultura urbana, a evolução de novos sistemas urbanos de abastecimento alimentar para suprir as necessidades dos pobres, a crescente pluriactividade e a difusão espacial dos agregados urbanos (BAKER, 1997:17). Tal análise proporciona igualmente a compreensão dos fenómenos sociais presentes nos casos africanos actuais. Note-se que muitas destas estratégias implicam o crescimento de um clima de insegurança (fomentado pelo menor investimento na educação e escolarização dos jovens e crianças), o esforço e trabalho despendidos são mais elevados e os conflitos com a autoridade podem ser evidenciados (POTTS, 1997:485). É todo um conjunto de formas de adaptação às novas realidades que é possível entender através da análise das estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias.

As estratégias familiares não se apoiam apenas numa concentração de esforços, capitais e recursos variados no grupo. Apoiam-se num princípio de dispersão dos membros (através do exercício de actividades diversificadas por parte de cada um deles, através da migração) e das actividades geradoras de rendimentos e recursos, possibilitando, assim, uma multiplicação das oportunidades. As actividades económicas de tipo “moderno” e as do tipo informal são preferencialmente associadas para assegurar a sobrevivência e, nos casos mais favoráveis, a promoção do grupo familiar (LE BRIS et al.,

1987:10). A dispersão implica, objectivamente, um conjunto de práticas que integram actividades económicas, redes de solidariedade e outras formas de obtenção de recursos e serviços e que se estendem aos mais variados campos possíveis de forma a potenciar as possibilidades (LE BRIS et al., 1987:262). Revela-se, desta forma, importante conceber de uma forma vasta e alargada os recursos em causa e os tipos de capitais implicados e cuja importância relativa não pode ser universalizada. Segundo algumas perspectivas (BEBBINGTON, 1999:2022), os capitais implicados nas estratégias das famílias compreendem aqueles resultantes da produção, o capital humano, o natural, o social e o cultural. Deste modo, não se referem apenas aos recursos mas sim a elementos com um valor específico que possibilitam acções e modos de ser e fazer.

Os recursos das famílias não são, felizmente, constituídos unicamente pelo salário ou pelos rendimentos registados formalmente, como pode levar a concluir a análise das estatísticas e registos sobre o emprego e mesmo os dados obtidos em levantamentos variados. Os agregados com menor flexibilidade em termos de rendimentos são inclusive aqueles que se encontram dependentes dos salários, já que a capacidade de obter salários é função da oferta exterior (WALLERSTEIN&SMITH, 1992). Em contextos onde as pressões exercidas pelas estagnações na economia mundial incidem sobre os grupos que gerem a sobrevivência e a reprodução, regista-se uma tendência para o alargamento dos limites dos grupos e das actividades. Em contextos africanos, a unidade que garante a reprodução tende a ser maior (WALLERSTEIN&SMITH, 1992). As actividades no sector primário (em especial a agricultura, a criação de animais ou a pesca), por exemplo, desempenham um papel importante em alguns casos e asseguram a um grande número de cidadãos uma auto-subsistência parcial<sup>76</sup>. O traço mais característico da

---

<sup>76</sup> Outros casos bem estudados referem-se às complementaridades rural/urbano através de trocas intensas (*multispatial livelihoods*) (DE BRUIJN, 2001; FOEKEN & OWUOR, 2001). Em Angola e com a permanência da guerra, estas práticas, apesar de se manterem durante praticamente todos os anos em que decorre a guerra (com intensidades diferentes, certamente), não podem ser consideradas de importância significativa no que diz respeito à maior parte das famílias urbanas, muito embora possam constituir para famílias específicas,



economia urbana africana é sem dúvida a multiplicidade de fontes de rendimento, incontroláveis e não mensuráveis, e que relevam do sector dito informal (VENNETIER, 1991:211). Desta forma, é possível considerar, em termos de rendimentos objectivos, a existência de combinações em género e proporções de salários, lucros obtidos no mercado, rendas, transferências, transferências da família extensa e as contribuições com trabalho (WALLERSTEIN&SMITH, 1992:7), sendo alguns destes rendimentos resultado de um esforço individual e outros de actividades colectivas.

A identificação destas práticas, em todo o continente, é um exercício difícil e a identificação de grandes tendências a nível do continente deixa de lado especificidades relativas a cada contexto. Cada situação – urbana, rural, diferentes países e contextos socioeconómicos, épocas históricas – implica a existência de variações e de variações nas próprias combinações. Analisadas em termos de famílias, a dispersão das práticas e actividades revela a existência de conjuntos articulados, todos eles à partida diferentes uns dos outros, condicionados e definidos pela estrutura e composição dos grupos, pelos seus capitais, pelas suas oportunidades e pela conjugação de todos estes factores entre si. A análise das actividades geradoras de rendimento, permite entender parcialmente as práticas relacionadas com a dispersão das formas e fontes de rendimento e obtenção de recursos e bens das famílias. Complementada com a análise da dispersão das redes de solidariedades, abarca a porção essencial do conjunto das práticas dispersivas a que as famílias recorrem.

---

formas primordiais de obtenção e gestão de recursos. Por outro lado, a análise das economias dos países periféricos mostra que as combinações de rendimentos “padrão” não são a combinação de salários e actividades de subsistência mas de salários e pequenas actividades mercantis (WALLERSTEIN&SMITH, 1992:256).

### **3. Redes de solidariedade e individualização**

Inseridas nas estratégias de sobrevivência e de reprodução como forma de dispersão das possibilidades das famílias, a criação, reforço e manutenção de redes de solidariedade são tarefas importantes delegadas à família, ao grupo, aos indivíduos. Para sobreviverem e se reproduzirem em meio urbano, os grupos transportam, reinterpretando, as regras da solidariedade rural, constituída por múltiplas formas não institucionalizadas de segurança social e onde as relações pessoais desempenham um papel fundamental. De entre as disposições tradicionais relativas à integração social, destaca-se a anteriormente referida importância da espiritualidade (que se revela na ritualidade e na partilha das ideologias relativas ao sobrenatural) e da personalização das relações sociais, que adquirem sentido num sistema de trocas comunitárias intensas.

As redes de solidariedade atravessam múltiplos e variados grupos sociais e múltiplos e variados campos, baseando-se no princípio do alcance amplo, alargado e variado. O estabelecimento de solidariedades, por se tratar de um exercício de dispersão mais ou menos racionalizado, não é arbitrário. Como factor de escolha e de investimento, estão sempre presentes as possibilidades oferecidas ao indivíduo, aos grupos que as geram e perpetuam. Os laços solidários estão na base das actividades de reprodução do grupo e da estratégia de desenvolvimento, de promoção social da família (DEI, 1992:187).

A constituição de redes de solidariedades baseia-se no privilégio dos laços de proximidade e de confiança, contribuindo, desta forma, para a informalidade e para a pessoalidade das relações de base. Este é um princípio de se encontra inscrito na matriz social e cultural africana e que inclusive atravessa os mais variados campos do social, do económico, do político. O acesso a outros actores é conceptualmente prioritário em relação ao acesso aos recursos materiais no âmbito das estratégias (BEBBINGTON, 1999:2023). As lógicas presentes na criação de redes de solidariedade articulam a informalidade e a

pessoalidade com o compromisso estabelecido entre o *habitus* e as situações inéditas. Desta forma, são alvo de adaptações, articulações e recriações, resultado quer do surgimento de novas necessidades, quer da alteração dos pressupostos iniciais. O *habitus* comunitário, a herança tradicional africana, tem como elemento central a reciprocidade, que acciona o mecanismo da dívida que serve de princípio orientador das solidariedades. Esta lógica está presente no centro da tradição e traduz-se por exemplo no culto dos antepassados, nos sacrifícios propiciatórios, nas dádivas matrimoniais e nas solidariedades sociopolíticas actuais como os clientelismos (MARIE, 1998:91). Esta lógica contribui, por outro lado, para que a sociedade africana não se estruture necessariamente em classes horizontais de dimensão abrangente mas sim que se criem estratos verticais de dependências cuja tradução mais recorrente é a família. As estratégias e os meios de integração social que constituem a matriz tradicional apoiam-se essencialmente na identidade familiar e na redistribuição, o que contribui para a manutenção das estruturas sociais e solidárias com significado em termos das lógicas e disposições herdadas.

Uma das explicações para a manutenção destas formas de organização e de reciprocidades nas sociedades pré-capitalistas ou em transição reside no facto de nestes contextos o capital ser menos objectivo<sup>77</sup> e codificado, o que leva os actores a produzir trabalho contínuo de manutenção das relações sociais. Os capitais que estão em causa nestas redes são do tipo social e simbólico<sup>78</sup>, variando com o tipo de relações sociais, estatutos e prestígio implicados. O capital social e simbólico constitui a forma de acumulação com maior valor onde o ambiente natural é severo. Existindo a possibilidade de converter os diferentes tipos de capital noutros, uma das formas de acumulação e investimento nestes contextos implica a conversão preferencial dos diferentes tipos de capital em capital social através das prestações e da redistribuição nos casos onde a garantia de retorno esteja assegurada. As garantias de retorno repousam sobre a confiança existente entre os membros de uma rede. Desta

---

<sup>77</sup> E as estruturas objectivas – mercado de trabalho, trabalho assalariado, instituições estatais, violência legítima das regras do direito – estarem pouco desenvolvidas.

<sup>78</sup> No sentido definido por Bourdieu (BOURDEU, 1994).

forma, a rede baseada no parentesco suporta reciprocidades e trocas de maior importância<sup>79</sup>.

Os laços de solidariedade estão na base das actividades de reprodução do grupo e na estratégia de desenvolvimento/promoção social da família (DEI, 1992:187). Para sobreviver, os grupos transportaram, reinterpretando, as regras da solidariedade aldeã, constituída por múltiplas formas não institucionalizadas de segurança social, fundadas sobre actividades económicas mais ou menos precárias (DEI, 1992:193). Deste modo, as sociedades africanas preservaram e desenvolveram as práticas de suporte colectivo. A África continua a integrar no seu quotidiano visível, assim como na elaboração mais subterrânea da sua vida social, hábitos de solidariedade tão importantes na sua cultura (LOCOH, 1993:216). O sistema particular de redistribuição comunitária constrange os indivíduos de tal forma que lhes impossibilita escaparem-se de tal sistema e modela-lhes os comportamentos económicos (MAHIEU, 1993). Estas obrigações inscrevem-se num sistema de normas, associado a consequências, sanções impostas ao não cumprimento das obrigações e que incluem diversas dimensões como a feitiçaria, a psicologia, a recusa ou redução da assistência económica (MAHIEU, 1993:230).

O núcleo estrutural da solidariedade comunitária (o princípio da dívida infinita e a lógica da feitiçaria (MARIE, 1998)) é posto em causa com a modernização e com a urbanização mas sem romper com o *ethos* da solidariedade, doravante assumido como ética com a qual se deve articular, dentro dos limites do possível, razoável e prioritário. Com as transformações, aceleradas pela introdução de sistemas socioeconómicos do tipo capitalista, surge como que uma espécie de crise de ordem comunitária onde a lógica da solidariedade redistributiva e anti-individualista é minada pela monetarização generalizada e pelas aspirações à independência e autonomia das fracções tradicionalmente mais dominadas – jovens e mulheres. Por outro lado, as acentuadas baixas de rendimentos, associadas a um forte crescimento demográfico provocam

---

<sup>79</sup> A importância das solidariedades baseadas no parentesco é por exemplo enfatizada em relação às redes comerciais ancestrais da África ocidental (GRÉGOIRE&LABAZÉE, 1993).

disfuncionamentos ao nível da solidariedade familiar, evidenciando-se como sinais de ruptura a diminuição do número de refeições, a baixa da qualidade dessas refeições, as más condições de vida em termos de repouso e sono, de higiene, de escolarização, a insegurança, a delinquência, os distúrbios mentais (TRAORE, 1993:238). Mas estas consequências e os seus sinais parecem constituir excepções ou casos menos frequentes,

A um outro nível, e em determinados contextos urbanos, a lógica da integração clientelista e da dominação totalitária é posta em causa pela crise económica, pelos licenciamentos, pelo desemprego, etc. (MARIE, 1998:413) (que implicam a redução dos recursos capazes de alimentar a redistribuição), pressionando o aparecimento de novas solidariedades, como as associações, as religiões do tipo adesão-conversão individual, entre outras. A urbanização rápida, o acesso a empregos assalariados e à formação escolar são factores que fazem evoluir progressivamente o funcionamento das solidariedades tradicionais. As solidariedades antigas, tornadas obrigatórias pela necessidade, reforçadas por um *corpus* de crenças e interditos, tinham uma grande eficácia mas também alguns efeitos negativos, nomeadamente o de colocar em último plano as aspirações dos indivíduos, muito atrás dos objectivos de sobrevivência e de expansão dos grupos familiares extensos. Actualmente, estas solidariedades e a sua manutenção encontram-se no limite das suas possibilidades já que grande parte dos recursos se encontra afectada à simples sobrevivência (LOCOH, 1993:217). Em todo o caso, e como referido anteriormente relativamente às situações mistas, a maior parte das dinâmicas relativas às solidariedades regem-se pela negociação entre as diferentes exigências. Assim, as fórmulas de compromisso e os equilíbrios são permanentemente ensaiados e reformulados, moldando os comportamentos, associando e integrando os modelos tradicionais e as situações inéditas.

Muitas das vezes, estas exigências das solidariedades comunitárias podem ser entendidas como entraves ao desenvolvimento a vários níveis (MERLIN, 1996:427): o peso das obrigações familiares e sociais (contribuições e apoio

monetário, obrigatoriedade de hospedar pessoas em casa e de cuidar de crianças, etc.) contribui para a impossibilidade de poupar; o recrutamento com base em solidariedades faz com que sejam recrutadas pessoas acima do necessário e que não seja exigido o cumprimento das suas tarefas (o não saber dizer não aos amigos e parentes); o choque psicológico de passagem do campo para a cidade gera comportamentos que tendem para o não respeito das regras económicas e administrativas o que leva à falta de consciência profissional e de disciplina social; a determinado nível surge a corrupção; promovem-se as guerras civis e as tensões étnicas, etc.

Existem linhas de investigação que apontam a tendência para o enfraquecimento deste tipo de solidariedades (matriz dos grupos comunitários bem como das redes clientelistas) e o aparecimento “forçado” do individualismo, baseando-se na falta generalizada de recursos suficientes para alimentar esses circuitos (LE BRIS, 1996:153). Com a modernidade, o princípio da dívida tende a adequar-se aos novos requisitos impostos pelo sistema capitalista mas, devido à situação de desprotecção em que se encontram os mais desprovidos, são mantidas, sob formas adaptadas aos novos contextos, os tipos de solidariedades comunitárias (que ocupam um espaço de pertinência e funcionalidade), antes de se conseguirem forjar instrumentos de solidariedade militante (mais englobantes, contratuais e reguladas por instâncias centrais independentes e neutras que garantam a segurança social como por exemplo caixas de solidariedade, sociedades de assistência mútua, sindicatos, partidos) (MARIE, 1998:81). Não menos importante, é o facto de o mecanismo da dívida ser um elemento central das lógicas que constituem a matriz herdada. Se também nas comunidades rurais africanas, a solidariedade comunitária é a melhor garantia face a desastres ecológicos e à recessão económica (DEI, 1992), ela mantém a sua importância porque se encontra inscrita nas disposições do *habitus*. Perante condições económicas continuamente adversas e/ou o declínio das oportunidades económicas, algumas comunidades rurais recrearam e intensificaram as suas estratégias de entreatajuda e auto-dependência (DEI, 1992:120), o mesmo acontecendo em meio urbano.

Os sistemas de segurança social e o Estado mostram-se incapazes de responder às necessidades (saúde, escolarização, criação de empregos) sentidas pela população e que já não podem ser suportadas pelas solidariedades linhageiras. Algumas transformações a nível das solidariedades são identificáveis em África como o surgimento e proliferação os grupos de pertença voluntária (grupos de parceiros, cooperativos, grupos de crédito, grupos de originários de uma mesma localidade, etc.). A vida associativa está em ebulição na África urbana e gera frequentemente redes de interconhecimento e de assistência mútua a meio caminho entre tradição e modernidade (LOCOH, 1993:219). E este é um dos pontos fortes da África actualmente: um sistema de solidariedade com raízes nos sistemas tradicionais das classes de idades, dos grupos de bairro que pode constituir um factor de integração na modernidade porque constituem locais de segurança livremente escolhidos (LOCOH, 1993:220).

No seu conjunto, os cidadãos estabelecem, com os membros da família ou da linhagem, sistemas de interdependência que compensam as carências da política social dos Estados. O sector informal, não-estruturado, é o local onde essas formas de solidariedade se exprimem melhor (TRAORE, 1993). São aliás estas solidariedades que ajudaram em grande parte os Estados africanos a gerir a crise a todos os níveis. Além da especial importância que assumem as relações baseadas no parentesco em África (o parentesco serve mesmo de “bússola social” (DESJEUX, 1987), outras redes sociais de solidariedade adquirem visibilidade e um maior importância na actualidade em meio urbano: aquelas baseadas nas relações de vizinhança e na religião. A solidariedade abrange assim vários planos do social. As crises e mudanças que afectam a solidariedade familiar prendem-se essencialmente com a mobilidade social e espacial (relacionadas com a separação espacial dos membros das famílias devido às migrações de trabalho ou aos constrangimentos do habitat urbano, relacionadas com a propriedade privada, rendimentos individuais ou indigência pessoal) (OPPONG, 1999). As recomposições sociais a que se assiste em

África urbana passam, também pela criação de arranjos destinados a produzir relações de confiança (como por exemplo os mercados financeiros) e as formas religiosas assumem crescente importância (MBEMBE, 2000).

Compreende-se assim o apego dos africanos às suas identidades comunitárias: não existem verdadeiros sistemas de segurança social acessíveis a todos (saúde, desemprego, reforma, etc.). É por essa razão que é impossível e mesmo impensável assumir uma posição plenamente individualista em África, actualmente. Perante as pressões das solidariedades comunitárias e as pressões da “modernidade” e do individualismo, os indivíduos recorrem a *bricolages* sucessivas, compromissos, criações híbridas, transacções mais ou menos negociadas ou impostas de facto.

A permanência e vigor das solidariedades no contexto da inexistência de formas alternativas de segurança social em África evidenciam e reforçam o poder de oposição e de entrave ao individualismo que as solidariedades mantêm. Se o desejo de individualização apela a uma libertação dos entraves comunitários e dos seus imperativos de solidariedade obrigatória, esse desejo não pode prosseguir livremente e ganhar forma senão a partir do momento em que se tornam acessíveis outras formas de solidariedade mais englobantes, contratuais e reguladas por instâncias centrais independentes e neutras (instituições burocráticas, privadas ou públicas) que garantam a segurança social (MARIE, 2000:87).

A funcionalidade das solidariedades comunitárias e do tipo clientelista têm até ao presente, em África, contrariado e contido os processos objectivos de individualização<sup>80</sup> que à partida seriam impulsionados com o advento da modernidade (através da introdução do mercado, da generalização da moeda, generalização da propriedade privada, da urbanização, do Estado burocrático). Os dispositivos positivos (de pedagogia implícita e explícita) que visam forjar os

---

<sup>80</sup> Individualização (processo de tomada de distância, objectiva e subjectiva, da pessoa em relação às suas inscrições e determinações sociais) e não individuação (processo banal de reconhecimento quotidiano da individualidade dos indivíduos), c.f. MARIE, 1998:61



*habitus* anti-individualistas (comunitários) assentam no princípio da partilha, no princípio da solidariedade activa, na entrada e submissão às regras hierárquicas que atribuem a cada um uma posição e um papel no circuito de solidariedade comunitária. O *habitus* incorpora os princípios linhageiro (que insere o indivíduo na linhagem e na linha dos antepassados), o princípio altruísta (da pluralidade da pessoa, *other directed*) e o princípio da partilha (pertença colectiva, filiação alargada).

A crise da dívida, na maior parte dos casos, induz a soluções mais dinâmicas, que escapam às alternativas solidariedade/individualismo, podendo ocorrer uma recusa dos termos, gerando-se uma individualização parcial, composta, ambígua, ambivalente, relativa. Os processos de individualização, gerados pelas crises de diversas ordens, põem em causa o “mundo encantado das solidariedades africanas”, dos sistemas tradicionais de protecção social constituídos pelos grupos comunitários de origem e pelas redes clientelistas de adesão (de onde resulta o famoso sector informal) (LE BRIS, 1996:153).

Os pressupostos de que as estratégias de sobrevivência e reprodução se baseiam na dispersão das solidariedades e das actividades geradoras de rendimentos, concentrando os recursos e gerindo-os o grupo familiar, permitem entender que o trabalho assalariado no sector formal constitui uma das possibilidades à disposição dos indivíduos e dos grupos que é explorada de formas diversas. Assim sendo, o trabalho assalariado não constitui a forma básica como se organizam as relações sociais e económicas mas sim permanece como elemento integrante das estratégias familiares. Integrado e imbricado nas estruturas sociais e económicas, o trabalho assalariado adapta-se e articula-se com as formas de organização social e económica dominantes.

Em alguns aspectos, o papel das actividades assalariadas adquire novos contornos. Ao nível das racionalidades, o desempenho de actividades assalariadas no sector formal, associa-se às ideologias relativas à urbanidade, pressupondo novas formas de criação e recriação de estatutos sociais, desta

vez menos embebidos nas disposições familiares. As evidências relativas a este tipo de perspectivas são reveladas através da análise do trabalho assalariado num contexto urbano africano, integrando na análise as práticas que lhe estão associadas e a sua articulação com as estratégias familiares e as racionalidades relativas ao conjunto das actividades económicas.

Partindo desta perspectiva e suportando-se nas conceptualizações relativas à modernidade e à urbanidade, ao assalariamento e às estratégias familiares, a análise de um caso específico – os trabalhadores assalariados em Luanda – apoia-se nas informações empíricas obtidas junto de famílias, de trabalhadores assalariados e, de uma maneira geral, de pessoas que reconstroem, reformulam, adaptam os seus modos de vida e as suas perspectivas à cidade e à modernidade.

## **CAPÍTULO IV: Metodologia**

### **1. Perspectiva e metodologia alargadas**

A metodologia seguida para a realização desta investigação assenta sobre o recurso e integração de técnicas de recolha de dados e nas fontes de informação diversificadas, concentrando-se, contudo, a pesquisa empírica central – isto é, sobre os assalariados em empresas de Luanda – na obtenção de dados através das entrevistas e da observação participante. Neste capítulo, para além da apresentação da perspectiva holística e da metodologia alargada utilizadas, incluem-se as explicações sobre o trabalho de terreno e sobre as técnicas utilizadas bem como se apontam as principais dificuldades encontradas e as formas encontradas para as ultrapassar.

Tendo em conta, de uma forma geral, a evidente imbricação entre trabalho assalariado e as estratégias de famílias em meio urbano que a análise teórica faz ressaltar, a perspectiva metodológica de análise do tema central apoia-se essencialmente no olhar holístico, integrando a relação entre o trabalho assalariado com os restantes aspectos da vida socioeconómica dos grupos analisados atribuindo, contudo, maior ênfase às estratégias familiares. O quadro teórico previamente delineado não excluiu à partida a introdução e a consideração de múltiplos aspectos na análise, impedindo assim que a investigação empírica se encerrasse nas questões inicialmente levantadas.

Desta forma, a metodologia utilizada na construção da explicação e da análise, pela origem diversa e diversificada das fontes de informação tomadas em consideração, permitiu a introdução, ao longo dos avanços realizados através da recolha de dados empíricos, de reavaliações, reajustamentos e adaptações. Esta flexibilidade corrobora a perspectiva de que a recolha de informação sobre uma situação concreta revela ser única e ser resultado da condensação de uma infinidade de determinações (ALMEIDA & PINTO, 1986:57). Resulta ainda da

preferência atribuída à análise alargada de situações concretas (VAN VELSEN, 1967) cuja particular importância e relevância residem por um lado, no facto de permitir assumir à partida que a integração de diversas esferas de análise contribui de forma decisiva para a compreensão global do fenómeno analisado e que, por outro, a análise de casos particulares e das interrelações entre diferentes aspectos específicos (sociais, económicos, políticos...) permitem a elaboração de um quadro de interpretação cuja virtude reside na possibilidade de questionar a sua validade para uma generalidade de casos e situações onde os constrangimentos são ditados por estruturas institucionais e processos de ordem semelhante.

Esta integração dos contextos e dos processos na análise exigiu a combinação de informação recolhida através de técnicas diversas e diversificadas e recorrendo a fontes também diversificadas, método aliás que permite não só o reforço do olhar integrado no método holístico mas também a possibilidade de, partindo de estudos de caso específicos compreender aquilo que em termos globais constituem os eixos fundamentais de explicação e análise dos fenómenos (BURAWOY, 2000). O método de caso alargado (*extended case method*) aplica a ciência reflexiva à etnografia de forma a extrair o geral do único, a passar do “micro” para o “macro” e a ligar o presente ao passado em antecipação do futuro (BURAWOY, 1998:2). Esta perspectiva enquadra-se numa linha de pensamento que caracteriza os avanços teóricos e metodológicos da Escola da Antropologia Social de Manchester, iniciando-se aí a utilização da frase “*extended case method*” (através de Garbett, Gluckman, Van Velsen, Mitchell, Epstein), substancialmente como resultado da reintrodução das comunidades africanas no contexto mundial histórico mais abrangente (BURAWOY, 1998:5).

Desta forma, o trabalho assalariado é aqui analisado em articulação com os aspectos de várias ordens que o configuram e informam, o que apenas se tornou possível com a conjugação e articulação de informações de origens e âmbitos diversificados. As principais vantagens retiradas do método alargado

são o reforço da perspectiva holística (cada entidade social possui uma totalidade que é distintiva e que não pode ser compreendida através do estudo de cada um dos seus elementos componentes) e a possibilidade de articular o objecto analisado (numa perspectiva micro) na realidade mais abrangente (macro), tomando em consideração simultaneamente as diferentes escalas de análise. Assim, o método seguido não se encontra inserido na linha clássica dos estudos sobre uma pequena unidade de análise micro e fechada, privilegiando antes a análise de diferentes realidades micro, integradas em redes urbanas mais abrangentes (ao nível do conjunto da cidade) e, por sua vez, integradas nas dinâmicas do país e da economia de mercado à escala global, uma vez que os diferentes níveis se interferem nos processos reais e nos processos de conhecimento.

Os dados empíricos que serviram de base à análise das famílias e dos assalariados resultam de duas investigações autónomas, conduzidas em tempos diferentes e de forma também diferente. Estas duas pesquisas são aqui correlacionadas de forma a obter uma articulação de diferentes situações no que diz respeito ao trabalho assalariado e às estratégias familiares.

Teria sido possível fazer coincidir as unidades estudadas (famílias de bairros de Luanda e trabalhadores de Luanda) caso se optasse quer pela extensão da análise às famílias dos assalariados objecto do estudo quer pela selecção, entre as famílias estudadas nos bairros, dos casos onde o trabalho assalariado constitui uma das fontes de rendimento das famílias. Considera-se, no entanto, que qualquer uma das opções teria resultado na perda de informação representativa quer da globalidade das famílias em Luanda<sup>81</sup> quer das múltiplas situações de assalariamento. Por outro lado, não teria sido possível perceber determinadas tendências relativas aos assalariados (como por exemplo a

---

<sup>81</sup> Embora a análise de famílias se refira a famílias de bairros não incluídos no antigo “casco” urbano, ela é de certa forma representativa da realidade urbana de Luanda na medida em que a maior parte das famílias urbanas habitam estas áreas. A menor percentagem de famílias que residem no centro mais antigo encontra-se relativamente bem representada nos dados obtidos nas empresas onde os residentes dos bairros centrais se encontram melhor representados.

tendência para existirem mais assalariados a residir em zonas centrais e mais antigas da cidade) ou relativas às famílias (como a reduzida proporção de assalariados e de famílias que dependem do trabalho assalariado que habitam os diferentes bairros de Luanda). Assim, assume-se o desafio e o risco que esta escolha representa, procurando-se suprir as situações ideais através do estudo e cruzamento de diferentes conjuntos, compensando-se e complementarizando-se as informações.

Relativamente ao objecto central na análise – os assalariados – a correlação entre a informação obtida nas empresas e aquela obtida nos bairros permitiu a confirmação da tendência para uma certa correspondência entre o assalariamento e a residência nas zonas mais centrais da cidade. A grande maioria dos assalariados entrevistados reside nos bairros mais centrais da cidade (Ingombota e Maianga) e os residentes nas áreas mais afastadas da cidade (Cacuaco e Viana) encontram-se menos representados (ver capítulos III e IV da parte II). Nos bairros, é relativamente superior a proporção de assalariados residentes nos bairros mais centrais e mais antigos. As áreas mais afastadas do centro caracterizam-se pela existência de um maior número de migrantes recém-chegados à cidade, o que favorece a existência de um menor número de pessoas com actividades no sector formal. Embora esta correspondência não se tenha revelado de forma acentuada<sup>82</sup> através da informação obtida nos bairros, a comparação com a informação obtida nas empresas permitiu de certa forma a corroboração desta hipótese.

Os dois conjuntos de informação empírica, que implicaram a realização de entrevistas, inquéritos e observação directa, foram obtidos junto de famílias luandenses e junto de trabalhadores assalariados luandenses. Com base nestes dados do terreno, foi possível alargar a informação relativa ao grupo dos assalariados à informação sobre as famílias em Luanda e ainda, recorrendo à

---

<sup>82</sup> Note-se ainda que as famílias estudadas nos bairros não são representativas da totalidade das famílias periurbanas de Luanda. Acrescente-se que as entrevistas e os inquéritos nos bairros foram realizados durante os horários de trabalho nas empresas em Luanda, o que pode ter à partida contribuído para a menor representação dos assalariados nos inquéritos e entrevistas nos bairros.

informação produzida sobre o contexto socioeconómico onde se inserem, tornou-se possível integrar os aspectos de nível “macro” que moldam a realidade estudada.

Embora a apresentação dos resultados e da análise seja realizada partindo da informação de cariz mais abrangente para a mais específica, é possível questionar até que ponto o percurso inverso é, também ele, gerador de conhecimentos de alcance mais amplo. Nessa medida, a análise de uma situação específica, integrando e correlacionando dados de origens e níveis de análise diferenciados apresenta potencialidades epistemológicas frequentemente descritas (VAN VELSEN, 1967, BURAWOY, 2000) bem como permite ultrapassar as condições impostas à partida pelo tipo de trabalho de terreno desenvolvido (no sentido de ALMEIDA & PINTO, 1986): limitações de tempo e espaço, disponibilidade das informações, estado dos conhecimentos relativos ao contexto específico, acesso à informação.

## **2. Métodos e fontes de informação**

Sendo a base de trabalho a informação obtida através de entrevistas a assalariados e entrevistas e inquéritos a famílias, integram-se nestas informações os dados obtidos através de entrevistas a líderes nos bairros, entrevistas a responsáveis de organismos e instituições diversas e documentação variada (ver mais adiante). A opção por estes instrumentos e fontes de informação enquadra-se na metodologia própria e geral das ciências sociais que privilegia a observação directa do comportamento humano, o registo e análise do discurso dos indivíduos e o exame dos produtos do comportamento humano (PELTO & PELTO, 1978:1-2). Aliás, a própria noção de ciência aponta no sentido do desenvolvimento de conceitos e proposições para interrelacionar e explicar as observações empíricas (PELTO & PELTO, 1978:22). Nesse sentido, a articulação entre informações e dados empíricos recolhidos de forma diversa e diversificada, bem como a sua análise integrada, possibilitam a obtenção de um quadro de análise vasto e abrangente (dentro

das limitações específicas impostas ao trabalho individual) reforçando assim a perspectiva global e holística em que se baseia a análise antropológica.

Estas escolhas metodológicas e as fontes privilegiadas não são fruto de uma rejeição das linhas clássicas da pesquisa antropológica<sup>83</sup>. Se segundo algumas perspectivas mais radicais “a ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humano e mais susceptível de encorajar o progresso do que as alternativas respeitadoras da lei e da ordem” (FEYERABEND, 1993:17), o que aqui se propõe como base de elaboração da análise é antes o reforço das virtudes do trabalho de terreno, das entrevistas abertas e em profundidade e da observação, propondo-se o acréscimo e a combinação da informação recolhida com outros dados obtidos de outras formas. Esta postura permite resolver a necessidade de apresentar contribuições em termos epistemológicos ao mesmo tempo que evidencia a validade e a pertinência dos avanços realizados até ao presente pelas ciências sociais. Deste modo, é possível afastar algumas preocupações de carácter epistemológico que o “anarquismo” suscita (ALMEIDA & PINTO, 1986:60), mantendo-se, contudo, a ideia de que “a ruptura é condição lógica inicial do trabalho científico mas renova-se e prolonga-se a outras duas fases (...): a construção e a verificação (ALMEIDA & PINTO, 1986:61).

De qualquer forma, e como é evidenciado através da afirmação crescente do método “alargado”, os avanços científicos apoiam-se precisamente na articulação e na combinação das virtudes reveladas pelos métodos e técnicas clássicos e modernos. Se a proliferação das teorias é benéfica para a ciência, ao passo que a uniformidade enfraquece o seu poder crítico, se a uniformidade põe também em perigo o livre desenvolvimento individual (FEYERABEND, 1993:40), é também claro que, não obstante as adaptações e reorientações

---

<sup>83</sup> Saliente-se que nem sempre as propostas inovadoras são apresentadas como rejeições radicais e que muitas vezes é o questionamento das visões *main stream* que está em causa: “A ideia de um método fixo, ou de uma teoria fixa da racionalidade, assenta numa visão demasiado ingénua do homem e das condições sociais que o rodeiam” (FEYERABEND, 1993:34).



necessárias, as proposições que constituem os conhecimentos acumulados são passíveis de revelar e em muitos casos ver reforçada a sua validade.

Ao nível metodológico, esta perspectiva apela à referida correlação e articulação dos dados e das formas de obtenção dos mesmos. Privilegia-se, como metodologia de base, a consideração das diversas variáveis que interagem no processo analisado e a sua exploração é realizada com base na disponibilidade e na capacidade de acesso à informação necessária. Esta perspectiva global permite, a um outro nível, a integração da análise micro, dos casos particulares analisados, numa perspectiva macro, mais abrangente, através da contextualização e interacções exigidas por este tipo de abordagem. Os dados obtidos junto de trabalhadores são explicados e analisados de forma integrada no contexto, tomando em linha de conta as diversas variáveis que explicam e configuram o objecto de análise. Desta forma, é possível considerar que a base empírica, delimitada à partida a um universo restrito em termos representativos (mas com a vantagem de permitir um certo aprofundamento e uma relativa abrangência da informação obtida), constitui um ponto de partida para a análise de níveis sociais mais latos – o conjunto dos assalariados e das famílias urbanas de Luanda, o conjunto dos assalariados e das famílias urbanas angolanas e o conjunto dos assalariados e das famílias urbanas africanas – na medida em que fornece uma perspectiva sobre os sistemas em causa, as relações entre as variáveis, as dinâmicas que constituem a base do fenómeno analisado.

A partir desta perspectiva metodológica, e tendo em conta o carácter das questões analisadas, revelou-se necessário, contudo, orientar as questões que constituem o cerne da investigação segundo as perspectivas antropológicas mais pertinentes. Assim, a base fundamental para a elaboração do quadro teórico e metodológico construiu-se a partir das perspectivas da antropologia urbana e da antropologia económica, integrando simultaneamente a análise e metodologias da sociologia (especialmente através da utilização do inquérito). A um outro nível, saliente-se ainda o privilégio atribuído aos saberes e

conhecimentos produzidos pela análise antropológica realizada nos contextos africanos e angolanos e sobre temas e problemas que lhes dizem respeito. Apesar de ao longo da investigação áreas como a análise do religioso, das representações e do simbólico, do político se tivessem revelado vias de exploração de alguns dos temas e das questões que foram surgindo, mais uma vez as limitações impostas e a “infinidade de determinações” que o tipo de investigação acarreta, constituíram os fundamentos para as opções tomadas e revelaram ser mais prudente a identificação das questões passíveis de serem objecto de uma análise segundo essas perspectivas do que a dispersão, sem contudo produzir uma análise isolada do económico ou do social.

Em inúmeras fases da pesquisa, o recurso a outras fontes e outro tipo de dados para além daqueles constantes nos guiões iniciais resultou do próprio carácter aberto e semi-dirigido das entrevistas. Com o surgimento de novas questões à medida que o trabalho de terreno avançava, as reorientações realizaram-se quer no âmbito das próprias entrevistas quer no que diz respeito às formas de obtenção de dados que permitissem a análise e explicação de determinado tipo de variável. A elaboração de guiões de entrevistas às famílias e aos trabalhadores (ANEXOS 8 e 9), com questões orientadoras da recolha de informação suficientemente abertas (uma das vantagens do método) (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1988:187) que possibilitassem a referência a diversas situações, revelou-se desse modo vantajosa a diversos níveis. Por um lado, e no caso das famílias, foi possível confrontar a informação de tipo quantitativo obtida através dos inquéritos (ANEXO 12) com a informação qualitativa e específica fornecida para cada caso, para cada família. Por outro, possibilitou que a pesquisa empírica posteriormente realizada junto de trabalhadores incidisse quer sobre as questões que se foram revelando mais pertinentes quer sobre aquelas que necessitavam ser aprofundadas. Assim, as desvantagens do inquérito – a superficialidade das respostas, a consideração independente dos respondentes das suas redes de relações sociais, a relativamente baixa fiabilidade das respostas (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1988:183) – puderam ser minimizadas através da complementarização da informação e do

progressivo afunilamento das questões sucessivamente através das entrevistas a famílias e das entrevistas aos trabalhadores. Por outro lado, revelou-se extremamente vantajosa a possibilidade de incluir numa investigação deste alcance e dimensão dos dados obtidos através da técnica de questionário, que apresentam gastos elevados (em tempo e recursos) e que apenas através deste tipo de trabalho multidisciplinar é possível realizar.

Mostrou-se ainda ser necessário proceder à adaptação dos materiais disponíveis às questões exploradas. Assim, nem toda a informação obtida através dos inquéritos e das entrevistas às famílias foi utilizada. No que diz respeito ao inquérito, dos indicadores nele contidos privilegiou-se a informação relativa aos percursos e às migrações dos chefes de família, às actividades económicas, prestando-se igualmente a necessária atenção aos dados sociográficos relativos à estrutura e composição dos agregados, às práticas religiosas, entre outros. Alguns dados disponibilizados pelo inquérito revelaram ser menos pertinentes na análise desenvolvida como a substancial informação acerca das habitações e dos problemas de gestão e adaptação de infraestruturas urbanas às necessidades da população dos bairros e, por essa razão, foram preteridos. Já em relação às entrevistas, enquanto que o guião elaborado para a recolha de dados nas empresas focava, na sua totalidade, as variáveis consideradas centrais na análise proposta (percursos individuais e familiares, importância e valor da actividade assalariada, inserção nas estratégias familiares), as entrevistas realizadas às famílias nos bairros continham uma parte substancial de indicadores necessários à sustentação das propostas de análise (como os percursos familiares, as uniões matrimoniais, a integração urbana, as actividades económicas e as redes de solidariedade, entre outros) enquanto que outras informações foram, tal como nos inquéritos, menos úteis para o avanço da explicação e para o suporte empírico da análise (como os aspectos relativos às habitações, aos equipamentos ou às infraestruturas, por exemplo) já que se referem a outro âmbito de questões. Em todo o caso, alguns destes elementos menos pertinentes na análise do tema central constituíram, em pontos específicos da contextualização e do

enquadramento, suportes válidos e úteis para a identificação de características específicas.

A análise dos dados foi realizada tendo em conta a diversidade de fontes e de tipo de informação, tentando-se adequar a qualidade e a quantidade dos dados obtidos às necessidades. De qualquer forma, uma das maiores dificuldades foi a capacidade de seleccionar de entre as entrevistas e inquéritos obtidos nos bairros apenas a informação pertinente. Aliás estas limitações estão impostas à partida em termos teóricos já que outros assuntos como as questões ligadas à religiosidade, às representações, ao espaço ou às questões do género seriam importantes de serem tratadas e a quantidade de dados obtidos é substancial. As vantagens que resultam, no entanto, desta diversidade e da quantidade de informação obtida, bem como da análise multidisciplinar realizada em termos de projecto de investigação, são a visão global e holística do fenómeno analisado e a possibilidade de enunciação de vias possíveis de aprofundamento e desenvolvimento do tema tratado.

As entrevistas realizadas nas empresas apoiaram-se nos mesmos moldes daquelas realizadas às famílias nos bairros – as entrevistas semi-dirigidas, gravadas e transcritas – variando apenas a forma do guião de entrevistas (ANEXO 8 e ANEXO 9).

### **3. Trabalho de terreno**

#### ***Entrevistas e inquérito nos bairros***

A recolha de dados relativos às estratégias familiares foi realizada em bairros da cidade, apoiando-se esta fundamentalmente no inquérito e entrevistas a famílias em Luanda realizado no âmbito do projecto de investigação interdisciplinar “Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da

guerra e das transformações socioeconómicas (80-90)”<sup>84</sup>, cujo trabalho de terreno foi realizado em três bairros de Luanda (11 de Novembro, Rocha Pinto e Boa Esperança) durante dois meses (Agosto e Setembro de 1999).

A participação activa da investigadora em todos os momentos da concepção, recolha de informação e tratamento de dados destes inquéritos e entrevistas nos bairros, implicou que as questões directamente relacionadas com as problemáticas aqui tratadas tivessem sido alvo de uma maior atenção e de uma preocupação prévia ao trabalho posteriormente desenvolvido a título individual. Muito embora o trabalho de terreno, pela sua extensão, tivesse implicado a constituição de equipas de inquiridores e de equipas de entrevistadores, constaram tanto no inquérito como no guião das entrevistas, questões específicas relacionadas com as estratégias das famílias e com o trabalho assalariado com o objectivo de obter informação específica neste âmbito e que foram objecto de uma análise mais aprofundada por parte da investigadora.

Tanto o inquérito como as entrevistas nos bairros foram preparados antes da partida para o terreno e, em Luanda, revistos e adaptados em alguns pontos após as reuniões preparatórias com as equipas de inquiridores<sup>85</sup>. A par das entrevistas e inquéritos a famílias foram também realizadas, nos bairros, entrevistas a líderes e representantes das diversas instâncias administrativas: Administradores de Bairro, Comuna ou Municipais; Comissões de Bairro, forças policiais. Entre os líderes seleccionaram-se personalidades relacionadas com actividades de maior importância nos bairros em termos económicos, religiosos ou espirituais, administrativos ou ligadas a

---

<sup>84</sup> Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e realizado no quadro do Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, coordenado pelo Prof. Doutor Jochen Oppenheimer. Ver bibliografia.

<sup>85</sup> As equipas no terreno organizaram-se em pares de entrevistadores/inquiridores e arquitectos, o que resultou numa recolha de informação sobre as famílias acompanhada sempre pelo respectivo levantamento físico da casa e do talhão dos entrevistados/inquiridos. Estas equipas integraram investigadores portugueses (do CEsA-ISEG-UTL e do CEA-ISCTE) e investigadores angolanos (do CEIP, Centro de Estudos de Investigação da População e da Faculdade de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto).

organizações dos mais variados tipos, com especial incidência para as ONGs a operar e/ou sedeadas nos bairros.

A distribuição pelos bairros do número de entrevistados/inquiridos e dos sectores e áreas abrangidos foi razoavelmente uniforme, sendo realizadas 80 entrevistas a famílias, 58 a líderes e elementos da administração e 557 inquéritos. Exceptuam-se os casos dos inquéritos no bairro Rocha Pinto que foram em maior número<sup>86</sup> e o caso das entrevistas a membros da administração do bairro 11 de Novembro, também em maior número devido à melhor organização e maior número de membros destas estruturas neste bairro. Nos pontos onde se faz uma comparação entre os dados obtidos nos diferentes bairros esta diferença é tida em conta.

A selecção dos bairros onde decorreu a pesquisa empírica teve como base, essencialmente, a proximidade dos mesmos ao centro da cidade, a sua antiguidade e a existência de estudos prévios (ou não) sobre a zona. Estes critérios tiveram como base a possibilidade de descrever um conjunto variado de situações relativas ao processo de urbanização, objectivo este geral constante do projecto de investigação referido. No que diz respeito às famílias luandenses, o critério de selecção dos bairros quanto à sua proximidade do centro da cidade e quanto à sua antiguidade, permitiram a análise de famílias em termos de graus diferenciados de inserção urbana, sem contudo existir uma preocupação com a sua representatividade. Esta diferenciação (que, obviamente, não apresenta uma correspondência directa com a localização espacial das famílias) permitiu ainda a reflexão acerca das dinâmicas relativas à estruturação da urbanidade, das formas de viver urbanas e menos urbanas. Permitiu ainda a “despistagem” de uma eventual relação entre níveis de urbanidade e a estrutura de base de organização das estratégias familiares bem como a percepção das diferenças fundamentais entre os diversos contextos periurbanos.

---

<sup>86</sup> Devido a uma melhor organização da equipe de inquiridores e facilidade de introdução destes no bairro.

Por outro lado, centrando-se em famílias sobre as quais não se conheciam previamente o tipo de actividades económicas específicas a que se dedicavam os membros, este tipo de selecção dos entrevistados e dos inquiridos permitiu ter uma panorâmica geral (embora não estatística) sobre a proporção de assalariados nos bairros estudados. Conclui-se que, nestes bairros, o número de chefes de família entrevistados que trabalham no sector formal é relativamente reduzido (12 entrevistados, 15%<sup>87</sup>) e que entre os inquiridos cerca de 22% dos chefes de família sobre os quais se obteve informação precisa sobre o tipo de enquadramento da actividade económica exercida são trabalhadores assalariados do sector formal<sup>88</sup>. Assim sendo, a informação obtida nos bairros permitiu a análise relativa às estratégias familiares em geral e, mais especificamente a recolha dos dados complementares anteriormente enunciados.

O inquérito realizado a 557 chefes de família (preenchido pelos inquiridores), não sendo representativo das famílias/agregados de Luanda nem das famílias/agregados dos bairros onde decorreu o trabalho empírico<sup>89</sup>, permite no entanto o levantamento algumas tendências. Ao nível dos inquéritos, os principais indicadores utilizados, para além de dados sociográficos relativos à estrutura e composição das famílias/agregados inquiridos, referem-se aos percursos e à integração urbana, às solidariedades e às actividades económicas geradoras de rendimento. No que diz respeito às entrevistas, aos dados obtidos junto das famílias, centra-se a análise nos indicadores relativos igualmente à estrutura e composição das famílias (neste caso de forma mais aprofundada e correlacionada com os percursos e com integração urbana) e nos indicadores relativos às estratégias familiares (ao trabalho e às actividades económicas, à gestão dos recursos), às solidariedades (familiares, relacionadas com a religião, com associações) e à urbanidade.

---

<sup>87</sup> GS11N2, CR11N2, CR11N8, CS11N1, CS11N6, CRRP27, CRBE21, CRBE25, CSBE3, CSBE4, SABE4, SARP11.

<sup>88</sup> Ver o capítulo sobre as actividades económicas das famílias.

<sup>89</sup> Segundo a informação fornecida pelas administrações dos bairros, a população total dos três bairros ronda os 250.000 habitantes.

Tanto os inquéritos preenchidos como as entrevistas gravadas e transcritas estiveram sempre acessíveis à investigadora e a sua análise foi complementada com as anotações de terreno e com os restantes dados do levantamento físico.

Não foi possível realizar observação participante prolongada nos bairros devido às limitações de tempo impostas à partida: as entrevistas foram realizadas apenas durante o dia, iniciando-se muito cedo pela manhã e prolongando-se apenas até ao entardecer. Não foi possível permanecer nos bairros depois do entardecer por aconselhamento feito tanto pelos interlocutores relacionados com instâncias administrativas dos bairros como pelos próprios moradores. As questões relacionadas com a segurança nos bairros foram aliás amplamente descritas em inúmeras entrevistas e constituem um assunto de extrema importância no contexto da cidade de Luanda. Em todo o caso e em termos de duração no tempo o trabalho de terreno (entrevistas e inquéritos) prolongou-se durante um período de tempo total de cerca de um mês, compensando-se assim a impossibilidade de permanecer durante todo o dia nos bairros. Em todo o caso, sendo os assalariados o enfoque específico da análise, justificou-se que o tempo dispendido entre os mesmos fosse mais prolongado.

### ***Entrevistas nas empresas***

Os dados recolhidos nas empresas sustentaram a análise sobre o trabalho assalariado, incidindo sobre esta temática de forma mais concreta e aprofundada, em parte rearranjados e reformulados com base nas conclusões preliminares e novas informações obtidas através do inquérito e das entrevistas nos bairros. As entrevistas aos trabalhadores assalariados constituem a base de suporte à análise da hipótese e as informações obtidas cruzam-se e correlacionam-se, ao longo da análise, com as restantes informações. No total, foram entrevistados 129 trabalhadores de diversas pertenças institucionais durante três meses (Abril e Maio de 2001 e em Novembro de 2001), mais uma vez sem o objectivo de obter representatividade mas sim diversidade. Por questões relacionadas com o próprio objecto de estudo, os locais



seleccionados para a realização do trabalho de terreno são as empresas formais, local onde o vínculo assalariado constitui a relação, à partida, primordial. Em Luanda, realizaram-se entrevistas em três empresas, localizadas em diversos locais da capital. Em duas destas empresas, o trabalho empírico implicou a deslocação da investigadora a vários pólos das mesmas, em vários locais da cidade e em ambientes diferentes (hotéis, oficinas, escritórios, cantinas, armazéns, entre outros), o que proporcionou também uma visão diversificada dos locais onde o trabalho assalariado no sector formal se realiza.

O critério utilizado para a selecção das empresas onde decorreram as entrevistas a trabalhadores foi inicialmente apenas o da dimensão média/grande das empresas (as empresas seleccionadas empregam mais de 100 trabalhadores), de modo a evitar a inclusão de pequenas empresas familiares ou em crescimento recente ou onde as formas de remuneração, recrutamento entre outras se pudessem confundir com as práticas correntes de tipo familiar mais relacionadas com o sector informal. As empresas onde foi realizada a pesquisa apresentam ainda uma outra característica comum que é o facto de pertencerem aos sectores de actividade secundário e terciário, os mais representados em meio urbano (INE, 1998b). O ramo de actividade das empresas não constituiu um critério determinante (porque o estudo não teve como objectivo a detecção das diferenças entre empresas do mesmo ramo), daí que as empresas actuem em áreas diversas: uma das empresas está ligada às construções eléctricas, outra actua na área do handling aeroportuário e outra é uma empresa de catering.

No que diz respeito aos próprios trabalhadores assalariados aos quais foram realizadas as entrevistas, algumas características como a distribuição dos entrevistados por sexo, por antiguidade na empresa ou por idade não constituíram critérios iniciais de selecção, muito embora se tenha tentado, sempre que possível, encontrar uma distribuição dos entrevistados por categorias que correspondesse minimamente à distribuição geral da empresa (ver mais adiante a caracterização dos entrevistados. Por motivos

essencialmente relacionados com as características do trabalho de campo (disponibilidade dos entrevistados, dificuldade de aferição prévia do número exacto de trabalhadores por categoria, entre outras), a correspondência não é aritmética, muito embora seja relativamente aproximada da distribuição global por categorias das diversas empresas. Por outro lado e perante categorias cuja variação de empresa para empresa é muito significativa e cuja diferenciação em termos de parâmetros em cada uma das empresas é também ela díspar, optou-se por tomar em consideração apenas uma distribuição geral das funções que enquadrasse as actividades em três grandes níveis – responsáveis, técnicos e auxiliares – que correspondem a três níveis diferenciados quer de rendimentos quer de posição hierárquica no seio das organizações. Esta distinção, embora muito incompleta (e realizada previamente às entrevistas) permitiu, no entanto, a eliminação de enfiamentos que poderiam resultar de uma tendência para entrevistar mais trabalhadores de um tipo que de outro, comprometendo-se igualmente os resultados obtidos. Se por um lado este critério não inclui todas as diferenciações e variáveis que constam na definição de categorias dos trabalhadores, revelou-se importante que algum critério fosse utilizado, mesmo recorrendo a categorias muito abrangentes já que logo a partir dos contactos preliminares com os trabalhadores nas empresas é possível encontrar diferenças entre uns e outros. Certamente os “responsáveis” apresentam características diferentes dependendo do seu grau de responsabilidade; os “técnicos” podem ser trabalhadores com um alto grau de especialização, diferentes de trabalhadores recém-admitidos ou há longa data a desempenhar determinado tipo de funções, podem desempenhar funções em áreas de produção ou em áreas administrativas o que faz variar os restantes aspectos que se pretende analisar; os “auxiliares” podem corresponder tanto aos empregados de limpeza como aos elementos da segurança o que também constitui um factor de distinção. Em todo o caso, opta-se por fazer esta distinção inicial apenas devido a questões relacionadas com a distribuição representativa, tanto quanto possível, dos trabalhadores por categoria das empresas no seu todo, evitando a tendência que por vezes ocorre para

preferencialmente indicar trabalhadores de categorias mais elevadas para a prestação de informações. No que diz respeito às diferenças e às especificidades, às particularidades relativas às diferentes categorias, elas constituem um dos vectores de análise que o próprio estudo pretende abordar e explorar.

Um outro critério de selecção, mas desta vez das empresas, que se procurou ter em linha de conta relaciona-se com o tipo de empresa onde decorreram as entrevistas. A escolha das empresas tentou privilegiar alguma diversidade no que toca aos estatutos das empresas e desse modo o trabalho empírico incluiu uma empresa estatal, uma empresa privada nacional e uma empresa privada estrangeira. À partida, a detecção das diferenças entre os diversos tipos de organizações não constituiu um dos objectivos da análise e estas diferenças apenas foram tidas em consideração no trabalho previamente desenvolvido, através de contactos e entrevistas preliminares de preparação do trabalho empírico. Os resultados apresentados a esse nível constituem, portanto, uma contribuição complementar. A importância deste critério reside antes nas diferenças existentes entre trabalhadores com diferentes tipos de inserção profissional, patronal, remuneratória e integrados em organizações com diferentes perspectivas de gestão e organização.

De forma a possibilitar uma relativa maior coerência entre os dados obtidos, os trabalhadores com um vínculo ao Estado, que constituem uma parte significativa dos trabalhadores do sector formal em Angola, pertencem a uma das empresas estatais angolanas a operar em Luanda. Por um lado esta selecção deixou de fora os trabalhadores da função pública de outros géneros mas por outro permitiu que as características relativas quer aos locais de trabalho quer à delimitação mais fácil da organização onde estavam integrados os trabalhadores correspondesse de certa forma aos restantes. Certamente que o trabalho comparativo entre o trabalho assalariado na função pública não empresarial e o trabalho assalariado nouro tipo de organizações constitui uma problemática e uma das vias de exploração do tema que possibilita a

compreensão do fenómeno “assalariamento” a outros níveis e segundo outras perspectivas. Por questões relacionadas com a abrangência do presente estudo, esta comparação não constituiu um dos eixos de análise, optando-se antes pela comparação entre os tipos de empresas acima referidos.

Ainda no que diz respeito às entrevistas nas empresas, recorreu-se à utilização de um guião que permitiu o registo de anotações no decorrer das mesmas em simultâneo com a gravação. Este guião, utilizado individualmente para cada um dos entrevistados, possibilitou a consideração, ao longo do trabalho empírico, de novas informações antes de ser realizado o trabalho de transcrição das entrevistas. Este modelo serviu para a elaboração de quadros de informação rápida, facilitando por um lado o trabalho de análise posteriormente desenvolvido e permitindo, por outro, a detecção de questões que poderiam ser aprofundadas ainda durante o trabalho de terreno e *in loco*, em entrevistas posteriores.

### ***Observação e outros elementos de análise***

Da mesma forma, os dados recolhidos e analisados recorrendo a outras técnicas permitiram a afinação e o aprofundamento de questões que revelaram ser de importância para a análise. A observação directa realizada nos locais onde decorreram as entrevistas (quer nos bairros, quer nas empresas) bem como a análise de documentação de diversas origens (no caso dos bairros, da informação obtida junto de líderes, ONGs, instâncias administrativas, entre outras, no caso das empresas, a informação fornecida pelos diversos estudos, relatórios e outros registos), permitiram a confirmação sistemática de novas informações, o aprofundamento e reorientação de questões à medida que novos indicadores eram introduzidos.

Importa salientar, no que diz respeito ao objecto de estudo e ao contexto urbano analisado, que “Os antropólogos que trabalham em meios urbanos ou que investigam o trabalho numa fábrica, têm acesso a uma maior quantidade de fontes de informação escrita do que aquela que existe em sociedades rurais”

(CHEATER, 1986:40). Dessa forma, a não utilização de dados macroeconómicos, documentação escrita e outras informações de carácter mais abrangente teriam resultado igualmente num desperdício de informação relevante e de uma informação produzida pelos próprios actores. No caso das empresas é ainda de ressaltar a importância que as inúmeras fontes de informação produzidas no âmbito da actividade revelam para a análise de questões específicas como por exemplo os registos dos processos disciplinares e das suas causas, as listas de pedidos de créditos ou adiantamentos de salários e as razões invocadas, entre outros, não esquecendo as estatísticas e análises do universo dos trabalhadores que fornecem dados gerais sobre a estrutura, composição e distribuição dos trabalhadores nas empresas permitindo caracterizar esse universo. O trabalho de pesquisa antropológica em meio empresarial apresenta deste modo especificidades e no que diz respeito às fontes de informação recorre, de forma articulada e complementar, à diversidade de dados disponíveis (SELIM, 1993<sup>90</sup>). Por outro lado, em termos da metodologia utilizada, os estudos antropológicos em meio urbano demonstraram a necessidade de, neste campo, as capacidades de recolha de dados através da observação participante e da entrevista a um número seleccionado de informantes serem ampliadas à integração de materiais escritos de diversa ordem, estatísticas, estudos históricos e outras fontes. Se por um lado se restringe a análise e a construção do objecto analisado ao urbano e ao económico, estendem-se as variáveis consideradas bem como as técnicas de recolha de informação, mantendo-se a preferência pela informação obtida através da observação participante, da entrevista aberta e aprofundada, do questionário.

A um outro nível, os dados obtidos através da pesquisa empírica e das entrevistas, apesar de constituírem a base de elaboração das principais considerações contidas neste estudo e de ao mesmo tempo servirem de sustentação às mesmas, complementam-se, ao longo da exposição e da elaboração do quadro explicativo com os dados obtidos através de outras

---

<sup>90</sup> Ver também as referências no ponto 2.1. sobre a antropologia nas empresas.

fontes. Entre estas destacam-se as informações obtidas através de fontes secundárias que, embora muitas delas sirvam actualmente de suporte primário a alguma investigação científica (relatórios do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, literatura e relatórios vários de ONGs, entre outros), se integram nesta pesquisa no conjunto de dados complementares. Incluem-se neste âmbito também as entrevistas a especialistas em áreas diversificadas (como o trabalho e o emprego, a segurança social, a pobreza, a organização social dos bairros), as informações fornecidas pelos responsáveis pelos recursos humanos nas empresas, os dados estatísticos e relatórios internos das empresas, enfim todo um conjunto de informações que, não constituindo publicação científica em muito contribui para explicar certos pormenores e questões pontuais que ao longo da pesquisa se foram levantando<sup>91</sup>.

As anotações resultantes da observação bem como o registo diário e a par e passo dos aspectos considerados relevantes incidiram essencialmente sobre os elementos relativos à forma como decorreram as entrevistas, sobre determinados aspectos relativos à forma como os entrevistadores foram recebidos, a quem assistiu às entrevistas, onde estas foram realizadas (se no interior ou no exterior das casas, se foi oferecido ao entrevistador um assento e que tipo de assento, se foi oferecida uma sombra), as reacções ao gravador e às anotações, o que permitiu completar as informações recolhidas.

A observação dos espaços e de zonas diferenciadas nas empresas permitiu a identificação de diferentes áreas de circulação de diferentes trabalhadores, a constatação da existência de diferenças entre os gabinetes onde se realiza trabalho de tipo administrativo e as áreas de produção; pôs em evidência as diferenças de decoração, de climatização dos diversos ambientes. A própria recepção e acolhimento do entrevistador, muitas das vezes traduzida na forma

---

<sup>91</sup> A observação realizada complementou-se ainda com a informação obtida através dos levantamentos físicos e registos realizados no âmbito do trabalho multidisciplinar realizado, fornecendo elementos para a análise de aspectos relacionados com a organização espacial das famílias nos talhões, as tendências relativas às construções e apetrechamento das habitações bem como a organização espacial das áreas de convívio familiar e de desenvolvimento de actividades económicas.

como foram disponibilizadas salas, permitiu também a percepção geral sobre a predisposição dos entrevistados para fornecer as informações necessárias.

Nas empresas este tipo de observação, apesar de mais prolongada (no total e nas três empresas o tempo de permanência da investigadora foi de cerca de dois meses), não pôde ser intensiva, muito embora fosse promovida a entrada nas instalações à hora de início das actividades e a saída às horas de saída ou a participação nas refeições no caso das empresas que tinham refeitório. Em termos de “participação” da investigadora nas actividades da empresa, considera-se que se esta se viu limitada pelo tipo de “funções” que aí desempenhou (que não se enquadram na dinâmica laboral destas organizações). De qualquer forma, considera-se que o conjunto de informações obtidas através da observação resultou de uma certa “participação” na medida em que os ritmos e tempos de trabalho foram acompanhados de perto, na medida em que a investigadora participou nas refeições, ou, por exemplo, em saídas para trabalhos em obras.

Acrescente-se que face à diferenciação social entre observador e observado que impede que a observação realizada seja totalmente “participante” foram potenciadas algumas das vantagens desta distância nomeadamente o facto de o observador ser um estranho relativamente neutro, o facto de lhe ser possível introduzir questões inapropriadas para os locais, a possibilidade de inserção entre diversos estratos e grupos (de idades, funcionais, géneros), a aceitação de comportamentos inexplicáveis ou inaceitáveis (CHEATER, 1986:39). Por outro lado, a observação possibilitou a apreensão da articulação entre factores de ordem diversa (actividades económicas, estatutos, redistribuição, solidariedades) e, mais importante, a minimização dos efeitos da “suspeita etnocêntrica” (ITURRA, 1990:157), estabelecendo-se proximidade e gerando-se confiança entre o investigador, os trabalhadores e famílias através da presença regular quer nos bairros quer nas empresas.

#### **4. Limitações do trabalho de terreno e estratégias de controlo**

A análise do contexto específico de Luanda permite, em todo o caso, colocar em evidência, por um lado, a extrema importância que adquirem as relações personalizadas como forma possibilitar a integração do antropólogo no terreno e, por outro, o acautelamento reforçado que é necessário promover de forma a evitar conotações que, num clima onde os conflitos sociais se encontram exacerbados (quer ao nível das relações entre o poder central e administrativo e a população quer ao nível das relações laborais), podem colocar em causa a própria realização da investigação. Note-se que Angola, na altura em que foi realizada a investigação empírica (em 1999 e em 2001), era um país em guerra e onde os conflitos sociais provocados pela concentração demográfica em meio urbano e pela degradação das condições de vida em geral contribuem para a generalização de um clima de descontentamentos, de suspeições, de enfatização de problemas cuja resolução se revela urgente, o que nem sempre se coaduna com uma predisposição para a colaboração em investigações no âmbito das temáticas propostas.

No que diz respeito aos terrenos específicos das empresas, onde foi realizado o trabalho de recolha de dados junto de assalariados, as questões levantadas pelas pesquisas nesta área bem como as perspectivas sobre as limitações e dificuldades do trabalho em tal tipo de organizações (abordadas no capítulo II) constituíram uma base de referência para o trabalho levado a cabo, tendo permitido, simultaneamente, o levantamento das questões que no contexto específico angolano e luandense se colocam ao investigador. De entre estas, salientem-se aquelas relacionadas com a inserção do investigador em organizações onde a desconfiança e a suspeição trazem à luz as lógicas dos conflitos entre níveis hierárquicos; destaque-se também a necessidade de recorrer às relações pessoais (o que também aconteceu nos bairros) para que o trabalho empírico pudesse ser realizado; nas empresas, saliente-se a recorrente utilização do investigador como “caixa de reclamações” dos trabalhadores em relação à administração, fruto da inexistência e/ou insipiência de outros mecanismos que possibilitem este tipo de comunicação. Algumas



destas questões estão também contempladas nos já enunciados trabalhos sobre empresas em África e, de uma forma mais substancial, nas considerações metodológicas do trabalho de terreno em antropologia nas empresas.

A autorização para a realização das entrevistas nas empresas só foi possível de obter a partir de um contacto personalizado, promovido por terceiros, entre a investigadora e os respectivos directores gerais. Este tipo de autorização recorrendo às chefias máximas e que os trabalhadores têm a plena consciência que constitui a única forma de aceder às empresas, fez surgir algumas dificuldades no trabalho de campo e nas entrevistas, em especial a desconfiança da origem e do destino dos dados obtidos. Mais uma vez, o grande esforço foi no sentido de minimizar estas desconfianças e em termos gerais isto foi conseguido através da explicitação dos propósitos do trabalho e do destino da informação. Contudo, também entre os trabalhadores se revelou substancial a “utilização” da entrevista como forma de apresentação e registo de “reclamações” e dificuldades relativas à actividade profissional, ao funcionamento da empresa ou à situação pessoal. Esta informação foi posteriormente objecto de uma selecção na análise realizada não sendo, contudo, rejeitada durante o trabalho de terreno já que o próprio carácter semi-dirigido da entrevista propicia a introdução deste tipo de elementos e, em alguns casos, a referência a determinados “problemas” pessoais ou laborais contribui quer para a inclusão de novas questões quer para a elaboração do quadro geral das preocupações relativamente à temática tratada.

Em todas as empresas, a entrevistadora foi introduzida na empresa e apresentada aos entrevistados por elementos das áreas dos Recursos Humanos. O critério inicial de selecção dos entrevistados (distribuição por categorias) foi aferido à partida e segundo a estrutura e composição dos trabalhadores das diversas empresas, resultando a escolha dos entrevistados desta e da disponibilidade dos mesmos (em termos de tempo e de anuência), previamente estabelecida pelo elemento dos Recursos Humanos. Apenas na

E2 foi necessário que a entrevistadora abordasse e contactasse os trabalhadores pessoalmente e indagasse se estavam dispostos a realizar as entrevistas já que, em determinadas alturas a própria disponibilidade do técnico de Recursos Humanos não permitiu que os contactos prévios fossem realizados.

O local onde foram realizadas as entrevistas nas empresas foi também seleccionado segundo a possibilidade de realizar a entrevista com a presença apenas do entrevistador e do entrevistado. Na E1, as entrevistas na sede e no pólo de Viana foram realizadas em salas de reuniões e as entrevistas a técnicos que não têm um local de trabalho fixo (obras) foram realizadas nas próprias obras, ao ar livre. Na E2 as entrevistas foram realizadas na sala de operações, sempre que foi possível encontrar as condições acima descritas. Na E3 as entrevistas foram realizadas em salas de reuniões ou em gabinetes, também com as mesmas condições.

Nos bairros, as entrevistas foram realizadas em casa dos entrevistados, normalmente no quintal, numa sombra. Ao nível dos bairros, tal como nas empresas, as questões relativas à inserção do investigador necessitaram igualmente de uma “mediação” personalizada por parte de agentes locais e de elementos informadores privilegiados, permanecendo contudo a suspeita constante de uma ligação do investigador às autoridades provinciais e/ou governamentais o que levou, nalguns casos, a que houvesse a necessidade de resolver questões de conotação do investigador a situações de conflito anteriores<sup>92</sup>. Durante a recolha de dados nos bairros colocou-se igualmente de forma sistemática a utilização privilegiada do investigador como “caixa de reclamações” (acima referida para as empresas), sendo constantes as queixas sobre as condições de segurança, das infraestruturas, da organização dos bairros, de uma forma geral e, nos casos particulares, sobre as dificuldades

---

<sup>92</sup> Em todos os bairros, foi necessário uma elucidação prolongada dos objectivos do estudo que estava a ser realizado e num dos bairros, onde recentemente teriam existido problemas sérios de conflito entre as autoridades e certos grupos, foi necessário um esclarecimento prolongado e documentado de que a finalidade da realização das entrevistas e inquéritos era puramente académica.

relativas à situação económica, habitacional, entre outras de cada uma das famílias.

O tipo de trabalho realizado nos bairros bem como o trabalho realizado nas empresas só foi possível de ser levado a cabo a partir do momento em que houve uma autorização oficial do Governo Provincial de Luanda para os bairros e a partir do momento em que houve uma autorização da direcção das empresas para que ele fosse realizado. No caso dos bairros, a autorização por parte do Governo Provincial teve um carácter mais formal já que pressupunha a colaboração em parceria da Universidade Agostinho Neto, do Centro de Estudos e Investigação sobre a População (em Luanda) e de Universidades portuguesas. Em todo o caso, o processo foi moroso e a calendarização prevista inicialmente teve que ser adaptada a este contratempo. Após a autorização por parte do Governo Provincial, prosseguiu-se para a fase seguinte, de contacto e entrevista com os Administradores municipais da Maianga, Cacuaco e Cazenga. No trabalho de campo e durante as entrevistas às famílias, a associação dos entrevistadores às autoridades, por parte dos entrevistados, foi relativamente reduzida, apesar de o acompanhamento pontual e a introdução nos bairros dos entrevistadores terem sido feitos por elementos das comissões de bairro ou por informantes privilegiados. Em alguns casos surgiram dificuldades relativas à compreensão dos propósitos de tais entrevistas, especialmente em bairros ou zonas mais “controlados” pelas autoridades<sup>93</sup>, que tiveram que ser minimizadas através da explicação detalhada da origem e do destino das informações a recolher, o que se considera ter sido, na maior parte dos casos, conseguido, já que a observação da postura, disponibilização e à-vontade dos entrevistados o indiciava.

No que diz respeito ao questionário realizado às famílias nos bairros de Luanda, se uma das vantagens foi a de permitir a quantificação de dados múltiplos e suas correlações revelou ser, por outro lado, desvantajoso no que diz respeito à superficialidade das respostas, à ausência de elementos de

---

<sup>93</sup> Especialmente no Boa Esperança.

compreensão aprofundados e à individualização das respostas que implicou a separação da informação relativa aos inquiridos daquela relativa às suas redes de relações sociais. Esta desvantagem foi no entanto de certa forma compensada pela realização de entrevistas semi-dirigidas, i.e., nem totalmente abertas porque foi utilizado um guião previamente elaborado mas deixando liberdade de resposta ao entrevistado tanto em relação à sequência dos temas tratados como em relação ao aprofundamento diferenciado das questões. Para além disso, as entrevistas possibilitaram o aumento do grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos, privilegiando-se o método de trabalho da antropologia que se apoia substancialmente na informação de tipo qualitativo. Em todo o caso, muito embora as entrevistas nos bairros tenham sido realizadas por quatro entrevistadores de formação diversa (dois antropólogos, uma socióloga e um economista), o guião utilizado permitiu a exploração dos mesmos temas e, de uma forma geral, a informação obtida centrou-se nas questões inicialmente consideradas essenciais. Cada entrevistador realizou, em média, 20 entrevistas, sendo que, no caso da investigadora cujos interesses relativamente à informação se centravam nas estratégias familiares e no trabalho assalariado realizou 29 entrevistas a famílias. De uma forma geral, considera-se que a informação obtida, mesmo não o tendo sido na totalidade obtida pela investigadora e ser relativamente abrangente e diversificada, constitui uma base sólida para a reflexão e análise das estratégias das famílias em meio urbano de uma forma geral. Note-se que o tema central, o trabalho assalariado, teve como base empírica de análise entrevistas concebidas e conduzidas na totalidade pela investigadora, salvaguardando-se assim as interferências e dificuldades acima assinaladas no que diz respeito à informação sobre as famílias.

Apesar das idiosincrasias referidas, não pareceram existir, no conjunto dos resultados e das informações obtidas, grandes questões a considerar quanto à veracidade da informação ou quanto a uma interferência substancial das “reclamações” nas exposições, inclusive porque as áreas e temáticas aprofundadas se encontram menos imiscuídas em aspectos políticos, étnicos e

outros mais sensíveis na actualidade. No que diz respeito às questões relativas às situações económicas diversas e às estratégias familiares, foi necessário um maior acautelamento da interferência das “reclamações” e das críticas várias bem como das omissões de informação, tanto na fase de recolha de dados como na fase de análise. De entre as principais omissões, destaque-se a tendência para que, nos discursos, o trabalho feminino (e os rendimentos) fosse recorrentemente subestimado no conjunto das actividades económicas das famílias, a tendência para a relativização e subvalorização de actividades económicas consideradas secundárias como a criação de animais, as lavras, o aluguer de espaço, a venda de água, entre outras. Em relação aos rendimentos e regalias proporcionados pela actividade assalariada, destaque-se igualmente a subvalorização de certos benefícios como o acesso à saúde, à reforma, aos subsídios para funerais, casamentos, subvalorização esta estreitamente ligada à assumpção de que estes benefícios são parte integrante e inquestionável do assalariamento e da integração numa empresa. Nestes casos, as omissões suscitaram e impulsionaram a exploração mais aprofundada destas questões. Em relação a outras questões, certamente existirá ainda um conjunto relativamente importante e interessante cuja análise fica por realizar.

Em todo o caso, a partir das informações existentes, recolhidas no âmbito da linha teórica e temática proposta, recorrendo ao método exposto, a apresentação dos resultados que constitui a segunda parte deste trabalho, é estruturada partindo de uma contextualização mais alargada que gradualmente se vai concentrando nas questões relativas ao trabalho assalariado onde culmina a análise. Assim, a base empírica que fornece os dados para este tipo de percurso analítico, implica igualmente um recurso gradualmente superior às fontes primárias (entrevistas, inquéritos), partindo, no entanto, dos dados e análises produzidos sobre temáticas gerais que fornecem o quadro geral onde se insere o assalariamento.

## **PARTE II: Trabalho e Família em Luanda**

### **CAPÍTULO I: Crescimento Urbano e Transformações Económicas**

De acordo com as propostas teóricas e metodológicas expostas ao longo da primeira parte, a apresentação do estudo de caso, que constitui a segunda parte, incide sobre a análise do trabalho assalariado no contexto de Luanda, integrado nas estratégias familiares, utilizando para tal as informações obtidas a partir da pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Um primeiro passo consiste na introdução das questões relativas aos processos históricos recentes que influenciam o contexto nas áreas mais directamente relacionadas com o trabalho – e em especial com o trabalho assalariado – procedendo-se dessa forma à exposição das características mais relevantes relativas ao processo de urbanização e de transformação socioeconómica dos últimos anos. No primeiro capítulo, é realizada uma breve introdução ao contexto geográfico e demográfico, de Angola em geral e de Luanda em particular, incluindo uma reflexão sobre as questões da guerra e das transformações económicas mais importantes. Este enquadramento encontra justificação na importância que o processo de crescimento acelerado da cidade e das suas periferias, influenciado em grande medida pela guerra e pelas políticas económicas nacionais bem como pelas diversas conjunturas económicas, implicou mudanças ao nível da organização espacial e económica das famílias, conduzindo também a transformações no que diz respeito ao trabalho e às estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias. Por outro lado, estas conjunturas recentes contribuem para a transformação em termos sociais e culturais, gerando formas de integração urbana específicas e impulsionando recomposições sociais, que são abordadas no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, analisa-se a informação relativa às estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias, organizando-se a exposição segundo os eixos propostos inicialmente: a família como gestora e definidora

das estratégias, grupo centralizador das práticas e ideologias relativas à sobrevivência e à reprodução social, é analisada sob uma óptica mais ampla no que diz respeito às principais transformações que conduziram às configurações, estruturas e composições actuais e, em termos específicos, quanto ao seu papel na actualidade bem como as principais dinâmicas que a caracterizam. Os aspectos relacionados com a dispersão dos recursos e das redes de solidariedade são analisados nos pontos subsequentes, evidenciando-se igualmente as principais mudanças que contribuíram para as tendências observadas actualmente.

A análise da dispersão é aprofundada no capítulo seguinte, incidindo sobre o papel e a importância do trabalho assalariado no conjunto das estratégias familiares. Para além desta inserção do trabalho assalariado nas estratégias, procede-se, num segundo passo, à reflexão sobre a relação entre trabalho assalariado e modernidade e urbanidade, evidenciada na análise das racionalidades em presença. Ainda que ao longo deste capítulo sejam enunciadas algumas relações (em termos de práticas e de ideologias) com as estratégias das famílias, este tipo de enfoque é mais incidente e aprofundado no quinto capítulo, elaborando-se aí a argumentação central e integrando-se os dados empíricos fornecidos pela investigação realizada junto das famílias e dos assalariados. O conjunto das conclusões é apresentado no final, procedendo-se igualmente a uma reflexão sobre as linhas de análise que é possível e pertinente explorar a partir das mesmas. Em cada um dos capítulos referentes às estratégias das famílias e ao trabalho assalariado será apresentada uma breve caracterização dos terrenos onde foi desenvolvida a pesquisa empírica, procedendo-se dessa forma à descrição dos bairros periurbanos e das empresas, respectivamente.

## **1. Crescimento da cidade e da população**

As principais implicações ao nível urbano de um crescimento acelerado, como o que se verifica, estão relacionadas com as alterações ao nível da estrutura e composição da população, as alterações ao nível da ocupação do espaço urbano e periurbano e com as alterações ao nível socioeconómico. Estas alterações, provocadas essencialmente pela guerra prolongada, condicionam em larga medida as formas como os indivíduos e os grupos gerem o quotidiano de maneira a assegurar a sua sobrevivência e reprodução bem como as configurações sociais que resultam desse processo. Acentuam-se, nos últimos anos, as dificuldades de gestão da sobrevivência e reprodução e os níveis de pobreza tendem a aumentar e a abranger um número cada vez maior de pessoas. Por outro lado, estas circunstâncias, em conjunto com outras como o assinalável crescimento e expansão do sector informal, pressionam transformações ao nível económico ao mesmo tempo que implicam reestruturações ao nível social e alterações ao nível da racionalização e prática da urbanidade.

Dado que o trabalho assalariado em Luanda é essencialmente introduzido pelo sistema colonial, as transformações socioeconómicas ao longo dos tempos que concorrem para a situação actual colocam em evidência não só a estreita relação entre o assalariamento e os meios urbanos como também a correspondência entre o assalariamento e a modernidade. “A Angola de hoje é o resultado de uma história complexa, na qual se combinam as opções africanas e as pressões europeias” (CASTRO HENRIQUES, 1997:15). O contacto entre as culturas africanas e europeias materializa-se nas feitorias e praças-fortes edificadas ao longo da costa pelos portugueses desde o século XVI, que cedo se transformaram em vilas e cidades onde, até meados do século XIX, as actividades dominantes eram o comércio e o tráfico de escravos. O decreto oficial de 1836 que põe fim à escravatura impulsiona o desenvolvimento de actividades comerciais e industriais urbanas por parte dos portugueses, registando-se, até à independência de Angola um



crescimento económico e urbano significativo. Com a independência a 11 de Novembro de 1975, após uma guerra de libertação iniciada em 1961, estabelece-se um partido único de base socialista e que reestrutura o sistema económico segundo o modelo centralizado. Durante esta reestruturação inicia-se a guerra entre o partido no poder (MPLA) e a UNITA ao mesmo tempo que se inicia, nas últimas décadas, um processo de reformas na gestão da economia que conduzem à concretização do modelo económico de mercado. Em Abril de 2002, com a morte do líder da UNITA, é assinado o último acordo de paz e a situação actual do país é mais uma vez caracterizada pela reorganização e reformulação aos mais diversos níveis em consequência da alteração do registo de guerra que se prolongou por cerca de 30 anos.

Os efeitos destas situações políticas e económicas diversas e em constante reformulação fazem-se sentir de forma mais intensa nos centros urbanos, em especial em Luanda. Em 1576 (por carta de doação de 1571) Paulo Dias de Novais lançou as bases para o nascimento da capital angolana através da criação da povoação de São Paulo na área da baía abrigada que aí se encontra (AMARAL, 1962:21), recebendo a vila, em 1605, foros de cidade. Durante o extenso período de crescimento e expansão do tráfico de escravos e do comércio, a cidade concentrou grande parte destas actividades, acompanhando essa expansão com o crescimento e adensamento populacional e espacial. O mesmo acontece na fase de conversão económica à indústria e ao comércio desenvolvidos localmente, concentrando-se grande parte destes na área urbana. Com a independência, é em Luanda que subsistem algumas indústrias e onde se localizam as estruturas administrativas que integram o grosso da população que entretanto regista um crescimento exponencial desde essa altura, em grande parte devido à guerra civil. Este crescimento rápido impulsiona ainda o desenvolvimento de uma série de actividades comerciais que, em conjunto com os outros sectores, promovem um dinamismo económico ímpar no contexto angolano.

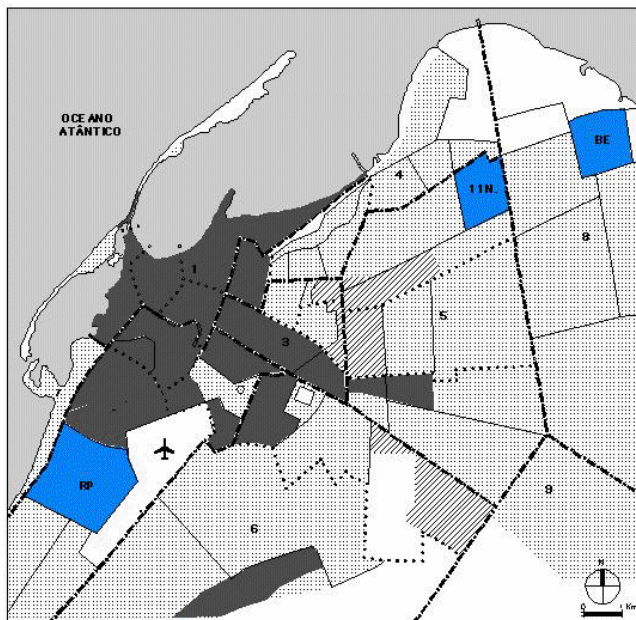
O crescimento da cidade de Luanda tem registado uma acentuada aceleração nas últimas décadas, crescimento este que se verifica tanto em termos populacionais como em termos da área ocupada. Em termos físicos, Angola está situada na região Ocidental da África Austral, a Sul do Equador, sendo a superfície total do país de 1.246.700 Km<sup>2</sup> e a área de Luanda de cerca de 2.418 Km<sup>2</sup>. Angola é limitada a Norte pelo Congo e pela República Democrática do Congo, a Este pela Zâmbia e República Democrática do Congo, a Sul pela Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Luanda encontra-se na parte Setentrional e Ocidental do país, entre os rios Bengo e Kwanza. É constituída em termos gerais por um maciço de terras altas, limitado por uma estreita faixa de terra baixa, costeira. A região planáltica, pouco extensa, ocupa a maior parte do país e situa-se no centro prolongando-se um pouco para Sul. “A cidade [Luanda] fica disposta em dois planos: a Cidade Baixa (...) que se estende na base de um degrau sinuoso (...) as barrocas (...)” e “(...) a superfície do planalto entre 40 e 80 metros, onde ficam a velha Cidade Alta, a cidade de expansão actual e os musseques” (AMARAL, 1968:17).

Em termos administrativos, Angola compreende 1871 Povoações, 376 Comunas, 163 Municípios e 18 Províncias (AIP, 1992). A província de Luanda está dividida em 9 municípios: Ingombota, Maianga, Rangel, Sambizanga, Cazenga, Kilamba-Kiaxi, Samba, Cacuaco e Viana. Faz fronteira com a província do Bengo (que a rodeia) e com o Oceano Atlântico. A divisão administrativa dos Municípios faz-se em Comunas e as suas dimensões são variadas:

Município	Comunas <i>Sede de Comuna</i>	Superfície (Km <sup>2</sup> )	População
<b>Ingombota</b>	Ilha do Cabo Kinanga <i>Ingombota</i> Patrice Lumumba Maculusso	9.6	97.824
<b>Maianga</b>	Maianga Cassequel <i>Prenda</i>	24.7	161.663
<b>Rangel</b>	<i>Terra Nova</i> Marçal Rangel	6.3	132.270
<b>Sambizanga</b>	Bairro Operário <i>Sambizanga</i> Ngola Kiluange	14.2	123.655
<b>Cazenga</b>	Cuca Cazenga <i>Tala-Hadi</i>	38.6	215.105
<b>Kilamba-Kiaxi</b>	Popular <i>Golfe</i>	64.1	118.441
<b>Samba</b>	Samba Grande Mussulo Futungo de Belas Benfica <i>Corimba</i>	345.3	27.369
<b>Cacuaco</b>	<i>Cacuaco</i> Funda	571.7	12.923
<b>Viana</b>	<i>Viana</i> Barra do Kwanza Calumbo	1343.3	34.592

*Divisão político-administrativa de Luanda em 1983 (COLAÇO, 1986)*

A par desta divisão administrativa, existem perspectivas de análise do conjunto considerando zonas mais ou menos distintas, como por exemplo a



Luanda A área de asfalto corresponde, basicamente, às zonas mais escuras no mapa; Fonte: SALVADOR, 2003

zona moderna, a zona de transição e periferia e a cintura verde (COLAÇO, 1986:79) ou então segundo áreas de desenvolvimento urbano: o centro da cidade, o município de Viana e o município de Cacuaco. Ou então seleccionando-se unidades de

análise, com base não na divisão administrativa local mas sim na homogeneidade entre as unidades de vizinhança (ALMEIDA, 1997). Existem ainda propostas de classificação da cidade que distinguem (i) a cidade formalmente urbanizada, (ii) os musseques perto do centro com serviços urbanos limitados construídos antes de 1974, (iii) os musseques construídos depois de 1974, sem serviços urbanos, (iv) os musseques periféricos, sem serviços urbanos (ROBSON, 1997:27). E muito embora possam ser tomadas em consideração estas especificidades relativas a cada uma das zonas, não deixa de ser importante fazer pelo menos uma distinção geral entre cidade do asfalto e as zonas de musseque, distinção esta que sintetiza o carácter bi-espacial bem marcado na cidade (ACORD, 1994), aliás uma referência clássica à baixa e aos musseques (CARVALHO, 1989:71).

O crescimento das zonas periurbanas da cidade de Luanda, que tem como principal causa a migração de pessoas de outras áreas do país para a capital, é visível no aumento da dimensão das áreas de musseque e na densificação da população. A maior parte da população de Luanda, na actualidade, habita estas áreas e as formas como se organiza espacialmente, bem como as bases físicas de inserção urbana, constituem determinantes, de grau variável, das estratégias de sobrevivência e reprodução. A possibilidade de desenvolver actividades económicas no espaço habitacional (comércio, agricultura, criação de animais, prestações de serviços, aluguer de espaços e de partes da casa, etc.) constitui um elemento que permite perceber as diferenças entre as estratégias familiares. De igual modo, as formas de ocupação do espaço reflectem as racionalidades em presença e resultam das práticas que estas estratégias implicam: as decisões relativas a uma determinada opção em relação a uma actividade económica ou em relação a um determinado tipo de organização familiar impulsionam o rearranjo e a reconfiguração dos espaços. O aspecto físico da cidade na actualidade é, em larga medida, o resultado da elevada pressão populacional e das formas encontradas por estas pessoas para ocupar o espaço.

Caracterizada por uma macrocefalia, desde sempre que Luanda sujeitou à sua dependência uma área vasta em termos nacionais. Na actualidade, o centro continua a desempenhar funções administrativas importantes e a gerir grande parte dos fluxos económicos já que é aí que estão localizados o porto marítimo mais importante do país e o aeroporto internacional. Consequentemente, as causas do afluxo de um número crescente de pessoas à capital prendem-se não só com a repulsão provocada pela guerra nas outras províncias mas também com a atracção que o centro urbano continua a exercer em termos de oportunidades económicas e acesso a serviços e infra-estruturas<sup>94</sup>. O crescimento populacional, mais acelerado nos últimos anos, provocou o aumento da área periurbana – os musseques – reconfigurando a cidade em termos de paisagem e provocando transformações ao nível social, económico, cultural, entre outros (MONTEIRO, 1973).

O termo musseque (da língua kimbundo) "... é composto por *mu* (lugar) e *seke* (areia), indicando assim as zonas de areias avermelhadas, situados no planalto de Luanda, diferentes das aldeias de pescadores (...) das praias e da «cidade de cimento» dos portugueses..." (KASACK, 1996:66). O termo assume "...significado sociológico quando é utilizado para designar os aglomerados de cubatas<sup>95</sup> construídas nestas áreas por indivíduos expulsos da cidade [centro] devido à expansão urbana" (MENDES, 1988:233) e, portanto, "por extensão semântica passaram a ser designadas, da mesma forma, as zonas suburbanas ocupadas pela população mais desfavorecida da capital" (CARVALHO, 1989:68). As dimensões que esta expansão urbana assumiu exigem que apenas seja possível pensar a cidade actual tendo em conta todo o conjunto e não apenas a parte urbanizada (ou asphaltada). A expansão que a cidade registou ao longo das últimas décadas alterou para sempre os seus limites, a sua configuração, os seus centros e as áreas

---

<sup>94</sup> Apesar de se verificar, desde há várias décadas, que não existem áreas residenciais adequadas ou emprego suficiente (AMARAL, 1983) ou condições infraestruturais adequadas.

<sup>95</sup> Casas tradicionais de materiais vegetais.

importantes onde se localiza o grosso do comércio, dos serviços, dos movimentos pendulares de pessoas diariamente.

Do mesmo modo, a análise dos musseques deve ter em conta que cada um deles apresenta características próprias e que o conjunto dos musseques não constitui uma unidade homogénea. Não existe apenas um musseque em Luanda, "...são vários musseques em Luanda, cada um com uma especificidade que é preciso avaliar e ter em conta" (CARVALHO, 1997a:134). Para além disso, a distinção destas duas zonas não implica que não existam intersecções e áreas mistas, essencialmente nas fronteiras entre uma e outra zona mas também no centro da zona de asfalto ou em plena área de musseque. É possível encontrar "bolsas" e espaços com características diferenciadas das áreas circundantes. Desde os primeiros anos do crescimento da cidade de Luanda, que não é possível estabelecer uma separação nítida entre "...a cidade de cimento e os musseques (...), a cidade branca e a cidade negra (...) tal a confusão de casas definitivas, semidefinitivas e cubatas" (MONTEIRO, 1973a:80). Esta confusão e interpenetração mantêm-se até à actualidade, assistindo-se até a uma certa "mussequização de toda a cidade" (CARVALHO:1997a:133) e da sua cintura verde envolvente, ao mesmo tempo que é possível detectar, em áreas periféricas, a presença de elementos característicos das zonas urbanizadas.

Habitar nos musseques de Luanda, "...significa poder dizer que se tem uma pequena casa com quintal, da qual algumas partes são alugadas a outros..." (KASACK, 1996), onde a improvisação, no que respeita à construção (mas não só) é a tónica dominante. Em termos do tipo de habitação predominante, as tradicionais cubatas de pau-a-pique e madeira cobertas de zinco que caracterizaram os primeiros musseques, têm vindo gradualmente a ser substituídas por tijolo, blocos de cimento, e cobertas de fibrocimento. Desta forma, a denominação correntemente utilizada para distinguir as áreas da cidade baixa e as áreas periurbanas utilizando os termos "área de cimento" e "área de musseque" deixa de corresponder exactamente à realidade física

dos lugares porque muito provavelmente existe mais cimento nas áreas de musseque do que na parte da cidade antiga. Como foi referido, a expressão que melhor caracteriza a parte antiga, utilizando um critério que melhor define a paisagem, está antes relacionada com o asfalto (que nas áreas periurbanas apenas existe em algumas estradas principais que as atravessam) porque esse sim marca a diferença.

Ao nível das cidades em Angola, existem alguns (poucos) estudos que cobrem temas vastos e variados, abarcando o estudo das origens, evolução e crescimento dos centros urbanos (AMARAL, 1962) e é possível através dos mesmos identificar, nas diferentes épocas, as funções e importâncias específicas e diferenciadas que elas assumem no contexto nacional. Este tipo de análise não está, contudo, contemplada em trabalhos mais recentes.

Sobre os musseques de Luanda, existe também alguma produção científica que permite a reflexão sobre a sua génese e evolução (MENDES, 1988; KASACK, 1996; AMARAL, 1968; MONTEIRO, 1973a; ALMEIDA, 1997), salientando-se em todos eles que a dinâmica de crescimento que caracteriza estas áreas é resultado, nas últimas décadas, tanto da expulsão progressiva dos habitantes africanos do centro da cidade (devido ao aumento da população europeia na sua época de maior afluência ao país) como da chegada de migrantes de outras zonas do país à procura de melhores condições de vida. Desde sempre é evidenciado que este crescimento acarretou dificuldades quanto à gestão do espaço e ao planeamento da construção<sup>96</sup>, acentuando-se estas dificuldades nos tempos mais recentes.

Dos estudos sobre bairros ou musseques específicos que têm sido realizados esporadicamente nas últimas décadas destacam-se aqueles realizados por organizações ou instituições independentes<sup>97</sup>. Apesar de se tratarem de

---

<sup>96</sup> Veja-se os problemas referidos já em 1968, altura em que se estimava que Luanda tivesse uma população de 300.000 habitantes (AMARAL, 1968).

<sup>97</sup> A ONG Development Workshop produziu alguns relatórios sobre os bairros onde tem tido intervenções (Hoji-Ya-Henda, Sambizanga, N'Gola Kiluange (sectores de Vale Saroco e

estudos isolados e em número reduzido e de ainda não ser possível ter uma visão de conjunto da zona periurbana de Luanda, eles demonstram que por um lado cada vez mais se revela a necessidade de prossecução e acumulação deste tipo de conhecimento (de modo a poder efectivar da melhor forma as práticas relativas aos apoios prestados às populações, por exemplo) e por outro que é possível melhorar e completar as informações que vão sendo obtidas contribuindo assim para um melhor conhecimento global das periferias de Luanda e das dinâmicas que caracterizam estes espaços. As dificuldades que permanecem por ultrapassar no que diz respeito a estes estudos prendem-se com o facto de o tipo de informação recolhida incidir sobre temas específicos relacionados com essas mesmas intervenções e também com as capacidades diferenciadas para obter estes dados que dependem de cada uma das organizações.

Os musseques são considerados desde sempre um dos problemas mais graves que acompanhou o surgimento da cidade e constituem um dos componentes principais do seu desenvolvimento e história: "...hoje, mais do que nunca, os musseques são vistos sobretudo como a expressão de uma explosão, de um gigantismo, de uma macrocefalia urbana que encerra em si o germe de todas as ameaças, de todas as violências, de todos os tráficos, de todas as informalidades..." (CARVALHO, 1997a:134).

Os acontecimentos políticos recentes, em especial a independência de Angola e o início da guerra, reflectiram-se no crescimento e expansão dos musseques e a manutenção de um ritmo de crescimento elevado tem vindo a agravar muitos dos problemas anteriormente existentes e a fazer surgir novos. Estes problemas reflectem-se tanto nas formas como os indivíduos e os grupos diariamente são obrigados a desenvolver estratégias de minimização dos mesmos como na incapacidade que a gestão urbana revela para acompanhar a sua multiplicação rápida.

---

Ossos) (DW, 1990); a ACORD produziu diversos relatórios sobre o bairro da Regedoria (Viana) e sobre o Zangado (Rangel) (ACORD, 1994).





Um dos problemas que tem constituído preocupação cada vez maior em relação à gestão urbana refere-se à correlativa incapacidade de gerir as infra-estruturas. Esta incapacidade verifica-se nomeadamente em relação à recolha de resíduos sólidos

**Fonte: SALVADOR, 2003** urbanos (cuja capacidade de recolha se situa 500 a 600% abaixo das necessidades na cidade (DW, 1999:iii), em relação ao fornecimento e distribuição de água e electricidade e em relação à inexistência de infra-estruturas médicas e escolares (KASACK, 1996). A cidade experimentou, em extensão e intensidade, o peso dos fluxos migratórios que sobrecarregaram a capacidade das infra-estruturas e dos serviços urbanos básicos, pondo em causa a qualidade da vida urbana e a sustentabilidade da cidade (AMADO & MUANAMOHA, 2003:52).

A gravidade das condições em termos infraestruturais está espelhada no desenvolvimento prioritário de projectos por parte de ONGs envolvendo a população de forma a minorar problemas em áreas cruciais<sup>98</sup>, sendo, em todo o caso, as intervenções de alcance limitado. Em termos governamentais, as intervenções no âmbito do planeamento urbano são pouco significativas, muito embora sejam anualmente elaborados programas governamentais (Programa Provincial) com o objectivo de definir claramente as metas a nível da acção urbana. No programa do Governo da Província de Luanda aprovado em Junho de 1997 pelo Conselho de Ministros, constam os grandes objectivos estratégicos e as principais orientações para longo prazo (até ao

---

<sup>98</sup> A título de exemplo, o projecto “Emergency Peri-Urban Sanitation: Community Based Solid Waste Pilot Project in Luanda’s Musseques” da ONG Development Workshop que mobilizou os habitantes da Comuna Hoji-Ya-Henda no sentido de reduzir a produção (e consequentemente os custos com o transporte e eliminação) de resíduos sólidos através da separação prévia do lixo e da areia. A ACORD tem também desenvolvido alguns destes projectos (Viana II, Regedoria (Viana), Zangado (Rangel) (ACORD, 1994).

ano 2002) e prevêem-se reformas a nível institucional e a nível financeiro, programas estes cuja implementação integral ou mesmo parcial tem sido alvo de inúmeros contratempos e dificuldades várias. Uma das principais causas apontadas para a dificuldade de implementação dos programas e medidas de gestão urbana refere-se ao ritmo de crescimento populacional que se tem mantido elevado ao longo dos últimos anos.

Nos musseques, a densidade populacional é elevada, salientando-se no conjunto, todo o município do Rangel, os bairros Cazenga, Prenda e Cuca (KASACK, 1996). Estima-se que dois terços da população do município de Luanda habitem nos musseques e que aí a densidade seja de 1habitante/33,3m<sup>2</sup> (ACORD, 1994). O número médio de pessoas registado nos agregados familiares em Luanda varia entre 7 e 9 (KASACK, 1996). Os resultados do IDR<sup>99</sup> 2001 indicam que os agregados familiares em Luanda (área urbana) com 10 e mais pessoas constituem 17% do total de agregados inquiridos de uma amostra representativa enquanto que os agregados com 4 a 6 pessoas constituem 38,5% do total. Normalmente (e nos bairros mais antigos em maior grau), a dinâmica de adensamento dos membros dos agregados está directamente relacionada com o acolhimento de familiares deslocados de outras zonas do país.

Perante este crescimento e adensamento dos agregados, a autoconstrução é a forma dominante de proceder ao alargamento das habitações, fazendo surgir em quase todos os talhões, anexos e mesmo novas casas. Algumas tentativas foram já realizadas no sentido de planear e projectar o crescimento da cidade, a maior parte delas sem conseguirem ou ser postas em prática ou acompanhar o ritmo do crescimento<sup>100</sup>. Sinais visíveis quer de ritmos de

---

<sup>99</sup> Inquérito sobre as Despesas e Receitas dos agregados familiares, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística.

<sup>100</sup> A análise dos planeamentos para as áreas de musseque em Luanda, desde a época do regime colonial (especialmente 1948) até ao período após a independência aparece em algumas análises (MENDES, 1988). Alguns outros estudos tentam ainda avançar com propostas de expansão e reabilitação urbana da cidade, ponderando sobre as propostas governamentais como o Plano de Salvação de Luanda ou o Programa de Acção do Governo (ALMEIDA, 1997).

crescimento variáveis ao longo dos últimos anos quer da falta de organização formal destas zonas são as diferenças ao nível da estrutura e organização dos diferentes bairros, existindo mesmo nos próprios bairros diferenças entre zonas, sectores, ruas (RAPOSO&SALVADOR, 2003). Também as próprias habitações e os talhões onde elas estão implantadas indiciam diferenças em termos das formas de ocupação do espaço que estão relacionadas com famílias e indivíduos, especificamente: a existência ou não de muros, mais altos ou mais baixos, reflecte as formas de assegurar maior ou menor separação entre o espaço privado o espaço público; a própria manutenção de



**Fonte: SALVADOR, 2003**

passagens e caminhos entre casas ou entre determinadas zonas reflecte a forma como em termos de estratégias de grupos restritos (familiares) se conseguem imprimir características diferenciadas aos espaços; as formas de tratamento do

lixo (enterrando e/ou queimando, depositando em local próprio, depositando na rua, depositando em valas, etc.) estabelecem algumas diferenças entre casas e talhões; a própria forma de obtenção de água (construindo ou não tanques nos quintais), de energia eléctrica (as ligações eléctricas legais ou ilegais aos postes públicos) e a protecção (ou não) dos muros das casas da passagem próxima de viaturas<sup>101</sup>, revelam diferenças entre famílias e casas e contribuem para a profusão das diferenças, já não em termos de cidade de asfalto e não asfalto, de bairro mais central e menos central, mas sim em termos de habitações. Estas diferenças são em todo o caso de difícil categorização ou delimitação e encontram-se constrangidas por uma multiplicidade de factores, entre os quais se salientam como mais importantes a disponibilidade e qualidade dos

<sup>101</sup> Estas protecções são normalmente peças de grande dimensão em ferro, como sucata, garrafas de gás inutilizadas, etc.

materiais utilizados na construção, a disponibilidade de espaço de construção, a possibilidade de aquisição ou de acesso a de determinado tipo de serviço ou material. Na maioria dos casos, pode considerar-se a existência um modelo básico predominante em termos de construção nos musseques (como os blocos de cimento, as coberturas de fibrocimento e as portas e janelas em ferro) que não está relacionado apenas com a tradução de formas específicas de ocupação do espaço mas com a disponibilidade dos materiais e com a sua adequação às condições de vida nos bairros, sejam climáticas, de segurança ou outras.

No centro da cidade, na área de asfalto, a adaptação das famílias às edificações construídas antes da independência (a autoconstrução é muito reduzida bem como os novos empreendimentos) é da mesma forma resultado da adaptação às condições de vida em geral e ao funcionamento e estado das infraestruturas. Os agregados familiares de dimensões diversas, as formas diferentes de obtenção de água (canalizada, construindo-se tanques de armazenamento), energia (utilizando geradores ou não) ou de saneamento, atribuem às habitações características diferenciadas. Em todo o caso as diferenças na paisagem entre musseque e centro indiciam as diferenças existentes entre diferentes graus de urbanização. De uma forma geral – mas não sem as devidas exceções – as populações que habitam as áreas mais centrais correspondem a pessoas mais cedo integradas na cidade enquanto que os musseques e a sua antiguidade diferenciada traduzem a chegada, em épocas diferentes mas mais recentes, de migrantes à capital.

A população da cidade de Luanda, bem como a do restante país, regista um crescimento modesto entre os séculos XVII e XX (AMARAL, 1968:62), segundo os dados – pouco abundantes e precisos – para esse longo período. O seu crescimento é, contudo, acentuado ao longo das últimas décadas coloniais, resultado do dinamismo económico que arrastou consigo a migração para a cidade tanto de portugueses como de africanos.

<b>Anos</b>	<b>População de Luanda</b>
1930	50.588 (AMARAL)
1940	61.028 (AMARAL)
1950	141.647 (AMARAL)
1960	224.540 (AMARAL)
1975	540.000 (COLAÇO)
1980	948.000 (N.U.)
1985	1.248.000 (N.U.)
1990	1.590.000 (COLAÇO)
2000	2.903.000 (COLAÇO)
2001	3.361.446 (IDR)

*Fonte: AMARAL (1968:61), AMADO & MUANAMOHA (2003) (dados das Nações Unidas (1991) e Colaço (1992); Inquérito de Despesas e Receitas (IDR) do Instituto Nacional de Estatística de Angola (2001).*

A necessidade de caracterizar a população da cidade na actualidade depara-se com inúmeros entraves, quer relativos à falta de informação de tipo qualitativo quer de tipo quantitativo. A dificuldade de obtenção de dados demográficos na África subsahariana, especialmente relativos ao registo civil e aos recenseamentos, é também um facto em Angola e é sempre evidenciada nos poucos trabalhos realizados neste âmbito (COLAÇO, 1986). Durante o período colonial foram realizados quatro recenseamentos e os registos funcionaram apenas nas grandes cidades. Depois da independência, devido às condições políticas e à guerra, não foi possível fazer recenseamentos a nível nacional. O último censo populacional realizado em Angola data de 1970 e o último realizado em Luanda de 1983, ou seja, há praticamente vinte anos. Durante os últimos anos algumas estimativas têm sido realizadas em relação ao país e só muito recentemente começam a ser disponibilizados dados mais precisos e com base na recolha de informação através de amostragens representativas<sup>102</sup>. Como comprovado pelo MICS (2001) e pelo IDR (2001), a maior parte dos dados relativos à população são resultado quer de projecções quer de estimativas a partir dos dados dos censos ou então de estudos feitos a partir de amostragens.

<sup>102</sup> O MICS (Inquérito de Indicadores Múltiplos), cujo primeiro foi realizado em 1996 e o segundo em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística em Angola e o IDR (Inquérito sobre Despesas e Receitas dos Agregados Familiares), cujo último foi realizado em 2000/2001 também pelo Instituto Nacional de Estatística em Angola.

Mesmo os dados disponibilizados pelo último censo não foram objecto de uma análise sistemática, exceptuando-se o trabalho de Carneiro (1987) através do qual é possível aceder a uma caracterização da população da altura e dos acontecimentos que marcaram o crescimento urbano e as alterações a nível económico e social. As recolhas de dados mais recentes (MICS, 2001 e IDR, 2001) permitiram já a elaboração de algumas análises parciais<sup>103</sup>, embora algumas delas estejam incompletas e os dados se encontrem disponíveis apenas para um número restrito de organismos e instituições.

A população actual do país é estimada em 12,6 milhões de habitantes (PNUD, 1999), dos quais 50% concentrados em zonas urbanas e periurbanas. Em 1996 a população urbana constituía 32% da população total e em 1998, 43% (FMI, 1997). A população de Luanda e segundo várias estimativas ronda neste momento de 4 milhões de habitantes. E embora nenhuma das fontes possa ser precisa em relação aos valores absolutos, a diferença entre estes valores e os do censo de 1983 (população absoluta de 923.842 habitantes na cidade<sup>104</sup>) evidenciam claramente as proporções do crescimento observado. Kasack em 1996 estimava que existissem 1,3 milhões de habitantes em Luanda, Sousa (1998) estima que a população de Luanda seja de 2.150.000 habitantes em 1998 e o Banco Mundial, um ano depois, estima que a população se situe nos 3.413.555 habitantes (BANCO MUNDIAL & CERFE, 1999). No programa de acção de 1998 do Governo Provincial de Luanda estima-se que Luanda tenha mais de 3 milhões de

---

<sup>103</sup> Ver as comunicações apresentadas em Luanda na Semana Angolana de Estatística, (27 a 29 de Novembro de 2001) nomeadamente aquelas elaboradas pela UNICEF (não publicada), pelo Ministério do Planeamento (Estratégia de Redução da Pobreza), Ministério da Saúde (Análise de Alguns resultados do IDR sobre a Saúde), pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (As Implicações de Alguns Resultados do IDR para os Potenciais Utilizadores com Destaque para o MAPESS), baseadas na análise dos dados fornecidos pelo MICS e pelo IDR.

<sup>104</sup> CARNEIRO em 1987 e numa análise dos dados do censo considerava uma população total para aquilo que ele chamou de “cidade” de 876.337 habitantes porque não incluiu os municípios de Viana e do Cacucaco por apresentarem características acentuadamente rurais. Mesmo em relação à Samba ainda se mostrava relutante em incluí-la no perímetro urbano. Esta situação não se verifica na actualidade e Cacucaco e Viana fazem indubitavelmente parte da cidade (ver pp.51).

habitantes, mais de 1240 hab/Km<sup>2</sup>, um terço da população do país (GPL, 1998). Reforce-se mais uma vez que, embora estas estimativas apresentem valores algo diferentes, elas não deixam de fazer ressaltar o crescimento populacional exponencial que a cidade tem vindo a registar ao longo dos últimos anos.

O rápido crescimento populacional é resultado não só do crescimento natural mas também da migração de populações fugidas da guerra (em especial desde 1975), crescimento este que não foi acompanhado de um crescimento em termos de habitação planeada nem de infra-estruturas (KASACK, 1996:8). A forma rápida como se processou o aumento do número de habitantes na cidade (75% da população de Luanda vive actualmente nos musseques) bem como as diversas dinâmicas implicadas no processo de urbanização, configuraram a forma como a população se distribui no espaço. A densidade populacional nas áreas periurbanas varia entre os 500 e os 1000 habitantes por hectare e a distribuição da população por municípios é muito variada<sup>105</sup>, apresentando-se o do Rangel como o mais densamente povoado e o do Cacuaco como o que apresenta menor densidade.

*Densidade populacional média nos bairros de Luanda*

<b>Município</b>	<b>Densidade demográfica</b>
Ingombota	10.203
Maianga	6.409
Rangel	19.717
Sambizanga	8.675
Cazenga	6.313
Kilamba Kiaxi	1.834
Samba	79
Cacuaco	22
Viana	45
Província de Luanda	633

*Fonte: AMADO et. al. 1992:72 (segundo o censo de 1983).*

Algumas fases migratórias mais recentes podem ser tomadas em consideração como sendo as mais importantes: de 1945 a 1960, para além da chegada de numerosos migrantes provenientes de Portugal devido ao

<sup>105</sup> De acordo o censo de 1983, destacavam-se como zonas de maior densidade os municípios do Rangel e os musseques Cazenga, Prenda e Cuca (KASACK, 1996).

crescimento da exploração do café, assiste-se ao crescimento da população de Luanda através do aumento do número de migrantes provenientes de zonas do interior do país, em especial para fugir ao trabalho contratado<sup>106</sup> (ROBSON&ROQUE, 2002:25). Entre 1960 e 1974, com o crescimento económico que se registava e com o forte desenvolvimento industrial, a população migrante que chega a Luanda vem essencialmente à procura de melhores condições de vida, em especial à procura de trabalho. No período imediatamente a seguir à independência (1975-1981) assistem-se a alterações profundas quanto à composição da população da cidade: saem do país (e da cidade) quase todos os portugueses enquanto que permanecem os fluxos migratórios de populações de outras zonas de Angola, nomeadamente aquelas mais atingidas pelas guerras (com a África do Sul e com a UNITA e a FNLA) e pelo colapso da economia rural. Desde a década de 80 a esta parte assiste-se à intensificação das migrações em todo o país, mesmo de áreas de onde tradicionalmente não existia deslocação de pessoas para a capital e também a um importante movimento de regresso das populações que se haviam fixado no Zaire (actual República Democrática do Congo).

Este ritmo de crescimento populacional acelerado exerceu, também em termos crescentes, pressões a diversos níveis e em termos gerais proporcionou a degradação das condições de vida da população. Os indicadores demográficos espelham bem as condições em que vive a população angolana, evidenciando-se um nível muito baixo de desenvolvimento do país, sem a excepção da capital. Em Luanda, a taxa de mortalidade infantil representa a maior parte da mortalidade total (COLAÇO, 1986), sendo contudo de referir que nos municípios mais modernos e mais centrais ela é mais baixa do que na periferia. Nos últimos anos, parece existir uma tendência para a sua redução, segundo os valores oficiais.

---

<sup>106</sup> Trabalho efectivamente obrigatório em explorações agrícolas e noutros serviços. Este assunto é desenvolvido no capítulo IV desta parte.



### *Indicadores demográficos para Luanda*

<b>Indicador (ano)</b>	
Taxa de Mortalidade (PNUD, 1997)	124/1000
Taxa de Mortalidade Infantil > 5 anos (MICS, 1997)	292/1000
Taxa de Mortalidade Infantil (MICS, 1997)	164/1000
Taxa de Mortalidade Infantil (PIGVMN, 2001)	120/1000
Taxa de Mortalidade Materna (MICS, 1997)	1500/100 000
Taxa de fertilidade (FMI, 1997)	7,3
Taxa de Fertilidade (FMI, 2000)	6,7
Taxa de Crescimento Natural (FMI, 1997)	3,1%
Taxa de Crescimento Natural (FMI, 2000)	2,9%
Esperança de Vida (PNUD, 1999)	46.5 anos
Esperança de Vida (FMI, 2000)	47 anos

*Fontes: PNUD, 1997; PNUD, 1999; MICS, 1997; FMI, 1997; FMI, 2000, PIGVMN, 2001.*

Em termos de estrutura etária, a população em Angola é extremamente jovem: em 1997, aproximadamente 50% da população tinha menos de 15 anos (MICS, 1997) e em 1998 este valor decresce para os 45% (PNUD, 1999), segundo as estimativas. Este valor torna a revelar-se elevado em 2001, estimando-se que 49.8% da população tenha menos de 15 anos (IDR, 2001; MICS, 2001).

A guerra teve como grandes efeitos demográficos o aumento das taxas de mortalidade, do número de deficientes e mutilados<sup>107</sup>, do número de crianças órfãs e de situações de viuvez. O número de deslocados de guerra situa-se acima dos 3 milhões, tendo o maior número de deslocados sido acolhido em Luanda entre 92 e 93, anos que se seguem a um dos piores insucessos do processo de paz. Segundo o PNUD (PNUD, 1999), Luanda absorveu 725.000 desses 3 milhões de deslocados de guerra. Luanda é, dessa forma, uma cidade maioritariamente constituída por migrantes e seus descendentes.

A população que compõe a capital angolana na actualidade é, em grande parte, originária de outras províncias do país. A maior dificuldade, tanto no passado como mais recentemente, consiste em estabelecer distinções rigorosas no que diz respeito às áreas sociolinguísticas de Angola perante os

<sup>107</sup> Segundo uma declaração oficial do governo angolano de 2002 existem em Angola cerca de 4 milhões de deslocados, 100.000 os mutilados de guerra, 50.000 as crianças órfãs de guerra e 150.000 os desmobilizados e antigos combatentes (LOPES et. al., 2003). Outros valores, também oficiais (PIGVMN, 2001) apontam para um número significativamente menor de deslocados internos desde 1998 (1,6 milhões).

graus de transformações sociais, económicas, culturais diferenciados no tempo e em profundidade que não foram alvo de um acompanhamento em termos de pesquisa sociológica e antropológica. A composição da população por origem é actualmente muito variável, fruto da sobreposição de períodos de migração diferenciados e mesmo do próprio adensamento que propiciou o cruzamento e convivência no espaço de indivíduos e famílias oriundos de áreas geográficas diferentes. Esta interacção foi, ao longo dos tempos, “reforçada pelo predomínio da língua portuguesa nas cidades” (HODGES, 2002:41). Em 1973, as populações de língua kimbundo (74% do total) são maioritárias em todos os musseques, excepto no Sambizanga. Entre estes, os naturais de Luanda dominavam numericamente no Marçal e no Rangel. Os do Icolo e Bengo no Cemitério Novo e no Cazenga, os Malanjinhos na Calemba. Quanto às populações de língua umbundo (18%), ocupavam sobretudo o Sambizanga e outros musseques mais chegados ao porto marítimo, Mota e Lixeira, enquanto que os bakongo (6%) se localizavam principalmente no Rangel, no Mota e no Lixeira (MONTEIRO, 1973a)<sup>108</sup>. Estas distribuições no entanto podem apresentar alterações significativas desde esses anos a esta parte<sup>109</sup> e mesmo a percepção da distribuição da população por bairros evidenciada nos discursos é, de certa forma, diferente. Na cidade, a convivência próxima bem como a tendência para a adopção e partilha de modelos de vida urbanos comuns, contribuem em larga medida para a atenuação das diferenças em termos de origem ou culturais, o que se traduz igualmente na mistura e na convivência em termos espaciais.

A própria distribuição étnica de Angola não é facilmente delimitada e os levantamentos e caracterizações existentes apresentam algumas dificuldades, nomeadamente no que se refere à sua actualidade. Com mais de 20 anos de guerra prolongada, que implicou deslocações e realocações de grandes massas populacionais, não é líquido que o material fornecido pela

---

<sup>108</sup> Esta distribuição é ainda utilizada por CAHEN em 1989 (CAHEN, 1989b).

<sup>109</sup> Confirmar com CARVALHO (1997a), especialmente no que se refere ao levantamento que faz num trabalho de terreno num musseque e que, com um intervalo de apenas 5 ou 6 anos em relação a um estudo anterior, regista alterações significativas quanto à composição da população (CARVALHO, 1997a:137).

literatura da especialidade seja aplicável à época actual. Segundo as classificações clássicas, a distribuição das etnias e povos em Angola pode ser realizada através da delimitação de grandes grupos que apresentam traços culturais e línguas comuns ou próximas. No Norte do país (províncias de Cabinda, Zaire, Uíge) predominam os bakongos. Na zona de Luanda, Bengo, Kwanza Norte e no Norte de Malange, os umbundo. Os umbundos ocupam a parte Sul do país, as províncias de Benguela, Kwanza Sul, Huambo e Bié. Os tchokwe distribuem-se pelo Sul de Malange, pelas Lundas Norte e Sul e pelo Norte do Bié. Na zona da Huíla, para além de umbundos, encontram-se também nganguelas, nhaneca-humbe e hereros, sendo estes últimos a etnia predominante na província do Namibe. No Moxico coexistem tchokwe e nganguelas e estes últimos estendem-se também para a província do Kuando-Kubango. No Kuando-Kubango encontramos também, mais a Sul, xindongas. No Cunene, para além de nhaneca-humbe localizam-se também ambós.

Em termos de grandes zonas de origem dos fluxos migratórios para a capital, é possível considerar a existência de pelo menos quatro zonas distintas quanto à tradição de migração para a cidade. As províncias do Norte do país (Zaire, Uíge e Kuanza Norte) constituem um primeiro grupo mais ou menos uniforme não só no que toca à língua como no que se refere aos percursos históricos e militares das populações da zona, à história partilhada de migrações para o ex-Zaire e a sua proximidade e trocas mais frequentes que realizam com o país vizinho. Uma outra área, envolvente da cidade, é a província do Bengo, com grande tradição de migração para a cidade. No entanto, no que toca aos limites administrativos da mesma, ela apresenta algumas variações tanto ao nível da língua como a nível da influência cultural e social, estando cidades como Nambuagongo, por exemplo, muito mais próximas da área de influência das províncias do Norte do que da própria zona do Bengo. A zona Sul, integrando as províncias de Benguela, Huambo, Kwanza Sul e Bié, constitui uma outra com pontos de contacto comuns como sejam a língua, o afastamento da capital ou a influência mais prolongada da

UNITA nestas áreas. Uma outra zona considerada em termos de grandes grupos foi a do Sul/Leste que compreende as províncias mais a sul do país (Kuando-Kubango e Cunene), a província do Moxico para Sudeste, as Lundas Norte e Sul. São zonas mais afastadas da cidade de Luanda, com pouca tradição de migração para a cidade, muito embora não existam traços culturais que permitam considerar estas populações num mesmo grupo. Trata-se apenas de identificar um denominador comum relativamente à tradição e à frequência da migração para a capital de forma a utilizar os resultados do inquérito e das entrevistas realizadas nos bairros para caracterizar a população.

Em termos étnicos, existe alguma (mas não total) correspondência entre estas zonas identificadas e as áreas sócio-linguísticas de Angola. É possível, em traços largos, incluir os bakongo na zona Norte, os ambundo correspondendo às zonas de Luanda, Bengo, Kwanza Norte e Malange e, no Sul, considerar uma forte influência umbundo. As restantes zonas, incluídas no Sul/Leste, corresponderão a zonas de influência tchokwé, nhaneca-humbe, ambó e nganguela, que, em todo o caso, têm uma muito reduzida expressão quer no inquérito ou entrevistas realizados às famílias em Luanda quer em termos da população total.

No que respeita aos dados recolhidos junto de famílias em Luanda<sup>110</sup>, há que ter em conta que eles não são representativos e que a escolha dos entrevistados e inquiridos resultou de um exercício aleatório, anteriormente referido na explicação da metodologia. Se é possível partir do princípio que as províncias mais próximas de Luanda registam uma maior tradição de migração para a capital, em especial as províncias do Norte (excepto Cabinda), do Bengo e do Kwanza Sul e que as migrações de população do Sul são mais recentes, os resultados obtidos corroboram-no. Em todo o caso, a maior parte das pessoas originárias do Sul, por exemplo, foram entrevistadas no Bairro 11 de Novembro que é o mais antigo e o grosso das

---

<sup>110</sup> Através de inquérito e entrevistas no âmbito do projecto referido (ver parte relativa à metodologia).

migrações das províncias do Sul ocorre em épocas mais recentes. Segundo o senso comum e mesmo alguns estudos aí realizados (LUKOMBO, 1997), no Bairro Rocha Pinto a grande maioria dos moradores é originária do Norte do país e da vizinha República Democrática do Congo e os dados obtidos por exemplo através das entrevistas apontam neste sentido.

*Naturalidade dos chefes de família por bairro (entrevistas)*

	Norte	Bengo	Sul	Sul/Leste	Luanda	Outras	NS/NR	Total
<b>11 Novembro</b>	12	7	1	0	2	2	2	26
<b>Boa Esperança</b>	12	4	5	0	0	0	7	28
<b>Rocha Pinto</b>	7	1	3	3	7	0	5	26
<b>Total</b>	31	12	9	3	9	2	14	80

Nos inquéritos as proporções são similares, notando-se no entanto mais claramente o maior número de pessoas originárias do Norte no bairro Rocha Pinto, um menor número de originários do Bengo no Rocha Pinto. Repare-se ainda na menor proporção de pessoas nascidas em Luanda no Boa Esperança e uma maior proporção no 11 de Novembro. Ou seja, quanto maior o conjunto considerado mais se evidenciam as características correspondentes à percepção geral da distribuição da população na cidade.

*Zona onde nasceu (inquéritos)*

	11 Novembro	Rocha Pinto	Boa Esperança	Total
<b>Luanda</b>	19	19	8	46
<b>Norte</b>	100	183	95	378
<b>Centro/Sul</b>	4	22	57	83
<b>Leste e Sul</b>	0	11	2	13
<b>Estrangeiro</b>	4	12	4	20
<b>NS/NR</b>	2	8	7	17
<b>Total</b>	129	255	173	557

A maior parte dos entrevistados é originária das províncias do Norte do país o que, comparando com os dados do inquérito e com os dados do recenseamento, mostra que as províncias mais próximas da capital fornecem o maior número de efectivos à composição actual da população. No Bairro Boa Esperança não foi entrevistado nenhum chefe de família que tenha nascido em Luanda e esse dado parece consonante com o facto de o bairro ser recente e acolher principalmente pessoas oriundas de outras províncias. A análise da origem da população e a sua relação com determinado bairro ou

zona da cidade bem como o questionamento sobre a importância deste factor aos habitantes dos bairros revela que é cada vez menor a importância atribuída a estes aspectos. Uma das explicações possíveis reside na sucessão de movimentos migratórios e fixação de populações nos bairros, cuja multiplicidade e variedade proporcionou o cruzamento e mistura no espaço de pessoas de origens diversas. Em todo caso, podem continuar a existir ideias, entre os habitantes da cidade e mesmo entre os analistas, de que a um determinado bairro corresponde uma determinada maioria com origem comum<sup>111</sup>.

Mas a própria questão da origem de cada um ou das famílias adquire uma cada vez menor importância perante as pressões exercidas pelos modelos urbanos. O tempo de permanência na cidade, mais longo no caso dos bairros mais antigos e mais recente nos bairros que se formaram há menos tempo, corresponde a diferentes níveis de integração dos valores e práticas urbanas no quotidiano, sendo contudo notória a tendência para a atenuação das diferenças e para a confluência para um modelo comum.

A maior parte dos inquiridos veio para a cidade depois de 1975, ano da independência (65%), enquanto que 15% vieram antes dessa data ou sempre viveram em Luanda. 19% dos inquiridos vem para a cidade após 1992, ano das eleições multipartidárias.

*Data de chegada a Luanda de todos os membros dos agregados (inquiridos)*

	Antes de 1975		Depois de 1975		Depois de 1992		NS/NR	Total
<b>Boa Esperança</b>	95	8%	762	62%	350	29%	15	1222
<b>Rocha Pinto</b>	207	11%	1409	74%	281	15%	5	1902
<b>11 Novembro</b>	331	33%	590	58%	74	7%	23	1018
<b>Total</b>	633	15%	2761	67%	705	17%	43	4142

<sup>111</sup> Ver por exemplo ALEXANDRE, J. (1997:131-2) quando refere que no Kikolo predominam os ovimbundo, nos bairros Petrangol, Mabor, Palanca e Rocha Pinto os bakongo ou zairenses, no Cazenga os malanjinhos e nos bairros Rangel, Prenda e Sambizanga, os luandenses ou ambundo (de língua kimbundo).

Nas entrevistas os valores percentuais não são muito diferentes: 30% dos entrevistados sempre viveu em Luanda ou vive aí desde antes da independência, 36% chegaram nos anos entre a independência e 1992 e 20% após 1992. Em termos de bairros estes números apresentam algumas variações. Em termos gerais, as datas de migração dos entrevistados do Boa Esperança são mais recentes enquanto que no Rocha Pinto ou no 11 de Novembro se encontra um maior número de pessoas que mais cedo vieram para Luanda.

*Períodos de migração para Luanda (entrevistas)*

	Antes de 1975		Entre 75 e 92		Depois de 1992		NS/NR	Total
<b>Boa Esperança</b>	2	7%	13	46%	10	36%	3	28
<b>Rocha Pinto</b>	11	42%	8	31%	2	8%	5	26
<b>11 Novembro</b>	11	42%	8	31%	4	15%	3	26
<b>Total</b>	24	30%	29	36%	16	20%	11	80

Segundo o IDR 2001, a maior parte das pessoas migraram para Luanda depois das eleições de 1992 (47,1%), seguindo-se as pessoas que migraram para Luanda entre a independência e as eleições de 1992 (33%). Apenas 9,9% dos inquiridos migraram para a cidade antes da independência<sup>112</sup>. As razões para a migração para Luanda prendem-se, segundo o IDR 2001, com a guerra (41,8%), com a necessidade das pessoas se juntarem à família (40,7%), com questões relacionadas com o trabalho (10,6%) e, nos restantes casos, com situações muito específicas.

No inquérito utilizado neste estudo, é referido, pela maior parte dos inquiridos, que a razão principal da tomada de decisão de migrar para a cidade se prende com a guerra ou com a falta de segurança, seguida da procura de trabalho ou de melhor trabalho. As razões por que estes migrantes não regressam à terra de origem têm também que ver, principalmente, com a guerra que persistia fora de Luanda, à data do inquérito e com o facto de grande parte das pessoas se ter integrado economicamente: 130 chefes de

<sup>112</sup> O IDR considera ainda a existência de um outro período relevante, desde a independência à morte de Agostinho Neto (1979) durante o qual a migração para Luanda correspondeu a 12,7%. Este dado está incluído nas percentagens apresentadas acima.

família no inquérito (23%) declaram não regressar às áreas de origem porque têm trabalho na cidade.

As relações que se mantêm com a terra natal restringem-se a visitas por temporadas relativamente curtas (férias, fins-de-semana) e à participação em cerimónias específicas. A percentagem dos indivíduos e famílias que mantêm as suas terras agrícolas no campo (9% do total de chefes de família) é menor no bairro 11 de Novembro, o que pode indiciar que as populações que mais cedo migraram para a cidade foram gradualmente perdendo os laços com a terra natal ou pelo menos desinvestiram em actividades económicas agrícolas aí. Mas esta é apenas uma hipótese e, como foi frisado anteriormente, a integração urbana e as transformações no sentido da urbanidade deverão ser analisadas sob vários ângulos.

A população de Luanda na actualidade caracteriza-se pelo crescimento rápido e pela mistura de pessoas originárias de diferentes regiões do país. Associada a esta mistura, regista-se uma intensa interacção de indivíduos e grupos possuindo diferentes graus de integração no meio urbano, devido aos diferentes tempos de permanência na cidade. A diferença étnica tende a esbater-se na cidade muito à custa da recomposição social dos grupos em termos de uma maior ou menor integração no modelo urbano e em redes de solidariedade poucas vezes baseadas na etnia. Mas se a questão das origens se encontra minimizada, a concentração exacerbada de população contribui para o agravamento das condições de vida em geral.

Se a jusante, a pobreza é a característica que mais fortemente se evidencia a um nível mais abrangente, o crescimento populacional e as consequências a vários níveis que ele implicou têm como causa principal as migrações provocadas pela guerra. Para além da degradação das condições de vida em geral e do bem-estar, o contexto socioeconómico angolano dos últimos anos propicia a existência de um estado geral de insegurança, incertezas e riscos



múltiplos que constituem um desafio às capacidades de sobrevivência e de reprodução da população.

## 2. Implicações socioeconómicas do crescimento

Perante os indicadores demográficos, não é de estranhar que a percentagem da população a viver abaixo da linha de pobreza seja muito elevada, o mesmo acontecendo com a população a viver em pobreza extrema. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para Angola em 1998 é de 0,34 (156º lugar) e em 1999 de 0,45 (PNUD, 1999; PNUD, 2000). O IDH para Luanda é, em 1998, 0,41 (PNUD, 1999) o que pode ser revelador de melhores condições de vida na cidade. Segundo o PES<sup>113</sup> em 1994, 82,5% da população angolana vive em pobreza absoluta ou relativa<sup>114</sup>. Para o INE (Instituto Nacional de Estatística) em 1995, 67% da população vive abaixo da linha de pobreza relativa, dos quais 13,4% em situação de pobreza extrema (PNUD, 1999; PEREMP, 1998). Em 1997, 61% da população vivia abaixo da linha de pobreza e 10% desta vivia em pobreza extrema (PNUD, 1997), o que pode revelar um agravamento da pobreza. A pobreza é um fenómeno generalizado, afectando todos os grupos socio-económicos, estratos sociais e regiões urbanas (SOUSA, 1996)<sup>115</sup>. Os agregados com baixo nível de rendimentos pertencem, em termos de actividade económica principal, tanto ao sector formal como ao informal e os agregados mais pobres gastam uma maior parte do rendimento em alimentação (40% para HUNT em 1991 e 77% para SOUSA em 1996) enquanto os que têm rendimentos mais altos apenas gastam 26.2% (BENDER & HUNT, 1991), o que é revelador das situações-

---

<sup>113</sup> Programa Económico e Social do governo angolano. Os principais programas de política económica e social após o SEF (Saneamento Económico e Financeiro, 1987) foram o PRE (Programa de Recuperação Económica 1989/90), o PAG (Programa de Acção do Governo, 1990), o PES (1994, 1995 e 1996), o LFAG (Linhas de Força de Acção do Governo, 1996), o PPES97 (Programa de política Económica e Social de 1997) e o PEREMP (Programa de Estabilização e Recuperação Económica a Médio Prazo, 1998-2000).

<sup>114</sup> Compare-se com os dados de 91, onde se calculava que 29,8% dos indivíduos viviam abaixo da linha de pobreza e que 5.8% estavam abaixo da linha de pobreza extrema (BENDER & HUNT, 1991).

<sup>115</sup> Com base num inquérito realizado em 1995 nas cidades de Luanda, Cabinda, Benguela, Luena, Lubango e Lobito a 5783 agregados familiares.

limite a que estão sujeitos a maior parte dos pobres. Entre os grupos mais pobres outras vulnerabilidades são ainda de salientar como o baixo nível de emprego, o peso do trabalho feminino, a habitação de fraca qualidade e sobrelotada ou dimensão das famílias acima da média (BENDER & HUNT, 1991).

A guerra civil em Angola, que dura cerca de 30 anos, é sem dúvida o factor que mais fortemente condiciona e configura as situações urbanas da actualidade, com resultados a nível económico e social que importa colocar em evidência. Independentemente das causas da(s) guerra(s) e dos desenvolvimentos que se registaram (que não são aqui analisados), revelou-se importante incluir uma reflexão sobre os seus efeitos em termos da população deslocada para a capital que ela envolve, em termos da consequente urbanização acelerada, na tentativa de traçar o quadro socioeconómico geral onde se inserem os habitantes da cidade.

A análise das causas e dos desenvolvimentos da guerra angolana constitui um dos temas que mais tem suscitado a elaboração de reflexões por parte de diversos estudiosos e constitui um tema sempre actual e preocupação central, destacando-se neste conjunto trabalhos como os de Messiant e Cahen. Em termos gerais, estes estudos sobre o conflito armado põem em evidência, entre outros, o papel fulcral que desempenhou a crescente oposição entre as forças sociais implicadas no conflito desde os anos 50. Desde esses anos a esta parte um complexo de relações sociais e culturais indissociáveis se foi constituindo de modo a configurar a realidade actual (CAHEN&MESSIANT, 1989). Desta forma, estas explicações colocam cada vez mais de lado as perspectivas que até recentemente sublinhavam a clássica oposição Ocidente-Leste ou as divisões étnicas como causas principais do conflito. É a estruturação social que se começa a delinear nos anos 60 que vai, grosso modo, conduzir a uma distinção em termos da constituição dos partidos políticos em Angola. Em termos muito genéricos, pode considerar-se ter existido uma representatividade dos bakongo

urbanizados na FNLA, dos ovimbundo novos assimilados<sup>116</sup> na UNITA, dos ambundo crioulos e novos assimilados no MPLA (MESSIANT, 1989).

Facto constatável actualmente por grande parte dos analistas é que em Angola, nenhum dos partidos armados (que entretanto se revelaram dominantes) tem atribuído prioridade às questões relativas às dinâmicas sociais e às transformações, constituindo a guerra a principal preocupação. Esta centralidade da guerra reflecte-se também na constituição elites ligadas ao(s) poder(es) e na estruturação social de base política (que, em todo o caso, comporta apenas um reduzido número de elementos). Os dois poderes, cujos empenhos e desempenhos “não tiveram em conta a sociedade nem permitiram o entendimento entre si, desdobraram-se em duas organizações com lógicas e ambições hegemónicas, os dois poderes únicos, consolidando o bicefalismo que caracterizou a política angolana até aos nossos dias. A UNITA, um partido armado, arrogante e ameaçador, fazendo planar uma ameaça de guerra, deslocada culturalmente da evolução da sociedade que já conhecera este tipo de legitimação através do colonialismo. Já o MPLA aproveita para utilizar a sua posição para se dar a ver como um poder virado para a paz, utilizando os recursos do Estado bem como a sua influência em meio administrativo” (MESSIANT, 1995b). Esta oposição é considerada também a causa do surgimento e consolidação de linhas de acesso a posições socialmente mais favoráveis, quer de um lado quer do outro.

Para além destas possibilidades criadas em termos de estruturação social através da guerra e da estruturação política que se foi delineando e consolidando, as implicações em termos sociais da guerra são de diversas ordens, salientando-se sem dúvida a migração forçada de milhares de pessoas do meio rural para as cidades. Com um total de deslocados, refugiados, militares e outras vítimas de guerra que representa cerca de 15%

---

<sup>116</sup> O termo “assimilado” refere-se aos naturais de Angola (de origem não europeia) que cumpriam uma série de requisitos objectivos como o trabalho assalariado, o acesso à educação e outros menos objectivos como a adopção de comportamentos e estilos de vida mais europeus. O reconhecimento do estatuto de assimilado era feito pelas autoridades coloniais. Mais adiante esta questão é retomada.

da população, vários problemas sérios se verificam na economia e estrutura social angolana, como a redução da população rural e da produção de bens alimentares agrícolas, a dependência da ajuda humanitária, a sobrepopulação das cidades, o elevado nível de despesa militar, a militarização da cultura e da sociedade, a ruptura dos sistemas tradicionais de coesão social, o crescimento do crime e banditismo (HODGES, 1996).

Se em 1960 a migração para as cidades em Angola parece ter como causa principal a atracção que exercem a vários níveis os meios urbanos e a repulsão que o trabalho forçado provoca, actualmente semelhante dualidade de causas pode ser estabelecida: por um lado, um movimento de atracção a nível económico, social que as cidades (em especial Luanda) continuam a exercer sobre as populações e por outro (mas em conjugação) um movimento de repulsão das populações das áreas afectadas pela guerra. Em termos das consequências que estes movimentos provocam na cidade, salientam-se, ao nível social, recomposições significativas a diversos níveis e, ao nível económico, o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento no sector informal, resultado, entre outros, do aumento dos níveis de desemprego e das reconfigurações em termos económicos relativamente rápidas.

A guerra é o factor normalmente considerado como causa principal das dificuldades económicas que o país tem atravessado desde a independência, não se sabendo se o seu final será condição suficiente para o desenvolvimento económico do país já que os seus impactos ocorreram quer a nível económico quer a nível social, em alguns aspectos de forma profunda. Em conjugação com a guerra, durante as últimas décadas as medidas económicas (e sociais, em menor escala), surtiram também efeitos nas condições de vida das populações e nas estruturas sociais<sup>117</sup>. Mas nem sempre a guerra é apontada como a causa primeira da estagnação

---

<sup>117</sup> Não tanto o cumprimento de um programa global ao nível económico mas pelo menos a implementação de medidas inseridas nesses programas como as dispensas do sector público ou as medidas a nível cambial (HUNT, 1991).

económica ou de sectores-chave do desenvolvimento, como é a indústria (FERREIRA, 1999) mas é antes preferida a explicação que vê os impedimentos ao desenvolvimento como resultado da inadequação das políticas e práticas em termos económicos, mesmo em tempo de guerra. Para alguns analistas, resolvidas algumas incoerências no domínio da política de importações, na definição de um quadro institucional adequado, no desenvolvimento dos mercados e na evolução da indústria transformadora existem motivos para supor que existem condições para que possa haver uma reactivação significativa da actividade industrial de Angola.

O desenvolvimento económico de Angola, desde a independência, pode ser analisado de acordo com alguns factores mais importantes que o condicionam: o legado económico, a integração na economia de mercado e a guerra civil. Junte-se a estes o facto de na actualidade a indústria do petróleo ser o pilar da economia angolana, o que a torna particularmente vulnerável ao mercado mundial (LOPES et. al., 2003). A um nível global, a situação económica do país não é das mais favoráveis e a ao nível dos rendimentos da população as actividades produtivas ou geradoras de rendimento foram forçosamente adaptadas à situação macroeconómica. O sector formal da economia em Angola não é o mais dinâmico nem aquele onde se geram e circulam os bens e os capitais que permitem a sobrevivência da população. Não é este sector que absorve a maior parte da população activa nem aquele onde se geram os rendimentos a que a maioria das famílias e indivíduos têm acesso. A população activa (com mais de 10 anos) compreende 1.017.000 pessoas em 1998, sendo a taxa bruta de actividade 66% e estando 44% desta população activa integrada no sector formal da economia (SOUSA, 1998).

A economia de Luanda caracteriza-se por uma diversificação que engloba a indústria e uma actividade comercial intensa e extensa bem como um sector de serviços bastante importantes em termos económicos (LOPES et. al., 2003). Em termos de estrutura económica da cidade e da correspondente

diferenciação social a ela associada, é possível delimitar, em traços gerais, a existência de um sector sustentado por uma economia de renda oriunda da exploração dos recursos naturais (petróleo e diamantes) constituído por uma muito reduzida elite; um sector formal que integra essencialmente uma camada urbanizada e com um certo nível de qualificação profissional; e um sector informal que, apesar de atravessar todos os estratos sociais, tem maior expressão nas actividades do pequeno comércio que sustentam a larga camada de indivíduos e famílias com menores recursos. Neste último incluem-se quer as actividades comerciais de pequena escala quer algumas empresas que ao longo dos últimos anos se foram constituindo.

O sector informal tem registado uma crescente concentração de actividades no comércio e serviços e particularmente no comércio a retalho, uma vez que este exige menor capital inicial, não exige qualificações técnicas específicas e proporciona custos de oportunidade menos elevados (LOPES et. al., 2003), o que faz com que seja aquele a que mais rápida e facilmente se adaptam os migrantes. Entre os sectores formal e informal estabelecem-se, em todo o caso, intersecções e complementaridades que tornam muitas das vezes difícil a tarefa de categorizar as actividades económicas desenvolvidas pelos indivíduos (RODRIGUES, 1997; LOPES et. al., 2003)<sup>118</sup>. O sector informal é predominante em termos de actividades económicas e em termos de rendimentos: 34.5% dos agregados dependem do trabalho desenvolvido no sector informal (SOUSA, 1996). A taxa de desemprego (formal) representa uma média de 45% e os agregados com rendimentos mais altos estão menos dependentes das fontes de rendimentos fixos (salários).

Há, contudo, que ter em linha de conta que os elementos que servem de base a este tipo de análises se baseiam em indicadores estatísticos clássicos como emprego e desemprego, dificilmente fiáveis em África. A própria noção de desemprego é de difícil definição com precisão nas cidades da África negra e nesse ponto as estatísticas são notoriamente falíveis (VENNETIER,

---

<sup>118</sup> Ver a parte relativa às actividades económicas.

1991:207)<sup>119</sup>. Do mesmo modo, a análise da distribuição da população por actividades económicas pode ser influenciada pelas actividades declaradas pelos indivíduos que podem não corresponder quer àquelas que são efectivamente desempenhadas quer aos critérios de classificação vulgarmente utilizados. Acrescente-se a esta dificuldade o facto de não ser possível, nestes contextos, fazer uma avaliação quantitativa dos rendimentos – oficiais ou não – dos agregados familiares (CANEL et al., 1990:36).

De qualquer forma e devido a múltiplos factores, é inevitável que o desemprego e o subemprego sejam um traço constante da economia urbana (VENNETIER, 1991:208). Mas os recursos das famílias não são felizmente constituídos unicamente pelo salário ou pelos ganhos dos chefes dos agregados familiares (VENNETIER, 1991:211). As actividades do sector primário podem assegurar uma auto-subsistência parcial e as actividades no sector informal podem ser, em grande parte dos casos, se não a única, pelo menos a mais importante fonte de rendimentos das famílias.

As novas tendências das economias urbanas africanas nos anos 90 encontram-se moldadas por um processo de mundialização (que, no entanto, ocorre em simultâneo com o desaparecimento dos empregos no sector moderno ou formal nas grandes cidades) e por outro lado por um processo de marginalização marcado pela progressão massiva do sector informal (ROGERSON, 1997). O traço mais característico da economia urbana em África é sem dúvida a multiplicidade de fontes de rendimento com origem no sector informal, especialmente aquelas relacionadas com o comércio, a prestação de serviços e artesanato de recuperação (materiais de desperdício que são transformados) (VENNETIER, 1991:211). Luanda, por altura da independência, tem já constituído um sector formal importante devido à supressão do trabalho forçado que facilita o êxodo rural, o surgimento de uma

---

<sup>119</sup> Uma distinção deverá ser feita em relação: - aos verdadeiros desempregados (trabalhadores que perderam o emprego e que procuram outro em vão), - aos sem emprego (que nunca tiveram um até ao momento), - os desempregados disfarçados (trabalhadores ocasionais ou altamente sub-empregados, os vendedores de micro-retalho, etc.) (VENNETIER, 1991:207).

classe operária e um proletariado numerosos (CAHEN, 1989b). Esta tendência, no entanto, inverte-se a partir desta altura e inicia-se um processo de crescimento do sector informal, também impulsionado pelo sistema económico de planeamento central, até atingir a dimensão actual.

O sector informal desempenha, portanto, um papel muito importante na economia urbana de Luanda e a preocupação central dos habitantes é a da luta constante pela sobrevivência (KASACK, 1996). E este facto é constatável no dia-a-dia e através da análise da repartição dos esforços dos indivíduos, em tempo e empenho. Este sector não surge numa época precisa e sofreu algumas alterações ao longo das últimas décadas, havendo que distinguir o sector informal clássico – que existe há já mais de 20 anos e que engloba actividades como a pesca, o artesanato artístico, a carpintaria, a mecânica automóvel, entre outras – e o sector informal de sobrevivência, mais recente<sup>120</sup> que compreende actividades mais ligadas ao comércio, à indústria alimentar, aos transportes e à prestação de serviços (AMADO & ADAUTA, 1995). Por outro lado, a análise económica deverá ter ainda em conta a distinção entre uma economia não-oficial urbana e uma economia não-oficial rural, que, embora possam apresentar alguns traços em comum, diferem em termos da importância que assume a primeira na estrutura económica de todo o país.

Alguns aspectos de cariz social e cultural podem ajudar a compreender o fenómeno da expansão do sector informal para além das condicionantes em termos da economia nacional e das transições políticas dos últimos anos. O sistema tradicional atravessa e configura o modo como são desenvolvidas as actividades comerciais e este facto prende-se com a influência que têm o sistema religioso (CASTRO HENRIQUES, 1993), as redes de solidariedade, o capital social, a organização da família e as estratégias de sobrevivência (COSTA & RODRIGUES, 2001). A economia não-oficial em África entronca as suas raízes numa realidade múltipla de padrões sociais, culturais e

---

<sup>120</sup> 40% dos negócios no sector informal foram criados nos últimos 5 anos (ADAUTA, 1998).



económicos africanos e europeus, acrescentando-se em Angola um terceiro relativo ao sistema económico socialista. Assim, em Angola regista-se uma prevalência nas zonas rurais de sistemas económicos tradicionais, essencialmente ligados ao autoconsumo das famílias, e nas zonas urbanas do socialista e do capitalista.

As causas da informalidade são também diferentes: no meio urbano prendem-se com estrangimentos externos exercidos sobre a economia e no meio rural combinam factores de natureza económica e factores de ordem cultural. Mas nos centros urbanos a informalidade económica representa um certo estado de hibridéz combinando o sistema tradicional, o sistema moderno de organização da economia e a fuga intencional às regras da economia (QUEIROZ, 1996).

Vários períodos podem ser distinguidos no que respeita aos percursos da economia informal em Luanda durante as últimas décadas. Nos anos que se seguem à independência, a escassez de recursos, conjugada com o surgimento de oportunidades de apropriação de rendas impulsiona a generalização das actividades comerciais não oficiais (LOPES, 2001), consolidando aquilo que na altura se vai denominar de mercado paralelo (HODGES, 2002:54), que pressupõe o desenvolvimento de “esquemas” por parte dos indivíduos e das famílias para fazer face às novas situações económicas (RELA, 1992). Desde essa altura a esta parte, o sector informal tem vindo a crescer, em número e em actividades, contribuindo para tal “o fluxo migratório permanente (...), efeitos das distorções geradas pelo sistema centralizado e estatizado de organização económica, elevadas taxas de desemprego e de inflação, esvaziamento do papel dos salários como garante da subsistência das famílias, diminuição progressiva da provisão de bens e serviços públicos por parte do Estado, políticas macroeconómicas produtoras de mecanismos de apropriação de riqueza e recursos por parte de determinados grupos sociopolíticos” (LOPES et. al., 2003).

No que diz respeito às empresas do sector informal, mais de 70% destas<sup>121</sup> têm mais de três anos de actividade, sendo que dentro deste grupo 39% das empresas possui mais de 10 anos de actividade. Os principais sectores de actividade (75%) são a indústria (36%), os serviços (26%) e o comércio (14%). A maior parte dos proprietários (65%) a nível nacional não possui qualquer tipo de filiação profissional ou associativa, registando-se uma maior percentagem de associativismo apenas em Luanda (50%). Estes empresários/empresas, apesar de possuírem autorização para o exercício da actividade (67%), utilizam em menor percentagem uma conta bancária (39%) e apenas 19% possui contabilidade organizada. Apenas 3% tem acesso ao crédito. Nestas empresas do sector informal predominam os homens (5 para cada mulher) no que respeita à força de trabalho. Neste sector abunda o número de empregados familiares não remunerados (6%), sendo a maior parte dos empregados remunerados (79%).

Em todo o caso, o sector informal em Luanda (e em Angola) não é essencialmente constituído por estas empresas. Grande parte das actividades não estão registadas, não possuem contabilidade organizada e nem sequer são objecto de uma autorização de exercício da actividade. Esta diferença condiciona os valores acima referidos, sendo de salientar que as maiores diferenças se situam em termos do predomínio (metade) das mulheres neste sector (SOUSA, 1998)

Uma outra característica importante deste sector informal e que interessa aqui referir prende-se com a sua tendência, nos últimos anos, para o aumento das actividades consideradas “ilegais”<sup>122</sup>. Uma das explicações para este facto pode estar relacionada com a conjugação da pressão demográfica

---

<sup>121</sup> Neste caso referem-se empresas tendo como base os dados obtidos através de um inquérito realizado a nível nacional pelo MAPESS (2000). Estas empresas informais incluem também actividades denominadas industriais, essencialmente a produção a pequena/média escala.

<sup>122</sup> Em princípio, o não cumprimento das regras formais de funcionamento económico pressupõe que todas estas actividades sejam “ilegais”. O termo é aqui utilizado antes no sentido proposto por LOPES et. al., 2003 e inclui actividades como o tráfico de droga, contrabando, mercado paralelo de divisas, prostituição infantil, entre outras.

com a preponderância do desempenho de actividades geradoras de rendimento no sector informal pela população economicamente activa, o que permite a obtenção de lucros cada vez mais reduzidos. O recurso a actividades mais rentáveis (mas “mais ilegais”) impulsionadas por uma certa saturação dos mercados poderá ter conduzido à opção por áreas que implicam maiores riscos mas que possibilitam o acesso a maiores margens de lucro.

Para alguns especialistas, as actividades não-oficiais são portadoras de um potencial que pode ser direccionado no sentido do desenvolvimento económico e social através de um enquadramento institucional adequado (QUEIROZ, 1996)<sup>123</sup>. Permanecem contudo algumas dúvidas quanto à sua sustentabilidade num contexto internacional de tendências contrárias e quanto à possibilidade de permitir à população dele dependente alcançar níveis superiores à subsistência simples. A incidência do mercado paralelo na ordem económica atravessa momentos diferentes em Angola que ora implicam soluções administrativas e policiais para o combater (durante o socialismo) ora é alvo de despenalização dessas práticas e alargamento da iniciativa privada a vários sectores (com o SEF e outros programas). O mercado paralelo teve implicações jurídicas e éticas ao nível nacional (QUEIROZ, 1996) e actualmente a inversão desta tendência é alvo de muitas incógnitas.

“O sector informal está contido na esfera étnico-familiar que garante a sua sobrevivência” (SOUSA, 1998). O sector informal em Luanda é dominado pela mão-de-obra feminina, por agentes económicos na sua maioria analfabetos, com uma média de idades mais baixa que a do sector formal; apresenta as menores taxas de desemprego, é dominado por um bom número de independentes, com a mais baixa taxa de salarização (os não assalariados representam 74%); é o primeiro gerador de emprego na

---

<sup>123</sup> Já no início dos anos 90, alguns analistas consideravam o sector informal como o que demonstrava maior potencial para o emprego e para o aumento dos rendimentos (BENDER & HUNT, 1991).

economia luandense e o albergue da família alargada (sustenta quase 55% das famílias em Luanda). No entanto, é o sector que apresenta as maiores taxas de pobreza: entre 56% e 68% das famílias. Os ramos de actividade da alimentação, transportes e outras indústrias são os que possibilitam maiores rendimentos médios (ROCHA, 1998).



**Fonte: SALVADOR, 2003**  
**Laboratório de análises**  
**clínicas**

As condições objectivas a nível urbano, em articulação com as condições gerais e específicas em que se encontra a economia, concorrem para o estabelecimento de novas formas de organização e estruturação social cujos desenvolvimentos são mais acentuados nas últimas décadas. A inserção da população no meio urbano rege-se essencialmente pelas condicionantes em termos físicos e económicos que por sua vez geram níveis diferentes de resolução das questões relacionadas com a adaptação aos novos modelos. Em termos do crescimento urbano, importa reter que este processo decorre, ao longo dos últimos anos, de forma rápida e exponencial, pressionando os habitantes a uma adaptação constante às novas situações. No que diz respeito à economia e às formas de integração económica, são igualmente assinaláveis as mudanças que ocorrem em poucas décadas e que condicionam a vida e as estratégias das pessoas. A principal transformação registada e incorporada em termos sociais, em grande parte condicionada pelo crescimento urbano e pelas mudanças económicas, diz respeito à alteração dos padrões e modos de vida das populações que regularmente chegam à cidade e com os diferentes graus de integração em meio urbano que se estabelecem, contribuindo para o estabelecimento de diferentes posições sociais.

## **CAPÍTULO II: Transformações Sociais em Luanda**

Com o crescimento populacional rápido de Luanda, a estrutura e a composição da população sofreram, nas últimas décadas, transformações consideráveis. As formas de integração da população migrante na capital foram diversas e na maior parte das vezes resultado de variações significativas em espaços de tempo relativamente curtos, o que nem sempre permitiu que as reestruturações e recomposições sociais se tornassem visíveis ou marcadas. Em termos da situação actual, é possível definir a existência de uma realidade atomizada de grupos constituídos com base nas suas redes de solidariedades ao mesmo tempo que se esboçam novos contornos no que diz respeito à constituição de modelos mais e menos urbanos, relacionados com a integração das pessoas na cidade que tendencialmente criam estratos sociais amplos diferenciados.

Neste capítulo são analisadas as tendências em termos de organização e estruturação social bem como os indicadores do modelo urbano que se torna cada vez mais evidente. Partindo do princípio de que as formas de integração no meio urbano se encontram associadas à própria integração na “modernidade” e que neste âmbito a actividade assalariada constitui um dos elementos centrais, são analisadas as formas como a modernidade assume significados e gera práticas adaptadas às condições objectivas da sociedade e da economia. Nem todos os aspectos que definem os contornos do modelo urbano actual são analisados e apenas os relacionados com as actividades económicas e com as famílias são desenvolvidos de forma mais aprofundada, de modo a entender as tendências relativas às estratégias familiares e, em especial, às actividades económicas. Esta análise apoia-se nas investigações existentes sobre estas temáticas e, de forma mais substancial, nos resultados obtidos através dos inquéritos e das entrevistas realizadas junto das famílias em Luanda.

## 1. Recomposição Social

Os múltiplos processos de recomposição social que se têm registado em Luanda nos últimos anos podem ser melhor entendidos através da delimitação de pelo menos três fases distintas no que diz respeito aos sistemas socioeconómicos que lhes servem de base: o período colonial, o período pós-colonial e de economia centralizada e o período que se consolida com transição para a economia de mercado. Durante estas fases, as transformações sociais são atravessadas fundamentalmente pelo fenómeno da modernidade que condiciona e molda as ideologias e as práticas e que se revela de forma mais notória nos meios urbanos. A colonização portuguesa representa, de uma forma geral, a introdução e a disseminação do modelo ocidental e da modernidade, sendo os seus efeitos, na sociedade angolana, sentidos a níveis, intensidades e períodos de forma diferente.

Apesar desta diversidade, este período caracteriza-se essencialmente pela génese e consolidação de grupos sociais constituídos e configurados em função das suas relações com a colónia. Luanda era no século XVIII uma cidade cuja existência dependia da situação geo-estratégica em relação a um interior fornecedor de mão-de-obra e em relação à procura desta no espaço atlântico. Desde esta altura que se verifica a existência de cooperação das elites africanas com a metrópole que se aproveitaram do comércio atlântico para o fortalecimento dos seus poderes (VENÂNCIO, 1996:188). Mesmo verificando-se a existência de alguma resistência cultural, esta não foi suficientemente forte para evitar a “alienação cultural” dos grupos dirigentes que acabam por partilhar a divisão internacional de trabalho da economia-mundo europeia (VENÂNCIO, 1996:188). O sistema económico neste período, que associa o modo de produção de subsistência com o modo de produção capitalista, fundamenta a constituição dos grupos sociais de maior expressão – os europeus, os africanos e os africanos integrados na

colónia<sup>124</sup> – cujos critérios de definição se baseiam não só a posição económica mas também na origem geográfica.

No que diz respeito à sociedade africana em Luanda no último quartel do século XIX, a expansão comercial acelerou as tendências para a mudança social à custa das estruturas de poder mais antigas. Ao contrário do tráfico de escravos, o comércio preferencial de novos produtos não era susceptível de controlo por parte dos sobas ou dos moradores e intermediários negros e mestiços mais poderosos, o que permitiu o alargamento e crescimento de uma camada intermédia de famílias africanas mais independentes. Em meados da década de 1870, a maior parte das comunidades mistas dos centros coloniais da área de Luanda entram em crise devido à baixa do preço do marfim e dos preços internacionais de produtos agrícolas, assim como devido às secas e epidemias. Enfraquecida economicamente e profundamente dividida social e politicamente, a população africana do interior de Luanda sucumbiu, finalmente, à intervenção militar e administrativa portuguesa mais efectiva (DIAS, 1989). Segundo alguns analistas e mesmo revelado em alguns discursos correntes, esta antiga burguesia nacional deu origem “a uma verdadeira “aristocracia”, cujos efeitos são ainda hoje não só visíveis como determinantes no funcionamento do sistema” (RELA, 1992:37)<sup>125</sup>.

Durante todos estes anos de penetração do colonialismo, começam a configurar-se as estruturas sociais que se vão revelar predominantes durante o século seguinte e até à independência, estruturas estas cujo grau de integração nas novas tendências se revela através da maior ou menor integração nos pressupostos económicos dominantes e não só. Os quadros sociais que configuram a sociedade de Luanda no final do período colonial

---

<sup>124</sup> Africanos aculturados com cargos no funcionalismo público ou no exército, pumbeiros descalços (que fazem o comércio no interior), trabalhadores agrícolas, artífices mecânicos (VENÂNCIO, 1996:51)

<sup>125</sup> Veja-se ainda a transcrição de um discurso publicado sobre a solidariedade antiga entre famílias da reconhecida aristocracia angolana e a sua permanência na actualidade em nota de rodapé (p.65).

caracterizam-se por um fraco domínio das influências étnicas e regionais em termos de bairros ou zonas da cidade e pela existência de solidariedades tradicionais renovadas (sem expressão ao nível económico mas sim ao nível das associações ou das novas igrejas), preservadas como um refúgio (MESSIANT, 1989). Esta nova realidade emergente em termos sociais e que molda a estruturação dos grupos, vai permitir que se consolide a categorização por parte da administração colonial dos luandenses e dos angolanos em “civilizados”, “assimilados” e “indígenas”<sup>126</sup> (MESSIANT, 1989). Em todo o caso, esta categorização não parece corresponder a uma verdadeira estrutura de classes sociais<sup>127</sup>. O censo populacional de 1950 apontava para a existência de uma pequena percentagem de assimilados em relação à população total<sup>128</sup>, que não constitui propriamente uma classe social. Para além disso, é dúbia a atitude das autoridades coloniais em relação a esta assimilação: ela “...baseia-se essencialmente na preocupação de evitar a diminuição dos efectivos disponíveis para o trabalho nas plantações e nas empresas” (CASTRO, 1960:178). A má vontade demonstrada para conceder o estatuto de assimilado, traduz-se pelo rigor excessivo dos exames da vida doméstica dos candidatos a que as autoridades procedem para verificar se os candidatos têm a cultura e os hábitos dos portugueses, se falam correctamente o português, se têm rendimentos que permitam um nível de vida decente (CASTRO, 1960:178). Nesta altura e em termos gerais, apenas se pode considerar a coexistência de dois tipos de sociedade em Angola, a civilizada que inclui os europeus, os mestiços e os africanos assimilados e uma outra que inclui os “indígenas” (CASTRO, 1960:189).

---

<sup>126</sup> Veja-se mais acima a definição de assimilado. Os civilizados correspondem à população de origem europeia (com algumas subdivisões que foram surgindo relacionadas com o facto de o local de nascimento ser a metrópole ou a colónia) e os indígenas aos angolanos que não atingem o estatuto de assimilado.

<sup>127</sup> Aliás, o sistema de classes é um sistema de estratificação social típico das sociedades industriais contemporâneas, onde as actividades profissionais, o trabalho e a valorização social do desempenho esforçado de uma profissão constituem a sua “essência” (GIDDENS, 1997b:212-216). Neste sistema, a estratificação acentua a importância dos níveis socioeconómicos e dos indicadores socioprofissionais, que não se adapta a inúmeros casos de sociedades africanas.

<sup>128</sup> Para uma população de mais de 4 milhões de habitantes apenas 30.089 tinham o estatuto de assimilado (CASTRO, 1960:178).



A situação colonial produziu, portanto, mudanças relativamente vastas nas redes de relações sociais africanas (MAGUBANE, 1985:209). Das mais evidentes, destaca-se o aumento da população urbanizada e proletarizada, a introdução de novas formas de diferenciação social baseadas na educação e na filiação religiosa. Isto de formas e em graus diferentes em contextos diferentes. “ O capitalismo colonial criou a separação entre urbanos, comerciantes e os rurais (MAGUBANE, 1985:218). Heranças deste tipo de estratificação social, combinadas e rearranjadas com modelos de estratificação social baseada numa estruturação de tipo socialista e com uma recente estratificação com base nos recursos económicos especialmente decorrentes de actividades mercantis e com base em pertenças/proximidades de elites político-militares, atravessadas por avanços e recuos de identidades com base na etnia, configuram a complexidade social urbana actual.

A definição de classes e de grupos sociais em Luanda e a identificação de características comuns que atribuam um posicionamento na escala social depara-se com maiores dificuldades nas duas últimas décadas. Os factores que explicam a existência de situações de difícil definição ou categorização estão relacionados com as transformações provocadas pela guerra (em especial o surgimento de elites ligadas à política e às estruturas militares) e pelas mudanças económicas relativamente rápidas e muitas vezes contraditórias.

As estruturas que favorecem o acesso ao poder e permitem a ascensão social atravessam, depois da independência, fases muito diferentes, ora relacionadas com o partido no poder, ora relacionadas com o acesso à *nomenklatura* (FERREIRA, 1995) (ou à estrutura político-militar)<sup>129</sup> ou com o enriquecimento através da actividade comercial no âmbito da liberalização económica. Estas formas de enriquecimento e ascensão social, não estão

---

<sup>129</sup> Para alguns analistas, as instituições militares criaram não necessariamente classes sociais mas elites (GAMITO, et. al., 1996:135), cuja solidariedade, no entanto, é questionável.

bem definidas ou delimitadas e misturam-se e confundem-se no tempo. Ao longo deste período, as solidariedades horizontais de classe não são suficientemente desenvolvidas para que se possa considerar a existência de um estrato senão homogêneo pelo menos cumprindo alguns requisitos gerais específicos. O que parece desenvolver-se, por outro lado, é uma realidade atomizada de grupos constituídos com base em redes de solidariedade. Estes grupos, cuja estrutura se organiza verticalmente, implicam a definição posições e estatutos diferenciados (também eles flexíveis e susceptíveis de readaptações e reformulações) dependentes da capacidade de criar dependências e fidelidades.

Estes grupos solidários correspondem, na maior parte dos casos, a famílias no sentido amplo do termo<sup>130</sup>. A família em Angola (e em África) constitui desde sempre o grupo unificador das ideologias e práticas dos indivíduos. É no interior deste grupo solidário que se desenvolvem e definem os estatutos sociais de maior importância e onde o reconhecimento, essencialmente relacionado com a capacidade de gerar e gerir recursos e reciprocidades, adquire uma valorização central.

A família é o grupo com uma maior importância em termos sociais e o grupo que define e orienta as estratégias de reprodução. A sua estruturação e recomposição são, em termos gerais, resultado das transformações sociais e económicas que ocorrem ao longo dos anos e, por outro lado, do grau de integração em meio urbano. Em Luanda, durante os primeiros anos da década de 70, assiste-se a mudanças significativas nas estruturas familiares em relação à organização tradicional do meio rural, registando-se um aumento do número de famílias nucleares e um decréscimo do número de famílias extensas, o que traz implicações a diversos níveis (MONTEIRO, 1973a). Esta tendência não se manteve, no entanto, até à actualidade e a estruturação que melhor define a tendência em meio urbano é a da família alargada.

---

<sup>130</sup> Inclui membros por aliança e consanguinidade mas não só, pode integrar membros cuja relação de parentesco seja atribuída voluntariamente.

A família alargada, compromisso entre a família extensa e a família nuclear, implica uma espécie de modelo misto, entre o modelo tradicional e o modelo urbano. Aliás, em muitos aspectos da organização social e dos modelos culturais, parecem ser as formas mistas e mestiças<sup>131</sup> aquelas que predominam: ao nível religioso inter cruzam-se as religiões tradicionais com as religiões universais introduzidas pelo colonialismo e com as novas religiões e seitas emergentes; ao nível económico, verifica-se a simultaneidade do trabalho assalariado formal e do trabalho no sector informal; ao nível dos modelos políticos, misturam-se práticas e ideologias clientelistas com os modelos do Estado de direito.

Poucos têm sido os trabalhos realizados focando aspectos da organização e estruturação social em Luanda. Um dos estudos de maior peso abarcando uma quantidade vasta de temas foi realizado no início dos anos 70, centrando a análise na família (MONTEIRO, 1973a) e outros apenas parcialmente produzem análises da sociedade urbana em Luanda<sup>132</sup>. Um dos aspectos pouco explorado recentemente e que mais directamente está relacionado com a recomposição social resultante do crescimento populacional refere-se à própria composição da população. Há que ter em conta que a aglomeração de pessoas na cidade se processa em fases e a ritmos diferentes e, por outro lado, que a origem e razões de migração destas populações são também diversificadas. Em termos gerais, pode considerar-se uma fase de migração durante o período colonial até antes da independência de trabalhadores que procuravam melhores condições de vida fora do esquema do “contrato”<sup>133</sup>. Na fase dos pós independência e com o

---

<sup>131</sup> No sentido de AMSELLE, 1990 e utilizado nos textos mais recentes sobre cultura e sociedade africanas.

<sup>132</sup> ONGs como a Development Workshop têm tentado pontualmente traçar os quadros sociais predominantes em certos bairros na cidade, sendo estes esforços, em todo o caso, o resultado da análise das condições actuais de estímulo das estruturas da sociedade civil (DW, 1990), o que à partida é uma condicionante para a elaboração de uma análise mais ampla.

<sup>133</sup> Contrato de trabalho que, apesar de ser considerado “livre”, impunha condições de remuneração muito baixas e que obrigava à retenção dos salários até ao final do contrato,

gradual aumento da guerra civil seguem-se movimentos migratórios com intensidades diferentes, conjugados com um movimento importante de “regresso” de populações do ex-Zaire<sup>134</sup>. Os últimos anos têm-se caracterizado, em termos gerais, pela continuação dos movimentos migratórios resultado da repulsão dos meios rurais provocada pela guerra e pela continuação também da atracção exercida pela cidade no que respeita à procura de melhores condições de vida. Saliente-se, no entanto que as migrações registadas nos últimos anos implicam a deslocação de populações de quase todas as áreas de Angola, ao contrário das que se verificavam durante os últimos anos do período colonial onde poderiam ser apontadas zonas de origem mais comuns como as províncias vizinhas do Bengo, Kwanza Norte ou Malange (MONTEIRO, 1973a).

Em termos gerais, verifica-se uma integração rápida das populações migrantes de diversas origens geográficas em meio urbano e o factor étnico que antes da independência revelou alguma importância em termos do estabelecimento de solidariedades (MONTEIRO, 1973a, MESSIANT, 1989), não tem na actualidade o mesmo peso (KASACK, 1996). A análise da composição da população por origem nos diversos bairros revela ser difícil encontrar uma predominância deste ou daquele grupo étnico, mesmo que essa seja uma característica avançada à partida pelos próprios moradores ou por outras instituições.

A ideia repetidamente veiculada nos mais diversos círculos e pelos próprios habitantes é que a migração e a fixação em Luanda implicam a integração de

---

subordinando forçosamente os trabalhadores às exigências dos contratantes (CASTRO, 1978).

<sup>134</sup> As formas de integração destas populações migrantes não são homogéneas. Os “regressados” do ex-Zaire, população que entretanto adoptou a língua lingala, em grande número se converteu ao islamismo e entre a qual se regista uma relativamente forte identidade étnica bakongo encontra formas de inserção em Luanda com uma originalidade que devem ser distinguidas das restantes (LUKOMBO, 1997), muito embora seja referido pelo autor que 48,9% destes “regressados” tiveram como motivo principal do “regresso” o sentimento patriótico. A relação destas populações com as instituições locais e governamentais é mais distante e os conflitos que surgem são resolvidos recorrendo à família, o que, em termos gerais, constitui um factor de reforço de uma identidade específica.

novos valores e práticas urbanas que não incluem as identidades sociais de origem. Esta premissa está patente na adopção rápida da língua portuguesa, utilizada por todas as pessoas das diversas origens, na adopção de hábitos alimentares e de consumo, entre outros, tipicamente urbanos. Aliás, este é um fenómeno registado noutros contextos africanos, onde os consumos materiais “modernos” (em especial o consumo de produtos da tecnologia ocidental), constituindo um “estilo” de vida, fazem parte de uma estratégia, individual e de grupo, com o objectivo de aumentar o “sucesso” (ROWLANDS, 1996:190). Contribui também para a facilitação da integração social a adopção crescente de novas religiões e a participação em igrejas marcadamente urbanas e a integração em grupos culturais e desportivos (KASACK, 1996). Em termos de bairros, a recomposição das solidariedades extra-familiares implica, em grande parte dos casos, o estabelecimento de solidariedades baseadas no círculo de vizinhança mas mesmo estas apenas adquirem uma importância maior quando, para além da permanência num mesmo bairro se verificarem outras condições como a existência de laços de parentesco entre famílias ou agregados familiares, a antiguidade das famílias nos bairros e em alguns casos muito específicos, a origem étnica comum.

Estas solidariedades fundadas em novos princípios começam, nos últimos anos, a configurar-se e vão, gradualmente ganhando alguma importância e visibilidade, embora os novos grupos sociais não evidenciem o surgimento de uma estratificação horizontal no que respeita ao conjunto da população de Luanda<sup>135</sup>. Os grupos solidários de base, as famílias, integram-se em redes mais amplas que por sua vez se organizam verticalmente segundo as posições relativas de cada uma delas, segundo a sua capacidade de integração na rede e segundo as capacidades de redistribuição e de estabelecimento de fidelidades.

---

<sup>135</sup> Em todo o caso, pode ser referida a análise da sociedade angolana como enquadrada no modelo neo-patrimonial de redistribuição de “maná” (riqueza exterior à economia nacional) que pressupõe uma subjugação vertical de toda a sociedade mas apenas ao presidente, que, através da criação de uma fundação, “converte os fundos públicos em «maná» presidencial personalizado” (GEFFRAY, 2000). Este tipo de análise deixa, contudo, de lado muitos grupos e redes diferenciadas que compõem a sociedade angolana no seu todo, fazendo-a depender por inteiro de apenas uma fonte de distribuição de riquezas (maná).

Embora incipientes, o reforço destas solidariedades preferenciais permite esboçar, a um nível geral, a constituição de pelo menos alguns grupos de maior relevo. A antiguidade que funciona como factor de coesão entre as famílias que mais cedo se estabelecem em Luanda (ou que desde sempre aí viveram)<sup>136</sup>, põe em evidencia uma relativa maior facilidade de estabelecer solidariedades e reciprocidades entre estas populações mais antigas e, na generalidade, mais cedo integradas em meio urbano. Neste grande grupo incluem-se os antigos “assimilados”, os comerciantes e artesãos mais antigos, os trabalhadores assalariados e funcionários públicos, as pessoas e famílias ligadas às estruturas administrativas e ao partido no poder: sobas, elementos da administração municipal, das comissões de moradores, das organizações políticas (OMA, JMPLA, sindicatos). Pode considerar-se que estas famílias (ou pelo menos a maior parte dos seus membros) se instalam na cidade até aos anos 80 e o seu maior grau de integração nas estruturas referidas revela a importância que assume este factor como elemento de carácter identitário. Os próprios estilos de vida, mais urbanos, embora não possam ser considerados elementos de categorização e de estratificação rígida dos grupos e dos indivíduos, constituem “pistas e sinais” que identificam pertenças sociais e identidades específicas (MITCHELL, 1987). Aliado a este grupo (e por isso mesmo continuando a constituir um elemento central de referência à urbanidade), está a utilização da língua portuguesa: aos urbanos está associado o português enquanto que aos rurais, as línguas bantu<sup>137</sup> (GAMITO, et. al., 1996:134).

Um outro grupo que desde cedo se começa a evidenciar corresponde, grosso modo, àquelas populações originárias do Norte de Angola que inclui os “regressados” do Congo-Brazzaville e do Congo-Kinshassa, os imigrantes provenientes dessas duas zonas (grande parte das vezes descendentes de famílias aí imigradas). Há que referir que em relação a este grupo, a origem

---

<sup>136</sup> Ver BIRMINGHAM, 1995 e HODGES, 2002, a referência aos “velhos crioulos” e aos “novos crioulos”.

<sup>137</sup> A referência original é a “dialectos”, o que nem sempre corresponde à realidade.

étnica, em conjugação com a manutenção de uma identidade reforçada pela partilha da mesma língua e de costumes ancestrais, constituem elementos de base para o estabelecimento e reforço de solidariedades, facto visível na categorização comum (e grande parte das vezes com sentido pejorativo) de “zairenses”, que evidencia uma certa coesão<sup>138</sup>. A constituição de uma identidade com base étnica parece, no entanto, ser característica marcada apenas deste grupo já que mesmo em zonas ou bairros onde predominam populações de determinada origem, o mesmo não acontece<sup>139</sup>.

Ainda no que diz respeito às populações do Norte, a identidade que se consolida tende a opor-se àquela reclamada pelos urbanos: registam-se “comportamentos de supervalorização da sua própria identidade por parte dos «regressados» o que os leva a considerar os demais concidadãos como aculturados em relação a hábitos culturais dos colonizadores” (NETO, 2001:83), sendo que os urbanizados ou tendencialmente integrando-se nas práticas e valores relacionados com a urbanidade, esta oposição é notória na desvalorização dos padrões culturais que estes são portadores. As diferenças mais acentuadas entre um e outro grupo são visíveis nas habitações, nos papéis e na distribuição das tarefas domésticas, na vida diária das famílias, na apresentação exterior do indivíduo, na vida profissional<sup>140</sup>, na língua utilizada e na integração comunitária de tipo étnico que entre os do Norte constitui um eixo fundamental (NETO, 2001)

Embora possa ser identificada a consolidação de redes mais amplas e com um carácter identitário mais abrangente, não é possível estabelecer

---

<sup>138</sup> Existe uma maior intensidade de trocas e reciprocidades entre as populações de língua bakongo, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento de actividades económicas e comerciais a larga escala. Tome-se como exemplo a exploração e tráfico de diamantes (DE BOECK, 1998; 2001) que mobiliza bakongos angolanos e congolezes numa dinâmica transfronteiriça.

<sup>139</sup> No bairro Boa Esperança, onde se concentra um número significativo de populações de origem ovimbundo (do Planalto Central), regista-se a “ausência de solidariedade entre vizinhos e a relutância em participar em actividades de interesse colectivo” (ROBSON & ROQUE, 2002: 128).

<sup>140</sup> No grupo de cariz étnico predominam as actividades comerciais informais e outro tipo de negócios.

posicionamentos sociais destas redes em termos de estatuto social<sup>141</sup> umas em relação às outras, sendo apenas possível estabelecer redes preferenciais dos grupos mais urbanos com a administração e com as redes do poder central enquanto que o segundo grupo (de carácter étnico) revela uma maior capacidade para gerir redes de solidariedade e de reciprocidades ligadas ao comércio internacional (com a República Democrática do Congo) e (embora com menor peso na actualidade) com as actividades relacionadas com a exploração e comércio de diamantes<sup>142</sup>. Para além disso, esta relativa “autonomização” destes dois grupos identificados deixa de fora uma vasta camada de grupos e indivíduos, especialmente os “novos urbanos”<sup>143</sup> cujas redes de solidariedade se parecem manter ao nível dos grupos de base familiar.

De uma maneira geral, é possível identificar alguns grupos sociais cuja base de constituição se situa essencialmente ao nível das referências mas que também implicam o estabelecimento, em alguns casos, de redes de solidariedade. De qualquer forma, estes grupos raramente absorvem a totalidade das reciprocidades que os indivíduos desenvolvem ou revelam ser o enquadramento social onde preferencialmente se definem posições sociais e estatutos. A família mantém-se como o grupo social fundamental onde se processam a maior parte das reciprocidades e onde são definidos os estatutos sociais, elaborando-se no seu seio as estratégias de sobrevivência e reprodução que moldam os desempenhos e as ideologias dos indivíduos. As actividades económicas desenvolvidas pelos indivíduos encontram-se integradas nas estratégias familiares e não constituem, por si só, factores de distinção dos indivíduos. Em todo o caso, verifica-se que potencialmente as actividades no sector formal, o trabalho assalariado moderno, podem conduzir à criação de distinções e identidades urbanas. Ou seja, o trabalho

---

<sup>141</sup> Entendido no sentido weberiano da distinção através de precedências baseadas na honra, no exercício de poder e no acesso a recursos de consumo.

<sup>142</sup> Ver a este propósito os trabalhos de DE BOECK.

<sup>143</sup> Confirmar, a este propósito, a possibilidade de encontrar elementos específicos relativos a este grupo no que respeita à organização espacial e às habitações (RAPOSO&SALVADOR, 2003).



assalariado, analisado no âmbito deste documento, ao mesmo tempo que constitui uma das actividades geradoras de rendimento integradas nas estratégias familiares (cujo vigor constitui um dos elementos fundamentais da organização social em Luanda), contribui para constituição de diferenciações em termos sociais, basicamente para a diferenciação dos indivíduos em termos de urbanidade.

## **2. Modernidade e urbanidade**

No que toca às principais transformações que ocorrem em Angola desde os primeiros contactos com os modelos sociais, sistemas económicos e políticos ocidentais através da colonização, elas implicaram alterações mais ou menos significativas e mais numas épocas do que noutras<sup>144</sup>. A análise das transformações em Angola nos anos mais recentes mostra a importância da introdução de modelos e racionalidades que, na sua origem, não são africanos<sup>145</sup>. Durante o século XIX e apesar de se registarem algumas mudanças a vários níveis, são evidentes forças que limitam o acesso à modernidade (ocidental) da sociedade angolana tradicional: a concepção paternalista do poder, a escravatura, a falta de autonomia das mulheres, a gerontocracia que têm como consequências a incapacidade de racionalizar a economia, de "pensar" a moeda assim como de gerir as diferentes estruturas comerciais (CASTRO HENRIQUES, 1997). Os obstáculos à modernização das estruturas africanas foram apenas a consequência da contradição resultante da banalização das novas formas de produção e comercialização e das tentativas para manter as técnicas tradicionais da gestão política (CASTRO HENRIQUES, 1997). Estas perspectivas, para além de colocarem em evidência a articulação necessariamente existente entre os sistemas económicos e a sociedade, fazem ressaltar as pressões que um exerce sobre

---

<sup>144</sup> Ver por exemplo COSME, 2001 acerca da construção teórica do crioulo e as correspondências com a sociedade das diversas épocas.

<sup>145</sup> Ver por exemplo os textos de NETO, 1997.

o outro e que conduzem a transformações no que diz respeito às racionalidades a vários níveis.

Existem inúmeros aspectos onde as pressões no sentido da adaptação dos modelos existentes às necessidades e tendências ocidentais são visíveis. No campo das estruturas sociais de base como a família, as relações sociais e as solidariedades tradicionais, existem mudanças significativas impelidas por intencionalidades concretas e grande parte das vezes concretizáveis ao longo dos últimos anos e mesmo desde há séculos que estão na origem das configurações sociais actuais. “Portugal padroniza a matriz que introduziu a influência europeia” (COSME, 2001). A colonização portuguesa incidia os seus esforços na “assimilação” do africano. “O assimilado era o africano desenraizado que tinha cortado os laços culturais com a sociedade africana original para adquirir e dominar os hábitos e os costumes dos europeus. Para obter esse estatuto ele tinha que passar num teste que incluía entre outras provas, as seguintes: falar e escrever português correctamente, viver de um trabalho regular e dispor de um certo rendimento” (JORGE, 1998:55), “...mostrar que tinha adquirido, no mínimo, a instrução e os hábitos individuais e sociais dos portugueses, em especial, comer à mesa” (MINGAS, 2000:47). Estas categorizações criaram uma estruturação social durante a fase colonial que incluía, para além da distinção entre assimilados e não assimilados, distinções de outras ordens nomeadamente entre urbanos e rurais e distinções raciais: o colonialismo português estabeleceu uma correspondência entre o estatuto social e a origem racial das populações, existindo em Angola uma estratificação entre “brancos (de primeira e de segunda categoria (MINGAS, 2000:45), cabritos, mulatos e negros (claros e escuros) ” (JORGE, 1998:276). Esta estratificação, encontrava inclusive uma correspondência na distribuição espacial pela cidade: ao longo da costa, no centro, habitavam essencialmente os colonialistas (agentes da metrópole), nos bairros arenosos de uma segunda auréola, os colonos (instrumentos da colonização) e os assimilados e, nos musseques, assimilados e indígenas (MINGAS, 2000:44).

A penetração destas influências e a sua intensidade não constituem um fenómeno exclusivamente urbano, apesar de ser aí que são mais notórias. “Também nas zonas rurais e nas jovens urbes coloniais como Huambo, Uíge ou Cabinda, a constituição de camadas sociais africanas mais ou menos vinculadas aos modelos da cultura ocidental também ocorrem” (NETO, 1996:120).

A independência teve como consequência a substituição de parte da população urbana por população de origem rural, influenciando “os usos e costumes e os comportamentos dos angolanos neste momento” (JORGE, 1998:278). O processo de urbanização implica, ao nível das famílias, a transformação de racionalidades, práticas e estratégias de sobrevivência e reprodução, muito embora por vezes não se possa medir o peso relativo das influências do rural no urbano e inversamente: “...quando há um grande hiato entre as características e o comportamento dos residentes urbanos, a cidade modifica-se no sentido comum da “rurbanização”, se a maioria dos habitantes consiste de recém-chegados das áreas rurais (AMADO et al., 1992:80).

Apesar de ser possível identificar estas influências recíprocas entre o modelo urbano e o modelo rural no que diz respeito a determinados aspectos, é igualmente possível estabelecer os eixos principais que estruturam a realidade e as tendências urbanas actuais. Estes eixos estão essencialmente relacionados com a associação ao modelo urbano que serve de referência às práticas, de determinados aspectos cujos mais evidentes dizem respeito à adopção de uma língua comum (o português), à elevação dos níveis de escolaridade, à adopção de novas práticas religiosas; em termos de organização dos grupos familiares, regista-se uma tendência para a restrição do número de membros que constituem as famílias e no que se refere às actividades económicas, o assalariamento encontra-se no centro das referências urbanas, embora seja o sector informal o dominante no que diz respeito às práticas possíveis.

A urbanidade pode ser entendida como o grau de incorporação de racionalidades e práticas urbanas. A definição quer dos elementos que a constituem quer dos graus diferenciados de integração é realizada pelos próprios actores.

No caso de Luanda, são referidos inúmeros indicadores desta urbanidade. Na linha daquilo que constitui a argumentação central aqui apresentada, o assalariamento e as actividades económicas no sector formal, constituem o elemento central da lógica “moderna” e urbana, muito embora elementos pertencentes a uma matriz tradicional (como a intensidade das relações personalizadas ou a espiritualidade) se misturem recorrentemente com elementos modernos, e urbanos, transformando a realidade social num conjunto mestiço e sincrético, original.



**Fonte: SALVADOR, 2003**

Para além da lógica do assalariamento, um dos indicadores mais importante da adopção de aspectos relacionados com a urbanidade é, sem dúvida, a utilização da língua portuguesa e a substituição das línguas maternas de origem. Esta

mudança é ainda mais notória no facto de os descendentes, logo na primeira geração, nem sequer chegarem a aprender, na maior parte dos casos, as línguas dos pais, como é referido pelos entrevistados. No quadro seguinte, é visível que a maior parte dos entrevistados associa ao português (que utilizam no dia-a-dia) uma outra língua, a que aprenderam a falar desde crianças.

*Língua materna (entrevistas)*

	<b>Kimbundo</b>	<b>Umbundo</b>	<b>Kikongo<sup>146</sup></b>	<b>Lingala<sup>147</sup></b>	<b>Português<sup>148</sup></b>	<b>Tchokwe</b>	<b>NS/NR</b>	<b>T</b>
<b>11 Novembro</b>	8	1	8	2	2	1	4	26
<b>Rocha Pinto</b>	6	3	3	0	0	0	14	26
<b>Boa Esperança</b>	7	4	5	2	1	0	9	28
<b>Total</b>	21	8	16	4	3	1	27	80

Refira-se que a totalidade dos entrevistados fala português e que os que referem ser o português a língua materna não aprenderam a falar outra. Como segunda língua entre os inquiridos aparece o kikongo, o que se coaduna com o facto de a maior parte dos inquiridos ser originária das províncias do Norte de Angola. Naturalmente, seguem-se as línguas kimbundo e, ainda com alguma expressão, o umbundo.

*Língua materna (inquéritos)*

	<b>11 Novembro</b>	<b>Rocha Pinto</b>	<b>Boa Esperança</b>	<b>Total</b>
<b>Kimbundo</b>	54	50	28	132
<b>Umbundo</b>	3	23	62	88
<b>Ngoia</b>	3	4	2	9
<b>Kikongo</b>	50	135	65	250
<b>Tchokwe</b>	1	14		15
<b>Português</b>	10	9	3	22
<b>Francês</b>		2		2
<b>Lingala</b>		4	2	6
<b>Nganguela</b>		1	1	2
<b>Cuanhama</b>			1	1
<b>Luvale</b>		2		2
<b>Crioulo</b>		1		1
<b>NS/NR</b>	8	10	9	27
<b>Total</b>	129	255	173	557

O IDR 2001 aponta para uma percentagem de 59,8% de pessoas inquiridas em Luanda que aprenderam a falar em português, contra 9,6% em kimbundo, 8,8% em umbundo, 5,3% em kikongo e 5,1% em cuanhama. A utilização da língua portuguesa em Luanda é o indício mais característico do fenómeno da inserção urbana<sup>149</sup> e da utilização de uma língua comum que permite a

<sup>146</sup> E lingala e kikongo (um caso no Boa Esperança).

<sup>147</sup> E lingala e francês.

<sup>148</sup> E, num caso, português e francês.

<sup>149</sup> Confirmar ainda a afirmação de que o umbundo é a língua característica dos meios rurais (MICS, 97:29).

comunicação entre a maior parte das pessoas, independentemente da sua origem étnica e entre a população e a administração. Ou, como era referido em relação ao período antes da independência, reflecte uma certa “ocidentalização” (MONTEIRO, 1973a:331), o português torna-se uma língua de prestígio (MINGAS, 2000:49)<sup>150</sup>, revelando o grau de urbanidade dos utilizadores. Aliás, segundo algumas perspectivas, o período colonial foi inclusive o “menos português” (em relação à língua) e pode considerar-se que o recuo das línguas bantu é consequência da urbanização acelerada recente (NETO, 1997b:339). É questionável que o reconhecimento após a independência de sete línguas nacionais (MINGAS, 2000:55) tenha favorecido uma inversão nesta tendência urbana. O português mantém-se a língua mais utilizada e adoptada pelos migrantes das diversas origens, incorporando, contudo, elementos das línguas nacionais (MINGAS, 2000).

A importância do factor linguístico na delimitação dos traços de urbanidade da população de Luanda é, sobretudo, resultado da percepção comum evidenciada pelos cidadãos ao longo da pesquisa empírica. Ela é confirmada pela proporção de pessoas que, embora originárias de outras províncias, utilizam o português e, mais importante, ensinam o português aos filhos. Acrescente-se ainda o facto de existir uma associação da língua falada ao modo de vida da cidade, aos valores e práticas próprios do contexto urbano: “Na zona dos meus pais falam kikongo. Eu já esqueci. Aprendi a falar mas depois...” (CR611N); “No Uíge fala-se kikongo. Eu falo kikongo e cá em casa fala-se kikongo, menos as crianças que já nasceram aqui. A minha esposa também fala. Quando estamos em casa falamos kikongo. As crianças aprendem mas o que se passa é que quando respondem, respondem em português” (CR1011N).

---

<sup>150</sup> Neste período e em Luanda, regista-se uma associação da língua falada aos grupos sociais de pertença: entre os portugueses e os indígenas predomina o monolinguismo (português e kimbundo, respectivamente) enquanto que entre os assimilados predomina o bilinguismo (português, kimbundo) (MINGAS, 2000:49). Em todo o caso, há que ressaltar que, mesmo sendo o kimbundo a língua “indígena” da área da cidade, à utilização exclusiva ou em simultâneo de outras línguas nacionais corresponde o mesmo tipo de inclusão/exclusão nos grupos sociais acima referidos.

Certamente que a par da língua utilizada outros factores podem ser tidos em consideração para a construção individual e social do quadro relativo à urbanidade e ao modo de vida urbano. Estes, de cariz mais subjectivo correspondem aos hábitos de consumo alimentares, de vestuário, de espaços de lazer, culturais... e, embora possam ser tidos em linha de conta, implicam um enfoque mais restrito, relativo às racionalidades e às representações individuais. A análise aqui realizada restringe-se a aspectos mais gerais que apontam no sentido de tendências abrangentes e, desse modo, incidem sobre a língua, a religião, a escolarização, as actividades económicas, a organização e estruturação familiar.

Um dos aspectos relativos às novas formas culturais e sociais que compõem o universo urbano diz respeito à religião adoptada e praticada pelos indivíduos. Neste âmbito, é notória a tendência para a prevalência do sincretismo religioso, mantendo-se práticas e racionalidades relacionadas com religiões “tradicionais” e registando-se a adopção generalizada, em meio urbano, das religiões do tipo mundial/universal (como a católica ou a protestante) e de novas religiões. Embora tenham sido as religiões mundiais as que mais prematuramente influenciaram um vasto conjunto de populações de todo o país, em meios urbanos e em meios rurais, através das vagas de evangelizações associadas à colonização, elas continuam a ser associadas ao modelo urbano e “moderno”, apesar de se encontrarem dissociadas da colonização. “O cristianismo contribuiu para alterar modos de vida, afectou as noções de propriedade, a estrutura familiar, os sistemas de herança, as práticas diárias na alimentação, no vestuário, na educação dos filhos (NETO, 1996: 120). No caso actual, fruto desta herança, a adopção das religiões mundiais permanece com um vigor inigualável. Simultaneamente, no meio urbano multiplicam-se as possibilidades de adopção de outras religiões “modernas” (religiões mais recentemente introduzidas e seitas várias), existindo maiores possibilidades de escolha a nível religioso, o que se opõe ao conservadorismo das religiões animistas tradicionais. Estas novas possibilidades de escolha religiosa revelam-se ainda na afirmação da

condição de “não ter” ou “não praticar” nenhuma religião, o que traduz um certo grau de autonomia e liberdade em termos religiosos. Certamente que as questões de escolha religiosa dependem essencialmente de perspectivas e motivações individuais mas perante um quadro geral onde as novas religiões e as religiões mundiais se encontram associadas a um modelo “moderno” e quando existe a possibilidade de opção quanto à religião, é possível reflectir quanto à associação das práticas religiosas aos modelos relacionados com a urbanidade. Isto não significa que não sejam mantidas práticas e crenças que se apoiam no modelo e na matriz religiosa tradicional, que se tornam visíveis nos cultos das igrejas mundiais e das novas religiões em maior grau; que são visíveis no recurso generalizado aos inúmeros curandeiros, ervanários, médicos tradicionais.

Em termos muito gerais, podem ser considerados três grandes conjuntos no que diz respeito ao tipo de religiões em meio urbano: aquele que inclui as religiões universais com implantação em Angola no século XIX; o conjunto das religiões mais recentemente introduzidas (início e meados do século XX) e por fim as ainda mais recentes, como as seitas, que começam a banalizar-se nos anos 80 e 90. Num outro pólo, relacionado com as práticas tradicionais, situam-se as religiões animistas, ligadas aos espíritos dos antepassados. O sincretismo recorrente inclui essencialmente as práticas e crenças tradicionais (grande parte das vezes relacionadas com a crença e prática da feitiçaria) e as novas religiões adoptadas (urbanas) mas não exclui a combinação de várias formas religiosas ao nível individual e ao nível familiar.

Os dados obtidos sobre a religião revelam uma clara diferença entre os inquéritos e as entrevistas realizados nos bairros. Enquanto que nos inquéritos as religiões universais e as religiões recentes correspondem a uma percentagem similar de adeptos e as seitas são a religião de uma minoria dos inquiridos, nas entrevistas existe um predomínio claro das religiões do tipo universal (42 entrevistados, 52%), seguidas das religiões recentes (11%) e



por fim das seitas (9%). Estas diferenças em termos percentuais podem ser explicadas pelo facto de nos inquiridos se considerarem todos os membros dos agregados familiares e nas entrevistas apenas a religião dos chefes. O que reforça a ideia que numa mesma família é comum a existência de escolhas religiosas diferenciadas entre os membros, facto que uma vez mais corrobora a ideia de existir uma maior liberdade ao nível religioso em meio urbano.

De qualquer modo, é clara a profusão de igrejas e religiões a que fazem referência inquiridos e entrevistados e a sua classificação ou agrupamento são igualmente difíceis.

*Religião (entrevistas)*

	<b>Rocha Pinto</b>	<b>Boa Esperança</b>	<b>11 Novembro</b>
<b>Católica</b>	9	3	7
<b>Protestante</b>	2	5	3
<b>Pentecostal</b>	1	2	2
<b>Baptista</b>	0	3	1
<b>Testemunha Jeová</b>	0	1	3
<b>Metodista</b>	2	4	0
<b>Outras/seitas</b>	3 <sup>151</sup>	3 <sup>152</sup>	1 <sup>153</sup>
<b>Não tem</b>	0	0	3
<b>Não sabe/Não responde</b>	9	7	5
<b>Total</b>	26	28	26

*Datas de estabelecimento em Angola de algumas Igrejas referidas*

Católica	1491	Testemunhas de Jeová	1952
Metodista	1885	Kimbanguista/Tocoísta	1950
Baptista	1887	Apostólica Africana	1956
Congregacional	1880	Bom Deus	1981
IERA	1925	Maná	1989
Luterana	1952	Nova Apostólica	1983
Adventistas do 7ºDia	1921	BIMA	1990

Fonte: VIEGAS, 1998

<sup>151</sup> Bento Protestante, IURD, Adventista.

<sup>152</sup> Evangélica dos Irmãos, Deus Mundial, Bom Deus.

<sup>153</sup> Coluna de Fogo.

*Religião (inquéritos)*

Muçulmana			8	8
Cristãs	Católica		675	675
	Protestante	Tradicionais (456 <sup>154</sup> )	Igreja Metodista Independente Episcopal Africana 55 Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA) 105 Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA) 10 Igreja Evangélica Luterana de Angola (IERA) <sup>155</sup> 6 Presbiteriana 4	636
		Evangélicas (27 <sup>156</sup> )	Missão Evangélica da Reconciliação em Angola (MER) 14 Assembleia de Deus Pentecostal Pentecostal 184 Adventista do 7ºDia 36	304
Recentes	Reconhecidas		IURD 3 Testemunhas de Jeová 151 Kimbanguista/Tocoísta 166 Igreja Apostólica Africana 9 Igreja Fraternidade de Pentecostes em África e em Angola: Bom Deus 90 Igreja Maná 4 Igreja Nova Apostólica 23 Igreja Espírito da Verdade (BIMA) 5 Irmãos de Plymouth 7	458
		Não Reconhecidas <sup>157</sup>		92

De qualquer modo, é clara a profusão de igrejas e religiões a que fazem referência inquiridos e entrevistados e a sua classificação ou agrupamento são dessa forma difíceis. A igreja católica e a protestante são dominantes nos três bairros, especialmente nos mais urbanizados (Rocha Pinto e 11 de Novembro). Note-se ainda que a análise da distribuição das religiões por bairros coloca em evidência que o número de protestantes é mais elevado do Boa Esperança, o que poderá corresponder ao referido predomínio de populações oriundas do Sul do país neste bairro, onde as religiões de inspiração protestante sempre tiveram um maior número de adeptos.

<sup>154</sup> Resposta no inquérito “Protestante”.

<sup>155</sup> Este dado deve ser cruzado com os originários do Cunene já que é apenas nesta zona que esta igreja se implanta.

<sup>156</sup> Resposta no inquérito “Evangélica”.

<sup>157</sup> Ministério Combate Espiritual, The Way, Mpeva Longo, Bom Pastor, Igreja de Deus Mundial, Boa Nova, Catenda, Igreja Deus Vivo, IFARA, Messiânica, Monte Sinai, Aleluia, Christian Science, Igreja de Jesus, Carmel

Não existem respostas, tanto no inquérito como nas entrevistas que indiquem a pertença dos indivíduos a uma religião tradicional animista ou uma referência directa à crença e/ou prática da feitiçaria. Em todo o caso, existem muitas referências nas entrevistas a elementos pertencentes à esfera das ideologias tradicionais que devem ser evidenciados, como o recurso aos curandeiros, aos ervanários, aos médicos tradicionais e a práticas terapêuticas tradicionais. Um outro elemento importante refere-se às cerimónias matrimoniais praticadas que demonstram, por um lado, a manutenção de rituais e a permanência de ideologias relativas ao religioso tradicionais e, por outro, algum sincretismo específico destas práticas. Aliás como se verifica através do cruzamento do tipo de casamento predominante (tradicional) com as religiões predominantes (católica e protestante), o casamento não é necessariamente um dos rituais que a religião impõe ou incentiva. Mais adiante é retomada a questão relativa aos casamentos e uniões matrimoniais.

Existem ainda nas entrevistas inúmeras referências à manutenção e à importância atribuída aos rituais funerários (kombas<sup>158</sup>), relacionados com a religião animista. Os óbitos envolvem toda uma série de práticas que são mantidas e pouco alteradas por parte da população migrante (MONTEIRO, 1973:404), o que revela também a manutenção se não de todos, de pelo menos alguns aspectos da religião tradicional. Não existindo nas entrevistas nem nos inquéritos referências ou descrições relativas às práticas de feitiçaria, existem contudo um número significativo de referências a práticas profiláticas e propiciatórias tradicionais (curandeiros, ervanários), e em várias entrevistas são relatadas as especificidades destas profissões, acompanhadas da observação da adesão e consulta destes médicos tradicionais. Algumas destas práticas e destes profissionais podem ter a sua actividade restringida a um determinado bairro ou a um quarteirão, existindo contudo casos (como do entrevistado Papá Kitoko) em que tanto o local onde

---

<sup>158</sup> Ritual fúnebre com a duração de oito dias (a partir da data do enterro), realizado na casa da família do falecido onde, para além da reunião dos familiares e amigos e a apresentação dos pêsames aos familiares mais próximos implica a oferta de refeições aos participantes.

é exercida a actividade como o número de clientes têm registado um crescimento nos últimos anos, servindo uma população ampla e diversificada.



**Fonte: SALVADOR, 2003; Igreja**

É portanto seguro afirmar que a manutenção e em alguns casos o reforço de práticas religiosas e rituais de origem tradicional se mistura com a tendência crescente das religiões tanto universais como das seitas mais recentemente

introduzidas em Luanda. O sincretismo referente ao religioso é uma realidade

em meio urbano e aquilo que melhor caracteriza as formas de inserção em meio urbano na actualidade. Note-se contudo que, embora quase residualmente, se registam alguns casos onde os indivíduos afirmam não possuir ou praticar qualquer tipo de religião, o que poderá ser indicador de uma maior liberdade religiosa. Assim e de uma forma geral, regista-se a tendência para a adopção de novas religiões em meio urbano, muito embora se mantenham práticas herdadas do tradicional.

Um outro aspecto geral relativo à urbanidade, que aliás se encontra referido em praticamente todas as análises sobre o desenvolvimento ou sobre as especificidades urbanas a nível mundial está relacionado com a educação formal. Também esta associação é herdada do modelo colonial e atravessa, desde essa altura, o modelo urbano: “A religião e o ensino foram, no século XX, as principais vias de formação de elites ocidentalizadas” (NETO, 1996:120). Mais uma vez, a intensidade da influência colonial nestes campos é mais visível em meio urbano. É em meio urbano que tradicionalmente encontramos um maior e mais vasto conjunto de infra-estruturas escolares e é também aqui que o acesso de um maior número de indivíduos ao sistema

de ensino é desde mais cedo possibilitado. Deste modo, é possível estabelecer três grandes grupos no que diz respeito aos níveis de escolarização, que indicam, em traços largos, a integração nos modelos e práticas urbanos: níveis de escolaridade elevados (nível médio ou superior), médios (2º e 3º nível) ou baixos (até ao 1º nível).

Nos inquéritos regista-se um predomínio claro dos níveis médios de escolaridade, que representam 37% dos chefes de família, enquanto que existe uma aproximação do peso relativo entre os níveis baixos e os níveis elevados (19% e 21% respectivamente).

*Escolaridade (inquéritos)*

	<b>11 Novembro</b>	<b>Rocha Pinto</b>	<b>Boa Esperança</b>	<b>Total</b>
<b>1º Nível</b>	15	20	21	56
<b>2º Nível</b>	23	34	33	90
<b>3º Nível</b>	23	66	26	115
<b>Médio</b>	24	62	16	102
<b>Bacharelato</b>	2			2
<b>Superior</b>	1	10		11
<b>Nenhum nível</b>	11	7	19	37
<b>Não estudou</b>	6	2	3	11
<b>NS/NR</b>	24	54	55	133
<b>Total</b>	129	255	173	557

Nas entrevistas os valores dos níveis de escolaridade baixos e médios (30% e 28%, respectivamente) são também próximos. Já os chefes de agregados com altos níveis de escolaridade representam 14%. Existe uma diferença entre os bairros, reveladora também dos diferentes graus de urbanidade: no bairro Boa Esperança predominam níveis de escolaridade mais baixos enquanto que no Rocha Pinto e no 11 de Novembro predominam os 2º e 3º níveis, o que reforça a ideia de que a níveis de escolaridade mais elevados correspondem populações mais cedo urbanizadas.

A instituição escolar, colocada no cerne das estratégias de reprodução, revela a deslocação das formas de ascensão social e de reprodução do quadro da família para as estruturas criadas e fomentadas pelos Estados modernos e pelos modos de vida ocidentais (BOURDIEU, 1994). Embora

seja incipiente ou incompleta esta reorientação em Angola, esta tendência é apontada nos últimos anos da colonização (MONTEIRO, 1973a) e constitui uma das referências por que se guiam os investimentos das famílias.

Muito embora a escolarização constitua, em grande parte dos casos, uma das vantagens mais referida no que respeita às preferências dos indivíduos pela cidade, as condições objectivas de acesso a graus mais elevados de escolaridade (ou à escolaridade de todo) encontram-se no centro dos condicionamentos que permitem efectivar estas aspirações. A degradação do sistema de ensino em Angola e em Luanda, aliada à sobrelotação acelerada das instituições devido às migrações para as cidades, deixam fora do sistema largas camadas da população. O que não significa necessariamente que não sejam desenvolvidas alternativas, facto este bem patente na proliferação nos vários bairros da cidade dos estabelecimentos de ensino privados (escolas dos diferentes níveis, centros de formação em inglês, informática, etc.), o que demonstra que a procura da educação formal se mantém a um nível elevado e constitui uma das possibilidades de reprodução social perspectivada e tomada em consideração: “Todos os meus filhos estudaram, graças a Deus” (CR311N); “Os filhos é que são o nosso futuro. Se eu estou aqui doente e já não posso, eles é que me podem aguentar. Se eles não estão a estudar é a mesma coisa que estar a destruir; estou a destruir a eles e eles mais tarde também já não conseguem. Portanto, se um filho não está a estudar, nascer é o mesmo que um serviço perdido” (CR20BE).

Da mesma forma que as alternativas privadas de ensino se multiplicam face à diminuição da educação providenciada pelo Estado, também ao nível das actividades económicas se regista o crescimento da iniciativa privada, resultado da insuficiência dos empregos no sector formal.

As principais transformações em termos das estruturas e práticas económicas das famílias em Luanda apontam no sentido do predomínio da pluriactividade e das actividades no sector informal. A pluriactividade nem

sempre é um dado facilmente obtido através de inquéritos já que existe uma tendência para referir apenas a actividade que cada um considera ser a principal. Recorrendo aos dados das entrevistas, obtidos de forma mais aprofundada, é possível inferir que a pluriactividade é prática comum, que à actividade considerada principal (ou a profissão declarada) se juntam outras, em número variável. Em todo o caso, não é possível obter números absolutos ou chegar a informação sobre o peso relativo da pluriactividade. Estas outras actividades muitas das vezes constituem inclusive a principal fonte de rendimento do entrevistado mas em termos de percepção e de identificação de uma actividade principal, são colocadas num plano secundário. As entrevistas fornecem também dados sobre a participação pontual ou parcial noutras actividades geradoras de rendimento (normalmente geridas ou desenvolvidas por outros membros da família) que, mesmo tendo sido admitidas no inquérito, não poderiam ser alvo de um levantamento exaustivo.

Pelas razões acima enunciadas, a maior parte das declarações obtidas nas entrevistas refere o exercício de apenas uma actividade económica (44 casos em 80), sendo, contudo estes dados relativos apenas às situações em que não é possível ter a certeza se existe ou não pluriactividade. Aliás, tal monoactividade parece improvável já que a referida dispersão de recursos (de membros por actividades e de actividades por membros) é uma realidade generalizada em meio urbano africano (e Angolano). A pluriactividade declarada ou facilmente detectada corresponde a 26 casos em 80.

De entre as declarações do exercício de apenas uma actividade, aquelas que correspondem a um emprego no sector formal abrangem 17 dos entrevistados. Sendo que a principal causa das migrações para a capital (para além da guerra ou da insegurança) está relacionada com a procura de melhores condições de vida, essencialmente ligadas à procura de um trabalho, aquilo que efectivamente caracteriza as práticas económicas urbanas é antes o facto de elas serem fundamentalmente desenvolvidas no sector informal e a pluriactividade ser dominante. O assalariamento constitui

cada vez menos a tendência nos modos de integração económica em meio urbano e desta forma o recurso a múltiplas actividades e a banalização da informalidade constituem, no tempo presente, a característica principal do conjunto das actividades económicas.

Em termos de grandes sectores de actividade, existe um predomínio claro das actividades do sector terciário (58% nos inquéritos e 77% nas entrevistas) enquanto que apenas 16% e 5% das actividades económicas declaradas nos inquéritos e nas entrevistas, respectivamente, se incluem no sector secundário e 4% (inquérito e entrevistas) no primário. Estes valores correspondem igualmente às condições objectivas do contexto económico da cidade que se caracteriza por um sector industrial e da construção (formais) muito reduzido e por uma possibilidade de desenvolver actividades no sector primário também reduzida<sup>159</sup>. O sector terciário que domina o conjunto das actividades desenvolvidas é, de qualquer forma, marcadamente informal e, na maior parte dos casos, não está relacionado com o modelo de expansão urbana das actividades do terciário que se verifica noutros contextos urbanos, já que abarca predominantemente o comércio e os serviços não especializados.

O inquérito revela ainda alguns dados significativos no que respeita a divisão por género das actividades económicas. Nas actividades formais assalariadas, os homens são claramente mais numerosos (na indústria, na construção, na administração pública e nos transportes) e as mulheres, por seu turno, são-no claramente no comércio informal e por conta própria. Refira-se ainda que a actividade considerada como mais importante em termos de rendimentos das famílias é o comércio informal e há que questionar até que ponto esta transformação dos papéis no que toca à

---

<sup>159</sup> Exceptuem-se aqui os casos relacionados com as pescas que inclusive envolvem populações de um dos bairros alvo do estudo, o Rocha Pinto, próximo de zonas tradicionalmente habitadas por pescadores e daí que talvez as actividades do sector primário possam ter sido inflacionadas. Refira-se ainda que no Boa Esperança subsistem algumas lavras nos terrenos anteriormente ocupados por explorações agrícolas de dimensão média (as quintas).



obtenção de rendimentos mais elevados poderá pressionar transformações relativamente aos estatutos masculinos e femininos<sup>160</sup>.

Se a tendência para a pluriactividade constitui uma das características da vida urbana e da realidade económica actual (reveladora da hibridiz e do carácter misto da realidade urbana aos mais diversos níveis), não deixa de ser importante salientar mais uma vez que o modelo urbano “ideal”, aquilo que constitui uma das motivações principais de migração para a cidade é a procura de um trabalho que permita a integração no sector formal. Esta questão constitui o cerne da argumentação aqui apresentada e, como foi exposto e será mais adiante reforçado, não exclui que em termos de actividades económicas o trabalho no sector formal não seja combinado e integrado em estratégias de dispersão. O que importa desde já reforçar, no que diz respeito ao modelo urbano, é que o desempenho de uma actividade assalariada, formal, é um dos elementos centrais na construção da urbanidade e das referências a ela associadas.

Em termos de famílias, assiste-se, na actualidade, a transformações e recomposições no que diz respeito aos modelos herdados dos meios rurais e mesmo a adaptação das famílias mais cedo integradas em meio urbano às novas exigências, quer ao nível da gestão das práticas como ao nível das racionalidades. O tipo de família que representa melhor o agregado urbano clássico (no ocidente), em termos de residência, é a família nuclear. Esta tendência para a nuclearização das famílias foi inclusive referida como um dos modelos para onde tendiam a inserir-se as famílias urbanas angolanas até ao final do período colonial (MONTEIRO: 1973a) e é aquele que caracteriza outros modelos urbanos ocidentais. Este tipo de organização familiar é o oposto daquele que se verifica em meio rural onde predominam as famílias extensas. Tomando em consideração que em Luanda na actualidade as formas mistas e intermédias – as famílias alargadas<sup>161</sup> – são predominantes, poder-se-ia reflectir quer sobre os modelos “urbanos reais” e

---

<sup>160</sup> Ver a este propósito GRASSI, 1997.

<sup>161</sup> Ver o capítulo anterior sobre a família.

os modelos “urbanos ideais”, quer sobre as condições que implicam a organização e estruturação das famílias em unidades que integram um número de membros significativo.



A composição das unidades domésticas em meio urbano africano revela a tendência para o modelo da família nuclear com um mínimo de membros do grupo alargado mas não excluindo a manutenção de relações estreitas com o grupo extenso (CANEL et al., 1990:32).

**Fonte: SALVADOR, 2003; Família** Se no modelo da família extensa (grupo familiar residencial) as redes de solidariedade abarcam todos os membros das famílias, na família alargada verifica-se a constituição voluntária de um grupo solidário, baseada em laços de parentesco que recruta ou acolhe membros de diferentes graus, não necessariamente no mesmo espaço residencial.

Na maior parte dos casos registados nas entrevistas (81%) a família/agregado é do tipo alargado, tendo sido registado apenas um caso de uma pessoa a viver sozinha (CRRP29). A identificação da estrutura e composição das famílias revela ser um exercício mais difícil em relação aos inquéritos. Nos inquéritos apenas é possível inferir que o modelo nuclear poderá também não ser dominante porque para um número razoavelmente equiparado de chefes de agregado familiar (556) e cônjuges (491) é registado um grande número de filhos (2054) e um também grande número de outros membros (943). Aliás a percentagem de agregados familiares com dez e mais pessoas em Luanda é elevada (17%) (IDR, 2001). Isto sem contar com o facto de através dos inquéritos não ser possível determinar as famílias poligâmicas e por exemplo as múltiplas combinações do tipo de parentes que habitam um mesmo espaço.

Quanto ao número de filhos dos casais, existe a tendência entre as famílias mais urbanizadas para uma redução dos mesmos, descrita nas análises e estudos demográficos a nível mundial, não sendo o mesmo verdade para os países onde, em termos demográficos, se regista uma transição<sup>162</sup>. Além disso, a participação da mulher na economia doméstica, cada vez mais elevada em Angola, não é acompanhada por mudanças em termos de mentalidades e a reprodução biológica é alvo de valorizações positivas de grande importância: “A maternidade revela-se, numa gama muito generalizada de circunstâncias, a única via para uma mulher, mesmo nos dias de hoje, aceder ao pleno estatuto de entidade social” (CARVALHO, 1997a:143).

Nos inquéritos não existe informação sobre o número de filhos de cada família. Apenas é possível estabelecer um número médio de filhos a partir dos valores totais de chefes de agregado familiar inquiridos (556) e o número de filhos totais registados (2054). Já nas entrevistas encontramos os valores percentuais mais elevados para as famílias com poucos filhos (entre 0 e 2 filhos, 42% dos entrevistados) enquanto que as famílias com muitos filhos, mais de 5, representam 38% dos entrevistados).

Há que fazer a ressalva que o número de filhos declarados pode ainda corresponder ao número de filhos do chefe de família com o cônjuge que habita naquela casa onde foi realizada a entrevista e nesse caso pode não corresponder a uma redução da natalidade, sinal de maior urbanidade mas sim a manutenção de sistemas poligâmicos, caracteristicamente tradicionais.

O tipo de casamento característico das famílias mais urbanizadas é o que recorre ao acto civil ou a este em conjunto com o casamento religioso numa das igrejas do tipo mundial/universal. Em termos rurais, em Angola predomina o casamento segundo as regras tradicionais e normalmente com

---

<sup>162</sup> Manutenção de elevadas taxas de natalidade e de mortalidade.

recurso ao alembamento<sup>163</sup>. Esta perspectiva baseia-se nas próprias percepções dos indivíduos sobre este aspecto, reveladas nas entrevistas, mas não invalida que quase todas as famílias em meio urbano revelem uma preferência pelo casamento tradicional.

A informação sobre o tipo de casamento nos inquiridos é inexistente. Apenas é possível obter os valores relativos aos estados civis, dados pouco interessantes para a análise dos modelos correspondentes ao tipo de casamento. Os dados do IDR 2001, que entram em consideração com as uniões de facto, revelam que em Luanda (53,5% dos homens e 44,7% das mulheres) das pessoas inquiridas são solteiras enquanto que (34,2% dos homens e 32,6% das mulheres) se inserem em uniões de facto e apenas (8,1% dos homens e 7,5% das mulheres) são casados. Esta distribuição revela, em todo o caso, que o estado civil considerado tanto pelos inquiridores como pelos inquiridos como sendo “legítimo” é aquele que implica o casamento civil ou religioso. Os dados sobre os casamentos tradicionais não são incluídos, muito embora correspondam a uma grande maioria dos casamentos realizados em Luanda.

Apesar de apenas em 52 entrevistas (em 80) existirem informações precisas sobre o tipo de casamento, é claro o predomínio do casamento tradicional (45 casos). Destes, 35 casamentos são declarados terem sido feitos com alembamento. Os casos de casamentos marcadamente urbanos (religioso apenas, religioso e civil ou só civil) são apenas 3. Os entrevistados que se referem a casamentos mistos (religioso/civil e tradicional) são apenas 4. Tendencialmente, mantêm-se os casamentos tradicionais com recurso ao alembamento. É interessante referir que no Boa Esperança não foi entrevistada nenhuma família cujo casamento fosse exclusivamente do tipo

---

<sup>163</sup> Prestação matrimonial à família da noiva. Consiste num pedido feito aos pais da noiva através de uma carta e de dinheiro que posteriormente será completado com ofertas em bens ou dinheiro. Os pedidos e a sua aceitação são suficientes em muitos casos para que se inicie a vida em comum do casal, podendo a entrega de bens ser posterior e até só se verificar passados muitos anos.

civil/religioso<sup>164</sup> e que é no 11 de Novembro que encontramos mais referências aos casamentos mistos tradicionais/religiosos. Refira-se ainda, em relação às uniões matrimoniais que a poligamia é uma prática comum em meio urbano e que não se têm registado alterações significativas em relação às práticas dos últimos anos.

Em suma, pode ser considerado um predomínio das famílias/agregado alargadas, com número elevado de filhos e que realizam casamentos do tipo tradicional. A família alargada (em termos não residenciais) funciona como unidade fundamental e flexível das estratégias de sobrevivência e de reprodução, desempenhando um papel igualmente fundamental no que se refere às redes de solidariedade de maior importância e ao acolhimento de parentes migrantes. Por outro lado, acrescenta-se que a par da manutenção dos níveis elevados de natalidade, continua a ser frequente a partilha de responsabilidades relativas às crianças e à sua guarda comum por parte de membros de uma mesma família. A solidariedade da família alargada revela-se igualmente na manutenção do casamento do tipo tradicional que permite alargar as redes de solidariedade e reforçá-las recorrendo às instituições tradicionais e revela-se na ligação às terras de origem que os actos matrimoniais tendem a manter. O casamento do tipo civil, que não parece trazer vantagens em termos da sobrevivência e reprodução das famílias, não é prática corrente.

A análise das grandes questões relativas à estruturação e composição das famílias, às tendências quanto às actividades económicas e os aspectos relacionados com a língua, a religião ou a escolarização, permitem igualmente estabelecer diferenças entre indivíduos e grupos no que diz respeito à sua integração nos modos de vida urbanos. Desde sempre, a capital atraiu pessoas de todo o país que procuram aceder, senão a todos pelo menos a alguns dos “benefícios” da vida urbana. Mesmo encontrando aí condições adversas à concretização dos projectos e das aspirações, o

---

<sup>164</sup> Apenas um chefe de agregado familiar respondeu ter realizado um casamento tradicional e religioso.

balanço em termos das percepções individuais é quase sempre positivo<sup>165</sup>. De uma maneira geral, valores e práticas modernas e tradicionais são articuladas e influenciam-se mutuamente, fazendo surgir novas formas híbridas e mistas de viver e pensar o quotidiano urbano. Em todo o caso, existem, ao nível das práticas e das racionalidades, elementos de referência a um modelo urbano cuja maior ou menor aproximação define e posiciona os indivíduos e grupos socialmente. Existe uma clara noção daquilo que são modos de vida urbanos e modernos e daqueles que pertencem à esfera do tradicional e esta percepção permite a redefinição constante de identidades mais ou menos urbanas. Estas distinções contribuem, a um nível mais abrangente, para a constituição de estratos sociais cuja solidariedade, embora incipiente, se revela em alguns domínios e tende a reforçar-se.

---

<sup>165</sup> Ver SCHAEGLER, 1982, especialmente no que se refere à vida nos bairros degradados de Luanda que, mesmo apresentando muitos aspectos negativos sob o ponto de vista ocidental, constituem locais onde se realiza a educação indispensável das pessoas para a vida moderna.

### **CAPÍTULO III: Estratégias de Famílias em Luanda**

As estratégias de sobrevivência e reprodução assentam no grupo familiar que as define e gere e que desenvolve, sob esta orientação, uma série de práticas. Estas práticas permitem, por um lado, a geração de rendimentos e, por outro, a captação de serviços e de outros recursos. Elas baseiam-se essencialmente, como foi anteriormente referido, num modelo de dispersão das possibilidades e de concentração e complementarização dos esforços e resultados.

No caso específico de Angola, as estratégias têm sido analisadas especialmente através dos estudos sobre o sector informal<sup>166</sup> já que o grande conjunto de práticas associadas às estratégias de sobrevivência se apoia nas actividades desenvolvidas neste sector. Mas não só: as práticas combinam actividades formais e informais, trocas e reciprocidades, solidariedades, de forma articulada e complementar. Assim, não é possível estabelecer recorrências ou identificar regularidades no que diz respeito a estas práticas dada a multiplicidade de combinações e de limitações que configuram as diversas soluções encontradas. Os estudos sobre realidades e contextos específicos têm colocado em evidência que a variedade de práticas e actividades relacionadas com a sobrevivência e a reprodução social das famílias está também relacionada com as oportunidades, com os enquadramentos onde se inserem os indivíduos e com o estado dos mecanismos com que lidam<sup>167</sup>. As estratégias e as práticas implicadas redefinem-se e reformulam-se em função das condições e limitações objectivas, evidenciando um grau elevado de flexibilidade. Esta flexibilidade e adaptação constantes conferem um dinamismo particular às estratégias e às práticas, sendo possível identificar os traços mais evidentes em cada um dos contextos socioeconómicos específicos. Este eixo de análise das práticas associadas à reprodução das famílias incide sobre as transformações e adaptações que ao longo do tempo são mais evidentes, relacionadas com os contextos económico,

---

<sup>166</sup> Ver por exemplo, MORICE, 1987, FERREIRA, 1998, LOPES, 1998.

<sup>167</sup> RODRIGUES, 1997.

político, social, que reforçam a ideia de que as actividades económicas e as práticas variam no tempo e com as diversas conjunturas.

Em relação às últimas décadas, é possível identificar um conjunto de soluções adaptadas aos contextos socioeconómicos que permitem caracterizar em traços largos as actividades a que recorrem os Luandenses. No período a seguir à independência dominam essencialmente as trocas institucionais, as trocas individuais, o mercado paralelo (abastecido pela pequena produção privada, autoconsumo, empresas estrangeiras, desvios maciços), o apoio familiar, a solidariedade individual, os esquemas (RELA, 1992). Na década seguinte assiste-se ao predomínio das actividades no sector informal, à intensificação de culturas alimentares, de serviços, à diversificação das actividades na família, às solidariedades, às migrações e à proliferação de um conjunto de actividades ilegais (ADRA, 1993). Num levantamento recente realizado em Luanda, foi possível elaborar uma tipologia das estratégias de sobrevivência e fazer um pequeno levantamento das actividades que elas implicam<sup>168</sup>.

*Práticas implicadas nas estratégias de sobrevivência da população de Luanda*

<b>Individuais</b>	Comércio informal, empregos múltiplos, migrações diversas, auto-consumo, actividades criativas das crianças, trabalho de menores, poligamia, prostituição, roubo/banditismo, candonga/garimpo, camanga, recepção de ajuda, inscrição múltipla em cozinhas comunitárias, mendicidade
<b>Familiares</b>	Actividade no sector informal, intensificação de culturas alimentares, aproveitamento de novos vegetais para a alimentação, aluguer de compartimentos de casa, diversificação das actividades na família, cozinhas comunitárias, diminuição quantitativa e qualitativa das refeições, solidariedade, prostituição, poligamia, abandono/venda/entrega de menores
<b>Comunitárias</b>	Solidariedade, migrações em conjunto, actividade “coordenada” do sector informal, dependência da ajuda, reconversão das actividades, desenvolvimento da capacidade de adaptação
<b>De grupo</b>	Grupos fictícios, reconversão de actividades, delinquência, prostituição e criminalidade organizadas

Fonte: ADRA, 1993

Na definição dos autores, estas práticas são “...estratégias e acções levadas a cabo pela população que (...) lhes permitem sobreviver (...) imaginadas ou

<sup>168</sup> Apesar de serem denominadas de “estratégias”, entende-se que se tratam antes das práticas resultado das estratégias, diferenciação já realizada acima.



concebidas pela população” (ADRA, 1993:10). “Estas estratégias, que resultam em determinado tipo de práticas, têm como objectivo a sobrevivência e a satisfação das necessidades básicas do grupo ou indivíduos e não têm qualquer perspectiva de construção económica do país ou mesmo individual, a médio ou a longo prazo” (ADRA, 1993:11). Mais uma vez, é reforçada a ideia de que estas práticas e as actividades que elas implicam não possibilitam o desenvolvimento quer individual quer de grupo e que não constituem objectivos dos implicados a melhoria das suas condições de vida, a ascensão social e/ou económica. Mais uma vez se torna necessário reforçar a ideia atrás apresentada que os objectivos das práticas não podem ser definidos através da análise das práticas ou da contabilização das possibilidades oferecidas directamente e à primeira vista por um determinado tipo de actividade. Apenas integrando as práticas no grupo que as desenvolve e idealiza é possível perceber que a articulação, a diversificação e a complementarização constituem elementos fundamentais, apenas possíveis enquanto as estruturas de base (as famílias) conseguirem gerir o processo. A associação simples de determinadas actividades a graus de possibilidades impede a percepção da verdadeira dimensão e importância de cada uma das actividades e esforços no conjunto das práticas desenvolvidas pelos grupos. Apenas a análise destas complementarizações e articulações permite determinar qual o grau de “sucesso” de uma estratégia, quais as possibilidades de sobrevivência e reprodução dos grupos que são ou não asseguradas.

O olhar integrado sobre as estratégias e o conjunto de práticas que elas mobilizam permite entender que, em grande parte dos casos, as condições precárias da população não se traduzem em pobreza absoluta porque existem laços de entajuda e de solidariedade familiares, locais, de grupo. Os factores que enfraquecem ou destroem esses laços são fundamentalmente a crise de valores, a falência das instituições e a dissolução dos sistemas tradicionais e, portanto, não são sempre a tradução de uma diminuição dos níveis de rendimento possibilitados por determinado tipo de actividades.

As estratégias e as actividades económicas que elas implicam adaptam-se, preferencialmente, às condições e variações ao nível socioeconómico. As alternativas de recurso à disposição dos Luandenses (formas de integração e participação nos processos económicos e sociais) têm como principal suporte o sector informal (AMADO, 1994). Actualmente em Luanda e em termos gerais, as práticas relativas à sobrevivência e à reprodução implicam, em grande parte dos casos, o recurso às actividades no sector informal e à criação e reforço de redes de solidariedade assentes em novos pressupostos como a religião, as relações de vizinhança, as associações. Segundo algumas perspectivas, "...a maior parte dos angolanos que vive à volta de Luanda tem como maior preocupação sobreviver até ao dia seguinte" (GAMITO et. al., 1996). Para poder realizar tal objectivo (que, como foi já referido, não é o único), as famílias organizam e gerem um conjunto de actividades, cuja forma e articulação difere de caso para caso<sup>169</sup>.

Neste capítulo, as informações relativas às estratégias das famílias em Luanda e a integração nestas do trabalho assalariado, resultam fundamentalmente dos inquéritos e entrevistas realizados em bairros da cidade e entre trabalhadores de empresas do sector formal. Por se iniciar a análise a partir do âmbito mais geral das estratégias, procede-se, nesta fase, a uma caracterização dos bairros onde decorreu a pesquisa empírica (sendo no capítulo relativo ao trabalho assalariado realizada a caracterização das empresas onde decorreu o trabalho de campo). Os principais temas tratados neste capítulo referem-se à análise das famílias em Luanda, à análise das práticas que as estratégias implicam no âmbito das actividades económicas e a análise das redes de solidariedades.

### ***Caracterização dos bairros***

O trabalho de terreno relativo às famílias foi realizado nos bairros 11 de Novembro (Município do Cazenga, ANEXO 13), Rocha Pinto (Município da

---

<sup>169</sup> Ver o exemplo de uma família em GAMITO, et. al., 1996.

Maianga, ANEXO 15) e Boa Esperança (Município do Cacuaco, ANEXO 14). A análise baseia-se nas entrevistas e inquéritos aí realizados a famílias, complementando-se esta informação com os dados obtidos junto de elementos das estruturas administrativas e junto de diversas personalidades.

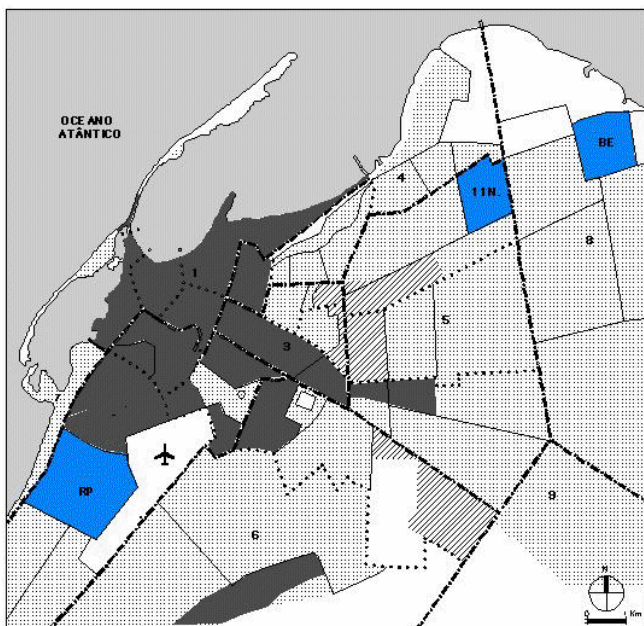
*Entrevistas e inquéritos por bairro*

	Entrevistas			Inquéritos
	Administração	Líderes	Famílias	
<b>11 de Novembro</b>	7	17	26	129
<b>Boa Esperança</b>	3	17	28	173
<b>Rocha Pinto</b>	2	12	26	255
<b>Total</b>	12	46	80	557

O bairro 11 de Novembro, no Município do Cazenga e o Rocha Pinto, no Município da Maianga, são relativamente centrais e cedo integraram a primeira auréola da expansão urbana. Quanto ao Boa Esperança, no Município do Cacuaco, apesar do adensamento populacional e habitacional registados nos anos mais recentes, sempre foi considerado como pertencendo a uma área mais rural. Mesmo que actualmente esta já não seja a percepção geral dos próprios habitantes, ele não deixa de ser o bairro mais afastado do centro (em termos das deslocações pendulares diárias) e o mais recente.

O Município do Cazenga situa-se na fronteira com municípios rurais (Viana e Cacuaco) com melhores acessos às províncias do Norte do país; o do Cacuaco está implantado em município rural também com melhores acessos às províncias do Norte; a Maianga é um município claramente urbano com melhores acessos às províncias do Sul. O crescimento destes bairros está associado às migrações sucessivas de populações provenientes de outras províncias devido à guerra e às condições económicas e sociais, para além do crescimento natural. Exceptuando o Boa Esperança cujo crescimento se inicia em anos mais recentes (meados dos anos 80), as áreas periurbanas de Luanda registam um aumento em população e construção desde os anos 70, especialmente após a independência e com um ritmo sempre crescente até aos dias de hoje. O bairro 11 de Novembro, apesar de aparecer antes da

independência, cresce mais rapidamente nos primeiros anos da independência e o Rocha Pinto nos finais dos anos 70. No bairro 11 de Novembro contam-se cerca de 92.500 habitantes, no Rocha Pinto cerca de 115.000 e no Boa Esperança 45.000.



Mapa de Luanda e Localização dos bairros  
Fonte: SALVADOR, 2003

O afluxo da população e a sua fixação nos bairros pressupõe, de uma maneira geral, fases idênticas: aumento do número de membros que compõe cada agregado; aumento do número de construções nos talhões existentes; alastramento da ocupação com

construção em todos os espaços livres e aparecimento de novos talhões nos espaços periféricos. Resultado desta dinâmica, a configuração actual desta periferia que se estende em todas as direcções é, em traços largos, uma vasta extensão de casas desordenadas e precárias. A maior parte das habitações existentes nos três bairros resultam de ocupações irregulares ou pelo menos não planeadas, com recurso à autoconstrução com utilização de materiais predominantemente perenes (especialmente recorrendo ao uso de blocos de cimento nas paredes e chapa de ferro nas portas e janelas). Estas habitações, que representam um investimento económico significativo e um importante esforço das famílias, reflectem, por um lado, a perspectiva de uma ocupação do espaço a longo termo, por outro, a ausência de repressão administrativa em relação à construção não regular.

Resultado das ocupações espontâneas dos terrenos dos bairros periféricos de Luanda e da autoconstrução que desde há vários anos a esta parte é um fenómeno recorrente, a maior parte das habitações é propriedade dos seus ocupantes. Os dados obtidos através das entrevistas revelam uma proporção de habitações próprias correspondente a 62 casos (em 80 entrevistas) enquanto que as habitações alugadas são apenas 13.

A ocupação faz-se em todos os terrenos disponíveis, incluindo barrocas em perigo eminente de derrocada, ravinas, linhas de água e lixeiras, implantando-se em talhões vedados, na maior parte dos casos, encostados uns aos outros, ou atravessados por ruas, caminhos ou becos. Estas estradas e caminhos não são asfaltados e por essa razão estão, a maior parte do tempo (mas em especial durante a época das chuvas) alagados e formam sulcos e irregularidades que dificultam e muitas vezes impedem a circulação.

A inexistência de infra-estruturas básicas nos três bairros obriga a um dispêndio diário de energia, trabalho e dinheiro por parte da população, para poder obter água ou energia para resolver os problemas diários da higiene pessoal, da confecção de alimentos, do tratamento do lixo. O acesso à água, por exemplo, esgota parte significativa dessas energias: a rede pública de distribuição de água é inexistente em alguns bairros ou não está operacional; poucos chafarizes estão em uso. A solução comum é a compra de água directamente a camiões-cisterna ou a balde, a vizinhos que possuem tanques de armazenamento de água e que se dedicam a este negócio, tarefa que pode ocupar uma ou mais pessoas dos agregados, uma ou mais vezes por dia, percorrendo distâncias relativamente longas.

O problema da ausência de rede de esgotos nos bairros é resolvida com a construção de latrinas nos quintais, normalmente com fossas secas. O sistema de esgotos, previsto para uma população quatro vezes menor e implantado apenas na zona do asfalto, não serve a população dos

musseques. E, segundo grande parte das perspectivas, a sua implantação encontra-se comprometida num futuro próximo devido a este crescimento desordenado.

O mesmo acontece com o sistema de recolha de lixo que, se em algumas zonas de musseque, nas estradas próximas ou em locais onde podem ser colocados contentores ainda é possível ser realizado, noutras (e em grande parte delas), apenas se vai acumulando e dando novos contornos à morfologia dos lugares, quer através dos novos montes e até colinas que vão surgindo como através das barreiras que criam nas linhas de escoamento de águas, fazendo-as criar novos caminhos, ravinas, lagos. Mas esta grande quantidade de lixo que pode ser encontrada pelas ruas dos musseques contrasta com o que se verifica no interior das habitações ou mesmo à porta: existe uma grande preocupação em manter as casas limpas, os quintais varridos e, sempre que há possibilidade de o fazer, queimam-se os lixos domésticos nos quintais. Em todo o caso, apesar de serem encontradas soluções por parte dos habitantes dos bairros para fazer face aos problemas relacionados com a falta ou inadequação das infra-estruturas existentes, é questionável que esta capacidade seja sustentável futuramente e que consiga acompanhar o adensamento populacional e habitacional que se mantém a um ritmo elevado.

Nos bairros mais recentes, mais afastados do centro e dos postos de trabalho formal, onde reside um maior número de deslocados, os habitantes dispõem geralmente de menos infra-estruturas e menos serviços sociais que os mais próximos do centro. Nalguns mais antigos existem algumas escolas oficiais próximas ou mesmo instaladas com o propósito de servir os habitantes da zona mas que nunca chegam a ser em número suficiente para todos os potenciais alunos.

*Elementos recolhidos das entrevistas e do levantamento físico*

	<b>Boa Esperança</b>	<b>11 de Novembro</b>	<b>Rocha Pinto</b>
<b>População estimada</b>	30.000 a 40.000 habitantes	92.500 habitantes	115.000 habitantes
<b>Número de escolas</b>	Três escolas oficiais (duas do 1º nível e uma do 2º nível); Escolas privadas	Uma escola do 1º nível; Escolas privadas	Quatro escolas oficiais (duas do 1º nível e duas do 2º nível); Escolas privadas
<b>Número de unidades de saúde</b>	Clínicas privadas	Um centro de saúde da igreja (IEBA) Clínicas privadas	Um posto de saúde Clínicas privadas

O mesmo acontece em relação aos postos médicos e o que é ainda mais preocupante é que os serviços prestados tanto pelas escolas como pelas estruturas sanitárias estatais sempre estiveram sujeitos a uma série de contrariedades (falta de pessoal, de equipamento, de gestão adequada) que os colocaram muito aquém da satisfação das necessidades das populações.

O que marca a diferença entre os bairros é, no entanto, o desenvolvimento de alternativas privadas para suprir estas carências. Em alguns bairros as escolas privadas, os explicadores, as escolas de línguas e de informática surgem em grande número assim como os postos de saúde privados e clínicas. No entanto, além da qualidade dos serviços prestados reflectir em inúmeros casos a baixa qualificação dos técnicos que os desenvolvem, o acesso aos mesmos é dificultado pelos baixos rendimentos da população e pelos preços altos neles praticados.

Quanto às actividades económicas, os bairros mais centrais e mais antigos (Rocha Pinto e 11 de Novembro) concentram uma parte significativa do parque industrial de Luanda (tanto de empresas nacionais como estrangeiras) bem como actividades informais comerciais mais desenvolvidas (em mercados ou de rua). No bairro mais periférico existem algumas condições para a prática agrícola (disponibilidade e fertilidade dos terrenos) que não são, contudo, promovidas devido à escassez de água e registam uma diminuição gradual devido ao aumento das construções. Neste bairro e na sua proximidade, no entanto, existem empresas industriais de grande

dimensão que absorvem um número significativo de habitantes do bairro, como foi referido pelos entrevistados. No bairro Rocha Pinto mantém-se uma actividade no sector terciário relativamente importante (pesca e seca de peixe).

O nível de urbanidade de cada um dos bairros é diferente (RAPOSO&SALVADOR, 2003). Se forem tomados em linha de conta indicadores como a proximidade ao centro da cidade, as datas de ocupação, o grau de organização local, a densidade populacional, o tipo de habitação predominante e as infra-estruturas entre outros, constata-se que o 11 de Novembro é o bairro mais urbano e o Boa Esperança, o menos urbano. Em todo o caso, nem sempre as diferenças em termos espaciais ou em termos de antiguidade dos bairros, geram necessariamente uma diferenciação em termos da urbanidade das populações que habitam determinada área. Mesmo existindo alguma coincidência entre um menor nível de integração nas práticas e estruturas urbanas daquelas pessoas que mais tarde chegam a Luanda e que na maior parte dos casos se instalam nos bairros cada vez mais afastados do centro, registam-se inúmeros casos em que esta correspondência não é directa. Em bairros periféricos como o Boa Esperança, por exemplo, existem vários exemplos de famílias que, tendo sempre habitado o centro da cidade, optam pela venda dos imóveis do centro e pela construção de novas casas nestas zonas mais periféricas.

As reconfigurações que os bairros e a cidade registam nos últimos anos em termos físicos são acompanhadas de recomposições e reconfigurações quer em termos das populações implicadas no processo, da estruturação e composição social, quer em termos de mudanças ao nível das formas de estar e ser em meio urbano. As estratégias das famílias recompõem-se e reorientam-se em função das transformações que ocorrem aos mais variados níveis, fazendo surgir novas formas de organização social, de racionalização das estratégias e da vida urbana, de gestão da sobrevivência e da



reprodução social e do lugar do trabalho assalariado nas estratégias das famílias.

## **1. Famílias em Luanda**

Como foi referido, tradicionalmente em África o modelo familiar predominante é o da família extensa. A família extensa inclui diversos membros de diversos graus em redes de solidariedade e pressupõe uma gestão comum de um espaço delimitado. Corresponde, essencialmente, a um grupo integrado de várias famílias nucleares que residem, normalmente, numa mesma casa ou num mesmo conjunto de casas com serventias interdependentes, integrando diversas gerações e linhas de descendência num mesmo espaço alargado. É o modelo que predomina no meio rural até ao início do século XX e que pode chegar a confundir-se, pela sua extensão, com uma aldeia. Com a migração para o meio urbano, a maior parte destes grupos tende a alterar e a adaptar este modelo familiar, quer porque os períodos de migração não são necessariamente comuns a todos os membros quer porque as pressões que a organização e distribuição espacial na cidade não permitem, na maior parte dos casos, a reedição das formas de organização e socioespacial do meio rural. Assim, as famílias alargadas – incluindo a família poligâmica que constitui um dos modelos mais comuns – predominam em praticamente todos os contextos urbanos. A família alargada pode constituir uma unidade residencial específica mas na maior parte dos casos (e no sentido aqui utilizado) ela abarca membros que podem habitar em zonas diferenciadas dos bairros, da cidade, do país.

Em todo o caso, a migração para a cidade não impõe uma ruptura profunda e radical em relação ao modelo familiar rural. Em quase todos os países em processo de transformação social e económica não se regista, em meio urbano, uma passagem directa do modelo da família tradicional para a família

nuclear (MORGAN, 1993:246)<sup>170</sup>, sendo as transformações relativamente graduais e adaptadas quer aos modelos transportados das heranças tradicionais quer às novas realidades. Assim, apesar de se alterar a estruturação da família extensa, a manutenção de uma matriz familiar relativamente abrangente torna-se evidente na opção pela família alargada e pela gestão de tipo comunitário.

Desta forma, em diversos contextos urbanos (a nível mundial e em África), a família alargada é o modelo que caracteriza as tendências mais gerais no que diz respeito à organização familiar, compromisso entre a família extensa e o modelo da família nuclear (CANEL et al., 1990:32). Em Luanda este é também o modelo mais recorrente, apesar de em 1973, nos últimos anos da colonização, se registar uma certa tendência para a redução do tamanho e da complexidade dos agregados nos musseques de Luanda (MONTEIRO, 1973a:214), o que poderia traduzir uma tendência para a redução do grupo solidário não residencial: “O meio urbano é favorável à família nuclear não só pela ocidentalização mas pelas condições objectivas de alojamento e trabalho” (idem: 147). Mas esta tendência é precisamente verificada numa altura em que a subsistência “depende quase exclusivamente do salário que condiciona a dimensão da família” (idem: 148) e num período em que se regista uma maior influência dos valores e modos de vida europeus, bem patente no aumento do número de “assimilados”. Na actualidade, não se verificando as mesmas tendências e aumentando o número de migrantes recentemente chegados à cidade, constitui uma tendência generalizada a manutenção de valores e estruturas herdadas dos meios rurais.

Não é claro, portanto, que na actualidade exista uma correspondência directa entre a vinda destes migrantes para a cidade e uma transformação de valores e práticas no sentido da incorporação de modelos ocidentais como a família nuclear ou a redução do número de filhos ou a monogamia. Muitos elementos das sociedades de origem são mantidos (como as obrigações linhageiras e as

---

<sup>170</sup> Confirmar também em GOODE, 1969:18 as considerações sobre as implicações da urbanização na estruturação do modelo da família nuclear.

relações com os grupos de origem) embora alguns aspectos registem algumas alterações como a tendência para a restrição do número de membros das famílias sem contudo atingirem o nível nuclear, constituindo-se assim famílias “compostas e alargadas” (DOZON, 1986:285). Estas famílias alargadas apresentam-se como conjuntos flexíveis no que diz respeito à integração de membros de diferentes graus e tipos de filiação e também no que respeita às fronteiras físicas, ao espaço ocupado. Nem sempre este corresponde ao grupo residencial ou ao grupo doméstico, estendendo-se antes por diversas habitações, mais ou menos próximas, de diferentes tipos e composições. O que na verdade caracteriza e dá significado à família é a intensidade das reciprocidades e a reclamação por parte dos membros de uma pertença e partilhas comuns. Daí a dificuldade (anteriormente exposta) em apreender estas redes familiares a partir das noções de agregado.

Dessa forma, torna-se questionável que as tendências apontadas para os últimos anos da colonização correspondam a mudanças efectivas no que diz respeito às famílias. Em 1973, através de um inquérito realizado nos musseques de Luanda registava-se a existência de 51,4% de famílias do tipo nuclear (MONTEIRO, 1973). A dificuldade em estabelecer de uma forma precisa a efectividade desta tendência para a nuclearização reside essencialmente no critério da coabitação utilizado como base de definição da família. Os dados recentes obtidos no inquérito realizado nos três bairros da cidade são igualmente imprecisos no que diz respeito às famílias<sup>171</sup>. No entanto, através das entrevistas aprofundadas foi possível apurar uma percentagem elevada de famílias do tipo alargado (81%, 64 casos), correspondendo as famílias nucleares a apenas 13% (10 famílias). Apenas num caso se regista uma pessoa a viver sozinha (CRRP29). A comparação com os dados anteriores é difícil devido à utilização de critérios diferentes para definir família, mantendo-se assim a dúvida se a tendência para a nuclearização caracterizava a população urbana do início dos anos 70, se a tendência para o alargamento é recente, entre outras.

---

<sup>171</sup> Ver referência anterior.

Se no modelo da família extensa as redes de solidariedade abarcam todos os membros das famílias, na família alargada predominam antes critérios relacionados com a intensidade das trocas e das relações entre membros ligados pelo parentesco. As famílias nucleares, constituídas pelos pais (ou um progenitor) e os filhos constituem o modelo que abarca um número mais reduzido de membros enquanto que as famílias extensas, onde os laços de parentesco se estendem e inter cruzam diversos agregados num mesmo espaço territorial (normalmente amplo), integram a quase totalidade dos consanguíneos e afins. A família alargada não inclui necessariamente todos os membros consanguíneos ou por afinidade, sendo a cooptação dos membros (sob a designação dos termos do parentesco) feita através do estabelecimento de relações de solidariedade, de entreajuda e cooperação a diversos níveis.

As famílias alargadas abarcam membros ligados por laços de consanguinidade e de afinidade, sendo a solidariedade um dos princípios implícitos. Elas incluem chefes de família, cônjuges e filhos e um número variável de outros membros, na maior parte dos casos sobrinhos, irmãos, cunhados, netos, pais, primos, irmãos, netos e bisnetos. Ressalve-se que existem agregados que à primeira vista podem parecer tratar-se de casos de famílias nucleares mas cuja análise mais aprofundada e tendo em conta o conjunto do talhão (o quintal) onde se inclui a casa revelam que se tratam antes de casos em que vários conjuntos nucleares habitam um mesmo talhão e que funcionam como uma única unidade (GS11N7, CSR3, CSBE5): as refeições são feitas em conjunto, existe entreajuda entre as diversas casas, existem actividades económicas e negócios em comum, as crianças estão a cargo de um dos membros da família<sup>172</sup>, etc. Isto para além de ser possível encontrar ainda ligações e solidariedades familiares que se estendem para além deste espaço.

---

<sup>172</sup> Os recursos a que as famílias têm acesso e que têm que gerir e racionalizar podem passar pela concentração de um serviço deste tipo em apenas um dos membros, libertando os restantes para outras actividades. Mais adiante retoma-se este assunto.

As relações familiares são diversas e integram membros também de diferentes tipos. Existem famílias que integram filhos de uniões anteriores, famílias que integram as próprias esposas de uniões anteriores e seus filhos ou outros familiares, famílias que incluem membros com afinidade ou consanguinidade em terceiros e mais graus, tornando-se por vezes até para os próprios entrevistados difícil a definição do grau de parentesco de alguns membros: “ [com a segunda mulher] tenho dois filhos e ela tem dois filhos também. Tem os filhos da irmã.” (SARP11). Acrescente-se a estes os membros cuja consanguinidade ou afinidade não podem ser estabelecidas objectivamente mas cuja inclusão no conjunto dos “parentes” depende da vontade dos restantes membros.

A poligamia, que é uma situação comum, gera ainda outras formas de estruturação das famílias, com implicações directas na sua constituição, na sua distribuição pelos espaços de uma casa e de um talhão. O próprio casamento e passagem à idade adulta dos membros implicam, na maior parte das vezes o rearranjo dos espaços, incorporando novas estruturas e distribuições em termos espaciais. Em alguns casos e perante a falta de possibilidades (económicas, espaciais) de construir uma nova casa num outro talhão ou outro bairro, alguns membros recém-casados podem optar pela construção de anexos no interior dos talhões familiares, autonomizando-se parcialmente em relação a esta em termos espaciais mas mantendo-se integrados na dinâmica e nas estratégias familiares. Estas subdivisões, que à primeira vista podem parecer conjuntos de agregados autónomos, não gerem, no entanto, as suas estratégias e práticas de forma independente.

Em relação ao número de membros por agregado, os dados das entrevistas são grosso modo coincidentes com aqueles obtidos através do inquérito e com aqueles que são apresentados na maior parte dos estudos sobre as famílias e agregados em Luanda. Em 1973, Monteiro refere que nos musseques de Luanda a dimensão média dos agregados é de 5,6 pessoas, o

que poderá ter conduzido à conclusão de que a família nuclear tendia a estar mais representada.

*Número de pessoas do agregado (entrevistas)*

	<b>1-2</b>	<b>3-8</b>	<b>+8</b>	<b>+20</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
<b>11 Novembro</b>	0	13	8	0	5	26
<b>Rocha Pinto</b>	2	10	6	2	6	26
<b>Boa Esperança</b>	0	9	10	2	7	28
<b>Total</b>	2	32	24	4	18	80

Os resultados obtidos através das entrevistas indicam que a dimensão média dos agregados parece ter-se mantido nos níveis registados em 1973, sendo no entanto de notar que são também em grande número os agregados que integram mais do que oito pessoas. Apenas uma amostra mais ampla poderia permitir uma comparação mais fiável entre as duas épocas ou o estabelecimento de uma média abrangente de todos os tipos de agregados familiares em Luanda.

Através da análise mais minuciosa das entrevistas, alguns casos relativos a agregados cujos entrevistados afirmam serem reduzidos (casal e um ou dois filhos) ou numerosos (casos de, por exemplo, 25 pessoas a viver numa mesma casa, CLRP1), nem sempre correspondem à unidade que constitui a família nos termos aqui utilizados. O grupo solidário que gere e participa no conjunto das actividades incluídas numa estratégia de sobrevivência e reprodução nem sempre corresponde à quantidade de pessoas declaradas como habitando um mesmo espaço. Da mesma forma, a própria composição das famílias nem sempre é de fácil definição através das respostas dadas pelos entrevistados e pelos inquiridos. Em muitos casos, aqueles que são considerados “filhos” são, na realidade sobrinhos ou mesmo os afilhados e outras relações de parentesco são definidas segundo termos que nem sempre correspondem ao laço biológico ou de aliança que verdadeiramente existe. Outras dificuldades na análise das famílias a partir dos dados fornecidos surgem também em relação aos membros das famílias com residência intermitente ou provisória naquele espaço: por um lado, podem ser

declarados como apenas pontualmente fazendo parte da família ou podem, por outro, não ser sequer declarados.

Em todo o caso, as dificuldades em termos de classificação dos membros incluídos nas famílias ou das dimensões efectivas destes grupos não impede que as características gerais das famílias possam ser postas em evidência, ressaltando-se que os dados fornecidos resultam das interpretações dos próprios entrevistados e inquiridos.

Assim sendo, as informações relativas ao número de filhos dos entrevistados e dos inquiridos, pode não ser suficiente para medir, por exemplo, as variações em termos de natalidade mas fornece dados que ajudam a delinear as configurações das famílias em termos de dependentes, filhos ou considerados filhos. No que respeita aos inquiridos, apenas é possível estabelecer um número médio de filhos (3,7) a partir do número de inquiridos (556) e do número de filhos declarados (2045). Não é claro, no entanto que se verifique uma elevação da natalidade em relação aos valores obtidos em 1973 – o número médio de filhos por casal era 2,8 (MONTEIRO, 1973) – muito embora ela seja provável. No que diz respeito às entrevistas, o número de famílias com poucos filhos (entre 0 e 2) é significativo. Caso curioso é que no bairro mais urbanizado (11 de Novembro) se encontram mais famílias com um número de filhos superior a 3 enquanto que no bairro menos urbanizado (Boa Esperança) se encontram mais famílias com um número de filhos mais baixo.

*Número de filhos (entrevistas)*

	<b>0-2</b>	<b>3-6</b>	<b>+6</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
<b>11 Novembro</b>	7	13	3	3	26
<b>Rocha Pinto</b>	9	7	8	2	26
<b>Boa Esperança</b>	12	9	5	2	28
<b>Total</b>	28	29	16	7	80

Esta informação poderia ser, à primeira vista, reveladora de que as famílias que mais recentemente chegam a Luanda registam uma tendência a ter menos filhos, o que não parece verosímil já que a maior parte é originária de

meios rurais onde os níveis de natalidade são tendencialmente mais altos. Uma hipótese plausível é a de que se tratam antes de casais mais jovens (os migrantes por excelência) que devido ao curto tempo de permanência na cidade não têm ainda muitos filhos.

*Escalões etários dos chefes de família/agregado (inquérito)*

Escalões etários	11 Novembro	Rocha Pinto	Boa Esperança	Total
15-24	7	11	17	35
25-34	32	87	61	180
35-44	49	76	50	175
45-54	17	45	23	85
55-64	10	18	9	37
65+	6	3	3	12
NS/NR	8	15	10	33
<b>Total</b>	129	255	173	557

Mas a definição em termos absolutos das transformações relativas à estrutura e composição das famílias em Luanda apenas será possível de realizar a partir de informações mais abrangentes. A partir dos dados aqui apresentados apenas é possível indiciar uma prevalência das famílias/agregados que incluem um número elevado de membros e um número significativo de filhos, correspondente à tendência para a existência de um maior número de famílias do tipo alargado.

A tendência actual para a recomposição das famílias em unidades alargadas é acompanhada de mudanças em termos de racionalidades. A família em Luanda tem ainda sido, ao longo dos tempos, alvo de transformações ao nível da sua estruturação interna e ao nível da definição de estatutos. O tipo de família dominante no século XVIII, tradicionalmente matrilinear nesta zona, tornava-se tendencialmente patriarcal ou pelo menos tendia a assumir um carácter misto, entre a família patriarcal monogâmica europeia e a família alargada africana (VENÂNCIO, 1996:52). Originariamente matrilineares, as famílias em Luanda, durante os últimos anos do período colonial, tendiam para a adopção, em larga escala, do modelo bilateral com preponderância patrilinear, característico da influência portuguesa (MONTEIRO, 1973a:144). Em todo o caso, já nessa altura se registava uma tendência para a



manutenção de certas práticas reveladoras da importância da linha materna, como a manutenção dos filhos nas famílias das mães nos casos de divórcios ou de mães solteiras (idem: 145). Apesar de não serem aqui analisadas e objecto de investigação sistemática, estas continuam a ser práticas comuns e nos casos onde é referida a poligamia (que entretanto ganhou nova vitalidade na actualidade), o procedimento corrente é a manutenção dos filhos sob responsabilidade das mães e das famílias das mães. Este facto encontra-se ainda bem representado no número significativo de agregados chefiados por mulheres.

A própria forma de constituição das alianças entre famílias tem registado algumas transformações nos últimos tempos em casos específicos (como a relativamente maior possibilidade de escolha dos cônjuges), registando-se contudo, uma tendência para a manutenção de certas instituições matrimoniais tradicionais.

Através da análise do estado civil da população em Luanda utilizando os termos clássicos que classificam as uniões, obtêm-se resultados com um certo enviesamento em relação às situações efectivas. Os dados do IDR relativos ao estado civil (ver capítulo II desta parte) quando comparados com os dados obtidos através das entrevistas e incluindo nos casamentos as uniões de facto e os casamentos “só”<sup>173</sup> tradicionais, colocam em destaque a existência de um número muito baixo de pessoas solteiras e um maior número de pessoas casadas.

*Estado civil (entrevistas)*

	<b>Casado/junto</b>	<b>Solteiro</b>	<b>Viúvo/Separado/divorciado</b>	<b>Total</b>
<b>11 Novembro</b>	19	3	4	26
<b>Rocha Pinto</b>	18	4	4	26
<b>Boa Esperança</b>	25	1	2	28
<b>Total</b>	62	8	10	80

<sup>173</sup> Esta é uma expressão utilizada pelos entrevistadores acerca do casamento, talvez porque a situação conjugal não se ajuste exactamente aos termos do direito civil com os quais o entrevistador é conotado.

Apenas a análise mais aprofundada do tipo de uniões permite explicar a discrepância entre os valores e, no âmbito da análise das famílias, das redes de solidariedades e das estratégias familiares, revela-se mais útil a inclusão de todas as uniões conjugais num mesmo conjunto, independentemente do seu enquadramento legal ou jurídico.

As diferenças encontradas entre os valores relativos ao estado civil podem ser explicadas pelo facto de o casamento tradicional ser o mais comum<sup>174</sup>. Daí que quando questionados acerca do seu estado civil grande parte dos entrevistados não refira que seja casado mas sim que “mantêm” ou ainda outras situações cujo discurso merece uma maior atenção: “...Tenho mulher mas não sou casado...dei alembamento à família da mulher” (CR11N2); “Casámos no Bengo. Mantemos” (CR11N3); “Casei pela conservatória com a primeira mulher. Esta é a minha amante. A casada é falecida” (GSRP26).

De um modo geral, em África as transformações respeitantes aos casamentos estão relacionadas com o aumento da idade do casamento e no modo como os casamentos são arrançados (MORGAN, 1993:240). Mas mesmo sendo reforçado nos discursos das pessoas mais novas que algumas alterações em relação aos casamentos têm ocorrido e que os modos de pensar as uniões se transformaram, estas ideologias nem sempre correspondem à prática: “Não tenho mulher nem filhos: não tenho dinheiro. É preciso ter as mínimas condições para casar porque devemos conhecer os direitos do homem; os filhos também precisam [de coisas], têm que crescer com uma vida normal; agora, nós termos filhos para depois virem sofrer... Da minha idade, há alguns que não pensam assim. A maioria tem filhos de várias mulheres. Eu penso outras coisas, outra vida. Eles não pensam no futuro, no que te pode acontecer amanhã. “ (CR11N6).

---

<sup>174</sup> Em 1973, 44,8% dos casamentos são do tipo tradicional (MONTEIRO, 1973a:175). Ver também a descrição do casamento tradicional em Luanda e suas fases (pedido, aceitação e alembamento) que faz SANTOS, A.S. (1970).

Muitos ainda se recordam, especialmente as pessoas oriundas de meios rurais, da forma como os casamentos eram arranjados e como serviam os interesses de alianças de certas e determinadas famílias: “O pai da minha esposa e o meu tio foram muito amigos e nós crescemos juntos. A minha família é que me dava os conselhos «no quintal daquele senhor ali há umas miúdas mais aproveitadas, mais jeitosas, para casar com elas». E eu é que tive que abandonar aquilo que estava na minha ideia e seguir o ramo das famílias. Até aqui estamos sempre juntos” (CRBE20). Ou então “tiraram-me da casa dos meus pais para viver aqui” (CR11N5). Note-se, no entanto, que é assinalado recorrentemente que este tipo de arranjos “familiares” tem tendência a decrescer em meio urbano e no quadro das novas formas de pensar as uniões.

A designação “casamento tradicional” é a utilizada pelos entrevistados, muito embora algumas questões possam ser levantadas quanto às transformações por que tem passado esta prática, induzidas quer pelas influências das práticas urbanas adoptadas pela população migrante quer pelas influências de outras práticas “tradicionais” de outros contextos rurais.

Este tipo de união preferida é indicador da manutenção de estruturas e ideologias do meio rural e pode ser indicador de que os modelos da matriz tradicional são adaptados ou não, alterados ou não, dependendo das vantagens aos mais variados níveis que possam trazer os indivíduos e aos grupos. Em termos do estabelecimento de solidariedades formalizadas pela instituição do casamento, poderá ser mais vantajoso para os grupos optarem pelas uniões baseadas nas redes de solidariedades ancestrais e reforçadas pelo recurso ao modelo matrimonial de origem. Por um lado, os indivíduos e os grupos vêem reforçadas as solidariedades e por outro mantêm algumas das instituições de origem. No caso da manutenção do alembamento, que abrange a maior parte das uniões, reforçam-se ainda as reciprocidades e as obrigações.

*Tipo de casamento (entrevistas)*

	<b>Rocha Pinto</b>	<b>Boa Esperança</b>	<b>11 Novembro</b>	<b>Total</b>
<b>Tradicional</b>	13	19	13	45
<b>Tradicional/religioso</b>	0	1	3	4
<b>Civil/religioso</b>	2	0	1	3

A informação das entrevistas sobre o tipo de casamento refere-se apenas a alguns dos casamentos registados (52 em 62). A maior parte dos casamentos é do tipo tradicional (45) e a quantidade de casamentos que são tradicionais e religiosos (4) ou apenas civis e religiosos (3) é muito reduzida. Para além destes tipos de uniões, existem ainda relatos de casamentos tradicionais, religiosos e civis (GS11N3), uniões polígamas que assumem designações diferentes tratando-se de primeiras ou de segundas mulheres: "...sou casado com a primeira mulher. Esta agora é só tomada..." (CSBE4). Em todo o caso, importa reforçar a ideia de que o casamento tradicional é predominante e que mesmo nos casos onde se registam uniões legitimadas por uma igreja ou pelo registo civil, é comum a simultaneidade com o casamento tradicional.

De modo geral, a poligamia não decresceu em Angola durante o período colonial, excepto nos meios urbanos sob efeito das condições de vida impostas pelo meio e das pressões ideológicas relativas à monogamia (MONTEIRO, 1973:195). Actualmente e no que respeita ao estudo aqui desenvolvido, as situações de poligamia são muito difíceis de detectar já que existe uma tendência para que a resposta dada se enquadre em alguma situação legal ou standard, o que não acontece em grande parte dos casos. Sendo actualmente o referido efeito urbano menos pressionado por valores e ideologias monogâmicas, mantêm-se, no entanto, as pressões relativas aos modos de vida. A poligamia é uma prática comum e a manutenção de esposas em espaços diferenciados (em diversas zonas da cidade e no meio rural) é também recorrente, "se possível em musseques diferentes" (MONTEIRO, 1973:198): "...[o marido] tem duas vivendas. Eu moro aqui e a outra mora na Terra Nova. Tem duas esposas. A outra é mais velha, eu sou menor. Mas ele costuma estar mais ali [Terra Nova]. Aqui pára pouco". (CR11N5).

Noutras situações, o estado civil confunde-se com os percursos de vida: “O meu pai tem duas esposas, que são estas duas senhoras aqui sentadas (...). A mais velha vive há mais tempo com o meu pai mas depois houve uma separação porque eles estavam na província do Zaire: eu e o meu pai adiantámos vir aqui em 83 e em 87 ele viajou para Benguela porque tinha actividades lá e até agora ainda não veio. Passaram 4 ou 5 anos e ele ainda não chegou aqui. Ele tem empreendimentos em Benguela mas até agora ainda não recebemos um telegrama, nem nada. Eu fui lá [Benguela] uma vez mas não o encontrei: tinham dito que ele tinha ido para o Bié; também tem outra esposa lá no Bié. Em Benguela tinha outra esposa (...) A mulher mais velha tem 5 filhos e a mais nova tinha 6, já faleceu a primeira filha. Agora as duas têm cinco cada uma” (CR11N6). Neste tipo de casos, a classificação do tipo de uniões matrimoniais em presença encontra-se dificultada sendo, por essa razão, mais útil para o entendimento das estratégias familiares, reter a noção da flexibilidade, dos rearranjos sistemáticos, da centralidade da solidariedade familiar alargada em detrimento da nuclearização.

Em relação aos casamentos tradicionais, a maior parte dos casos referidos implicam o pagamento de um alembamento<sup>175</sup> à família da noiva (35 casos dos 52). O processo de casamento tradicional normalmente é iniciado com um pedido à família da noiva, pedido este que consiste numa carta e em algumas ofertas que variam consoante as posses dos indivíduos e das famílias e as regiões geográficas mas que normalmente é em dinheiro. Só após este pedido é que é acordado um alembamento e o pagamento deste pode ser prorrogado por vários anos, dependendo da situação económica da família que faz o pedido: “O pedido foi 500 Escudos (...) e depois o alembamento foi 900 Escudos (...) a família deu tecidos, deram umas grades

---

<sup>175</sup> “Alembamento é expressão aportuguesada do kimbundo e deriva dos termos “kulemba” (presentear) ou ilembu (presente). Começou-se por dizer “lemba”, evoluindo depois para “lembamento” e, finalmente para “alembamento”. “Alembamento”, como por vezes se ouve dizer, é já uma corruptela de alembamento” (MONTEIRO, 1973a:171). O alembamento implica a oferta – ou a garantia da futura oferta – de bens por parte do noivo à família da noiva.

de cerveja e uns dois garrafões de vinho” (GS11N3); “...naquela altura, quando me juntei com a mulher, era 12 mil Escudos que pediram de alembamento. Os 2 mil Escudos são o pedido e os 10 mil Escudos o alembamento” (SARP11). As uniões matrimoniais encontram-se assim inscritas no modelo de estabelecimento de reciprocidades e compromissos alargados. O alembamento reflecte a gestão estratégica da família colectiva e legitima e reforça os laços criados.

Aquilo que é oferecido à família da noiva é também variável e tem sofrido algumas modificações ao longo dos anos. Monteiro refere, em 1973 (p.189) que os casamentos modernos têm uma tendência para serem realizados sem recorrer ao alembamento. Na actualidade, a referência ao alembamento é recorrente: “ A tradição do Dondo é o sistema normal: dá-se cerveja, gasosa, whisky, champanhe, panos...” (CR11N2). “ ...o alembamento foram grades de cerveja, vinho, capacete, whisky, isso tudo. Deram o fato para o pai, o fato para a mãe...” (CR11N5). “Casei-me aqui em Luanda, casamento tradicional, com alembamento. Dei de alembamento – isto é muito importante – 12 grades de bebida, cobertores, sapatos do papá, lenço da velha e panos também; umas garrafas de whisky, galinhas vivas que andam (...) E no pedido, na altura, meteram uns 45 mil; na nossa Era não era preciso Dólares, conforme está agora, eram Kwanzas mesmo (...) Há diminuição, há redução dos pedidos [em relação a] antigamente. Depende da região, da tribo também, mas sempre existe, mas só que estão a tirar certas coisas (...) segundo os jovens, os mais velhos também pediam muito, ultrapassavam o degrau e agora estamos a cortar certas coisas” (CR11N8).

O cumprimento dos termos estabelecidos para o alembamento constitui uma preocupação geralmente referida. “É um casamento tradicional, falta é legalizar mas devido às condições de vida, uma pessoa casar assim... O alembamento é mesmo próprio [do casamento]. Mesmo que uma pessoa não tenha condições pede-se e amanhã, quando se tiver condições, paga-se. Normalmente depois de se pedir o alembamento, paga-se passados 20, 30

ou 40 anos. Eles pedem e então quando se tiver condições, [a pessoa] que se prepare. Há quem dê alembamento depois de ter já netos. Quando se faz o pedido dá-se dinheiro, é a primeira coisa, 1 milhão, 5 milhões, e eu já dei. Quando legalizar o casamento vou chamar os meus amigos, vizinhos, vou convidar os vizinhos” (CR11N10).

Existem ainda algumas variações que estão relacionadas com contextos específicos, muito embora se possa considerar a existência de um esquema geral no que se refere ao casamento tradicional em Angola. “Dei muita coisa. Eles foram um pouco flexíveis em relação aos outros bakongos. Quando se trata de alembamento, os bakongos, carregam mais. Alguns têm o espírito de até às vezes de vender a filha para pedirem um monte de coisas (...) Para a carta meti 100 milhões para o pedido; depois deram-me a resposta, que a carta estava aceite; e consecutivamente deram-me a lista das coisas que havia de levar para lá (...) Então tinha que comprar um fato para o pai, completo com os sapatos, tecido de pano para a mãe, um lenço para a tia, um garrafão de vinho, um litro de espumante, um litro de brandy, caixa de fósforos, barra de sabão (...) ainda levei cinco grades de cervejas, cinco grades de gasosa” (GSRP21). Mesmo existindo algumas diferenças relacionadas com a área geográfica das famílias em causa, o meio urbano tende a esbater-las, reconstituindo-se um modelo comum e abrangente.

O declínio do alembamento, algumas vezes conotado com o declínio da família extensa (MONTEIRO, 1973a:179), continua a ser uma instituição importante no que respeita às uniões matrimoniais, mesmo que se registem alterações significativas em relação aos montantes e bens implicados. Este facto, no entanto, poderá estar relacionado com as transformações ocorridas em relação às famílias cujo modelo predominante na actualidade apresenta também algumas diferenças relativamente ao modelo extenso. O alembamento na actualidade tende portanto a manter as fases do pedido, o estabelecimento dos montantes e das ofertas bem como o prazo previsto para o seu pagamento. Perante a fraca importância atribuída ao casamento

civil e/ou religioso, o casamento tradicional com alembamento constitui o meio socialmente reconhecido de estabelecimento de reciprocidades e obrigações entre famílias e redes familiares.

As transformações em termos de práticas e racionalidades, bem como as mudanças ocorridas ao nível da estrutura e composição das famílias, estão relacionadas com a gestão dos membros das famílias, com a gestão dos recursos, com a adaptação entre uns e outros que as estratégias de sobrevivência e reprodução implicam. Constituindo a base da organização e gestão das estratégias, a adaptação da família ao esquema adoptado e vice-versa, constituem factores de maior ou menor aproximação aos objectivos da sobrevivência e da reprodução. Saliente-se, portanto, o papel que desempenham os laços familiares e a importância atribuída à cooptação de membros (através da coresidência, das alianças e das reciprocidades) que estruturam a forma como se organizam os grupos que definem e gerem as estratégias.

## **2. Estratégias económicas**

No caso de Luanda, o crescimento urbano acelerado, a guerra, a insegurança, o desemprego, têm constituído factores que exigem uma gestão e esforços cada vez mais precisos e acertados sob pena de ser posta em causa a sobrevivência e a reprodução dos indivíduos e das famílias. As transformações recentes não parecem conduzir no sentido da urbanidade generalizada e da ocidentalização, que pressupõe o estabelecimento de relações formais, o funcionamento das instituições, do Estado, da protecção na saúde, do acesso à educação, da segurança social. Tratam-se antes de situações em constante mutação e nem sempre com um sentido definido, o que exige um esforço constante de adaptação por parte da população e das famílias mais especificamente.



A situação em relação ao emprego das famílias urbanas em Luanda nos anos anteriores à independência era muito diferente da que se verifica actualmente. Com o processo de urbanização, "...a família não pode manter na cidade as funções que lhe estavam cometidas no meio rural. O homem, através do trabalho assalariado, torna-se o principal sustentáculo económico da família" (MONTEIRO, 1973). No entanto, já nessa altura é referido o facto de estes salários serem insuficientes para assegurar a sobrevivência das famílias, sendo as actividades que desempenham as mulheres (essencialmente actividades não assalariadas) de importância fundamental no equilíbrio dos orçamentos domésticos (MONTEIRO, 1973:210). Da análise que faz dos recursos financeiros das famílias e a sua origem, Monteiro destaca como mais importante a remuneração do trabalho por conta própria ou de outrem, sendo o trabalho assalariado a principal fonte de receitas e assistindo-se ao desaparecimento progressivo das lavras, das actividades produtivas de autoconsumo. Nessa altura, a população activa dos musseques distribui-se quase exclusivamente pelos sectores secundário e terciário. O mais interessante ainda e apontado por Monteiro é que o salário auferido pelos homens representa cerca de 70% do total das receitas do agregado familiar. Mais interessante ainda é que os organismos estatais e bancários que pagam abonos de família<sup>176</sup> aos seus trabalhadores exercem um forte atractivo já que estes extras têm um peso considerável no total dos rendimentos obtidos através do trabalho assalariado (MONTEIRO, 1973:230). O contributo das mulheres representa 8,6% do total das receitas mensais dos agregados familiares, enquanto que os dos filhos representam 4,8% (MONTEIRO, 1973:240). Esta análise permite ainda pôr em evidência as outras receitas a que têm acesso os agregados, provenientes do aluguer de casas ou cubatas, do rendimento das lavras, da mensalidade dos hóspedes, entre outras e que representam 3,5% do total dos rendimentos dos agregados (MONTEIRO, 1973:242).

Esta importância substancial do trabalho assalariado durante essa época e em termos dos montantes efectivos implicados, não encontra uma correspondência

---

<sup>176</sup> Abonos de família, gratificações e outras remunerações extraordinárias, idem, p.230.

com a fase actual. O que ocorre desde esta altura é antes a elevação da importância dos rendimentos extra-salariais, nomeadamente daqueles resultantes da actividade das mulheres. Na medida em que desde sempre constituíram uma opção em termos de complementarização dos salários, as actividades informais e os restantes negócios desenvolvidos expandem-se, multiplicam-se e diversificam-se perante a inexistência de empregos no sector formal em número suficiente, perante a desvalorização dos rendimentos obtidos através das actividades formais, perante a diminuição dos benefícios associados à actividade formal.

Não é possível descrever a multiplicidade de actividades e fontes de rendimento a que recorrem os luandenses nas últimas décadas utilizando apenas os dados obtidos através de inquéritos abrangentes. Já em 1987, Luís Carneiro se referia às dificuldades em relação à caracterização do emprego/desemprego. Por exemplo, para a realização do Censo de Luanda (1983) onde se consideraram empregadas “...todas as pessoas que, na semana anterior ao dia do Censo, trabalharam no mínimo dois dias (isto é, 16 horas) numa ocupação remunerada do sector estatal, privado, misto ou cooperativo” (CARNEIRO, 1987:50), esta delimitação não permitiu obter dados fiáveis já que as pessoas em Luanda se dedicam a “uma multiplicidade de actividades tidas como “desconhecidas”, apelidadas de informais, paralelas ou não estruturadas que ocupam parcial e ocasionalmente os indivíduos” (CARNEIRO, 1987:50).

As actividades económicas predominantes entre os entrevistados e inquiridos nos três bairros onde decorreu o presente trabalho empírico são essencialmente desenvolvidas no sector informal e encontram-se enquadradas no sector terciário. Os dados obtidos através das entrevistas indicam que na maior parte dos casos predomina a pluriactividade – nem sempre de fácil apreensão – também essencialmente ligada ao sector terciário.

Refira-se que a definição do tipo de actividade desenvolvida pelos indivíduos é muitas vezes difícil, mesmo nas próprias entrevistas que prevêm um aprofundamento de determinados temas específicos como as actividades económicas. Em certos casos, é possível perceber se as profissões referidas são exercidas em empresas do sector formal ou na administração pública (como as respostas “operário fabril”, “trabalha no Ministério tal”, “operador na fábrica tal”, etc.) e mesmo em relação ao sector informal, algumas respostas são claras no que respeita à situação profissional do entrevistado (como as respostas vendedor no mercado, vendedor de água, curandeiro ou faz biscates). Outras, no entanto, deixam muitas dúvidas quanto ao estatuto do trabalho desempenhado, o seu carácter formal ou informal.

Assim, as actividades podem ser analisadas tendo em consideração a distinção entre dois grandes grupos que incluem a Actividade Informal (os vendedores no mercado, em casa, à porta de casa, de água, etc., as pessoas que fazem biscates, a pequena produção, os serviços domésticos, as viagens de comércio informal entre províncias no país...) e os Empregos no Sector Formal (operadores fabris, enfermeiros desde que especifiquem que exercem em entidades formais, funcionários estatais...).

Há que assinalar que a inclusão dos entrevistados num dos grandes grupos não exclui a possibilidade de estes exercerem actividades geradoras de rendimento de tipos diferentes, daí que esta categorização se refira apenas à resposta dada pelos entrevistados e inquiridos em relação àquele que consideram ser o seu trabalho. A auto-percepção das actividades e das profissões é, aliás, uma das questões que mais dificulta a análise e categorização, especialmente no que se refere aos dados obtidos através do inquérito. Por exemplo, uma das entrevistadas responde que é costureira (GS11N3) mas analisando melhor o restante da entrevista, é possível perceber que é costureira de profissão – é aquilo que está preparada para fazer pelos conhecimentos e pela formação que obteve – mas que, como tem a máquina de costura avariada, se dedica diariamente ao comércio informal e

é daí que obtém rendimentos. Um outro entrevistado refere que é padeiro (GS11N7) e ao longo da entrevista percebe-se que o foi durante muitos anos mas que não exerce desde 1993. Um outro que se designa como motorista não tem tido trabalho nessa área ultimamente e portanto faz vendas no mercado (CS11N2). Estas pessoas não se auto-designam por desempregadas nem se identificam com a actividade geradora de rendimentos que actual e efectivamente exercem. Através das entrevistas é possível, em certos casos, detectar estas diferenças entre aquilo que as pessoas consideram ser a sua profissão e aquelas que são efectivamente as actividades a que se dedicam. Por outro lado, são também inúmeros os casos em que indivíduos com situações profissionais idênticas se designam de imediato como desempregados, como é o caso de uma mulher que diz saber de costura mas que não trabalha (SA11N5); ou então os casos das pessoas que dizem de imediato que são vendedores no mercado, embora refiram que anteriormente foram costureiras (GS11N1). Mas de forma a ultrapassar estas dificuldades de classificação, a análise recorre às informações qualitativas aprofundadas sobre as diversas situações, permitindo assim o estabelecimento de um quadro geral identificador de tendências relativas às actividades económicas.

Assim, uma característica importante retirada da análise dos dados relativos às actividades económicas prende-se com o predomínio do trabalho no sector formal entre os elementos do sexo masculino e com o predomínio das mulheres no desempenho de actividades no sector informal. Note-se que o trabalho assalariado constituía, durante a fase colonial, “a principal fonte de riqueza” (MONTEIRO, 1973a:214), especialmente no que respeita às actividades masculinas.

Nas entrevistas, 50 entrevistados (63%) desempenham actividades no sector informal enquanto que apenas 15 têm actividades no sector formal (19%)<sup>177</sup>. Existe uma correspondência entre a distribuição percentual das actividades

---

<sup>177</sup> Entre os entrevistados, 9 são reformados ou desempregados. A distribuição destes valores por bairros é relativamente coincidente.

formais e informais nos inquéritos e nas entrevistas, salientando-se em ambos os casos, o predomínio do sector informal. E mesmo nos casos, como já foi ressaltado, em que é declarado exercício de uma actividade no sector formal, a pluriactividade que se verifica na maior parte dos casos levanta algumas questões em relação a este indicador.

Os dados dos inquéritos, embora parciais<sup>178</sup>, fazem ressaltar também esta distribuição. De entre as respostas válidas (relativas essencialmente a membros dos agregados em idade activa), 78% desempenha actividades económicas no sector informal enquanto que em apenas 22% dos casos essas actividades económicas correspondem ao sector formal.

Os dados do IDR de 2001 são, por outro lado, esclarecedores quanto ao emprego global em Angola. Os resultados provisórios indicam que apenas 27,2% dos indivíduos inquiridos têm uma profissão ou ofício (no sector formal, sublinhe-se) o que revela que em termos de emprego no sector formal as hipóteses são muito baixas. Aliada a esta falta de empregos no sector formal está a fraca ou quase nula qualificação da mão-de-obra: 72,7% dos inquiridos não possui nenhuma profissão ou ofício<sup>179</sup>. Dos detentores de profissão ou ofício, 51,1% são trabalhadores de produção das indústrias extractivas ou transformadoras ou condutores de máquinas fixas de transporte, carpinteiros, electricistas, mecânicos, condutores de automóveis, táxis, autocarros, etc; 28,6% pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas ou similares; 6,1% pessoal administrativo e trabalhadores similares e 4,7% pessoal do comércio e vendedores<sup>180</sup>. Os trabalhadores por conta

---

<sup>178</sup> O número de não-respostas, basicamente relacionado com a inclusão de informações relativas a todos os membros dos agregados incluindo crianças e idosos, se por um lado tem que ser ponderado de forma a ultrapassar os envezamentos daí decorrentes, por outro revela a quantidade significativa de membros inactivos e dependentes existentes nos agregados.

<sup>179</sup> Existe ainda uma diferença entre géneros que importa salientar: 87,5% das mulheres não detêm uma profissão ou ofício enquanto que 45,6% dos homens estão em igual situação.

<sup>180</sup> E mesmo esta distribuição, que inclui na categoria de “empregos” aquelas actividades desenvolvidas no sector formal, deixa de lado alguns aspectos informais que devem ser tidos em conta na análise deste sector. Ainda segundo o IDR, os empregos são normalmente obtidos através da consulta a amigos (43,2%), através da visita a empresas (32,4%) ou através da consulta a parentes (16,3%). A informalidade é uma característica facilmente

própria e os trabalhadores familiares não remunerados perfazem 60% dos detentores de uma profissão ou ofício, o que revela também que o sector informal é claramente dominante. O sector empresarial absorve 23,4% dos ocupados, a Administração Pública 10% e os empresários/empregadores constituem 3,5% do total dos inquiridos nesta categoria.

O sector informal engloba actividades de cariz muito diverso e refira-se novamente a distinção entre as actividades pontuais ou a tempo parcial (os biscates) e aquelas profissões ou actividades ligadas ao artesanato ou à prestação de serviços e que correspondem a uma certa especialização ou ao sector informal “tradicional” em meio urbano (ver capítulo sobre o sector informal) mas que, de qualquer forma, não se desenrolam num quadro legal e fiscal oficial e formal. A par do peso mais significativo que o sector informal tem no conjunto das actividades geradoras de rendimentos, regista-se uma tendência para a redução do número de assalariados.

*Profissão e profissão anterior do chefe do agregado familiar (inquiridos)*

Chefes de família assalariados	188
Chefes de família anteriormente assalariados	239
Chefes de família que trabalham por conta própria	318
Chefes de família que anteriormente trabalhavam por conta própria	232

Esta diminuição do assalariamento (que anteriormente se encontrava próximo dos valores para as actividades por conta própria) tem várias explicações que passam essencialmente pela redução em número das empresas formais em Luanda, e pelo decréscimo da actividade industrial; pelos baixos salários e pelos licenciamentos na administração pública; pelos maiores rendimentos proporcionados pela actividade no sector informal.

Uma das ideias constantemente reforçadas por antigos assalariados é a de que noutras alturas se podia fazer uma gestão melhor daquilo que se ganhava e das despesas e até fazer poupanças: “...quando estávamos a trabalhar (...) ganhava 27.5 mil Escudos. Os 7.5 mil iam para as refeições e

---

apreendida na análise das actividades formais, o que mais uma vez enfatiza a estreita ligação entre um e outro sector.

os 20 mil para os livros<sup>181</sup>. Naquela altura uma pessoa juntava dinheiro durante um mês para comprar uma calça e uma camisa bonita...” (SARP11).

Actualmente pode considerar-se que as actividades assalariadas no sector formal têm importância apenas na medida em que o salário auferido é regular e na medida em que possibilitam a inserção em redes de solidariedades mais amplas (CR20, GS11N2, 11N15, 11N19). O salário fixo, obtido através de uma actividade assalariada deverá ser “duplicado ou triplicado” de forma a possibilitar a sobrevivência e a reprodução (RODRIGUES, 2000) e isto acontece normalmente através da aplicação dos salários em actividades comerciais no sector informal, especialmente por intermédio das mulheres. Por outro lado, está também bem patente o predomínio das actividades no sector terciário e neste âmbito o comércio informal é claramente aquele que absorve a maior parte dos indivíduos economicamente activos<sup>182</sup>.

*Profissões segundo o CAE (inquéritos)*

	11 Novembro	Rocha Pinto	Boa Esperança	Total
<b>A</b>	7	2	11	20
<b>B</b>	1	1		2
<b>D</b>	22	22	23	67
<b>F</b>	8	20	17	45
<b>G</b>	22	53	59	134
<b>H</b>		1		1
<b>I</b>	13	32	7	52
<b>J</b>	1			1
<b>K</b>	4	10	3	17
<b>L</b>	16	52	15	83
<b>M</b>	5	13	3	21
<b>N</b>		3		3
<b>O</b>	4	6	3	13
<b>P</b>	1	2	1	4
<b>Q</b>		1		1
<b>Total</b>	104	218	142	464

<sup>181</sup> Onde se assentavam os salários devidos aos trabalhadores.

<sup>182</sup> Na classificação abaixo, foram consideradas as actividades segundo as designações da Classificação das Actividades Económicas (CAE, INE, 1997b) de Angola e que dizem respeito a: A – Agricultura; B – Pesca; C – Indústrias Extractivas; D – Indústrias Transformadoras; E – Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água; F – Construção; G – Comércio por Grosso e a Retalho; H – Alojamento e Restauração; I – Transportes, Armazenagem e Comunicações; J – Actividades Financeiras; K – Actividades Imobiliárias; L – Administração Pública, Defesa; M – Educação; N – Saúde e Acção Social; O – Outros Serviços; P – Famílias com Empregados Domésticos; Q – Organismos Internacionais.

Note-se que existe um predomínio claro das actividades do sector terciário (58%) enquanto que 16% das actividades económicas se incluem no sector secundário e 4% no primário. Nas entrevistas estas percentagens são algo diferentes: o terciário corresponde a 77%, o secundário a 5% e o primário a 4%. No entanto há que ressaltar que em relação às entrevistas a amostra é mais reduzida o que pode conduzir a estas diferenças percentuais.

Em termos da importância atribuída pelos entrevistados à actividade económica, a maioria considera serem as actividades no sector informal aquelas que contribuem com maiores rendimentos para a família (61%) enquanto que os empregos formais são mais importantes em 25% dos casos. Contudo, esta importância não corresponde, em todos os casos, a uma apreciação quantitativa dos rendimentos obtidos. Confrontando estas informações com os dados relativos à eleição da pessoa que contribui com mais ou maiores rendimentos para o agregado familiar e em relação aos quais é referido que é o chefe de família quem mais contribui para os orçamentos domésticos<sup>183</sup>, é possível detectar uma certa não-correspondência entre as classificações. Mais uma vez são postas em evidência as dificuldades relativas à percepção individual dos respondentes acerca dos papéis e estatutos. Se existe um predomínio claro das mulheres no sector informal (e este é considerado o mais importante em termos de rendimentos) e se a maior parte dos respondentes chefes de família é do sexo masculino, é interessante verificar que no entanto é o chefe de família aquele que é considerado a pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado. Nestes casos, sobrepõem-se aos cálculos económicos e dos orçamentos as ideologias relativas ao papel dos chefes de família, sobrepõe-se a valorização do papel masculino. Na maior parte destes casos, o facto de ser o homem (trabalhador do sector formal ou não) o garante do capital inicial que permite que sejam feitos investimentos no sector informal, proporciona-lhe o reconhecimento de um estatuto mais elevado em relação à mulher ou

---

<sup>183</sup> 76% dos respondentes indica que é o chefe de família quem mais contribui, enquanto que apenas 6% considera ser o cônjuge e 6% um filho ou filha.



pelo menos é-lhe atribuída uma maior importância. Em todo o caso, as actividades do sector informal são aquelas que mais contribuem para o rendimento do agregado familiar e são maioritariamente desempenhadas por mulheres. Aliás noutros contextos africanos, é também referida a subdeclaração e subvalorização das actividades económicas femininas (DORIER-APPRILL et. al., 1998:266).

A justificação para esta percepção pode ser encontrada quer no facto de os homens, em certos casos, desempenharem uma actividade assalariada que apenas é mais valorizada devido ao seu carácter regular e pela possibilidade de permitir investimentos no sector informal. Pode ainda estar ligada a uma ideologia do chefe de família como estatuto legitimado no seio da própria família através da capacidade de garantir a sobrevivência e a reprodução de todos os membros e neste caso as respostas constituem um reforço desta ideologia<sup>184</sup>. O trabalho assalariado adquire desta forma uma valorização simbólica, nem sempre correspondente aos contributos monetários efectivos.

Uma outra ressalva deve ainda ser feita em relação à declaração da condição de “doméstica” em relação a mulheres. A maioria das respostas obtidas refere esta situação em relação às mulheres. O aprofundamento destas questões ao longo das entrevistas permite perceber que a grande maioria se dedica a actividades no sector informal, em especial ao comércio. O mesmo se passa em relação às declarações acerca dos “desempregados”. Não existindo um vínculo legal ou uma actividade regular, a tendência é para os entrevistados ou inquiridos se declararem “desempregados”. Apenas o cruzamento entre os dados das entrevistas e os dos inquéritos permitiu uma exploração mais incidente dos dados e, conseqüentemente, da articulação entre a auto-percepção dos indivíduos e as actividades reais, a geração efectiva de rendimentos, o trabalho desenvolvido. Mais uma vez, através da

---

<sup>184</sup> Note-se, a título de curiosidade, a indignação revelada por Milheiros (MILHEIROS, 1951:69) na análise da distribuição das actividades em meio rural por sexo perante o peso relativamente superior do trabalho feminino sobre o masculino, sem que isso constituísse factor de elevação de estatuto das mulheres.

análise das actividades económicas dos cônjuges (na sua maioria mulheres), é claro o predomínio das actividades no sector informal. E desta vez, se se considerarem também como prováveis de se incluírem no sector informal as actividades consideradas em “outras” e “doméstica/desempregado(a)”, obtém-se uma distribuição que favorece ainda mais as actividades no sector informal. Em 41% dos casos os cônjuges exercem actividades no sector informal (e 8% são domésticas ou desempregados) enquanto que apenas 11% o faz no formal.

Para além das declarações acerca da pluriactividade obtidas através do aprofundamento das entrevistas, é possível ter uma indicação desta prática se forem analisadas as possibilidades de obter rendimentos extra através da pequena exploração agrícola. Os dados recolhidos nas entrevistas sobre a posse e exploração de lavras são reduzidos (uma no 11 de Novembro, uma no Rocha Pinto e duas no Boa Esperança), supondo-se, no entanto, que este número poderá ser um pouco mais elevado. De qualquer forma, a prática da pequena agricultura em Luanda não constitui uma fonte importante de rendimentos complementares como possivelmente o será noutros países africanos devido ao reduzido número de espaços disponíveis provocado pela densidade habitacional e também pela escassez de água. Este facto já foi inclusivamente apontado em estudos realizados durante o período colonial (MONTEIRO, 1973: 213). Mais comum parece ser o número de quintais onde é feita a criação de animais domésticos, cujo consumo pode ser doméstico ou pode, em alguns casos, servir para a comercialização.

Em relação à existência de tanques de armazenamento de água nas habitações, o seu número é elevado em quase todos os bairros e num dos bairros mais antigos esta instalação é referida mais vezes nas entrevistas: dos 26 entrevistados no 11 de Novembro, 16 possuem um tanque de armazenamento de água. No Rocha Pinto e no Boa Esperança, apenas 3 das casas onde foram realizadas as entrevistas possuem um tanque. Esta é,

aliás, uma actividade a que muitas pessoas se dedicam nestes bairros, dada a falta de abastecimento central.

O número de casas com anexos pode também indiciar que seja feito o aluguer destas partes, muito embora estas construções sejam normalmente erigidas com o propósito de acolher familiares deslocados. O que não impede que, estando criadas as condições para estes familiares se estabelecerem autonomamente, estas partes anexas não possam ser alugadas. Aliás é recorrente a referência, nas entrevistas, que uma das formas possíveis de aplicar ou investir algumas economias é feita através da construção de anexos para o aluguer.

Além destas possibilidades, muitas das casas incluem, no talhão ou à entrada do mesmo, locais onde são realizadas actividades quer de pequena produção e artesanato, quer de comércio: no 11 de Novembro foram registados, nas entrevistas, seis destes locais (dois locais de venda, uma marcenaria, uma serralharia, um forno de pão, uma moagem), no Rocha Pinto dois locais de venda e no Boa Esperança duas carpintarias e dois locais de venda. Em vários bairros encontramos, nas casas, padarias, inúmeras bancas de vendas à porta de casa, armazéns, locais onde são realizados cultos religiosos (alugados a igrejas ou não), clubes de vídeo<sup>185</sup>, secas de peixe.

Para além da variedade e da diversidade de possibilidades de geração de rendimentos encontradas pela população, as estratégias apresentam uma segunda característica que diz respeito à substituição e reconversão de actividades económicas. Em relação aos percursos individuais no que toca à actividade económica exercida, eles diferem no tempo, transformam-se radical ou parcialmente, enquadram-se ora no sector informal ora no formal, dependendo das oportunidades e possibilidades. Existem pessoas cuja actividade se inicia no sector formal e que aí se mantém, muito embora possam referir que recorrem a outras actividades extra, mais intensamente

---

<sup>185</sup> Espaço mais ou menos improvisado para a exibição de filmes implicando a cobrança de uma entrada.

nos últimos anos. Um exemplo é o de um entrevistado, ajudante de bate-chapas de formação, que trabalhou numa empresa de comércio e depois, através de contactos que tinha, conseguiu um emprego numa fábrica de bebidas (GS11N2). Outras pessoas transitam do sector formal para o informal caso se alterem algumas condições, nomeadamente as possibilidades oferecidas pela actividade: um entrevistado que foi sempre padeiro e já não exerce desde 1993, dedica-se actualmente a alugar 7 dos 11 quartos da casa enquanto as filhas vendem roupas no mercado (Roque Santeiro e Kwanzas) (GS11N7). Ou então existem actividades que outrora se encontravam em expansão e que na actualidade têm uma menor procura ou uma menor rentabilidade como é o caso de um entrevistado, marceneiro desde 1964 e que chegou a ter 10 trabalhadores e que actualmente tem apenas um aprendiz a trabalhar consigo (GS11N8); ou o caso de outro, (CS11N5) que é militar na reserva e cujos rendimentos através do Estado diminuíram substancialmente e por isso optou por vender roupa no mercado, água em casa, aluga anexos no quintal, um espaço para uma igreja e para um “clube de vídeo”.

A multiplicidade destes exemplos reflecte a flexibilidade relativamente às actividades económicas e a adaptação que necessariamente tem que ser feita às condições socioeconómicas em constante mutação: um dos entrevistados (SA11N1) que é médico tradicional costumava fazer viagens de comércio de medicamentos mas também é alfaiate embora não exerça; um outro (GSRP25), motorista numa grande empresa, foi sempre, “desde pequeno”, aprendiz de carpinteiro e depois marceneiro numa fábrica de algodão em vários locais do país. Em 1986 foi trabalhar para o Ministério da Agricultura e depois novamente para uma fábrica de algodão. Um outro (CRRP28) é comerciante mas veio para Luanda para trabalhar como tipógrafo: “...em Angola tem que se saber fazer qualquer coisa...”. Em 1980 inicia uma actividade comercial (tem uma loja/armazém em casa) mas nos dias que correm, como “...o negócio está fraco...”, vende água do tanque que também tem no quintal. Nessa medida, também a acumulação de diversas e

diversificadas capacidades e habilitações individuais constituem um factor decisivo no que diz respeito à adaptabilidade às condições e conjunturas socioeconómicas.

A adaptação e altercação de actividades exercidas podem implicar também a manutenção de várias actividades em simultâneo sem que haja lugar necessariamente à opção exclusiva por uma ou por outra. Um dos entrevistados (CRRP27) é professor do ensino básico de uma escola oficial perto do bairro, simultaneamente é mecânico em casa e está a estudar electricidade de mecânica, para além de pertencer a uma organização do partido do governo. Anteriormente era motorista de um Ministro. Em todo o caso, as qualificações e as capacidades específicas num determinado ramo são mantidas e podem ser reactivadas a qualquer momento (como exemplo, um entrevistado (GSBE9) que é enfermeiro mas não exerce e que trabalha como sapateiro em casa).

Para além desta adaptação das actividades ao contexto e às oportunidades, há que referir que, no conjunto das actividades económicas geradoras de rendimento desenvolvidas pelos diversos membros das famílias, este tipo de lógica é semelhante e a diversificação de actividades nas famílias (que ao nível individual foram referidas como pluriactividade) é a solução encontrada para lidar com os aspectos ligados à obtenção de recursos (rendimentos, serviços, bens).

De acordo com os inquéritos, os chefes dos agregados familiares trabalham essencialmente na área do comércio e reparação (24%), da administração pública (15%), da indústria transformadora (12%) e dos transportes (9%). As actividades que exerciam anteriormente apresentam esta mesma distribuição, excepto no caso das actividades no sector dos transportes que anteriormente não tinha expressão entre os inquiridos e hoje representam uma parte importante. Já em relação aos cônjuges, 48% trabalham no comércio e reparação e 40% exercem actividades não especificadas (provavelmente

ligadas aos negócios, às pequenas vendas de rua, ou em casa). Refira-se que é insignificante a percentagem de mulheres na administração pública ou na indústria transformadora.

Repare-se que existe uma diferenciação do tipo de actividades exercidas por sexo: 10% do total de indivíduos do sexo masculino entre todos os membros economicamente activos dos agregados dedicam-se ao comércio e reparação<sup>186</sup> enquanto que o total de mulheres a trabalhar neste sector se situa nos 18%. Dos filhos (as), 81% exercem actividades não especificadas e 4% trabalham no comércio e reparação. Dos outros membros do agregado familiar<sup>187</sup>, 70% exercem actividades não especificadas e 13% trabalham no comércio e reparação. Desta forma, parece ser dominante o par formal/informal e nos discursos a referência a esta complementaridade é enfatizada como sendo positiva e idealmente capaz de fazer face às necessidades das famílias. As actividades consideradas como mais importantes para os agregados são o comércio e reparação (40%), seguidas da Administração Pública (12%) e da Indústria Transformadora (11%). Note-se que é referido que 65% das profissões no sector informal estão ligadas ao comércio e à reparação e que 44% das actividades no sector formal estão ligadas à administração pública.

Entre as famílias entrevistadas em Luanda, os membros dispersam-se por diversas actividades: uma família tipo (se pudesse existir) organiza as actividades geradoras de rendimentos dos seus membros de forma a que um dos membros (normalmente um homem desempregado, mais velho, muitas vezes o chefe de família) se dedique à venda de água ao público (a retalho a partir de tanques de grande capacidade instalados nos quintais das casas) ou exerça uma profissão na administração pública ou na indústria, ou

---

<sup>186</sup> Esta é uma categoria do CAE (Classificação das Actividades Económicas, INE, 1997b) que inclui ambas as actividades. Há que notar que, nos casos aqui analisados, o comércio diz mais respeito às mulheres enquanto que as actividades de reparação, aos homens, o que faz aumentar ainda mais a discrepância.

<sup>187</sup> Como foi referido acima em relação à composição das famílias, o grau de parentesco com o chefe de família destes "outros" difere muito de família para família.

relacionada com actividades ligadas ao transporte (as actividades nos sectores da administração pública ou da indústria registam maior incidência entre os indivíduos do sexo masculino – 5% do total de indivíduos economicamente activos do sexo masculino dos agregados e 0,6% do total dos indivíduos do sexo feminino dos agregados – com especial incidência entre os indivíduos do sexo masculino entre os 30 e os 40 anos). As mulheres mais velhas da família vendem nos mercados da cidade durante todo o dia. O chefe de família ou alguns membros masculinos mais velhos fazem viagens de negócios que podem durar uns meses. As crianças e adolescentes dedicam-se às vendas de rua, sendo que os adolescentes mais velhos percorrem várias ruas da cidade e as crianças mais novas tomam conta das vendas à porta de casa ou das bancas feitas nos muros das casas.

Mas em alguns casos a diversificação não é a tónica dominante. Uma família, de forma a rentabilizar os esforços dos seus membros, pode ter a maior parte deles ligados a um determinado ramo, como por exemplo uma família inteira (CS11N3) que se dedica à venda de roupa: o chefe de família é comerciante de roupa noutras províncias e para tal realiza viagens frequentemente, a mulher vende roupas numa tenda à frente de casa, a irmã de 45 anos e o filho de 16 também se dedicam ao comércio de roupa nos mercados. A dependência de um único ou de um ramo principal de actividade a que se dedica uma família pode por isso nem sempre constituir um risco mas implicar uma opção estratégica de desenvolvimento de uma actividade de forma articulada desde que se traduza num aumento dos rendimentos e/ou dos benefícios. Tudo depende dos casos particulares e das possibilidades específicas avaliadas e geridas pela família.

Os rendimentos obtidos através da diversificação e da articulação de actividades económicas não são utilizados por cada um dos membros isoladamente mas sim concentrados e geridos pelo chefe de família ou pelo responsável pela sua redistribuição, normalmente uma pessoa mais velha, com um estatuto elevado na família. A dispersão dos membros e actividades

permite aos agregados fazer face às transformações que ocorrem e que rapidamente alteram as possibilidades oferecidas por cada tipo de actividade enquanto que a concentração de rendimentos, bens e serviços permite que todos os membros tenham acesso a uma maior variedade dos mesmos.

Numa família em que um dos membros tenha um emprego no sector formal onde, para além de um salário (que pode ser insignificante em termos monetários mas que é relativamente regular), pode ainda ter acesso a alguns serviços ou bens ou redes associados a essa actividade aos quais adiciona os rendimentos fruto do trabalho de outros membros em actividades do sector informal, as trocas de bens com o meio rural, as ajudas obtidas através das associações ou das igrejas a que os membros da família estão ligados. E a todas estas fontes de rendimento há que juntar aquelas que resultam de outras formas (múltiplas e variadas) de obtenção de recursos, bens e serviços que dependem de possibilidades específicas de cada família, dos seus antecedentes, das capacidades individuais de cada um dos membros, entre outras.

Em determinada altura os negócios no sector informal podem constituir a maior fonte de rendimento das famílias e noutras alturas, pode ser a actividade assalariada aquela que garante o sustento da família; noutras as ajudas oferecidas pela igreja, noutras a pertença de um dos membros a um grupo de crédito. Em todo o caso, é importante que uma grande variedade de possibilidades esteja garantida ou que pelo menos sejam tidas em consideração, que o acesso às mesmas seja possibilitado.

A importância de ter uma actividade assalariada ou pelo menos que garanta um rendimento fixo reside na possibilidade que este rendimento oferece de ser investido em outras actividades que geram um lucro. Normalmente as actividades que garantem um rendimento fixo são os trabalhos assalariados em empresas privadas ou no sector público e as actividades onde preferencialmente é investido esse rendimento são as do sector informal, em



especial o comércio. Ou ainda, e como se tornou comum em Luanda, a venda de água (investe-se o capital na construção de um tanque ou na compra da própria água), o aluguer de casas ou quartos (investindo-se na compra de material de construção e na empreitada). Estes investimentos podem sofrer alguns retrocessos na capacidade de geração de lucros já que em inúmeros casos as famílias podem ter os meios para gerar rendimentos e não dispõem do capital necessário para investir. Como por exemplo existem famílias que têm tanques de água construídos mas que não têm o dinheiro suficiente para comprar a água nas quantidades necessárias para poderem revender (CR11N1). Estes casos traduzem uma descida acentuada dos rendimentos da família mas por outro lado indicam que um investimento significativo se encontra garantido e que proporcionando-se a oportunidade de reinvestir na compra de água, existe a possibilidade de gerar mais rendimentos.

Muitas actividades económicas das famílias funcionam articulando o trabalho desempenhado por um dos cônjuges e o do outro. É o exemplo de um operador de máquinas, numa fábrica de cervejas (GS11N1) e cuja mulher vende cerveja no mercado. Isto acontece muitas das vezes porque normalmente os trabalhadores de algumas fábricas têm acesso a produtos a preços com desconto ou a crédito que são revendidos no sector informal. Outras actividades do sector formal, no entanto, que potencialmente poderiam seguir o mesmo esquema, não são postas em prática já que os bens obtidos a crédito ou subsidiados podem demonstrar não proporcionar lucros ou, noutros casos, não serem dadas por umas empresas as mesmas facilidades do que por outras. Um dos entrevistados, que trabalha numa fábrica de bebidas não desenvolve o negócio da venda de bebidas através da mulher (que em todo o caso é comerciante informal de peixe seco no mercado) porque "...o patrão só dá uma garrafa de bebida por mês" (GS11N2). É comum ainda que membros da mesma família se dediquem ao mesmo ramo de negócio (GS11N5, venda de fuba de bombó no mercado por mãe e filha) ou que, embora desempenhando actividades em ramos

diferentes, partilhem o mesmo local onde as desenvolvem (por exemplo, uma entrevistada que vende roupa e alimentos no mercado Roque Santeiro e cuja irmã vende também no mesmo mercado chá e café (GS11N6).

Refira-se que existe uma tendência para se desenvolverem, em Luanda, actividades geradoras de rendimento cada vez mais originais (especialmente informais), tal é a pressão demográfica que provoca a saturação da oferta de bens e serviços que se regista em determinadas áreas. Para além disso, os novos migrantes nem sempre têm a possibilidade de se inserirem em redes comerciais ou de prestação de serviços já solidamente constituídas. A solução, muitas vezes, passa pelo desenvolvimento de actividades que ainda não existam no mercado e que demonstrem ter alguma potencialidade (como por exemplo a venda itinerante de água em sacos pela cidade), pelo aproveitamento de conhecimentos específicos para o desenvolvimento de práticas comerciais entre a cidade e outras províncias e meio rurais (as “viagens” constituem uma actividade comercial muito importante para muitos entrevistados) e entre a cidade e outras capitais africanas (nomeadamente a República da África do Sul, mas não só) e passam ainda pelo recurso a actividades mais “ilegais”<sup>188</sup>, mais arriscadas, na cidade ou noutras províncias<sup>189</sup>. É de registar ainda uma tendência para o aumento das emigrações internacionais, nomeadamente para Portugal e outros países europeus e para a República da África do Sul.

No seu conjunto, as actividades geradoras de rendimento são múltiplas, variadas e variáveis no tempo e com as oportunidades. A flexibilidade que estas variações e variedade implicam, encontra-se inserida nos pressupostos das estratégias das famílias e pode considerar-se que tem sido reforçada nos últimos anos em função das transformações rápidas ao nível económico. As estratégias familiares mantêm o seu carácter dispersivo no que diz respeito às formas de obtenção de recursos. Da mesma forma, a dispersão constitui a matriz que se encontra na base do estabelecimento de solidariedades,

---

<sup>188</sup> Ver a referência nos pontos anteriores sobre o sector formal e informal e a ilegalidade.

<sup>189</sup> Como o garimpo de diamantes nas Lundas, entre outras.

centrais na geração e manutenção de reciprocidades entre indivíduos e grupos. Assim, para além de se concentrarem na gestão dos recursos económicos, as estratégias implicam a gestão das redes de reciprocidades e de solidariedades. E o modelo relativo a este outro nível de gestão é igualmente o da dispersão e da diversificação.

### **3. Solidariedades**

Grande parte das vezes, as solidariedades fomentadas e desenvolvidas aos mais variados níveis, permitem aos indivíduos e às famílias a captação de serviços, a obtenção de recursos, a resolução de problemas pontuais de âmbito económico e extra-económico.

Como tem sido afirmado, os laços mais importantes estão relacionados com o parentesco e com a família mas existem, contudo, outras formas de solidariedade cuja importância tem vindo a ser evidenciada neste meio urbano, como as religiões e as igrejas e as relações de vizinhança.

A solidariedade é uma das características essenciais do clã e da família extensa em Angola, e portanto, uma herança fundamental do sistema rural (MONTEIRO, 1973a:162). Se durante os últimos anos da época colonial se poderia pôr em evidência algumas transformações no sentido do crescimento do individualismo, actualmente este facto não se verifica: "...o individualismo, que já se vai esboçando aqui e além, é fruto da economia de mercado e das consequentes alterações na estratificação social" (idem:163), o que não implica que esta mesma economia de mercado force as mesmas tendências nos dias de hoje já que se tratam de diferentes formas de capitalismo.

As igrejas constituem um meio de contacto e de estabelecimento de relações que podem dar acesso a bens, providenciar apoio social aos membros (cuidados de saúde, educação, electricidade, etc.) e constituir fontes de

segurança (material e espiritual) perante as novas situações. Estas formas de agregação e de estabelecimento de solidariedades são no entanto diversas e diversificadas na medida em que é bastante grande o número de igrejas em Luanda. O modelo que parece prevalecer é o da associação de grupos e a constituição de solidariedades verticais restritas nesses grupos (modelo aliás mais próximo da matriz tradicional) e não a existência de solidariedades horizontais do tipo de classes que abrangem membros em toda a cidade, província ou país. Mais adiante retoma-se este assunto.

A participação noutras associações é pouco relevante na maior parte dos casos. Embora em algumas cidades africanas se possa referir uma certa ou significativa substituição das redes tradicionais de solidariedades pela participação activa em associações (DORIER-APPRILL et. al., 1998:277), em Luanda não se verifica o mesmo, facto enfatizado tanto nas entrevistas como nos inquéritos realizados, embora em Luanda tivessem alguma relevância durante algumas épocas da fase colonial (MONTEIRO, 1973a:166). Na actualidade, existem algumas iniciativas relativas às cooperativas ou aos sistemas de micro-crédito (DUCADOS&FERREIRA, 1998; LOPES, 2003) que no entanto não evidenciam uma vitalidade consistente no que diz respeito à associação extra-familiar.

No que respeita a outras redes onde os indivíduos e os grupos se inserem para além da família, há a destacar aquelas relacionadas com as relações de vizinhança, com a religião e com as relações de trabalho, que adquirem importância em situações específicas e cuja constituição não é arbitrária mas que tem como factores de escolha e de investimento as possibilidades oferecidas ao indivíduo, aos grupos que as geram e perpetuam. A maior ou menor importância atribuída às redes de solidariedade extra-familiares está relacionada com a precarização e problematização das solidariedades comunitárias, num clima de contradições e tensões crescentes que caracteriza a realidade africana contemporânea. O alargamento e aprofundamento rápidos do capitalismo deixa sem protecção os mais

desprovidos que para fazer face a estas transformações, mantêm, sob formas adaptadas ao novo contexto, os tipos de solidariedades comunitárias (MARIE, 2000:81), antes de conseguirem forjar instrumentos de solidariedade militante do tipo colectivo<sup>190</sup>.

As redes de vizinhança possibilitam a resolução de problemas a nível dos bairros (especialmente referentes à segurança) e, em alguns casos a criação de laços pessoais entre indivíduos e famílias de um mesmo bairro podem possibilitar a entreaajuda ou o apoio financeiro. As igrejas e as solidariedades entre indivíduos pertencentes a uma mesma religião possibilitam as trocas de serviços e a entreaajuda e a pertença a uma igreja pode, em alguns casos, ser uma forma de acesso aos serviços (médicos, escolares) e infraestruturas (fornecimento de água, electricidade) afectos à mesma. No caso dos trabalhadores assalariados ou daqueles ligados a actividades económicas específicas, as reciprocidades verificam-se sobretudo ao nível dos recrutamentos preferenciais, da cooperação em termos de actividades, meios ou clientes. No caso dos trabalhadores assalariados do sector formal, é-lhes ainda possibilitado, através da integração numa organização, o acesso a apoios financeiros ou serviços.

Saliente-se contudo que estas formas de entreaajuda e de acesso a outras possibilidades não estão garantidas à partida e apenas pelo simples facto de os indivíduos pertencerem a uma religião, a uma empresa ou habitarem um determinado sector de um bairro. Grande parte dos inquiridos refere não ter apoios financeiros de qualquer tipo (510 em 556) e nas entrevistas este facto é reconfirmado. As principais redes extra-familiares enunciadas nos inquéritos são aquelas relacionadas com as igrejas (16 dos 49 inquiridos que referem receber apoios financeiros), ou com a actividade económica (também 16 dos 49). Na resolução de problemas económicos imprevistos e de problemas não económicos, mantêm-se a família como principal suporte (361 e 288 inquiridos em 556, respectivamente). O apoio de vizinhos surge sempre

---

<sup>190</sup> Caixas de solidariedade, sociedades de assistência mútua, sindicatos, partidos.

em segundo lugar (quer nas questões económicas quer nas não económicas), embora muito distante da importância atribuída à família (73 e 98 inquiridos em 556, respectivamente). As relações de vizinhança surgem na continuação do modelo de comunidade familiar, estabelecendo-se com algumas famílias próximas em termos espaciais, proximidades relacionais, que muitas vezes se podem traduzir em tratamentos do tipo familiar, com as quais as reciprocidades, as partilhas e a confiança se desenvolvem.

Mas é entre os membros das famílias alargadas que prevalecem e se desenvolvem as solidariedades de maior importância. Em Luanda, o culto dos mortos e a participação em cerimónias fúnebres (óbitos e Kombas) parecem manter toda a sua vitalidade e constituem elementos centrais do reforço das solidariedades no interior das famílias através da participação em cerimónias colectivas. Em todo o caso e no que respeita à grandiosidade ou à quantidade de ofertas realizadas (refeições para os participantes fornecidas pela família enlutada e contribuições para a família do falecido, em dinheiro, feitas pelos participantes), regista-se uma certa redução na actualidade, devido à precarização das condições de vida.

A prevalência do modelo da família alargada e o desenvolvimento e implementação de estratégias comuns são reveladores da vitalidade e preferência pelas formas de organização social do tipo colectivo baseadas em valores ligados à solidariedade de raiz rural. O individualismo não caracteriza a forma como são percebidas e vividas as relações sociais. O modelo de organização social manteve-se, em muitas partes de África (e no meio urbano não é necessariamente excepção) configurado em redes comunitárias. Para alguns analistas estas permanências devem-se tanto ao interesse que a manutenção destes modelos tinha para os poderes coloniais (já que assegurava a baixo custo a reprodução da mão-de-obra) como à inexistência de alternativas ao modelo económico de alto risco que caracteriza as economias rurais (FELICIANO, 1989, 278) e as urbanas.

Assim sendo, as solidariedades constituem uma forma de assegurar reciprocidades (e portanto enquadram-se no modelo de dispersão de recursos das famílias) e são mantidas, rearranjadas ou reforçadas com base nas oportunidades e conjunturas sociais e económicas. Esta dispersão inclui, simultaneamente e de forma articulada, actividades económicas e solidariedades.

No conjunto das estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias, o trabalho assalariado constitui uma das actividades geradoras de rendimento e de outros recursos que as famílias promovem e desenvolvem através da inserção de um ou mais membros no sector formal. A organização das famílias num sistema alargado que permite dispersar as fontes de rendimento e as possibilidades bem como a dispersão das solidariedades, prevêem a integração das actividades formais num conjunto de actividades de vários tipos, articulando rendimentos, actividades e possibilidades oferecidas através dos diversos canais.

## **CAPÍTULO IV: Trabalho Assalariado em Luanda**

A análise do trabalho assalariado em Luanda, pretende por um lado permitir a compreensão da articulação destas actividades com as restantes actividades geradoras de rendimento que constituem as práticas relativas às estratégias de sobrevivência e reprodução social das famílias. Por outro lado, pretende-se entender a valorização atribuída pelos indivíduos (assalariados e não só) ao estatuto assalariado, valorização esta relacionada com as percepções sobre a urbanidade e sobre os modelos urbanos que constituem as referências quer da população com mais tempo de permanência na cidade quer dos migrantes originários das zonas rurais do país.

No que diz respeito às estratégias de sobrevivência, o facto existirem em diversas famílias indivíduos enquadrados em actividades formais permite o acesso do grupo familiar a um rendimento fixo e regular que, entre outros aspectos, suporta o desenvolvimento de outras actividades geradoras de rendimento. Por outro lado, os rendimentos complementares a que actividade assalariada permite aceder, bem como as redes de reciprocidades e a “segurança social” que a actividade assalariada possibilita, constituem aspectos fundamentais no âmbito das estratégias dispersivas das famílias, revelando-se assim o trabalho assalariado não só uma fonte de rendimentos fixos e seguros mas também um elo de ligação a redes mais amplas e diversificadas bem como a rendimentos extraordinários.

Para além destas vantagens práticas e objectivas, outra dimensão que permite entender a importância do trabalho assalariado diz respeito às identidades específicas que se geram através da inserção e desempenho de actividades deste tipo. Por um lado, o trabalho assalariado está relacionado com uma concepção de urbanidade e constitui um elemento central em termos de configuração de posicionamentos e de relações sociais mais amplas. Por outro, constitui uma forma de associação de indivíduos e famílias



a organizações e instituições formais que, em termos de reconhecimento social, constituem simultaneamente garantias, para além de, em termos práticos representarem uma das vias de expansão das solidariedades.

Tanto as formas de integração do trabalho assalariado nas estratégias das famílias como as percepções e racionalidades ligadas ao trabalho no sector formal têm, no entanto, registado variações e transformações, adaptadas às condições sociais e económicas ao longo de épocas distintas.

Em Angola, durante o período colonial, as actividades laborais constituem um dos campos que mais directamente sofre o impacto dos movimentos no sentido da modernização à europeia<sup>191</sup>. Este impacto encontra-se patente nas diversas formulações relativas ao trabalho, fundamentalmente a passagem do trabalho escravo para o livre (1854) e, posteriormente, a obrigatoriedade do contrato de trabalho (1928)<sup>192</sup>.

A abolição do tráfico de escravos não significou a supressão da escravatura (DAVIDSON, 1972; TORRES, 1989b). Embora tivesse sido abolido o trabalho obrigatório, o sistema de “contrato” colocava sob dependência forçada

---

<sup>191</sup> Mas não só. Note-se que em termos da organização política e administrativa se assiste a transformações significativas desde há longa data. No caso que interessa neste estudo, o assalariamento é posto em evidência como um dos factores constituintes da “ocidentalização” que mais directamente influencia e modela as formas de acesso e/ou bloqueio à mesma por parte das famílias e dos indivíduos.

<sup>192</sup> Estes períodos são antecidos de transformações que conduziram às diferentes situações como a abolição em 1836 do tráfico de escravos (com Sá da Bandeira) e são entrecortados por outras reformas. Em 1854, através também de Sá da Bandeira, os escravos adquirem a condição de libertos, devendo no entanto prestar serviço ao Estado por sete anos. Em 1875 o estatuto de liberto é abolido passando a ser o trabalho assalariado a norma geral de integração dos “indígenas” de Angola (muito embora este trabalho assalariado se mantenha obrigatório por um período de dois anos). Em 1899 é consagrada regulamentarmente a obrigação moral e legal de obrigar os “indígenas” ao trabalho, passando em 1911 e em 1914 a existir um Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas, no qual constam as directrizes que até aí vinham sendo objecto de alteração. Em 1921, através de Norton de Matos passam a constar da legislação as proibições relativas ao trabalho obrigatório para fins particulares. Nesta altura o trabalho assalariado constitui o modo de reprodução apenas para uma pequena parte dos trabalhadores. O Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África (1928), prevê a forma como são estabelecidos os contratos de trabalho, como são realizadas as remunerações e introduz a caderneta de trabalho, documento obrigatório que permite inclusivamente distinguir os indivíduos socialmente. Ver, entre outros, CASTRO, 1978, CUNHA, 1955, MATOS, 1944, TORRES, 1989b.

(através da obrigatoriedade do pagamento de despesas de alimentação, alojamento, etc. aos empregadores, através da retenção dos salários até ao final do contrato, entre outras, da obrigatoriedade de utilizar o salário para abastecimentos em cantinas pertencentes ao empregador, entre outras) inúmeros trabalhadores de regiões onde escasseavam outras oportunidades (ROBSON&ROQUE, 2002:25). Mantêm-se durante vários anos algumas das características compulsivas. No entanto, estas transformações em termos institucionais representam o início das mudanças relativas ao trabalho e às relações laborais que paulatinamente são expressas na prática.

As permanências em relação às relações laborais durante esta fase são, contudo, significativas. Nem todo o salário dos trabalhadores agrícolas contratados durante o período colonial é entregue ao trabalhador, ficando retido em diversas caixas e instituições do Estado (GUERRA, 1988:89). O contratado gasta nas cantinas locais uma parte do que ganhou, tanto para complementar a alimentação que lhe é fornecida pelo empregador (utilizando 20% do salário que lhe é entregue mensalmente)<sup>193</sup> e no final do contrato, quando recebe os restantes 80% “...vendem-se-lhes nos estabelecimentos da região os objectos mais bizarros e inúteis. Gastam assim uma grande parte do dinheiro comprando *souvenirs* para eles próprios e para as suas famílias” (CASTRO, 1960:200). Mais do que o rendimento efectivo que o trabalho proporciona, ele adquire um valor simbólico e é utilizado na obtenção de bens prestigiantes e denotadores de um determinado estatuto social.

O fenómeno da diminuição do trabalho forçado em África é resultado não só do desejo das populações negras de elevar o seu nível de vida pessoal e de beneficiar das conquistas gerais da civilização, uma das razões do afluxo aos centros urbanos (CASTRO, 1960:192). Este “desejo de gozar as vantagens da civilização” está bem expresso, segundo alguns analistas, nas transformações relativas ao vestuário, ao desejo de aquisição de certos bens

---

<sup>193</sup> Esta retenção do salário parece ser prática comum entre algumas profissões do sector informal em África e nomeadamente em relação aos aprendizes, o que revela a presença de práticas paternalistas (MORICE, 1996:300).

(como bicicletas, máquinas de costura, rádios, máquinas fotográficas) e a novas aprendizagens (leitura e escrita, novos ofícios como a mecânica) (CASTRO, 1960:202).

Uma análise dos estudos realizados nos anos 60/70 do século passado sobre as possibilidades de assalariamento e desenvolvimento da mão-de-obra assalariada põe em evidência uma intenção clara de transformar senão todas, pelo menos algumas relações sociais, por parte da administração colonial:

Indígenas trabalham por conta própria	Indígenas que trabalham por conta alheia	Indígenas que <u>podem</u> ser assalariados	Total
387.215	192.523	124.750	703.707

*Adaptado de Matos, 1944, relativamente a Angola*

Estas mudanças são mais intensas no meio urbano, apresentando assim o assalariamento variações a nível nacional. Nos anos 60 os “indígenas” de Luanda dependem, na sua maior parte, do salário para sobreviver enquanto que no meio rural este constitui uma fonte mínima no conjunto dos rendimentos. Em todo o caso, nos meios urbanos a mão-de-obra não é qualificada, as possibilidades de promoção são nulas para a maioria dos assalariados e os salários insuficientes, o que os torna económica e culturalmente (em relação à educação e às possibilidades de ascensão social), marginalizados. Mas isto não impediu, em todo o caso, que surgissem algumas elites (MESSIANT, 1989) e que o movimento de integração na economia capitalista não fosse tomando formas mais consistentes. A estratificação social da altura, que distinguia “civilizados” de “assimilados” e “indígenas”<sup>194</sup> (MESSIANT, 1989) tinha como base não só os critérios anteriormente referidos relativos à origem e à raça mas também o

<sup>194</sup> Veja-se mais acima a definição de assimilado. Os civilizados correspondem à população de origem europeia (com algumas subdivisões que foram surgindo relacionadas com o facto de o local de nascimento ser a metrópole ou a colónia) e os indígenas aos angolanos que não “atingem” o estatuto de assimilado.

cumprimento de certos requisitos, em especial o desempenho de uma actividade assalariada.

A população activa em Angola em 1970 situava-se nos 3 milhões (53%)<sup>195</sup>, sendo 76% dos activos (2.284.023) produtores independentes e 24% assalariados (715.977). No período de 1967/1971 o número de assalariados cresceu à taxa anual de 4,85% (DILOLWA, 1978:233). Durante este período em que se verifica o crescimento do assalariamento, são também desenvolvidas as instituições formais relacionadas com a segurança social como o Instituto do Trabalho, Segurança e da Acção Social (1968) (GONZAGA, 1968:120), podendo considerar-se existir uma banalização urbana das formas de assalariamento moderno, consonantes com a transformação urbana dos modos de vida e das racionalidades relativas à modernidade.

Não será de estranhar que associados ao trabalho assalariado estivessem gradualmente a ser introduzidos outros valores e estilos de vida. Um dos sinais da “desvalorização” de outras formas de trabalho que persistem ainda durante os anos 60 (como o trabalho forçado) está relacionado com a pressão ao nível legal para que certas condições de trabalho forçado fossem alteradas (tendo constituído das poucas alterações ao Regulamento do Trabalho Indígena em Angola): em 1956, os trabalhadores africanos ainda são transportados em camiões mas exige-se agora que o sejam em melhores condições, ou seja, deverão viajar sentados, cumprindo uma série de requisitos mais “civilizados”.

Além destas pressões mais subjectivas no sentido da aproximação do trabalho forçado ao assalariado, assiste-se a algumas mudanças em termos de política de contratação: “...as empresas industriais, e mesmo muitas empresas agrícolas, esforçam-se por substituir trabalhadores recrutados [contratados] por verdadeiros assalariados” por uma questão de aproveitar as

---

<sup>195</sup> Para uma população total de 5.620.001 (DILOLWA, 1978).

especializações que estes entretanto adquirem (CASTRO, 1960:202). Assim, gradualmente, verifica-se a existência de pressões para a transformação da economia e da sociedade angolana, no sentido do assalariamento, do capitalismo e dos pressupostos “modernos”, mesmo que na prática não se verifique a implementação rígida dos princípios enunciados.

Para alguns analistas, nas colónias portuguesas o paradigma societal do capitalismo não existe porque não se verificam certas condições como o trabalho assalariado livre, a implantação de um mercado interno ou um papel preponderante da moeda fiduciária em relação à “moeda mercadoria” (TORRES, 1989b). Não quer isto significar, contudo, que determinados pressupostos do modelo não tenham sido introduzidos e fomentados durante alguns anos.

Se este paradigma não constitui a base geral de desempenhar e de racionalizar as relações laborais, ele afecta, contudo, largas camadas da população urbana e constitui um dos factores de diferenciação social e cultural que marca a distância entre o rural e o urbano. Estas perspectivas constituem a base social que, por alturas da independência, vai absorver os modelos propostos pela mudança social e económica rápida que o socialismo impõe. Muito embora estivesse previsto, com o sistema de direcção central, que as relações económicas formais se tornassem abrangentes através da industrialização e do desenvolvimento económico<sup>196</sup>, promovendo-se, ao mesmo tempo, o crescimento do proletariado, a efectividade das práticas e das racionalidades ficou muito aquém dos resultados esperados. A implantação de um sistema de direcção centralizada da economia (...) criava a necessidade de “inventar esquemas” como forma de a tornear ou acelerar” (RELA, 1992:54-5). Por outro lado, em termos ideológicos, muitas das transformações previstas ao nível social e ao nível económico através do socialismo, foram de certa forma “forçadas”, não se verificando uma total correspondência entre os termos impostos pelo sistema e a realidade

---

<sup>196</sup> Recuperando a economia de forma a retomar os níveis de 1973 (RELA, 1992:48).

socioeconómica. Como exemplo, as visões marxistas das classes sociais em Angola permitiram, a determinada altura, afirmar que existia um proletariado em Angola, “uma classe social com 460.000 operários” (GUERRA, 1988), o que não corresponde necessariamente ao proletariado no sentido clássico mas cujas características eram adaptadas para propósitos político-ideológicos.

O período socialista foi, contudo, de curta duração em Angola. Apesar de ter gerado redefinições em termos sociais e económicos, nomeadamente no que diz respeito à reorientação das posições sociais através do acesso à *nomeklatura*, revelou ser menos adequado às formas encontradas pela população para gerir as estratégias, patente na proliferação do informal (cuja génese, para muitos analistas se pode situar neste período) e no reforço e redefinição das solidariedades personalizadas.

É neste ambiente socioeconómico que a adopção de medidas que rapidamente conduziram à abertura à economia de mercado tem lugar. Em graus diferenciados e abrangendo de forma diferente os diversos grupos sociais, as heranças coloniais e a herança socialista e do “esquema” integram agora o mercado e algumas reorientações no domínio do social e do político.

No que diz respeito ao trabalho, com a proliferação do informal e com o declínio das actividades produtivas, em conjugação com o crescimento rápido da população da capital, assiste-se actualmente à elevação das taxas de desemprego. A taxa total do desemprego urbano é de 45% para uma população de 7 e mais anos (33% para 10 e mais anos) (ROCHA, 1999: 32). Ao mesmo tempo, e essencialmente devido aos elevados níveis da inflação, estes empregos existentes não garantem níveis salariais que cubram as despesas dos trabalhadores. “O valor económico e social dos salários oficiais é virtualmente zero<sup>197</sup>, só não sendo negativo porquanto os empregos oficiais, na Administração Pública e nas empresas, representam uma espécie

---

<sup>197</sup> O salário médio mensal de um quadro da função pública em 1996 situa-se nos 2 Dólares (ROCHA, 1999:33).

de garantia futura face a uma eventual melhoria na organização do Estado e na situação económica geral (ROCHA, 1999:32) ". Por outras palavras, existem benefícios para além do salário que não são necessariamente avaliados pelas contabilidades gerais.

Uma das perspectivas relativa à explicação da insuficiência dos salários coloca a ênfase nas pressões a que o mercado está sistematicamente sujeito da parte de um pequeno grupo com elevado poder de compra. Os salários em Angola sofrem de distorções provocadas por uma "procura social privada, sociologicamente de expressão reduzida mas com um elevado poder de compra económico. Este poder de compra pressiona os preços e faz disparar a inflação" (ROCHA, 1998:10). Assim sendo, a procura de alternativas ao salário contribui para que o já substancial sector informal engrosse em número de pessoas envolvidas e em actividades desenvolvidas.

Mas mesmo registando-se a prática de salários insuficientes, a realidade é que a procura de um trabalho ou de um emprego no sector formal é uma constante. Das principais razões na base deste comportamento destacam-se a "preferência por um posto de trabalho seguro e a garantia de se poderem concretizar expectativas quando a situação económica melhorar" (ROCHA, 1999:161)<sup>198</sup>.

A estas razões é ainda possível acrescentar outras que de forma mais profunda contribuem para a procura e manutenção de uma actividade assalariada: o facto de os salários serem conjugados com os rendimentos obtidos através de outras actividades desenvolvidas pelas famílias; a obtenção de outras regalias para além do salário e a ligação a redes de solidariedade várias através dos empregos formais; o prestígio que a integração numa organização formal implica.

---

<sup>198</sup> O que em simultâneo com a inexistência de organizações sindicais organizadas e fortes, com o acesso à realização de salários complementares, com a pouca transparência do mercado e com a reduzida mobilidade dos trabalhadores justifica o comportamento dos ofertadores de trabalho (ROCHA, 1999:161).

No que diz respeito à articulação dos rendimentos formais com os restantes rendimentos das famílias e à captação, através da actividade assalariada, de rendimentos complementares, regista-se uma certa determinação dos desempenhos, das escolhas e das práticas pelas lógicas e práticas familiares colectivas. Para alguns analistas o facto de os salários ou os rendimentos individuais em geral serem adicionados aos rendimentos globais das famílias condiciona o aumento da competitividade e da produtividade económica: as iniciativas individuais que alguns (poucos) agentes económicos urbanos levam a efeito são absorvidas (em termos de poupança gerada) por comportamentos de solidariedade social, pela afirmação (absorvente) da família alargada e da família-providencial.

A valorização social do sucesso em África está mais centrada no apoio à família que o bem sucedido empresário pode dar (consumindo lucros e poupanças, em vez de os investir) do que na acumulação individual de riqueza. (ROCHA, 1997:25). Mas se esta canalização dos recursos para a família impede a geração de capitais individuais que poderiam permitir o aumento da competitividade, por outro lado ela permite a sobrevivência e a reprodução das famílias e tem-se revelado, nos últimos anos em particular, um sistema de suporte e segurança individual e colectiva de grande importância. A poupança e os investimentos que esta possa gerar encontram-se condicionados pela ausência de sistemas alternativos que assegurem a sobrevivência e a reprodução: “Enquanto se não reorganizar a economia, se não torná-la mais transparente e se não recuperarem por completo as categorias económicas fundamentais, com destaque para o salário, a formação de uma poupança real interna será difícil...” (ROCHA, 1997:131).

Perante este cenário, os recursos humanos do sector formal constituem uma preocupação para os analistas e responsáveis da área. O actual Sistema Nacional de Emprego (SNE) está consagrado nos estatutos do MAPESS (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social) e da



Direcção Nacional do Emprego e Formação Profissional assim como na lei do emprego. No âmbito das actividades destas estruturas, existem uma série de iniciativas que visam promover o emprego<sup>199</sup> a nível nacional, sem que, contudo, se verifique uma redução significativa do desemprego. O MAPESS indica para o ano de 1999 a existência de 469.436 trabalhadores assalariados do sector formal em Luanda, representando a Administração pública 32% do total. A população em idade de trabalhar constitui 67,7% da população total e no conjunto das pessoas em idade de trabalhar, apenas 56,6% é considerada população economicamente activa (PIGVMN, 2001). As empresas do Estado e a Administração Pública absorvem, actualmente, 60% da população empregada e as empresas privadas, 18% (PIGVMN, 2001). A hipótese de obter emprego remunerado no sector formal é quase nula, daí que nos últimos anos se mantenha a tendência para que o sector formal absorva a população em idade de trabalhar que não encontra um emprego no sector formal.

*População economicamente activa<sup>200</sup> por sector em Luanda*

Formal	449.314 (44%)
Informal I <sup>201</sup>	438.967 (42%)
Informal II <sup>202</sup>	129.325 (12%)

Fonte: SOUSA, 1998

A taxa de salarização em Luanda, que traduz o grau de formalização das relações de trabalho tanto dos empregos assalariados do sector formal como do informal, situa-se nos 52%. Por sector institucional, os empregos em Luanda distribuem-se da seguinte forma: a Administração Pública absorve

<sup>199</sup> Por exemplo, o Programa de Auto-emprego “Iniciativas Locais de Emprego (ILE’s) e o “Apoio à Criação de Pequena Empresa Familiar” (ACPEF). Note-se ainda que dos 42 Centros de Emprego criados até 1992, apenas 30 estão em funcionamento, sendo contudo a sua procura por parte dos candidatos, muito reduzida.

<sup>200</sup> Com 10 e mais anos, num total de 1.017.000 indivíduos.

<sup>201</sup> Definição clássica de informal, segundo o autor.

<sup>202</sup> Trabalhadores que sendo assalariados da Função Pública, para-Estatal ou outros, possuem um negócio informal. Esta classificação tenta isolar os diferentes enquadramentos dos trabalhadores em termos legais, comprometendo contudo a leitura das percentagens em termos de trabalhadores assalariados do sector formal já que a garantia de que os restantes activos enquadrados apenas no sector formal não exercem actividades no informal é reduzida. O total dos activos no sector formal é, segundo estes dados, de 56%.

22% dos activos, as Empresas Públicas 6.2%, as Empresas Privadas do sector formal 13.7% e as Empresas Privadas do sector informal, 58.1%.

Uma análise mais pormenorizada destes valores terá, no entanto, que entrar em linha de conta com o já referido predomínio da pluriactividade em relação às actividades desempenhadas por cada um dos indivíduos e também com a conjugação de actividades entre os membros das famílias. Desta forma, os valores relativos ao sector formal podem não variar grandemente mas aqueles referentes ao informal podem encontrar-se um pouco abaixo da média. O valor estimado para as famílias que em Luanda estão directa ou indirectamente ligadas ao sector informal situa-se nos 54% (SOUSA, 1998).

No sector formal em Angola predominam as Pequenas e Médias Empresas (até 99 trabalhadores), sendo bastante significativo o elevado número de empresas que se situam na faixa entre os 11 e os 49 trabalhadores (48,5%) (MAPESS, 2000). Apenas em Luanda se verifica a existência de empresas com mais de 500 trabalhadores. Existe uma reduzida percentagem de empresas detidas pelo Estado (12%) e de propriedade mista (3%). 75% do tecido empresarial do sector formal possui mais de três anos de actividade, sendo que neste grupo mais de metade das empresas possui mais de 10 anos de actividade, o que contribui para o envelhecimento do tecido empresarial, verificando-se a existência de muitas unidades paralisadas ou semi-paralisadas (especialmente na indústria transformadora). Os sectores de actividade predominantes são o da indústria transformadora (37,2%), a indústria alimentar (18,3%) e a construção civil e obras públicas (17,8%).

No sector formal, o número de homens empregados é substancialmente superior ao número de mulheres empregadas: para cada mulher empregada existem 6,2 homens empregados. Em Angola, a Administração Pública absorve 60% de homens (117.269 de um total de 195.786 funcionários) e em Luanda esta percentagem é um pouco mais reduzida (54%) (MAPESS, 1999).

No sector formal, os níveis de escolaridade dos trabalhadores são relativamente mais elevados que no sector informal: 36% possui a 4ª classe e apenas 12% não tem qualquer tipo de escolaridade. O grupo dos trabalhadores com alguma escolaridade e até à 6ª classe inclui 55% dos efectivos (MAPESS, 2000).

No que diz respeito aos agregados familiares, a mão-de-obra formal é essencialmente providenciada pelos chefes de família:

	<b>Formal</b>	<b>Informal</b>	<b>Total</b>
<b>Chefe de família</b>	47	43	44
<b>Esposa (o)<sup>203</sup></b>	20	33	28
<b>Filho (a)</b>	19	12	17
<b>Outro parente</b>	14	12	12
<b>Outro não parente</b>	0,4	0,4	0,4
<b>Total</b>	100	100	100

*Adaptado de ROCHA, 1998:19*

Os chefes de família em Luanda são maioritariamente trabalhadores assalariados (52%), conjugando na maior parte das vezes, actividades no sector formal e no sector informal. Os trabalhadores independentes correspondem a 42% dos activos. Os trabalhadores independentes correspondem a 42% dos activos, exercendo actividades essencialmente no sector informal (ROCHA, 1998:33). Mais uma vez é evidenciada a preponderância dos homens no sector formal e a fraca representatividade do trabalho feminino neste sector.

Um outro aspecto ainda que permite caracterizar melhor o sector formal em Luanda diz respeito à geralmente melhor situação económica entre as famílias onde um ou mais dos seus membros se encontra inserido no sector formal. Os consumos das famílias correspondem na sua maior parte (mais de 70%) aos gastos com a alimentação, sendo que esta percentagem é um pouco mais reduzida nas famílias do sector formal (ROCHA, 1998:27). Esta distribuição reforça a ideia de que, apesar dos baixos níveis salariais

<sup>203</sup> Neste estudo, quatro em cada dez trabalhadores é chefe de família e três em cada dez é esposa.

praticados no sector formal, o trabalho assalariado permite elevar os níveis de vida e constitui uma situação perante o trabalho que é procurada e mantida pela população activa.

Os aspectos analisados no âmbito do trabalho assalariado entre trabalhadores de empresas em Luanda referem-se, em termos gerais, às vantagens, para além do salário, que as actividades no sector formal proporcionam e as racionalidades presentes relativamente aos empregos formais. Neste capítulo, para além do enquadramento geral a que a exposição anterior se refere, realiza-se uma curta caracterização das empresas onde decorreu a recolha dos dados. Seguidamente, a análise incide sobre a proposição que o trabalho assalariado permite aceder a rendimentos fixos e regulares, que permite ainda aceder a rendimentos complementares e que se articula com as actividades económicas fora da empresa, desenvolvidas pelo assalariado e desenvolvidas pela família. Para além destes aspectos mais objectivos, a inserção numa organização formal é ainda um factor de construção e reforço de um determinado tipo de estatuto social, de importância significativa em Luanda. Em todo o caso, estas possibilidades encontram-se delimitadas pelo tipo de trabalho desempenhado, pelo tipo de organização em que se inserem os trabalhadores, pelas diferenças de género, nacionalidade ou origem, diferenças estas que são descritas no final do capítulo.

### ***Caracterização das empresas***

A par da investigação sobre as estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias em Luanda em termos gerais, a parte mais específica aqui desenvolvida compreende a análise de dados relativos a trabalhadores assalariados e a integração da actividade destes nas estratégias familiares.

De acordo com os termos metodológicos expostos, foram realizadas entrevistas em três empresas em Luanda a um total de 129 trabalhadores. A escolha das

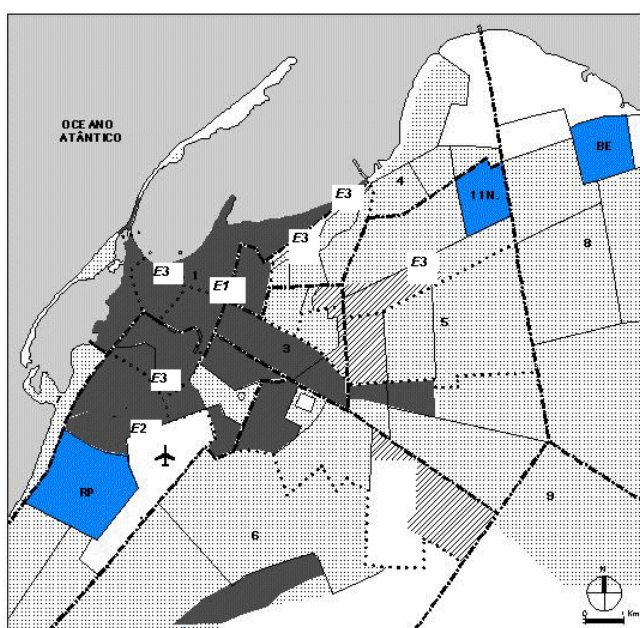
empresas como local onde decorrem as entrevistas e parte do trabalho de terreno prende-se com a própria composição da população; ou seja, é nas empresas<sup>204</sup> que é possível encontrar assalariados de diferentes tipos e categorias, enquadrados em organizações também elas diversas.

*Número de trabalhadores das empresas e entrevistados*

EMPRESA	Total trabalhadores	Total entrevistados	Percentagem
E1	224	40	18%
E2	404*	50	13%
E3	569	39	7%

\* Existem 4 externos

Estas empresas – e os diversos pólos das mesmas – localizam-se na cidade de Luanda e em zonas diversas, como mostra o mapa abaixo. No que diz respeito aos trabalhadores destas empresas, existem características gerais que importa colocar em evidência. O predomínio do sexo masculino entre os entrevistados é



Localização dos bairros e das empresas (11N: 11 de Novembro; BE: Boa Esperança; RP: Rocha Pinto; Empresas: E1, E2 e E3.  
Fonte: SALVADOR, 2003

notório, encontrando-se em consonância com a distribuição por sexo do total de trabalhadores das empresas onde decorreu a pesquisa. Simultaneamente, é uma das características marcantes das actividades no sector formal da população economicamente activa em Luanda. Na E1 foram entrevistados 31 homens

e 9 mulheres, na E2 34 homens e 16 mulheres e na E3 32 homens e 7 mulheres. No total e de entre os 129 entrevistados, os homens correspondem a 98 entrevistados enquanto que as mulheres são 32. Em relação à distribuição

<sup>204</sup> E nas estruturas e instituições estatais, sendo que as relações contratuais de outros tipos têm um peso muito reduzido.

etária, verifica-se que a maior parte dos entrevistados é jovem, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, facto este que corresponde igualmente às distribuições etárias encontradas no conjunto dos trabalhadores das empresas e nos dados relativos à população economicamente activa no sector formal em Luanda.

*Total de entrevistados por idade*

<b>Empresa</b>	<b>20-30</b>	<b>31-40</b>	<b>41-50</b>	<b>51-60</b>	<b>60 +</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	7	17	11	4	1	40
<b>E2</b>	23	16	9	2	0	50
<b>E3</b>	13	14	8	1	3	39
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>47</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>129</b>

No que diz respeito às funções, foram encontradas distribuições totais relativamente heterogéneas e variadas, acrescentando-se a este facto a existência de grelhas de categorias bastante complexas em todas as empresas. Desta forma, e porque não constitui um dos vectores da análise contida neste estudo, optou-se por tomar em consideração apenas uma distribuição geral das funções que enquadra as actividades em três grandes níveis – responsáveis, técnicos e auxiliares – que correspondem a três níveis diferenciados quer de rendimentos quer de posição hierárquica no seio das organizações. A análise relativa às especificidades das funções, categorias e cargos é desenvolvida mais adiante.

*Total de trabalhadores por função nas empresas*

<b>Empresa</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Técnicos</b>	<b>Auxiliares</b>
<b>E1</b>	14	23	3
<b>E2</b>	15	28	7
<b>E3</b>	9	18	12
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>69</b>	<b>22</b>

Quanto aos níveis de escolaridade, os mais baixos (nenhum grau de escolaridade ou a 4ª classe) correspondem na E3 a 3 mulheres e a 3 homens, todos desempenhando funções de auxiliares (limpeza, essencialmente) e com

idades compreendidas entre os 24 e os 64 anos. Já na E1, onde existem 7 elementos com a 4ª classe, apenas um deles corresponde a uma mulher<sup>205</sup>.

*Distribuição dos entrevistados por escolaridade*

	Nunca frequentou	4 anos	6 anos	8 anos	12 anos	Superior	Total
<b>E1</b>	0	7	6	11	11	3	40
<b>E2</b>	0	0	1	15	25	9	50
<b>E3</b>	3	3	2	17	9	5	39

Nos restantes grupos de escolaridade considerados, as entrevistas incluíram, de uma forma geral, trabalhadores entre os 8 e os 12 anos de escolaridade.

Em relação às zonas de residência dos entrevistados na cidade e como ficou explicitado no capítulo sobre a metodologia do trabalho de terreno, a maior parte dos assalariados entrevistados reside em zonas centrais.

*Distribuição dos entrevistados por zona de residência*

	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>
<b>Ingombota</b>	8	10	10
<b>Maianga</b>	0	19	7
<b>Cazenga</b>	11	3	6
<b>Kilamba-Kiaxi</b>	3	8	3
<b>Rangel</b>	5	2	0
<b>Sambizanga</b>	1	1	1
<b>Samba</b>	0	7	5
<b>Viana</b>	5	0	7
<b>Cacuaco</b>	2	0	0
<b>Ns/Nr</b>	5	0	0
<b>Total</b>	40	50	39

Não sendo a maior parte dos entrevistados trabalhadores das empresas desde há longa data, e sendo mais significativo o número de entrevistados admitidos ao serviço a partir de 1985 (altura em que se começa a verificar o crescimento mais acelerado dos bairros periurbanos de Luanda) mantém-se, contudo uma tendência para que as zonas de residência sejam mais antigas e/ou mais centrais.

<sup>205</sup> Note-se que esta mulher desempenha funções de auxiliar de limpeza mas que os restantes elementos masculinos correspondem a 4 técnicos e a 2 responsáveis. É contudo de assinalar que as idades correspondentes aos homens são mais elevadas (entre os 41 e os 66 anos) e que a mulher tem apenas 30 anos, o que pode corresponder a uma progressão na carreira que não está necessariamente associada ao género.

*Distribuição dos entrevistados por data de admissão*

	<b>Antes de 1975</b>	<b>Antes de 1985</b>	<b>Antes de 1995</b>	<b>Depois de 1995</b>
<b>E1</b>	5	6	22	7

	<b>Requisitados</b>	<b>1997</b>	<b>Entre 1998 e 2000</b>	<b>2001</b>
<b>E2</b>	1	28	20	1

	<b>Antes de 1985</b>	<b>Antes de 1995</b>	<b>Depois de 1995</b>	<b>2001</b>
<b>E3</b>	5	12	14	7

As datas de admissão variam consoante as datas de início das actividades das empresas. Na E1 existe um número significativo de trabalhadores que transitaram das antigas empresas que após a independência vieram a constituir a empresa estatal actual. As admissões mais recentes são raras e entre os entrevistados não foi possível identificar trabalhadores admitidos no último ano. Na E2, a maioria dos entrevistados foram admitidos no ano em que a empresa iniciou a sua actividade (1997). Apenas um dos entrevistados considerou estar na empresa já desde 1975, ano em que nasceu a transportadora aérea nacional da qual transitaram a maior parte dos trabalhadores da E2. Tirando este caso, a maioria dos entrevistados refere como data de admissão a que consta do novo contrato estabelecido com a E2. Refira-se ainda que nesta empresa apenas foi entrevistado um trabalhador admitido no último ano. Na E3 regista-se entre os entrevistados um predomínio daqueles admitidos nos últimos 15 anos, não sendo raros os casos de pessoas que entraram para a empresa na primeira década de 80. Nesta empresa, as admissões realizadas no último ano são também significativas

Se nos bairros periurbanos os dados obtidos no terreno evidenciaram o predomínio das pessoas oriundas no Norte do país<sup>206</sup>, já nas empresas é claramente maioritário o número de pessoas nascidas na capital.

---

<sup>206</sup> Ver Capítulo II desta parte.



*Naturalidade dos trabalhadores*

	<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>	<b>Total</b>
<b>Luanda</b>	14	31	14	<u>59</u>
<b>Bengo (rural)</b>	6	3	1	<u>10</u>
<b>Uíge (rural)</b>	6	2	3	11
<b>(cidade)</b>	1	2		<u>3</u>
<b>Namibe (cidade)</b>	1			1
<b>Zaire (rural)</b>		3	1	4
<b>(cidade)</b>		2		<u>2</u>
<b>Lunda Norte (rural)</b>	2			2
<b>Bié (cidade)</b>	1		1	<u>2</u>
<b>Malange (rural)</b>	1	4		5
<b>(cidade)</b>	1		2	<u>3</u>
<b>Kwanza Norte (rural)</b>	2		2	4
<b>Kwanza Sul (rural)</b>	2	1	3	6
<b>Huambo (rural)</b>			4	4
<b>(cidade)</b>			4	<u>4</u>
<b>Huíla (cidade)</b>	1			1
<b>Cunene (cidade)</b>		1		1
<b>Benguela (cidade)</b>			1	<u>1</u>
<b>R.Dem.Congo (cidade)</b>	1		2	<u>3</u>
<b>Estrangeiro</b>	1	1	1	3
<b>Total</b>	40	50	39	129

Ou ainda, por grandes zonas de origem, para além do predomínio dos naturais de Luanda nas empresas, existem diferenças significativas entre empresas, nomeadamente o facto de terem sido entrevistados mais trabalhadores oriundos do Sul na E3.

*Naturalidade dos trabalhadores (empresas)*

	<b>Norte</b>	<b>Bengo</b>	<b>Sul</b>	<b>Sul/Leste</b>	<b>Luanda</b>	<b>Estrangeiro</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	11	6	5	2	14	2	40
<b>E2</b>	13	3	1	1	31	1	50
<b>E3</b>	8	1	13	0	14	3	39

Os estrangeiros entrevistados nas empresas são em número reduzido (de origem portuguesa, brasileira, guineense e da República Democrática do Congo) muito embora na E3, que é uma empresa estrangeira e com um número significativo de expatriados, este valor não corresponda à distribuição do total dos trabalhadores.

Verifica-se a existência de uma distribuição relativamente equitativa dos entrevistados de origem rural e dos entrevistados de origem urbana nas três

empresas e entre os entrevistados, excepto no caso da E2 onde foram entrevistadas mais pessoas de origem urbana. Não é possível determinar até que ponto esta proporção corresponde à distribuição que se verifica no total dos trabalhadores da empresa. É contudo possível que assim o seja já que grande parte dos efectivos da E2 desempenha funções mais ou menos especializadas num sector de actividade que exige maior especialização (as operações aeroportuárias).

*Origem dos trabalhadores por zonas urbana e rural*

	<b>Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	21 (53%)	19 (47%)	40
<b>E2</b>	37 (74%)	13 (26%)	50
<b>E3</b>	25 (64%)	14 (46%)	39
<b>Total</b>	83 (64%)	46 (46%)	129

Apesar de algumas diferenças registadas em termos dos trabalhadores inseridos nas empresas, as datas da sua admissão ou mesmo em termos de sexo e idade dos entrevistados, existem uma série de características em comum entre elas, das quais é mais significativa no âmbito desta análise a dimensão das próprias organizações e o facto de estabelecer com os trabalhadores contratos formais. Todas as empresas pressupõem que os trabalhadores, para além desta contratualização, cumpram um horário de trabalho previamente estabelecido<sup>207</sup>, se encontrem enquadrados num esquema organizacional formalmente definido e desempenhem funções específicas também estabelecidas à partida.

Retomando a análise dos valores relativos à origem/naturalidade dos trabalhadores (que nestas empresas apontam para uma maior percentagem de pessoas nascidas na capital) e estabelecendo uma comparação com as áreas de origem predominantes entre os entrevistados e inquiridos nos três bairros da cidade, é possível reter que existe uma tendência para que os assalariados sejam essencialmente cidadãos e que, por outro lado, as actividades no sector formal não são predominantes entre a população dos diversos bairros

<sup>207</sup> O horário de funcionamento na E1 é ininterrupto das 8 às 15 horas. Nas restantes o horário dos trabalhadores depende grandemente da função que desempenham e muitos trabalhadores funcionam por turnos.

periurbanos. Nos bairros, o número de chefes de família entrevistados que trabalham no sector formal é relativamente reduzido (12, 15%<sup>208</sup>). De entre estes, os chefes de família do sexo masculino apresentam a característica comum de as esposas se dedicarem ao comércio, especialmente nos mercados da cidade ou na rua, no sector informal. Às questões como “A mulher também trabalha?”, é corrente que a resposta seja “Não, vende no mercado” (GS11N2), ou “Não, não trabalha. Faz trabalho aí no mercado” (CRBE25). Para além disso, quase todos referem exercer uma segunda ou mais actividades, essencialmente informais e na área da prestação de serviços vários: um dos entrevistados é professor numa escola oficial e mecânico em casa (CRRP27), outra é técnica de enfermagem num hospital e também faz bolinhos para vender para fora (SABE4), outra também é enfermeira e faz serviços de enfermagem a particulares para além de negócios (SARP11).

Também nas entrevistas nos bairros é diferente a forma como o tipo de profissão (formal) evidencia maiores ou menores vantagens à partida: “O patrão não facilita. Só dá uma garrafa [de bebidas da fábrica] por mês” (GS11N2); “Não compro blocos [de cimento, da empresa onde trabalha] mais barato. É o mesmo preço que para um cliente” (CRBE25); ou ainda é possível ter luz eléctrica em casa porque “é puxada da fábrica” [onde trabalha] (CRBE21). Em todo o caso, é sempre evidenciada a vantagem de poder aceder a um salário fixo através da actividade formal: “Gosto muito. Dão um salário mensal” (CS11N1); “Da empresa recebo o salário, o carro e no fim do ano aquele cabaz” (CR11N8). A actividade assalariada e os rendimentos e vantagens daí obtidos são conjugados com as actividades e com os rendimentos obtidos pelos outros membros das famílias, tanto através do investimento dos salários fixos nas actividades informais (em especial na área do comércio) de forma a multiplicar os montantes como através da complementarização para um consumo comum: “Nós utilizamos a mesma panela” (SABE4).

---

<sup>208</sup> GS11N2, CR11N2, CR11N8, CS11N1, CS11N6, CRRP27, CRBE21, CRBE25, CSBE3, CSBE4, SABE4, SARP11.

Ou seja, as perspectivas e as questões relativas ao assalariamento levantam o mesmo tipo de questões quer entre os trabalhadores do formal entrevistados nos bairros quer entre aqueles entrevistados nas empresas. A diferença é que a informação recolhida nas empresas é mais substancial, mais incidente e permite um grau de desenvolvimento das questões, mais elevado.

Partindo destas ideias que caracterizam o trabalho assalariado em termos gerais e no que diz respeito às famílias dos bairros em Luanda – os salários, pelo seu carácter regular conjugam-se com as actividades desenvolvidas fora da empresa pelos assalariados e pelos membros das suas famílias (dispersão), sendo os recursos concentrados (e distribuídos) no grupo – analisam-se, nos pontos seguintes, as configurações específicas relativas às actividades assalariadas, as diferentes formas de realizar a articulação de actividades geradoras de rendimentos nos grupos e, mais especificamente, as racionalidades e lógicas que permeiam o assalariamento. As informações relativas aos trabalhadores e às actividades assalariadas (recolhidas nas empresas que seguidamente se descrevem) são, desta forma, mais incidentes e aprofundadas.

### ***Caracterização da E1***

A empresa, que mantém a designação de U.E.E. (Unidade Económica Estatal), resulta da fusão das empresas Electra, Lda. (empresa de desenhos e projectos com fábrica em Benguela e da qual transitaram todos os desenhos e projectos para a empresa actual e da qual a E1 herda o logotipo), Electro-Industrial (em Viana), e da Luso-Alemã (com fábrica em Luanda no Cacucaco). Durante o período de nacionalizações e confiscos, várias empresas em Angola, abandonadas ou confiscadas pelo estado, foram agrupadas por ramo e actividades em Unidades Económicas Estatais (FERREIRA, 1999:336) e a actual empresa ainda se rege por tais moldes<sup>209</sup>. Actualmente, depende do

---

<sup>209</sup> Criada em 1982 por decreto do Conselho de Ministros angolano (Dec.nº26/82) de 6 de Maio, integrou inicialmente os bens, valores e direitos da Electra, Lda. e depois em 1986, os da Luso Alemã Lda. e da Electro-Industrial, S.A.R.L. (despachos nº2/86 e 3/86 de 8 de

Ministério da Energia e Águas (dependia anteriormente do Ministério dos Petróleos).

A sede, onde se localiza toda a parte administrativa, é em Luanda (Av. Che Guevara) e a empresa compreende ainda mais dois pólos: o Departamento Industrial de Metalomecânica (DIL) (em Viana) e a oficina de manutenção de viaturas e o armazém (SOA e SGS), na Estrada da Cuca. Possui ainda mais dois pólos em Cabinda e em Benguela mas que parecem funcionar com relativa autonomia e com pouca ligação a Luanda, para além de aí os níveis de produção serem pouco significativos. As entrevistas foram realizadas nestes três pólos em Luanda e tiveram início em 3 de Abril de 2001, terminando no dia 23 do mesmo mês e totalizando as quarenta.

A oficina encarrega-se de fazer a manutenção das quatro carrinhas novas, atribuídas pelo ministério da tutela, um autocarro que transporta os trabalhadores de Luanda para Viana, uma grua, uma escavadora e uma compressora. No armazém estão depositados fios eléctricos, material eléctrico diverso, transformadores, entre outros. Na DIL (em Viana) trabalham 32 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 3 administrativos, (contando com o Director), 16 serralheiros, 6 electricistas, 2 pintores, 1 empregada de limpeza, 4 seguranças. A maquinaria existente é antiga, totalmente herdada da antiga unidade que se juntou à U.E.E., assim como as instalações e o mobiliário.

O horário de funcionamento segue um dos modelos mais correntemente utilizados em Luanda, especialmente nas empresas públicas: é ininterrupto (das 8 às 15 horas) para evitar que os trabalhadores se tenham que deslocar a casa durante o período do almoço (é feito apenas um pequeno intervalo das 12:30 às 13:00).

---

Janeiro). A maior parte dos documentos relativos a estas empresas antigas ou foram destruídos ou dados como perdidos, mesmo aqueles relativos às contagens de tempo de serviço de trabalhadores que foram absorvidos dessas empresas.

De acordo com o departamento de Recursos Humanos, trabalham para a empresa 184 pessoas (4 delas em vias de pedir a aposentação), distribuídas da seguinte forma: 8 técnicos superiores, 16 técnicos médios, 6 técnicos básicos, 50 administrativos e 89 operários. Conta ainda com 33 seguranças internos para as diversas instalações da empresa para a residência do Director Geral. Por vezes os números relativos ao total de trabalhadores fornecidos pelos organigramas (ANEXO 2) e quadros de pessoal não são coincidentes com aqueles que efectivamente estão ao serviço e isto porque algumas situações (de trabalhadores com licenças ou baixas prolongadas, em processo de despedimento ou de aposentação, entre outros) não tinham sido actualizadas nas folhas de pessoal, por exemplo. Nas oficinas de manutenção de viaturas e nos armazéns (estrada da Cuca – SOA) trabalham 25 pessoas no total, segundo o organigrama. Foi referido, entretanto, pelos próprios trabalhadores e responsáveis, que na oficina trabalham 12 pessoas e no armazém 6.

Em 1986 os efectivos não chegavam aos 100 mas desde essa altura registou-se um crescimento acentuado do número de trabalhadores, chegando a empresa a atingir mais de 300 trabalhadores. Por volta de 1992 muitos começaram a procurar outras empresas e outros empregos, mas actualmente o número parece ter estabilizado nos actuais cerca de 180.

Não cabe aqui analisar a situação financeira da empresa ou o nível de produtividade, havendo contudo que salientar que segundo as percepções dos trabalhadores, o baixo nível salarial, associado a reduzidas regalias em termos gerais, reflectem baixos níveis de produção e/ou de crescimento: “a empresa, no tempo colonial, importava material que durava cerca de 6 anos e há algum que ainda existe. Agora já não faz importações, compra nos mercados: porque é que a empresa não importa material?” (E1:36). Mas apesar desta desconfiança em termos da sustentabilidade da empresa, o seu enquadramento estatal constitui uma das vantagens tomada em consideração por muitos dos trabalhadores que demonstram uma preferência pelo emprego no sector público.

## ***Caracterização da E2***

A E2 é uma empresa de prestação de serviços de handling que funciona no aeroporto 4 de Fevereiro, em Luanda. Foi criada em 1996 (mas só iniciou operações em 1997) por um grupo de quatro pessoas originárias da companhia de aviação nacional, que é accionista actualmente. Integra 404 trabalhadores no quadro de pessoal e está organizada numa Direcção Técnica Operacional (cerca de 326 trabalhadores, 80% do total) e numa Direcção de Administração e Finanças (78 trabalhadores, 20% do total). Os trabalhadores da área Operacional operam em turnos de 60 pessoas<sup>210</sup> que compreendem três períodos.

A E2 presta serviços à companhia aérea nacional e a companhias internacionais e regionais africanas. A empresa está subdividida em Direcções, Departamentos, Secções. O Conselho de Gestão, órgão máximo, é composto por Administradores, existe uma Direcção Geral, um Gabinete de Segurança Empresarial, uma Direcção de Recursos Humanos, um Gabinete de Estudos e Projectos, uma Direcção de Administração e Finanças. O Chefe do Gabinete de Estudos e Projectos é também Conselheiro do Presidente do Conselho de Gestão. No organigrama (ANEXO 1) existem áreas que ainda não se encontram em funcionamento mas que estão projectadas<sup>211</sup>.

As entrevistas foram todas realizadas nos hangares que a empresa ocupa no aeroporto (não existem trabalhadores noutros pólos), tendo sido iniciadas em 25 de Abril, terminando a 4 de Maio e totalizando as 50.

---

<sup>210</sup> 1 supervisor de serviço, 2 coordenadores de CCH (Centro de Controle de Handling), 3 despachantes de placa, 3 oficiais de load control, 4 assistentes de acolhimento, 6 operadores de rampa, 2 ajudantes de operador de rampa, 6 motoristas de placa, 17 auxiliares de placa, 13 auxiliares de limpeza de interiores, 2 auxiliares de lavabos, 1 fiel de material (que deverá ser também mecânico).

<sup>211</sup> No organigrama, os pontilhados referem-se a pessoas que não estão permanentemente na empresa.

### ***Caracterização da E3***

A E3 é uma empresa privada estrangeira a operar em Angola na área do catering. Emprega cerca de 800 trabalhadores, dos quais cerca de 50 são estrangeiros cooperantes, expatriados. Já teve várias designações e tipos de estruturação e enquadramento jurídico e internacional desde que opera em Luanda (há cerca de 21 anos) e, recentemente, foi absorvida e incorporada num grande grupo internacional da área.

A base ou a sede da empresa localiza-se agora em instalações recentemente construídas na zona do bairro da Boavista. Na sede funcionam subdivisões da empresa, a Caroteque (stock central) e os serviços de Logística, Compras, Recursos Humanos, Contabilidade, Operações e a Direcção. Trabalham aqui cerca de 80 pessoas (ANEXO 3).

A empresa presta serviços em locais específicos (noutras empresas, noutros locais onde são servidas refeições) onde trabalham diariamente os restantes trabalhadores. O grande cliente é uma empresa privada e estrangeira e a E3 tem a seu cargo, para essa empresa, o catering e a lavandaria de um hotel, o catering e limpeza do refeitório e de uma creche e ainda faz a gestão de um supermercado no qual apenas podem fazer compras funcionários dessa empresa ou de outras que com ela tenham contrato. Presta ainda serviços de catering a duas grandes empresas mistas a operar em Luanda (30 trabalhadores numa delas que emprega cerca de 1000 e onde são servidas diariamente cerca de 1700 refeições) e a algumas lojas e locais de restauração de menor dimensão. A completar esta dispersão dos trabalhadores juntam-se os trabalhadores distribuídos por sondas marítimas off-shore a operar em Angola (cerca de 250 trabalhadores angolanos e 12 estrangeiros).

Em 1998, a empresa contava com cerca de 300 trabalhadores e dedicava-se à prestação de serviços para um único cliente estrangeiro (uma companhia de



petróleos). Desde essa altura a esta parte registou um crescimento de cerca de 60% dos efectivos que acompanhou o aumento do número de clientes.

As entrevistas foram realizadas em vários pólos da empresa mas a maior parte delas decorreu na Sede. No refeitório foram realizadas 5 entrevistas, no hotel 6, no supermercado 8, na base 14 (incluindo duas pessoas da área dos Recursos Humanos e duas da Direcção) e numa das empresas para a qual a E3 presta serviços, 6.

Apesar das diferenças apontadas entre os diversos locais onde foram realizadas as entrevistas, entre as diversas empresas, foi possível definir eixos de análise do trabalho assalariado que, de uma maneira geral, encontram correspondência com os três ambientes. O assalariamento permite aceder a rendimentos regulares e previamente conhecidos, serve de base à geração de rendimentos complementares e articula-se com outras actividades; constitui factor de diferenciação social. Assim, a análise da articulação entre o trabalho assalariado e as estratégias familiares incide sobre a articulação em termos de rendimentos e em termos de gestão das redes sociais e dos posicionamentos sociais.

## **1. Rendimentos fixos e seguros**

Da análise dos salários atribuídos aos diversos trabalhadores, ressalta o facto de estes serem claramente insuficientes em relação ao custo de vida na cidade. Em todo o caso, eles constituem uma forma segura de garantir o acesso a um rendimento fixo: “só o facto de saber que tenho um emprego já é uma garantia que não se passa fome. Prefiro ter um emprego fixo onde tenho um salário, mesmo não sendo bom, do que ter rendimentos irregulares” (E2:43); “É importante ter um patrão” (E1:2); “Qualquer emprego já é um benefício, é segurança para a família” (E1:24). Muito embora possa ser

questionado por alguns o nível de garantias que os salários oferecem, é também recorrente a afirmação que o salário não serve, actualmente, para cobrir todas as despesas. Antes da independência, aqueles que tinham um trabalho assalariado encontravam-se até em melhores condições no que toca à segurança: “Antigamente, no tempo colonial, vivia-se só do salário. E a alimentação estava garantida” (E2:49).

Esta garantia de rendimentos fixos e seguros varia consoante o tipo de empresa. As empresas privadas são aquelas que oferecem um menor grau de segurança já que na maior parte dos casos realizam contratos por tempo determinado<sup>212</sup>. Por outro lado, estas empresas permitem que os trabalhadores auferam, em termos gerais, salários mais elevados<sup>213</sup>. A segurança que representa a inserção na função pública ou nas empresas do Estado é relativa já que para além de apenas permitir o acesso a salários mais baixos (excepto a níveis mais elevados), na maior parte das vezes a actualização dos montantes não acompanha a inflação ou apenas o faz mais lentamente. No caso das empresas do sector público registam-se ainda frequentemente dificuldades de gestão e de captação dos fundos estatais que implicam em muitos casos dificuldades em manter uma liquidez mensal que permita o pagamento dos salários aos trabalhadores com pontualidade (RODRIGUES, 1997). E os trabalhadores das empresas estatais têm consciência deste facto.

O salário mínimo na E1 é de 30 USD. Na E1 existem uma série de subsídios: subsídio de risco técnico, subsídio de falha (para os caixas, contabilistas), subsídio de chefia, subsídio de disponibilidade (atribuído a quem possa eventualmente trabalhar fora do horário de trabalho; pode ser negociado no seu valor ou ser fixado em uma hora a mais por dia). O subsídio de funeral não está regulamentado mas contudo é feita uma contribuição por parte da

---

<sup>212</sup> Na E2, até aos 3 anos de serviço um trabalhador é considerado a contrato com termo certo, período após o qual é obrigatório que passe a efectivo

<sup>213</sup> Nem sempre apenas mais elevados mas também actualizados ao valor da moeda nacional (CARVALHO, 2002:62). Este facto cria, conseqüentemente, diferenças entre as empresas.

empresa, quer para os funerais dos trabalhadores (a empresa fornece o caixão, algum dinheiro e assegura o transporte para o funeral) quer para os dos familiares dos trabalhadores (através do empréstimo de dinheiro que depois é descontado do salário e através do transporte). Até 1992 a empresa suportava todos os encargos com os funerais e pagava ainda mais 6 meses de trabalho à família mas deixou de o fazer porque, como é justificado, “começou a funcionar a Segurança Social”<sup>214</sup> (E1:31).

Na E2, os salários são pagos segundo níveis e escalões bem definidos. Os salários mais baixos (Nível I), compreendem três escalões e variam entre os 400 e os 600 Dólares. Os trabalhadores recebem ainda um subsídio de desempenho (200 Kwanzas), um subsídio de transporte (50 Kwanzas), um subsídio de turno (20% do salário base), um Subsídio de chefia (10% do salário base), um subsídio de performance (que varia entre os 50 e os 350 Dólares, dependendo do desempenho, dedicação e função específica do trabalhador). Aqueles que são trabalhadores requisitados à companhia aérea nacional recebem um subsídio de antiguidade (5% do salário base) e o pessoal que trabalha na área dos lavabos e contacta com produtos químicos recebe um subsídio de risco (12% do salário base). Nos restantes níveis os salários variam entre os 600 e os 3.000 Dólares, existindo níveis onde o subsídio de performance atinge os 150 Dólares (ver anexo 5).

Na E3, é referido pelo Director que 20% dos salários se situam acima dos 800 Dólares, equiparando-se àqueles praticados na África do Sul, a economia mais próspera da zona austral. Os salários representam cerca de 25% das vendas da empresa. Para a Direcção, os salários são um problema e geram reivindicações porque “é um problema do país e não da empresa. O governo é que tem que resolver os problemas” (E3:D.). A análise dos salários praticados na E3 põe em evidência uma variação entre tipos de contrato e proporcional à antiguidade. Os salários mais altos situam-se, em média, entre os 1.000 e os 1.500 Dólares correspondentes a funções de chefia e a

---

<sup>214</sup> Lei 18/90, de 22 de Outubro.

trabalhadores mais antigos. Não constam, de qualquer modo, das folhas salariais os ordenados pagos aos trabalhadores expatriados que são feitos à parte, por transferências para os países de origem. Os salários nas restantes funções e categorias são substancialmente mais baixos. Grande parte dos trabalhadores com funções variadas (que foram considerados “técnicos” acima) recebe mensalmente entre 170 e 800 Dólares, situando-se a média nos 300 Dólares.

Para além do salário regular e fixo, o trabalho nestas empresas permite o acesso a regalias fixas. A E1 assegura o transporte de trabalhadores numa carrinha aberta que faz uma ronda pelos bairros. O absentismo na empresa pública E1, ao contrário de outras, não é elevado e uma das razões para tal parece ser o facto de a empresa providenciar o transporte dos trabalhadores. Desde 1986 (data da incorporação dos pólos actuais) que os operários e outros funcionários são recolhidos próximo de casa, nas paragens pré-acordadas. A empresa atribui ainda um subsídio no Natal a todos os trabalhadores e os trabalhadores têm acesso a uma clínica com convenção com a empresa (muito embora se critique que não têm direito a internamento e que apenas os filhos menores podem usufruir dos serviços<sup>215</sup>). A E1 faz ainda as vacinações dos trabalhadores (febre amarela e tétano), sendo as vacinas compradas pessoalmente pela chefe dos Recursos Humanos. Na E1, a partir dos 20 anos de trabalho na empresa, os trabalhadores podem pedir a aposentação. Na E1 existem estímulos pontuais à produção atribuídos aos trabalhadores quando estes estão destacados em obras importantes<sup>216</sup>, cujas decisões sobre os montantes e formas de atribuição dos mesmos estão a cargo do Director Geral.

Na E1, as regalias que os trabalhadores têm, para além do salário, são o transporte, a assistência médica ao trabalhador e seu agregado familiar e o

---

<sup>215</sup> O que deixa de fora os ascendentes ou os sobrinhos, por exemplo, que são elementos que nas famílias têm tanta consideração quanto os filhos, gerando inúmeras reclamações por parte dos trabalhadores.

<sup>216</sup> Uma das mais importantes dos últimos tempos foram as iluminações festivas da cidade de Luanda (2000), encomendadas pelo Governo Provincial, uma obra de relativa envergadura.

cabaz de Natal, que varia em composição consoante se trate de um trabalhador responsável, técnico ou operário/administrativo<sup>217</sup>. Há uns anos, quando foram instituídos, a empresa podia fornecer estes cabazes de Natal porque tinha contratos com a ELF e com a FINA, através do Ministério da Energia e Águas que a tutelava: “tínhamos um cartão de compras e íamos faze-las à loja da FINA; era uma fase melhor da empresa; era melhor ter a sua própria loja” (E1:36). Os produtos do cabaz destinavam-se ao consumo por parte das famílias mas “quem tinha menos família, vendia-o”. Em 1992 foram abolidos os cabazes (através de directivas do ministério) mas a empresa por auto-iniciativa manteve-os até há cerca de dois ou três anos, altura em que se iniciou a atribuição de um subsídio de Natal, que varia entre os 150 Dólares para os operários e os 400 Dólares para as chefias: “a partir dos anos 90 a empresa deixou de ser uma boa empresa” (E1:36).

Na E2, os trabalhadores da área operacional, pelo facto de trabalharem por turnos, tem acesso a uma merenda<sup>218</sup> e aqueles que lidam com produtos químicos recebem um litro de leite por dia<sup>219</sup>. Na E2, até 2000 era atribuído um cabaz de Natal<sup>220</sup> e a partir dessa data é instituído um 13º mês. Os trabalhadores não têm transporte da empresa mas recebem um subsídio de transporte que, como é sempre enfatizado, não é suficiente para cobrir os gastos: “O subsídio de transporte é de 50 Kwanzas [por mês] e eu para ir

---

<sup>217</sup> O cabaz de Natal é composto por seis a oito bebidas espirituosas, uma grade de cerveja, uma grade de gasosa, uma grade de soda ou água tônica, passas, amêndoas, bacalhau, seis frangos, um peru “e outras coisas” (E1:31).

<sup>218</sup> Sumos, iogurte, leite. Este serviço de refeição, o “kit nocturno”, é fornecido por uma empresa contratada pela E2.

<sup>219</sup> Esta é uma regalia “herdada” da companhia de aviação de onde são originários grande parte dos funcionários e dos responsáveis

<sup>220</sup> Essencialmente incluía duas grades de cerveja, duas de gasosa, uma caixa de soda, uma caixa de água tônica, leite, peru, frangos, 10 kg batatas, 10 kg cebolas, passas, figos, frutos secos, quatro ou cinco garrafas de bebidas espirituosas, pesando cerca de 30/40 kg. Existiam no entanto cabazes de Natal do tipo A (para Presidentes, Director Geral, Chefes de Gabinete), do tipo B (Chefes de Departamento, Chefes de Secção, Supervisores, Técnicos de Contabilidade, Administrativos, Técnicos de Manutenção de Aeronaves) e do tipo C, para os restantes funcionários. As diferenças são tanto na quantidade como na qualidade dos produtos que os compõem: por exemplo os cabazes B e C incluíam apenas uma grade de cerveja e gasosa, o A garrafas de vinho e os B e C um garrafão, etc.

para casa apanho dois candongueiros por dia, são 32 Kwanzas” (E2:49)<sup>221</sup>. Foi inclusive apresentada uma proposta à direcção por parte de alguns trabalhadores para que em vez de ser pago um subsídio de transporte o mesmo fosse antes garantido e providenciado pela empresa (E2:43).

Na maior parte dos casos onde são registadas faltas dos trabalhadores, elas são justificadas pela falta de transporte, o atraso do transporte ou os engarrafamentos. A empresa tem um contrato com o centro médico da companhia de aviação para atender aos trabalhadores (e familiares, cônjuge e filhos) em casos de clínica geral e, nos casos mais graves ou de especialidade, a empresa garante o encaminhamento dos mesmos para uma clínica (com a qual existe um contrato) e cobre as despesas. Segundo os trabalhadores, esta “nunca funcionou bem (...) “não têm bons meios” (E2:69). A empresa também garante o pagamento de grande parte dos medicamentos, desde que seja apresentada uma factura. Mas “se os medicamentos nas farmácias custam 1.000 e tal Kwanzas e na praça 35 Kwanzas; mas na praça não passam factura e por isso a empresa não paga” (E2:85), muitos trabalhadores não têm disponível o dinheiro para pagar um medicamento mais caro que só será reembolsado muito mais tarde.

No que respeita aos funerais, na E2 a empresa cede para os funerais de familiares o carro para transporte da urna e um autocarro (e outras viaturas) para transportar os participantes e pode inclusive em alguns casos conceder empréstimos que podem ser “perdoados” até metade do seu valor (E2:T.). Suporta os gastos referentes aos funerais dos próprios trabalhadores, fornecendo a urna, o transporte, a coroa, cobrindo os gastos do funeral<sup>222</sup>. Não apoia casamentos nem baptizados, excepto através de empréstimos. Os trabalhadores têm ainda acesso a 50% de desconto em viagens com a

---

<sup>221</sup> Este subsídio não é atribuído ao pessoal administrativo (que tem à disposição uma carrinha que assegura o transporte a pontos centrais na cidade), aos Técnicos de Manutenção (que também têm uma carrinha), aos supervisores, aos chefes de departamento e chefes de secção que têm viaturas atribuídas pela empresa, aos directores, chefes de gabinete e administradores. Àqueles que possuem viatura atribuída pela empresa, é-lhes paga a manutenção e o combustível.

<sup>222</sup> Comprando um saco de arroz, açúcar, etc. para o Komba.

companhia aérea nacional<sup>223</sup> e podem fazer pedidos de passagens aéreas com desconto a outras companhias. Os trabalhadores não têm acesso a uma loja onde possam fazer compras ou a crédito ou de acordo com um determinado plafond. Estas lojas tornaram-se comuns em Luanda a seguir à independência<sup>224</sup> e constituíam uma forma de obter lucros complementares, continuado a sê-lo noutras empresas: “A minha irmã tem um cartão de abastecimento da S. com um saldo que está incluído no salário” (E2:81).

Na E3, em 1998 foi estabelecido um acordo com a comissão sindical instituindo um subsídio para funeral que prevê a comparticipação com 350 Dólares no funeral de um familiar directo (cônjuge e descendentes, contra apresentação de prova) e de 1.000 Dólares mais as despesas do funeral quando se trate do próprio trabalhador, atribuídos à família registada no agregado familiar. Cada trabalhador deve registar num formulário próprio da empresa os membros do seu agregado familiar, não tendo que fazer prova do casamento com aquele que declara ser o cônjuge mas tendo que apresentar a cédula de nascimento de cada um dos filhos declarados. Este registo permite controlar os pedidos que são feitos para a atribuição de subsídios já que “há pessoas que tentam obter subsídios para o mesmo familiar várias vezes” (E3:C.). Na E3 apenas os trabalhadores cujos turnos implicam a saída durante a noite têm direito a transporte<sup>225</sup>.

Na E3, todos os trabalhadores têm direito a uma refeição na empresa desde que o horário inclua um dos períodos de almoço ou de jantar. Apenas os trabalhadores do supermercado, que têm previstas duas horas para o almoço não têm direito a esta regalia. A E3 atribui desde Abril de 2000 um 13º mês (ano em que legalmente é obrigatório) repartido em duas partes: um subsídio

---

<sup>223</sup> Alguns trabalhadores que estão requisitados à companhia aérea nacional e que ainda mantêm um vínculo com esta têm melhores descontos neste âmbito, dependendo do tempo de serviço e do cargo.

<sup>224</sup> Para além de RELA, 1992 ver também CALADO, 1998:43 onde se refere, entre outras, a CATERMAR (antiga E3), lojas de acesso restrito.

<sup>225</sup> Que, em todo o caso, não os deixa à porta de casa, apenas em vias principais próximas e este facto constitui alvo de reclamações.

de Natal<sup>226</sup> (duas semanas antes do final de Dezembro) e um subsídio de Férias (um mês antes do período estabelecido). Nas antigas instalações da Sede existia um consultório onde eram feitas as consultas de Clínica Geral aos trabalhadores. Actualmente a empresa aluga um consultório a uma clínica privada e tem aí um médico que consulta os trabalhadores. As análises prescritas são pagas pela empresa ao laboratório dessa mesma clínica, bem como alguns medicamentos.

Alguns benefícios, apesar de parecerem insignificantes à partida são também por vezes contabilizados e referidos pelos trabalhadores. Na E2, os trabalhadores podem ter acesso e usufruem de uma sala onde podem ver televisão por satélite. Os supervisores da E2 têm acesso a um rádio transmissor que podem levar para casa, beneficiando de um meio de comunicação pago pela empresa (e que muitas vezes é também objecto de prestígio) (E2:49).

De qualquer forma, mesmo apresentando o salário e as outras regalias um carácter regular e fixo, é sempre evidenciado pelos trabalhadores que os montantes e quantidades recebidas não são suficientes para fazer face às necessidades e às despesas. De uma forma geral, as grandes reclamações dos trabalhadores estão relacionadas com os baixos salários: “Ganho 1.250 Kwanzas por mês, mais 91 Dólares de prémio. Com mais do que duas faltas injustificadas não recebo o prémio. Gasto 32 Kwanzas por dia em transporte e à noite 42. Gasto quase tudo em transporte em dezanove dias de serviço. Pago 50 Dólares de renda de casa” (E2:71).

Mesmo os aumentos que são feitos e as actualizações parecem nunca acompanhar o custo de vida e as despesas que os trabalhadores têm que cobrir. Na E2, um aumento mensal na ordem dos 100 Dólares não parece ser

---

<sup>226</sup> Costumava atribuir um cabaz de Natal. Um trabalhador “auxiliar” recebia duas grades de gasosa, duas de cerveja, um garrafão de vinho, uma garrafa de whisky, bacalhau e azeite. Mas “não tinha farinha, nem ovos, nem frango” (E3:95).



suficiente “Ganho 900 e tal [Dólares], em Abril ganhava 800 e tal e em Março 700 e tal (E2:74).

Na E1, esta insuficiência do salário é situada, pelos próprios trabalhadores, por volta de 1992, ano em que se decide terminar com os cabazes de compras especiais, que dizem “facilitavam a vida do trabalhador” (E1:31). Por volta dessa altura é que dizem que os trabalhadores começam a recorrer a actividades subsidiárias, fontes de rendimentos extraordinários: dedicam-se a negócios, biscates, utilizam as ferramentas da empresa, os materiais para negócios privados. Uma das razões apontadas para que os trabalhadores se mantenham na empresa prende-se com o facto de não existirem outras que ofereçam salários melhores e, além disso, “as empresas privadas exigem mais” (E1:31). Perante estes constrangimentos, é utilizada uma expressão irónica para definir o estado das coisas: [nas empresas públicas] “o Estado finge pagar e nós fingimos trabalhar” (E1:F.).

Na E2, “até 1997 [ano em que a empresa inicia a sua actividade] os salários eram suficientes e ainda sobrava um bocado. Talvez por isso estejamos a perder os quadros; os salários desvalorizaram-se” (E2:43). Actualmente os salários são considerados “muito baixos. Cerca de 40 Dólares, dá para comprar uma camisa...”. Quando a empresa iniciou a sua actividade, o salário era cerca de 350/400 Dólares por mês, pago em Kwanzas. Com a desvalorização do Kwanza, o que os trabalhadores sentem é que o salário “foi baixando”, não foi actualizado. Para os trabalhadores esta desvalorização não faz sentido porque “pagam [o salário] em Kwanzas mas facturam [dos clientes] em Dólares” (E2:46). Uma prática adoptada na E2 relativamente ao pagamento dos salários tem como objectivo distribuir pelo mês os montantes pagos aos trabalhadores: no dia 15 de cada mês são pagos os subsídios de performance e entre os dias 1 e 5 de cada mês pagam-se os salários. Em todo o caso, esta distribuição não representa um aumento efectivo dos salários.

Na E2, grande parte das referências aos salários e às condições de trabalho são alvo de duras críticas e as queixas dos trabalhadores são a tônica constante: “As chefias não são humanas; deviam possibilitar o acesso a bens de primeira: saúde, formação, transporte. Trabalhamos em más condições. Quando não há serviço temos que dormir no chão. Há colegas que apanharam tuberculose aqui e foram despedidos (...) cerca de 15 a 20 trabalhadores estão suspensos há mais ou menos dois meses por suspeita de terem roubado dois extintores (...) a merenda é uma gasosa, uma maçã, uma sandes ou com queijo podre ou com fiambre podre. A casa de banho é péssima. Chegamos a ganhar menos que o pessoal de limpeza da ENANA” (E2:46).

A referência aos baixos níveis salariais é por vezes acompanhada pela análise em termos pessoais das suas consequências: “certos casais têm problemas por causa dos salários baixos que os maridos auferem” (E2:69). Alguns problemas são considerados como tendo origem no facto de os salários serem insuficientes: “Os baixos salários também originam divórcios: as mulheres pensam que os maridos ficam com o dinheiro, chegam a ir à empresa confirmar quanto ganham os maridos” (E2:49)

Na E2 associado estas críticas constantes, é revelado pelos trabalhadores um descontentamento associado a uma desilusão quanto ao futuro da empresa e quanto às perspectivas de futuro que lhes foram asseguradas inicialmente: “Muitas das pessoas que vieram da [companhia aérea nacional] em comissão de serviço já voltaram. Está previsto o subsídio de chefe de equipa mas nunca o pagaram” (E2:49). Segundo alguns trabalhadores (mas não confirmado pela direcção), nos primeiros 6 meses de existência da empresa os trabalhadores não receberam salários e disseram-lhes que iriam ser pagos depois mas nunca o fizeram” (E2:69). Da parte da direcção da E2, existem igualmente inúmeras reclamações quanto aos desempenhos e comportamentos dos trabalhadores. Os processos disciplinares são mais frequentes na Direcção Técnica Operacional e referem-se a acidentes de

trabalho (mau manuseamento de equipamento), ausência do local de trabalho<sup>227</sup>, os furtos nas bagagens dos passageiros<sup>228</sup>.

Na E3 a opinião relativamente aos salários aponta no mesmo sentido: “o salário dá só para dois dias” (E3:94). “De vez em quando o fogão fica mesmo apagado. O salário não faz nem uma semana” (E3:118). Daí que associado ao descontentamento surjam muitas vezes referências às consequências desse descontentamento: “Antes o pessoal não mexia nas coisas, mas hoje em dia já mexe” (E2:69).

Nos casos em que se verifica uma redução ou perda das regalias ou benefícios, instituídos ou não pela empresa, os trabalhadores sentem-se forçosamente obrigados a procurar outras alternativas: “Tínhamos trabalho com cargueiros de várias empresas que deixaram de operar porque andavam a cair e daí os fretadores que davam gratificações ao pessoal deixaram de o fazer. Muitos desempregaram-se por causa disso” (E2:66). Noutros casos, aos quais muitos referem também no sentido de reforçar o descontentamento com as situações remuneratórias, as alternativas parecem ser ainda mais radicais “O homem que se quis atirar do prédio em Luanda era trabalhador daqui e queixava-se do salário que tinha” (E2:66)

A forma instituída nas empresas de regular o absentismo e que na maior parte das vezes influencia os salários é o sistema de faltas. Na E2 existe um controle de faltas e os salários não são processados sem informação da área. As faltas passíveis de serem justificadas referem-se às doenças (justificadas contra apresentação de atestado médico), partos das esposas e aos óbitos (contra apresentação do boletim de óbito) e as faltas injustificadas implicam descontos nos vencimentos e nas férias. “A assiduidade do trabalhador em Angola é controlada com o vencimento” (E2:78). Mesmo havendo este

---

<sup>227</sup> “ [os trabalhadores] iam para o outro da rua, lá fora, para a lanchonete, em especial quando recebiam o salário” (E2:T.).

<sup>228</sup> Mais frequentes nos voos provenientes do Rio de Janeiro e de Joanesburgo porque são aqueles em que os passageiros trazem mais mercadorias.

controle, perante um baixo nível de empenhamento, é difícil em algumas empresas controlar-se o absentismo “é difícil impor alguma coisa às pessoas que ganham pouco. Há muitos casos de faltas. A empresa não remunera bem e por isso há muito abandono. Num turno há normalmente umas dez faltas. A média de faltas injustificadas por trabalhador é de três ou quatro por mês mas arranjam-se justificações médicas falsas” (E2:78). Na E3, as faltas podem também ser justificadas e segundo o que é afirmado correntemente, é possível arranjar um justificativo médico falso por cerca de 100 Kwanzas.

Uma outra consequência tem sido, segundo alguns trabalhadores, a saída para outras empresas, quando existe uma oportunidade. Mesmo exigindo a empresa E2 actualmente um contrato de permanência (já que assegura a formação dos trabalhadores), têm-se registado alguns casos quer de mudança de emprego quer de retorno às empresas de onde originalmente os trabalhadores foram requisitados.

Uma das soluções que alguns trabalhadores apontam, como forma de satisfação das reclamações refere-se à sindicalização. Está prevista a participação dos trabalhadores da E2 em sindicatos (Federação dos Sindicatos dos Transportes) muito embora ainda não se tenha iniciado. Os sindicatos em Luanda parecem estar a recuperar alguma capacidade reivindicativa. Na E2, só há um ano é que entraram trabalhadores para o sindicato<sup>229</sup> e foi feito um caderno reivindicativo. Antes disso, a direcção “só aceitava reunir com três trabalhadores” (E2:71). Só depois destas conversações é que começou a ser pago o prémio de desempenho em Dólares. Grande parte dos trabalhadores da E3 está filiada no Sindicato da Indústria dos Petróleos, Química e Metalúrgica de Angola (SIPEQMA)<sup>230</sup>. Actualmente fazem mais exigências ao sindicato e já chegaram a apresentar um caderno reivindicativo (ver ANEXO 4) onde pedem aumentos de 100% dos salários alegando a falta de actualização em relação à inflação dos mesmos desde há 3 anos. O sindicato é muito mal visto pela Direcção (e tem

---

<sup>229</sup> A Comissão de Trabalhadores inclui actualmente 25 pessoas.

<sup>230</sup> Anteriormente pertenciam ao STEQMA.

estado a desenvolver algumas acções visíveis em Luanda em termos mediáticos) e segundo algumas chefias, “ameaça os trabalhadores de matar os filhos e violar as mulheres se eles forem trabalhar” (E3: D.).

Da parte das direcções das empresas e no sentido das orientações governamentais, a resolução de questões relacionadas com a segurança social dos trabalhadores tem vindo a ser direccionada no sentido de um maior desenvolvimento dos sistemas nacionais. Na E3, Os trabalhadores contribuem mensalmente com cerca de 2 Dólares para um Fundo Social, gerido por uma Comissão Sindical e pelos Recursos Humanos que assegura a assistência médica (especialmente as operações cirúrgicas), o pagamento das despesas com óbitos e com viagens. Na E2, os trabalhadores descontam para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e será por essa via que poderão ter acesso a uma reforma ou a aposentações. Na E3 estes descontos também têm lugar desde 2000, embora grande parte dos trabalhadores “pensem que não descontam” (E3:C).

Em todo o caso, é sempre questionada a funcionalidade e o funcionamento do sistema de segurança social nacional, sendo grande parte das vezes considerada a sua existência uma forma de lhes serem retiradas certas regalias. Por exemplo em relação ao subsídio de funeral pelo qual a E1 até há pouco tempo se responsabilizava, é referido que os trabalhadores, na prática, perderam o acesso ao mesmo já que “dá tanto trabalho com papéis que se têm que tratar, gasosas que se têm que pagar que não compensa fazer os pedidos à Segurança Social” (E1:31).

Uma outra forma e talvez a mais importante de aceder a benefícios através da actividade assalariada está relacionada com os empréstimos a que os trabalhadores podem ter acesso. Na E1, a contabilidade (que controla os pedidos) recebe cerca de vinte pedidos por mês, normalmente relativos a empréstimos para pagar a renda de casa, para pagar a água ou a luz, para pagar as matrículas/propinas nas escolas dos filhos. Actualmente são feitos

muito poucos empréstimos e apenas quando são invocadas razões muito fortes como doenças, “infelicidades” (funerais de familiares) embora continuem a persistir os pedidos de outras ordens.

Na E2 é referido que tem havido uma diminuição nos empréstimos atribuídos aos trabalhadores já que foi considerado que “eram excessivos” (E2:43). Estes pedidos são analisados pelo Departamento de Recursos Humanos mas quem os autoriza é a Direcção de Finanças. Em princípio, são atribuídos mediante o comportamento e a assiduidade do trabalhador e os mais frequentes referem-se ao financiamento de material de (re)construção das habitações na época das chuvas (os mais recentes), para a realização de viagens ao estrangeiro, para o pagamento de despesas com a saúde de familiares.

A antecipação dos montantes dos salários e subsídios ou a garantia que eles serão pagos em determinada data é tomada como garantia para cobrir despesas que os trabalhadores entretanto vão fazendo antecipadamente e para cobrir os empréstimos. Por exemplo, na E2, existe um subsídio de desempenho em Dólares (pago no dia 15 de cada mês) mas que quando é pago “já não tem valor porque é sempre para cobrir dívidas que as pessoas já têm” (E2:69).

Na E3 são concedidos empréstimos a trabalhadores, dependendo os montantes e condições de pagamento do salário de cada um e do tempo de serviço. Em todo o caso, os descontos destes empréstimos dos salários, regem-se pela lei angolana que não permite que sejam feitos descontos acima dos 20% do salário. Os empréstimos têm primeiro que ser autorizados pelo Departamento de Recursos Humanos e depois pelo Departamento Financeiro.

Na E1, a maioria dos trabalhadores (35 entrevistados, 88%) refere recorrer aos empréstimos por parte da empresa. Os trabalhadores que referem não

utilizar esta facilidade são essencialmente responsáveis superiores e um elemento jovem e recém-admitido na empresa. Na E2, a proporção daqueles que referem recorrer aos empréstimos (29 entrevistados, 58%) e a dos que não o fazem é relativamente superior. A maioria dos entrevistados que não utilizam o crédito da empresa são jovens e/ou desempenham funções de “auxiliares”. Segundo o que é referido, os empréstimos “são só para alguns” (E2:84), dependem da “sorte” (E2:82, 85) e dos “conhecimentos das pessoas” (E2:71).

Na E3, a proporção dos entrevistados que refere recorrer aos empréstimos é bem mais reduzida: apenas 8 trabalhadores (21%), essencialmente responsáveis. Na E3 a facilidade de conceder empréstimos foi extinta com a entrada da actual direcção, restando apenas a possibilidade de os contrair em caso de doenças ou de óbitos, devidamente comprovados. O conhecimento de que existem empresas que proporcionam este tipo de empréstimos é um dos factores de descontentamento referido pelos trabalhadores da E3: “Por exemplo, [podiam emprestar dinheiro para] uma carrinha para trabalhar por fora, ou dar ajuda para fazer construção” (E3:94).

Grande parte destes empréstimos destina-se a financiar negócios no sector informal, seja o investimento em actividades comerciais, seja o investimento na construção de casas para futuro aluguer ou a construção de tanques de água para revenda.

Em vários casos, os trabalhadores lamentam-se do facto de ser difícil aceder a crédito, aos empréstimos ou o facto de o salário não permitir o investimento em actividades do sector informal, pelo menos no tipo de negócio ou na dimensão idealizada: “Não temos [a família] crédito para investir lá fora (...) a mulher vende bolachas à porta de casa porque ainda tem um filho com menos de um ano” (E3:92); “O salário não dá para fazer negócio (...) para fazer negócio são precisos 300 ou 400 Dólares” (ganha por mês 245 Dólares) (E3:95).

Estes negócios e outras actividades, desenvolvidas quer através do capital inicialmente providenciado pelo salário quer através dos empréstimos feitos pela empresa encontram-se indirectamente relacionados com a actividade exercida. As possibilidades adicionais, que têm uma menor relação com o trabalho, assalariado são múltiplas e variadas e nem sempre pressupõem este investimento dos salários ou dos empréstimos. Em todo o caso, o que se verifica, em termos de complementarização dos salários, é que existem: - actividades cujo investimento inicial é realizado utilizando para tal os salários auferidos ou o crédito; - actividades ligadas às redes, recursos ou meios disponibilizados pela pertença a uma empresa; - actividades complementares, desenvolvidas pelos assalariados que não estão relacionadas com a actividade na empresa. Um assalariado opta, dependendo daquilo que considera adequado e possível, por desenvolver uma ou várias, adaptando sempre as suas necessidades às suas possibilidades.

## **2. Rendimentos complementares**

O vínculo a uma entidade empregadora revela-se, portanto, vantajoso na medida em que possibilita, para além do salário, o acesso a redes, recursos, serviços e meios. Sendo os salários insuficientes, a capacidade de gerar e gerir rendimentos complementares revela-se fundamental no conjunto das estratégias individuais e familiares: “Nas horas vagas tentam-se as alternativas” (E1:31). Ou, de forma mais radical, quando os salários se revelam insuficientes, “[as pessoas] são capazes de qualquer coisa, mesmo arriscando a própria vida ou o emprego” (E2:49).

As fontes de rendimento alternativas são múltiplas, variadas e variáveis. As mais recorrentes são certamente aquelas relacionadas com o comércio de bens dos mais variados tipos. Abundam ainda os casos não menos



significativos em que as pessoas recorrem à “...prestação de serviços, à compra e venda de moeda, às transacções imobiliárias (...) e à extracção de minerais” (CARVALHO, 2002:64).

Os rendimentos complementares podem ser explorados, por um trabalhador assalariado, dentro ou fora da empresa<sup>231</sup>. No que diz respeito àquelas actividades geradoras de rendimentos complementares que se desenvolvem na empresa, muitas das opções encontradas são consideradas pelas empresas como ilegítimas no quadro da actividade laboral. Na E2, as estatísticas sobre os processos disciplinares revelam que as principais indisciplinas registadas se referem à assiduidade, à ausência do local de trabalho, aos acidentes involuntários, aos roubos<sup>232</sup>. Na E3, a principal área onde são registados furtos é o stock central (onde são armazenados os produtos alimentares), especialmente quando não havia controle, e chegaram a ser realizados processos disciplinares e advertências colectivas. Nas outras unidades são registados pequenos furtos que são quase sempre alvo de advertências. Um dos últimos grandes furtos refere-se ao desaparecimento de 600 kg de carne e implicou o afastamento dos dois responsáveis<sup>233</sup> da altura, posteriormente a divisão da equipe em duas partes (uma delas enviada para outra área) e finalmente toda a equipa foi transferida para outras unidades. Para evitar estes furtos, a política tem sido a rotação, por diferentes áreas, secções e unidades, dos trabalhadores, o que demonstra bem a quantidade e a frequência dos casos.

Devido aos furtos e roubos constantes, todas as empresas sentem a necessidade de desenvolver uma área de segurança bem estruturada e

---

<sup>231</sup> Em algumas empresas, o autoconsumo (quantidade de bens produzidos pela empresa a que um trabalhador tem direito a comprar com um grande desconto ou a descontar no salário (RODRIGUES, 1997) e o acesso a bens escassos para troca constituem a principal componente do rendimento real de cada indivíduo e para além disso, a empresa pode ainda fornecer electricidade às casas à volta do edifício ou permitir o cultivo de vegetais no seu terreno por parte de trabalhadores (CRUZ, et. al., 1992:22).

<sup>232</sup> No caso desta empresa, são referidos como casos recentes, furtos de mercadorias de passageiros e o desaparecimento de alguns extintores.

<sup>233</sup> Segundo a direcção da empresa, para se certificarem da conviência ou não destes com a restante equipa.

eficaz. Na E2, para além da protecção das instalações e equipamentos, a segurança (17 elementos) tem ainda como atribuições o controle dos trabalhadores, o controle na rampa e na placa (acompanhamento entre aeronaves e terminais), zelar pela boa utilização dos meios e equipamentos (vigiar a condução, por exemplo). Mesmo assim, os furtos e roubos acontecem porque “são influência da própria vida das pessoas. Os principais são casos isolados. Qualquer indivíduo tenta encontrar contrapartidas do seu empenho e se isso não acontece utiliza as facilidades da área em que está e tende a subtrair isto ou aquilo. Isto porque algumas pessoas vivem carências. Mas também é uma questão de educação” (E2:91)

Para além destas práticas que não abrangem todos os trabalhadores e muito menos serão consideradas por todos como o meio corrente de aceder aos rendimentos complementares, grande parte dos assalariados desenvolve (devido à referida importância das redes de solidariedade e da personalização das relações sociais) uma série de reciprocidades e trocas informais no interior das empresas. Existem várias referências, especialmente nas empresas ou nos organismos estatais à utilização da função e das responsabilidades individuais para angariar rendimentos, recorrendo-se a este expediente mesmo entre colegas. Ou seja, um trabalhador do qual depende o desempenho de uma determinada função, a celeridade de um processo ou uma autorização, poderá decidir se atende a um pedido mediante uma retribuição. As redes a que os trabalhadores têm acesso através das empresas onde trabalham são múltiplas e variadas e estão relacionadas com o tipo de trabalho, área ou função de cada um. Os técnicos especializados da E1 recorrem muitas das vezes aos clientes que angariam através da empresa e para os quais fazem os mesmos trabalhos mas “por fora”: “Os trabalhadores não têm faltado ultimamente porque já sabem que se faltarem não têm acesso aos clientes. Os técnicos especializados ficam com a maior parte dos clientes da empresa porque fazem os trabalhos por fora e fora das horas de expediente” (E1:31). Em termos de uma análise rápida destes expedientes, concluem alguns que “o maior concorrente da empresa

são os trabalhadores” (E1:23). Estes trabalhos são essencialmente aqueles relacionados com as funções de cada um ou os meios e equipamentos a que têm acesso. Nas oficinas de reparação das viaturas da E1, grande parte do trabalho extra está relacionado com a reparação de viaturas particulares na empresa, no parque e oficinas que têm o equipamento necessário; na área das construções (Viana), estes trabalhos extraordinários estão relacionados com o fabrico de pequenos objectos utilizando as máquinas e ferramentas da empresa e investindo uma pequena parte na compra dos materiais: grelhas e outros utensílios domésticos, ferramentas, caixas de metal, etc.

As redes de trocas e complementaridades podem ainda ser estabelecidas articulando as actividades extra (que não estão relacionadas com a actividade na empresa) de cada um e os clientes que se arranjam nas empresas. E1:29 faz em casa blocos de cimento com os filhos e com alguns ajudantes porque tem água e espaço em casa. O cliente principal, neste momento, é o director da E1 que está a construir uma casa.

Na base destas redes encontram-se princípios e racionalidades partilhadas que colocam no cerne do estabelecimento de relações sociais a informalidade e a pessoalidade. Esta informalidade promove, entre outras, que a informação e a comunicação circulem rapidamente. Este fenómeno encontra-se patente, por exemplo, no facto de grande parte das reivindicações terem como base o conhecimento daquilo que os outros trabalhadores auferem ou os subsídios que lhes são atribuídos, informação esta que não está prevista nas normas de funcionamento da empresa. A Direcção da E3 acredita que se fornecer informação sobre os resultados da empresa (lucros), os trabalhadores vão exigir mais.

A pessoalidade das relações sociais está também ligada ao facto de correrem sempre muitas informações (verídicas ou não) em quase todas as empresas, que integram factos sobre o funcionamento da própria empresa e factos sobre a vida particular das pessoas, estando a maior parte das vezes umas

misturadas com as outras. Na E2, por exemplo, circula a informação que “o pessoal da Direcção viaja em nome da direcção da empresa” e isto porque alguns trabalhadores têm acesso às listas de passageiros da companhia aérea nacional através de conhecimentos pessoais.

Os trabalhadores têm ainda acesso a informações sobre os lucros das empresas ou pelo menos sobre a facturação da empresa. “Uma aterragem completa em Luanda, com todos os serviços cobra-se a 18.000 Dólares. Os trabalhadores sabem que há dinheiro” (E2:69). Ou ainda “Nós sabemos que a empresa ganha muito dinheiro mas não chega até nós. Sabemos que o país é rico mas isso não nos chega a nós. Tenho muita responsabilidade para o que ganho e os administradores ganham muitas vezes mais; ganham em Kwanzas mas têm os prémios em milhares de Dólares” (E2:49). Sabem ainda sobre os salários e subsídios praticados noutras empresas “A A.C. paga 17.000 Kwanzas a trabalhadores de handling, mais um subsídio de 400/450 Dólares a um despachante” (E2:69).

Recorrentemente, os trabalhadores encontram formas de sobrepor as relações personalizadas às exigências formalmente estipuladas pela empresa ou definidas em termos de legislação geral. Por exemplo, na E1, as horas extraordinárias têm um limite legal de vinte horas por mês e, de modo a compensar algumas secretárias que ficam para além do tempo de serviço na empresa, foi instituído um subsídio de secretariado (que no entanto, não pode exceder 50% do salário). Ou em relação ao absentismo, podem ser “perdoadas” faltas (cujo número, frequência e motivos estão bem definidos) se se conhecerem as razões para tal<sup>234</sup>.

As redes sociais são estabelecidas tendo como base a pessoalidade que assumem e cuja manutenção é reforçada através de prestações e contraprestações mais ou menos regulares, dependendo daquilo que está

---

<sup>234</sup> Uma funcionária, A.P., tem muitas faltas mas já não lhe são marcadas mais por solidariedade para com o seu problema pessoal porque “ela divorciou-se há pouco tempo e o marido foi casar com a melhor amiga dela. Mas é uma trabalhadora brilhante” (E1:31).

previsto pelos intervenientes. Um supervisor da E2, por exemplo encobre as faltas dos funcionários porque sabe porque é que eles faltaram: “Ou não conseguiram transporte, ou foi por causa da chuva, etc. Recuso-me a fazer uma informação aos Recursos Humanos” (E2:69).

Muitas questões ligadas ao funcionamento da empresa só podem ser resolvidas, segundo os trabalhadores, se forem tratadas pessoalmente. “A secretária que recebe os pedidos de empréstimo, por vezes esconde-os e portanto é preciso apanhar a directora de finanças no caminho para falar directamente com ela” (E2:71).

As relações sociais podem ser favoráveis ou desfavoráveis para os trabalhadores em relação às suas chefias, dependendo do modo como são estabelecidas. Por exemplo, a um trabalhador da E2, que “é tido como agitador pela direcção”, não lhe é dada a possibilidade de fazer formação (curso de despachante): Como não tenho família aqui, não posso ir fazer” (E2:71).

Esta pessoalidade característica das relações sociais encontra-se ainda bem evidenciada nos tipos de comportamentos que estão previstos no relacionamento entre trabalhadores de diferentes níveis hierárquicos. As chefias são normalmente alvo de críticas que não incluem apenas aquelas relacionadas com as medidas que tomam ou a forma como gerem os recursos humanos. Na E1, foi amplamente criticado o facto de um novo administrador não se ter ido apresentar aos trabalhadores e por isso “já começou mal” (E2:69). Na E2, um dos factores de crítica por parte dos trabalhadores é o de “não existirem reuniões com o pessoal de nível mais baixo” (E2:71). Quando as relações sociais são colocadas ao nível da impessoalidade, geram-se maiores desconfianças e incertezas quanto à actuação de cada um. Na E3, com a recente integração da empresa num grupo internacional maior, “as pessoas não sabem a quem recorrer” (E3:CC). A maior parte dos trabalhadores, perante a dúvida sobre a quem se devem

dirigir quando têm alguma questão ou simplesmente desconhecendo a estrutura total da empresa bem como os responsáveis a um nível mais elevado, referem desconfortos vários.

No que toca às solidariedades, o recrutamento é sempre uma das áreas onde mais visivelmente se identificam as influências das relações pessoais sobre o funcionamento e organização de uma instituição formal. Na E1, está previsto que o recrutamento seja feito internamente (é feito um levantamento dos recursos humanos existentes no sentido de ver a possibilidade de preenchimento de vagas utilizando os efectivos da empresa) ou externamente (é feita uma comunicação ao Ministério do Trabalho, é publicado anúncio no Jornal de Angola e prossegue-se com o recrutamento e selecção através de testes). Existe no entanto uma prerrogativa em relação aos familiares menores dos trabalhadores que prevê que estes podem estar ao serviço da empresa a partir dos catorze anos desde que devidamente autorizados pelos seus encarregados ao abrigo da Lei dos Trabalhadores Menores. Esta prerrogativa tem sido utilizada na E1 e tem sido atribuída preferência aos filhos dos trabalhadores, acontecendo mais frequentemente entre os operários. Os menores recebem um salário, têm um horário de trabalho especial (para poderem continuar os estudos) e têm direito a dispensas obrigatórias para estudar. Na E2 é significativo o número de trabalhadores cuja profissão dos pais esta(va) ligada à aviação, na companhia aérea nacional ou na própria E2 (E2:46, 48, 52, 69, 76, 86). Esta tendência apenas se verifica nesta empresa já que, como é enfatizado, se trata de um sector específico e que permitiu ao longo dos anos a criação de solidariedades baseadas na área de trabalho. Na E3, as referências ao recrutamento incluem casos em que familiares são “puxados” para a empresa (E3:105, E3:126), o que torna o fenómeno característico dos diferentes ambientes empresariais.

Uma outra forma ainda de possibilitar o recrutamento de pessoas conhecidas está relacionada com a confiança que um trabalhador de uma empresa

demonstra, através de uma espécie de responsabilização, por alguém que deseja ver integrado na empresa. Num dos pólos da E3, existem “amigos” que se prestam a ir ajudar os trabalhadores a servir as refeições durante vários dias (que são pagos em senhas de refeição) e que mais tarde podem (e são em muitos casos) contratados pela empresa. Esta convivência a título experimental possibilita ainda que por exemplo, na E3, existam casos de trabalhadores que transitaram das empresas clientes para a E3.

Mas as relações sociais não se limitam à esfera da empresa ou às ramificações que se possam estabelecer a partir desta. As actividades complementares fora da empresa regem-se pelo mesmo princípio.

Fora da empresa, as actividades desenvolvidas podem ou não estar relacionadas com o tipo de qualificação ou função que cada um tem na actividade assalariada. A maior parte das vezes é referido pelos trabalhadores que não têm tempo para outras actividades geradoras de rendimento e a esmagadora maioria refere que ainda menos tempo tem disponível para o trabalho não remunerado ou para actividades associativas e recreativas<sup>235</sup>.

Estas afirmações, contudo, podem traduzir que, directamente, não desenvolvem as actividades geradoras de rendimentos complementares mas, frequentemente, colaboram nelas indirectamente. Assim, os trabalhadores que referem desenvolver outras actividades – produtivas, comerciais, prestações de serviços – representam uma porção substancial dos entrevistados.

---

<sup>235</sup> Apenas 19 entrevistados referem pertencer a associações, 10 dizem pertencer (e participar activamente) em actividades ligadas a igrejas. Os restantes afirmam não participar neste tipo de actividades.

### *Outros trabalhos que proporcionam rendimentos*

	<b>Biscates (Informal ou em casa)</b>	<b>Negócios</b>	<b>Biscates e negócios</b>	<b>Não tem</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	21	0	1	18	40
<b>E2</b>	13	9	2	26	50
<b>E3</b>	6	7	0	26	39
<b>Total</b>	40	16	3	70	129

De entre as actividades complementares, os assalariados podem desenvolver apenas uma ou várias, dependendo das possibilidades e disponibilidades. Por exemplo, o director de um dos pólos da E1, para além do trabalho que tem na empresa e do salário que aufer, possui um terreno com algumas casas que aluga, faz blocos de cimento ao fim-de-semana para vender e explora um pequeno terreno agrícola (E1:29).

A grande parte das actividades desenvolvidas fora da empresa (mas que dependem da aplicação do rendimento regular que o salário proporciona) está relacionada com o sector informal, em especial com o comércio. Os salários obtidos através do trabalho no sector formal, apesar de grande parte das vezes serem considerados reduzidos e insuficientes para o sustento das famílias, cumprem, através da sua regularidade e fixidez, o papel de capital inicial para investimento noutras actividades geradoras de rendimento: “Um homem pode ter várias mulheres, distribui o salário pelas diversas casas e depois vive à custa dos rendimentos que as mulheres têm” (E1:31). O homem, porque tem acesso ao salário, pode dar um montante inicial para as mulheres investirem em mercadorias para revender nos mercados e obter lucro. “O que interessa é ir para o mercado com 100, trazer esses 100 de volta e mais 50. E assim por diante” (E1:31). As mulheres que trabalham no sector informal dependem, para além do investimento inicial proporcionado pelo salário, do apoio deste salário em tempo de crises: “às vezes há aquelas quedas [e a esposa] tem que esperar por mim” (E3:110).

Assim, a actividade assalariada relaciona-se com pelo menos dois importantes conjuntos de benefícios objectivos cuja avaliação é feita quer a nível individual quer a nível familiar: a regularidade dos rendimentos e as



possibilidades de complementarização dos mesmos (desenvolvidas externa ou internamente nas empresas). A um outro nível, mais subjectivo, o desempenho de uma actividade assalariada representa uma captação de benefícios em termos de estatutos sociais. Em muitos casos, dependendo dos salários regulares dos assalariados, os restantes membros das famílias tendem a valorizar as actividades desenvolvidas por estes, atribuindo-lhes um carácter prestigiante. Esta posição mais favorável no grupo familiar permite a definição das posições sociais dos membros uns em relação aos outros o que, em termos gerais, se reflecte num estatuto mais elevado atribuído aos homens (predominantes no sector formal) e numa correlativa subvalorização do trabalho feminino (predominantemente no sector informal). A um nível mais lato, o prestígio do trabalho assalariado e da integração numa organização formal associam-se a modelos de relativamente elevada valorização social.

### **3. Valorização do trabalho assalariado**

Sendo o trabalho assalariado um factor prestigiante nas restantes redes e grupos identitários onde se insere o trabalhador assalariado, o princípio fundamental da troca de trabalho por um salário não é necessariamente aquele que fundamenta ou que define completamente a necessidade ou vontade de exercer uma actividade assalariada. “O trabalho dignifica o Homem. É por isso que trabalhamos, não é pelo salário” (E1:31). “Trabalho porque o trabalho é que dignifica o Homem” (E2:71). “Trabalho só porque tenho necessidade de ter um emprego e não porque daí tire vantagens” (E2:82). São diversas e inúmeras as referências à associação do assalariamento a qualidades sociais, estando presentes nos discursos perspectivas de sentido positivo relativas ao trabalho. Desta forma, a inserção dos indivíduos em organizações formais apresenta uma dimensão política e social que se situa para além da simples articulação com as práticas económicas. Esta dimensão política implica estruturas em termos dos

grupos mais restritos (define as posições e estatutos no seio dos grupos familiares) e tendencialmente a um nível social mais vasto, gerando diferenciações associadas à modernidade e à urbanidade.

Em relação ao prestígio de ter uma actividade assalariada, as afirmações colocam em evidência o facto de este ter estado a continuar a estar sempre presente, embora possam existir percepções individuais diferenciadas. Durante o período colonial, o facto de se poder invocar uma profissão e uma empresa a que se estava ligado era um factor considerado importante para a maior parte dos trabalhadores: “tinha um cartão de trabalho antes da independência porque podia ser abordado pelas autoridades e provava assim que trabalhava. É que podia ser um bandido ou vadio” (E1:36). Muito embora esta perspectiva possa coincidir apenas com aqueles que são desde há longa data assalariados, não é líquido que entre os jovens assalariados não possa existir este tipo de racionalidade.

Algumas áreas, profissões ou locais onde se trabalha são factores prestigiados para os trabalhadores, reconhecidos socialmente quase que de imediato “Um funcionário do aeroporto é tido como uma pessoa que ganha bem” (E2:71). Esta associação de uma empresa, de um tipo de profissão e de um estatuto assalariado formal ao reconhecimento social contribui ainda para a definição de pessoas e grupos de pessoas integradas nas práticas e nas lógicas próprias dos meios urbanos e dos sistemas modernos.

Estas ideologias alteram e transformam a maneira como são percebidas as posições sociais, inscrevendo-se no *habitus* de grupos mais restritos como a família e mesmo ao nível social global. Esta integração de valores e práticas está bem patente no facto de a maioria dos trabalhadores das empresas serem filhos de pessoas também elas assalariadas.

### *Profissão dos pais dos trabalhadores assalariados*

	<b>Formal</b>	<b>Informal</b>	<b>Rural</b>	<b>Igreja/Sobas</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	17	14	9			40
<b>E2</b>	33	11	6			50
<b>E3</b>	20	5	9	3	2	39
<b>Total</b>	70	30	24	3	2	129

No caso da E2, foram registados ainda casos em número significativo (seis) em que o pai do trabalhador ou pertence à mesma empresa ou ao mesmo ramo ou à empresa de onde foi gerada a E2 (CR46, CR48, CR52, CR69, CR76, CR86). Para além do carácter personalizado das formas de recrutamento anteriormente evidenciado, o facto de existirem membros de gerações anteriores inseridos no sistema formal assalariado contribui para a existência de formas de reprodução social tendencialmente assentes sobre o assalariamento.

Embora em relação às mães se verifique uma tendência para um maior número de trabalhadoras rurais, a grande tendência da resposta em relação à profissão das mães, quando trabalhadoras rurais ou quando comerciantes do sector informal é para a utilização do termo “doméstica” (aspecto anteriormente referido). Através de uma análise mais fina e de um questionamento mais insistente neste aspecto, é possível verificar que o número correspondente às domésticas é bastante reduzido.

### *Profissão das mães dos trabalhadores assalariados*

	<b>Formal</b>	<b>Informal</b>	<b>Rural</b>	<b>Domésticas</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	3	17	13	7		40
<b>E2</b>	11	19	13	7		50
<b>E3</b>	6	14	11	7	1	39
<b>Total</b>	20	50	37	21	1	129

Esta tendência para que os pais tenham sido essencialmente assalariados do formal e as mães ligadas ao sector informal, é consonante com a tendência geral referida que inclui um maior número de homens no sector formal e de mulheres no informal. Mantendo-se, de acordo com os dados obtidos, a tendência para a existência de mais homens nas empresas, verifica-se igualmente a manutenção de um modelo de complementaridades no que diz

respeito à obtenção de rendimentos que pressupõe uma diferenciação de género.

A reprodução de modelos realiza-se também ao nível individual. Uma vez inseridos no sector formal, os trabalhadores tendem a manter-se aí (embora existam inúmeros casos onde se verifica a opção pelo informal, definitiva ou pontual), não só devido às qualificações específicas que adquirem mas também devido à interiorização de um modelo de relacionamento laboral e de enquadramento nas actividades económicas formais. Este facto está patente nos percursos profissionais que indicam que não existe necessariamente, em todos os casos, uma especialização dos trabalhadores numa determinada profissão, ofício ou área de trabalho. O que se mantém relativamente constante é o facto de existirem experiências anteriores no sector formal. Na grande maioria dos casos, os trabalhadores provêm de experiências anteriores de assalariamento, especialmente o assalariamento na função pública. Repare-se ainda na referência (de experiências mais recentes) às ONGs como instituições de integração dos trabalhadores no assalariamento.

*Tipo de actividade anterior*

	<b>Assalariado Sector Público</b>	<b>Assalariado Sector Privado</b>	<b>Assalariado Sector Informal</b>	<b>Por conta própria Informal</b>	<b>Assalariado ONG</b>	<b>Primeiro Emprego</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	18	8	4	1	1	8	40
<b>E2</b>	26	12	2	4	0	6	50
<b>E3</b>	12	13	1	8	1	4	39
<b>Total</b>	56	33	7	13	2	18	129

A inserção nas actividades assalariadas, de longa duração em termos individuais ou comum em termos familiares, contribui para a adopção e reprodução do modelo formal em determinados grupos e contribui igualmente para a configuração de um modelo urbano, moderno de inserção económica e social. Existem contudo diferenças no que toca ao tipo de actividade assalariada exercida e aos estatutos construídos no seio das organizações. Se em termos sociais mais abrangentes o assalariamento constitui factor de diferenciação social e serve de base à associação dos indivíduos à

urbanidade, os diferentes posicionamentos dos trabalhadores nas empresas informam a maneira como são geridas as relações sociais nesse contexto. Muitas das vezes, estes posicionamentos têm uma correspondência com a hierarquia formal, embora em alguns casos se possa verificar a existência de reconhecimento de prestígio através de certas características pessoais e individuais.

O prestígio que resulta da posição na hierarquia formal não é garantido apenas pelo facto de serem atribuídas mais responsabilidades e poder ou níveis salariais mais elevados (a diferença, na maior parte dos casos torna-se insignificante) mas essencialmente resulta da suspeita, por parte dos restantes trabalhadores, de que as categorias mais elevadas favorecem a obtenção de maiores rendimentos e influências. Para além disso, a determinado cargo ou posição correspondem uma série de atributos simbólicos. Por exemplo, na E1 que assegura o transporte de trabalhadores numa carrinha aberta, as chefias e empregados com um determinado estatuto, não querem ser transportados com os outros trabalhadores (“não querem andar de monangambé<sup>236</sup>” (E2:F). Ainda nesta empresa, não é bem visto pelos trabalhadores (especialmente pelos das categorias mais elevadas) que os subsídios de Natal atribuídos sejam praticamente iguais (em género e número), diferindo apenas o facto de se tratarem de chefias ou não. A diferenciação em termos de regalias é, contudo um facto que não deixa de ser alvo de algumas críticas. Na E2, alguns trabalhadores criticam o facto num certo Natal terem sido atribuídos cabazes “com cerca de trinta grades” a responsáveis da empresa “que não precisavam deles” (E2:69). Mas o reconhecimento de que a diferentes estatutos correspondem diferentes níveis de poder é recorrente: “a companhia [a direcção] tem formas de pressionar os trabalhadores para não falarem muito” (E2:71), o que acrescenta às diferenças estatutárias formais o exercício efectivo do poder baseado na posição ocupada na hierarquia formal.

---

<sup>236</sup> Termo de sentido pejorativo utilizado em relação aos trabalhadores “contratados” (ver capítulos anteriores), essencialmente relacionado, neste caso, com o transporte em carrinha de caixa aberta.

Na E1, existem nove viaturas da empresa de uso integral, ou seja, atribuídas a trabalhadores específicos. Uma percentagem destas está atribuída aos chefes de departamento e as restantes a técnicos superiores que as compraram à empresa por 40% do preço de mercado. Estes técnicos superiores podem-nas comprar se possuírem certas e determinadas características, como assiduidade, empenho e esforço no trabalho. Para além disso, outros benefícios relacionados com a função e com a hierarquia permitem aceder a outras facilidades: “tenho carro próprio, gasolina, pagam-me 50% do valor das peças sobressalentes; recebo um subsídio de chefia e tenho direito a usar um rádio da empresa” (E1:2). A outros níveis, é ainda possível que do total de 33 seguranças da empresa, alguns tenham como missão (dependendo do turno) a protecção da casa do Director da empresa, o que coloca mais uma vez em evidência a correspondência de um estatuto na empresa a benefícios específicos.

Para além do estatuto social que o próprio assalariamento implica, as diferentes posições hierárquicas nas empresas constituem factores de diferenciação social. Figuras como o “director”, o “responsável”, o “chefe” permitem posicionar socialmente os indivíduos nas suas relações fora da empresa, quer nas famílias quer a níveis mais abrangentes.

Da mesma forma, o tipo de empresa a que se pertence constitui um factor de diferenciação social que permite refinar a atribuição de determinado estatuto social aos assalariados<sup>237</sup>. No caso dos trabalhadores da E1 (empresa estatal), apenas aqueles pertencentes às categorias mais elevadas têm acesso formalmente a determinados privilégios e regalias<sup>238</sup>. Os restantes

---

<sup>237</sup> Este facto está claramente relacionado com a já referida maior actualização dos salários à inflação, sendo que “no mercado formal de trabalho, os salários são (...) inferiores nos órgãos de administração do Estado, sendo mais elevados em empresas estrangeiras e organismos internacionais” (CARVALHO, 2002:63).

<sup>238</sup> Para alguns autores, a permanência “no Estado”, tem como motivação (ões): o acesso a redes de influência, o acesso a postos de elevado prestígio social, a maior probabilidade de acesso a rendimentos alternativos, a maior disponibilidade de tempo para outros negócios, a falta de conhecimentos que permitam o acesso a empresas estrangeiras e organismos

trabalhadores mantêm-se ou porque têm clientes que não podem perder, ou porque constituíram e obtêm vantagens das redes e esquemas possibilitados pelo emprego formal. De qualquer forma, existem inúmeros trabalhadores que referem que a sua manutenção na empresa não lhes traz vantagens significativas e apenas se mantêm ao serviço porque consideram o trabalho uma actividade prestigiante. Já na E2 (privada nacional), os rendimentos são considerados importantes e significativos e os trabalhadores consideram ser possível obter rendimentos extraordinários também eles significativos porque a actividade proporciona a criação de uma série de redes e esquemas. Ao nível do reconhecimento social da actividade que desenvolvem, constitui um factor importante o facto de a empresa ser de grande dimensão, actuar na área do aeroporto e exigir, em muitos casos, uma especialização profissional. A E3, por ser uma empresa estrangeira, proporciona aos trabalhadores também um elevado reconhecimento social já que para além de estar associada às grandes empresas estrangeiras, apresenta viabilidade económica a longo prazo e tradicionalmente são estas empresas que garantem o acesso a determinados bens e serviços que até há bem pouco tempo apenas podiam ser obtidos através delas (serviços médicos, lojas, entre outros).

Em termos gerais, as empresas estatais encontram-se associadas a um menor nível de possibilidades e regalias para os trabalhadores de níveis médios ou baixos enquanto que as privadas de grande dimensão bem como as estrangeiras são conotadas a melhores níveis salariais e regalias.

Existe ainda um aspecto relativo às empresas estrangeiras que importa sublinhar: muito embora se lhes encontrem associados os salários mais

---

internacionais (CARVALHO, 2002:65). Ou ainda o acesso a bens por baixo preço (o acesso a lojas onde as vendas continuam a ser subvencionados, a utilização de viaturas estatais, a prestação de serviços domésticos paga pelo Estado, as viagens ao estrangeiro, o acesso gratuito a locais de recreação, "...para além da possibilidade de obtenção do direito a um imóvel ou à compra de viaturas, computadores e outro tipo de bens, a baixo preço" (CARVALHO, 2002:65). Note-se que a possibilidade de aceder a todas estas regalias se encontra limitada pelo cargo ou estatuto na empresa que cada um dos trabalhadores goza e, por isso, não abrange todos os trabalhadores.

elevados e as melhores regalias, nem sempre as relações laborais e sociais entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros são desenvolvidas segundo os mesmos termos. Os expatriados representam 6% da população activa integrada no sector formal em Luanda (MAPESS, 2000) e desse modo a análise da articulação entre as práticas e racionalidades dos trabalhadores angolanos e dos estrangeiros revela uma importância substancial e permite identificar alguns elementos significativos que fazem a diferença entre os modos de pensar o trabalho assalariado.

Para a Direcção da E3 é difícil compreender os problemas dos empregados angolanos e isto por uma razão “cultural” (E3:D.). Ao que parece, desde que a empresa opera em Angola este tem sido sempre um dos principais problemas e o facto de as direcções só poderem permanecer um máximo de quatro anos num dos países parece dificultar ainda mais a situação já que “os estrangeiros vêm com a ideia de ganhar o máximo dinheiro possível e gozar a vida” (E3:D.). Em termos da dificuldade de gestão por parte de estrangeiros, o principal problema parece ser a passividade dos trabalhadores angolanos e o facto de estarem constantemente à espera de assistência por parte da empresa. A experiência em Angola dizem ser, por esta razão, diferente daquela que têm noutros países africanos e poderá ser explicada (pelos próprios estrangeiros) pelo facto de existirem muitos refugiados, pessoas pouco habituadas ao meio urbano e menos adaptadas ao trabalho no sector formal (E3:D.).

As relações de trabalho revelam assim algumas dificuldades que, segundo os trabalhadores, só são ultrapassadas através da existência de um “mediador” que possa articular as necessidades da empresa e as necessidades dos trabalhadores. Na E3, não existem tantos despedimentos porque um dos responsáveis dos Recursos Humanos “segura tudo” porque sabe falar com os trabalhadores (E3:C.). Este ano a direcção ameaçou não pagar um cabaz de Natal e foi este responsável que “acalmou os trabalhadores”.



Um outro sintoma das dificuldades nas relações de trabalho entre pessoas com diferentes perspectivas e modos de actuação no que diz respeito à actividade económica é revelado na crítica constante ao director (e mesmo a alguns responsáveis). Esta crítica incide essencialmente sobre os aspectos do relacionamento com os trabalhadores. Dessa forma, medidas como a alteração das ementas dos refeitórios, a redução do horário para o café, entre outras são normalmente analisadas em termos de uma má gestão das relações sociais e quase nunca em termos de gestão empresarial simples. “O angolano gosta de comer em casa e de comer bem” (E3:C.) e se existem alterações a aspectos relacionados com a alimentação, por exemplo, as críticas traduzem as dificuldades de relacionamento entre uns e outros. Os chefes estrangeiros são tidos como pessoas diferentes no que diz respeito ao modo como gerem as relações sociais e desse modo muitos trabalhadores concordam na estranheza que constitui o facto de, quando alvo de avaliações por parte de superiores hierárquicos (da multinacional) “até dão abraços aos guardas da empresa” (E3:C.). Nos casos mais exacerbados, referem-se “emboscadas” a directores e ameaças (E3:C.), o que reforça a ideia de que a questão de fundo são os graus diferentes de inclusão da personalidade nas relações laborais, o que causa atritos.

Mas nem em todos os casos existem dificuldades de relacionamento e os expatriados que obtêm algum sucesso nesta área devem-no essencialmente ao facto de adaptarem linguagens, comportamentos, métodos aos trabalhadores com quem lidam. Alguns referem as suas qualidades no que diz respeito à transmissão de conhecimentos (“as regras da qualidade e segurança no trabalho são até para fazer em casa. Aprendemos a conservar os alimentos, as regras de higiene e conservação de alimentos, etc.”) (E3:C.), outros a sua capacidade de simplificar as normas exigidas (por exemplo, através da elaboração de um manual de procedimentos de fácil leitura ou de um manual de comportamento para todos os trabalhadores).

As empresas estrangeiras revelam-se assim simultaneamente locais considerados apetecíveis no que diz respeito às regalias e rendimentos e correspondente prestígio em termos sociais e também locais onde se exercem pressões mais acentuadas no sentido da mudança das lógicas e práticas laborais e sociais. Embora as exigências em termos de desempenho e comportamento possam ser temperadas por alguns mediadores, os termos implicados neste contexto representam uma maior violência exercida sobre os modelos e racionalidades económicas. Os trabalhadores que melhor integram estas exigências tendem a reproduzir nos discursos e nas práticas certas qualidades que adquirem através do exercício do assalariamento nestas empresas. É corrente a referência, por parte de antigos assalariados de empresas privadas estrangeiras, a referência a métodos de trabalho e de resolução de questões laborais menos lassos do que os que existem nouro tipo de empresas. A participação num sistema mais formal e mais rígido imprime não só transformações em termos da auto-percepção dos indivíduos mas também contribui para a definição de um estatuto diferenciado em termos sociais. Ou seja, o trabalho assalariado por si só constitui um factor central na atribuição de maior ou menor associação às práticas e valores urbanos e modernos e os indivíduos inseridos em organizações cujo esquema formal é mais rígido e mais exigente tendem a reforçar esta pertença a um estrato mais urbano.

## CAPÍTULO V: O Trabalho Assalariado e as Estratégias das Famílias

O trabalho assalariado, em termos práticos e em termos de racionalidades, encontra-se inscrito nas estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias. Por outro lado, é um elemento central na construção de uma identidade urbana, através do prestígio que lhe está associado. Neste capítulo, que aborda de forma mais incidente estas questões, procede-se a um cruzamento das informações obtidas junto das famílias dos bairros de Luanda e aquelas obtidas através do trabalho de terreno nas empresas, junto dos trabalhadores assalariados.

Esta articulação entre as informações tornou-se possível essencialmente porque as diferenças entre a estrutura e composição das famílias dos bairros e as dos assalariados são irrelevantes, excepto no que diz respeito aos agregados que incluem apenas uma ou duas pessoas (mais casos entre os assalariados).

### *Número de membros por agregado (entrevistas nos bairros)*

	<b>1-2</b>	<b>3-7</b>	<b>8+</b>	<b>20+</b>	<b>NS/NR</b>	<b>Total</b>
<b>11Novembro</b>	0	13	8	0	5	26
<b>Rocha Pinto</b>	2	10	6	2	6	26
<b>Boa Esperança</b>	0	9	10	2	7	28
<b>Total</b>	2(3%)	32(40%)	24(30%)	4(5%)	18	80

### *Número de membros por agregado (entrevistas nas empresas)*

	<b>1-2</b>	<b>3-7</b>	<b>8+</b>	<b>20+</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	1	30	9	0	40
<b>E2</b>	3	28	17	2	50
<b>E3</b>	5	21	13	0	39
<b>Total</b>	9(7%)	79(61%)	39(30%)	2(2%)	129

Esta diferença pode encontrar explicação no facto de o assalariamento permitir a autonomização dos indivíduos e o aumento da frequência do individualismo. Mas por outro lado, é também possível verificar que os agregados que incluem entre 3 e 7 familiares são os mais frequentes. Aliás o próprio modelo da família alargada é o mais frequente tanto nos bairros como

entre os assalariados. Nos bairros as famílias alargadas representam 80% dos casos enquanto que nas empresas correspondem a 57% dos entrevistados. Já em relação às famílias nucleares, se nos bairros a percentagem do total de entrevistados é de 13%, entre os trabalhadores das empresas refere-se a 42% do total.

Entre os assalariados, além de serem em maior número os casos registados de pessoas a viver sozinhas, repare-se que todos os agregados compostos por apenas duas pessoas se referem a casais sem filhos (sete casos), o que não foi registado em relação aos agregados nos bairros. Este facto pode contribuir para concluir que podem ser mais frequentes as separações de membros das famílias e a sua autonomização, proporcionada pelo assalariamento. Em todo o caso, não deixam de ser maioritárias as famílias alargadas. Existe, contudo, um dado importante a reter: a percentagem de famílias do tipo nuclear entre os assalariados é muito superior à encontrada entre as famílias de diversos tipos em Luanda. Apesar de este valor ser inferior ao da família alargada, aproxima-se o suficiente para se poder assinalar uma tendência para a inclusão de um menor número de membros nos agregados dos assalariados. Se em termos do número médio de familiares que residem numa mesma habitação os valores para os bairros e para as famílias de assalariados são próximos, é mais frequente que nas famílias dos assalariados estes conjuntos correspondam a casais e respectivos filhos, enquanto que nos bairros se verifica uma tendência para incluir membros de outro tipo. A explicação para esta tendência parece residir na transformação dos modelos familiares que o assalariamento acarreta de forma tendencial.

Esta diferença em termos da composição dos agregados revela também que o facto de existir um ou mais assalariados nos agregados possibilita a inclusão de um maior número de dependentes e de menos familiares que contribuem para o conjunto dos orçamentos domésticos. Daí que em termos das formas como sobrevivem as famílias dos assalariados e como garantem

os rendimentos, se registre um elevado número de casos em que é afirmado que o salário ou os salários constituem as únicas formas de gerar rendimentos. Em todo o caso, embora seja significativo este tipo de gestão das actividades, não deixa de ser predominante o número de famílias que dependem do salário do entrevistado e de outros rendimentos obtidos no sector informal.

Por um lado, como resultado das estratégias de diversificação dos rendimentos, a grande maioria das famílias conta com o salário de um dos seus membros e com a sua inserção no sector formal. Por outro, existe um número significativo de famílias essencialmente “formais”, cuja sobrevivência e reprodução depende do trabalho no sector formal. Estas parecem ser as situações mais frequentes nas três empresas, apesar de a proporção de famílias que vive do salário e outros rendimentos ser muito superior na E1. De entre os entrevistados cujas famílias conjugam rendimentos de diferentes tipos, é na E2 que esta percentagem é maior.

No que se refere a um panorama geral das três empresas, baseado nos dados obtidos e nas percepções dos trabalhadores, existe um grande conjunto de famílias mais urbanas, com maior tradição de assalariamento que inclusivamente parecem depender basicamente dos rendimentos obtidos no sector formal. Por outro, é também vasto o conjunto daqueles que combinam um salário no sector formal com rendimentos no sector informal. Estas são as duas grandes tendências no que se refere ao trabalho assalariado.

*Rendimentos das famílias dos trabalhadores assalariados*

	<b>Um salário</b>	<b>Vários salários</b>	<b>Salário e outros rendimentos</b>	<b>Vários salários e outros rendimentos</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	5	9	19	7	40
<b>E2</b>	8	13	15	14	50
<b>E3</b>	10	13	13	3	39
<b>Total</b>	23	35	47	24	129

A adição e combinação de rendimentos formais e informais no conjunto das actividades económicas das famílias são realizadas de formas diferentes e múltiplas. Por um lado, esta combinação e complementarização resultam na referida pluriactividade que constitui um sistema recorrente. A percentagem correlativa dos rendimentos obtidos através das actividades formais e das informais não é passível de ser avaliada de uma forma directa e simples. Mesmo existindo referências recorrentes que é o informal que proporciona a obtenção da maior parte dos rendimentos necessários para cobrir as despesas, os casos relativos a cada uma das famílias são sempre diferenciados e apenas podem ser avaliados de forma particular. Acrescenta-se a este facto a variação significativa que os rendimentos informais sofrem com as conjunturas económicas e com as oportunidades daqueles que os geram.

Não existindo uma tendência geral relativamente às proporções dos rendimentos formais e informais, regista-se contudo a existência de características que podem ser consideradas recorrentes. O modelo relativo ao assalariamento mais frequente e mais referido é aquele que implica homens assalariados e mulheres que desenvolvem actividades no sector informal. Existem padrões sistemáticos de correlação entre tipos de actividades e género, idade, classe e grupo étnico, sendo que os salários são identificados com os homens adultos (WALLERSTEIN&SMITH, 1992:11).

Esta tendência, resultante ou não de pressupostos do modelo tradicional, contribui para que se os estatutos femininos e masculinos se definam em função da atribuição de um estatuto mais elevado aos homens, independentemente dos níveis reais de rendimentos que as mulheres proporcionem no âmbito das estratégias familiares. Avaliando o trabalho e a produção realmente efectuados nos agregados familiares, é possível perceber que de uma maneira geral em África as mulheres despendem efectivamente mais horas de trabalho para a família, facto facilmente constatável através da tomada em consideração do trabalho doméstico

(LLOYD&GAGE-BRANDON, 1993). O estatuto mais elevado que os homens adquirem em termos familiares, exerçam ou não uma actividade assalariada, é objecto de várias explicações, passando algumas delas por um nível de escolaridade mais elevado: “Apesar das mulheres ganharem grande parte do dinheiro dos orçamentos domésticos, elas não têm autoridade nas casas porque os homens têm mais estudos. Os pais preferem colocar os filhos a estudar” (E1:31). Além disso, as perspectivas sobre as actividades femininas e sobre os papéis que lhes estão tradicionalmente atribuídos prevêm que este modelo seja perpetuado, exigindo-se às mulheres uma orientação no sentido das obrigações familiares e da reprodução biológica, o que é interpretado em termos organizacionais e em relação ao recrutamento como uma realidade quase incontornável: em termos de contratações regista-se uma menor preferência pelas mulheres já que “todos os anos têm um filho” (E3:C.).

Como foi referido, grande parte das actividades onde é investido o salário (actividades informais ligadas ao comércio) são desempenhadas pelas esposas dos assalariados: “...com o dinheiro do salário compram uma coisa aqui e a mulher vai vendendo...” (CR11N1). Este investimento dos salários no sector informal acontece sobretudo nos casos em que o assalariado é do sexo masculino.

#### *Actividade dos cônjuges*

	<b>Não tem cônjuge</b>	<b>Formal</b>	<b>Informal</b>	<b>Doméstica/estudante</b>	<b>Total</b>
<b>E1</b>	8	16	14	2	40
<b>E2</b>	25	14	8	3	50
<b>E3</b>	10	13	12	4	39
<b>Total</b>	43	43	34	9	129

São muito raros os casos em que os cônjuges masculinos exercem actividades no sector informal: “...a economia dos musseques é das mulheres” (GAMITO, et. al., 1996:55). E entre os entrevistados as situações de dependência (domésticas, estudantes) são sempre relativas a cônjuges

femininos. Existe também uma grande tendência para que os cônjuges de mulheres do sector formal estejam também enquadrados no sector formal.

*Actividade dos cônjuges por sexo*

		Não tem cônjuge	Formal	Informal	Doméstica/ Estudante	Total
<b>E1</b>	<b>Feminino</b>	3	4	2		9
	<b>Masculino</b>	5	12	12	2	31
<b>E2</b>	<b>Feminino</b>	12	4			16
	<b>Masculino</b>	13	10	8	3	34
<b>E3</b>	<b>Feminino</b>	3	4			7
	<b>Masculino</b>	7	9	12	4	32
<b>Total</b>		<b>43</b>	<b>43</b>	<b>33</b>	<b>9</b>	<b>129</b>

O valor elevado obtido para aqueles que não têm cônjuge está directamente relacionado com os escalões etários dos entrevistados, sendo que igualmente 43 têm entre 20 e 30 anos.

Apesar de contribuírem substancialmente para as despesas do agregado, o papel dos rendimentos femininos tende a ser minimizado<sup>239</sup>, pelas próprias mulheres, o que de certa forma pode ser entendido como uma manutenção de racionalidades e ideologias de base cultural. Por outro lado, também neste contexto se regista a tendência global de existir um maior acesso às oportunidades de emprego (formal) e a melhores empregos com mais direitos por parte dos homens (JACKSON, 2000:8), o que contribui para a auto (e hetero) percepção masculina de ser o elemento masculino o principal sustento. Mas os analistas dos contextos africanos, perante esta dissonância em termos de estatutos e rendimentos realmente obtidos, numa tentativa de atribuir maior visibilidade ao trabalho feminino, tendem a reforçar o discurso (já colonial) do homem africano “preguiçoso” (WHITEHEAD, 2000), que nem

<sup>239</sup> Como aliás parece ser uma tendência noutros contextos africanos (THORSEN, 2002), mas não só.



sempre corresponde à percepção que homens e mulheres africanos implicados têm sobre a distribuição de papéis sociais. Muitas das vezes, algumas análises sugerem que as actividades a que os homens se dedicam (sociais, essencialmente) que são consideradas menos produtivas, se revestem de uma importância fundamental em termos de gestão dos recursos e dos diferentes tipos de capital implicados (HARRISON, 2000).

Os salários auferidos com a actividade assalariada são, indubitavelmente, utilizados para a sobrevivência e reprodução das famílias. “Através da empresa pude materializar alguns projectos de vida, como o apoio directo a pessoas próximas (mãe, sobrinhos), assistência médica e medicamentosa, deslocações para o exterior, formação dos filhos, apoio directo à esposa que está a estudar, criação de melhores condições de habitabilidade” (E2:91). Em todo o caso, verificam-se diferentes formas de integrar o assalariamento nas actividades económicas globais das famílias. Mesmo aquelas pessoas que vivem sozinhas consideram que “viver sozinho é a mesma coisa porque se tem que levar coisas à família; senão vão falar mal ou fazer-te mal” (E3:106).

Estes dados permitem considerar que, as actividades no sector formal são marcadamente masculinas. Permitem ainda pôr em evidência o facto de existirem famílias cujas estratégias de dispersão de rendimentos se baseiam no modelo mais simples de investimento de um salário (ou de um empréstimo) em actividades no sector informal através das mulheres. Outras recorrem ainda a combinações múltiplas e à pluriactividade, um esquema mais complexo, diversificado e flexível. Existe contudo um conjunto considerável de assalariados entrevistados cujos rendimentos familiares são essencialmente obtidos e gerados no sector formal, podendo este facto evidenciar a existência de famílias cujas formas de reprodução social tendem a incluir-se no âmbito do assalariamento.

Desta forma, o assalariamento é gerido não só através da potenciação dos aspectos económicos a ele ligados mas também em função das

possibilidades sociais que implica. A profunda ligação entre o poder económico e o político, visível em vários aspectos sociais, “permite aos detentores do poder político ter acesso natural ao poder económico, mas os possuidores de poder económico são, inevitavelmente, forçados a investir no político como forma de aumentar a sua capacidade de sucesso” (FELICIANO, 1996:40). A forma de investir os rendimentos no aumento de prestígio implica, em termos do assariado urbano de nível médio, a aplicação dos salários e dos rendimentos nos grupos sociais que são fonte de reconhecimento social e de atribuição de prestígio, as famílias. Desta forma, pode considerar-se que o mundo empresarial ou formal pode gerar novas formas de sociabilidades (COPANS, 1995:138). Isto não sem que as próprias estruturas e a organização do trabalho formal não revelem as influências das estratégias dos diversos grupos inseridos nesse sistema.

É por esta razão que nos países em desenvolvimento, não é possível identificar um único mercado de trabalho. Os mecanismos de circulação e de utilização da força de trabalho são múltiplos e determinados por factores extra-económicos como o parentesco, a etnia, a religião (AUBERTIN&COGNEAU, 1994:306). Em todo o caso, é possível identificar conjuntos de actividades económicas que correspondem a modelos sociais diferenciados. A cultura urbana emergente atribui um papel central ao emprego e à associação das pessoas a uma empresa moderna. A cultura urbana torna-se também aparente na linguagem (e não só na língua), no vestuário, na alimentação e nos bens de consumo, no tipo de habitação. Mesmo nas sociedades rurais africanas, a introdução do trabalho assariado impulsionou algumas transformações no que diz respeito às actividades económicas<sup>240</sup>, pressionando ao mesmo tempo a transformação da organização social e da estratificação. Tornando-se mais dependentes dos circuitos comerciais e do trabalho assariado, monetarizando-se os sistemas de trocas, foram-se gerando novas identidades com uma outra diferenciação

---

<sup>240</sup> “Ainda que os meios de produção não tenham sido transformados na forma principal da existência do capital, contudo a força de trabalho foi transformada em trabalho assariado, gerando assim o seu valor de troca” (FELICIANO, 1989:278)

social e estatutária (FELICIANO, 1989:280). O trabalho assalariado permite introduzir no espaço africano outra concepção de riqueza (CASTRO HENRIQUES, 1996:66), implicando a passagem de "...um modelo económico baseado essencialmente no prestígio para um outro, em que a valorização depende sobretudo do dinheiro e do capital" (idem:68). E, associadas a estas transformações, são visíveis os sinais da adopção de modelos de outras ordens, relacionados com as novas percepções da modernidade, nomeadamente o vestuário dos "calcinhas": "O «uniforme» não faz mais do que confirmar a densidade da transformação" (CASTRO HENRIQUES, 1996:69).

O próprio movimento de evangelização introduz através das missões em África um conjunto de símbolos da modernidade ocidental, quase sempre ligados à própria conversão religiosa (PÉCLARD, 1999; NETO, 1997b). Entre estes símbolos, o trabalho ocupa um lugar de destaque já que, fazendo ao mesmo tempo parte do imaginário cristão e dos valores ligados à modernidade, é também reforçado o seu papel de possibilitador para aceder a essa mesma modernidade e a todas as comodidades do mundo ocidental (PÉCLARD, 1999:126). Uma das consequências mais evidentes e mais conhecida da presença missionária cristã em África foi a formação de uma camada social distinta (PÉCLARD, 1999:113), sendo introduzidos um conjunto de símbolos da modernidade ocidental.

Desta forma, é possível identificar estratos urbanos, sem que contudo se esteja em presença de uma classe social cujos requisitos e solidariedades horizontais estejam bem delimitados. Segundo algumas perspectivas, o sub-proletariado africano, em conjunto com as camadas superiores do sector informal, apresentam potencialidades para constituir uma classe social diferenciada (MARIE, 1981:372). Os termos e características referentes a cada um dos estratos não se encontram, contudo definidos, variam com os contextos em presença e apresentam reformulações e redefinições mais acentuadas nas últimas décadas. Por essa razão, as estratégias em relação

ao emprego são formuladas em função da procura de um estatuto social que nem sempre corresponde a fórmulas institucionalmente reconhecidas (AUBERTIN&COGNEAU, 1994:311).

Por não constituir um fenómeno cujas características se apliquem a todos os contextos africanos, a estratificação social em África apenas pode ser entendida integrada nos processos históricos específicos. Em termos gerais, os padrões emergentes dizem respeito a uma diferenciação social entre camponeses, elites ligadas ao Estado e uma classe trabalhadora em meio urbano<sup>241</sup> (WALRAVEN, 2002). Mas esta recomposição social parece ser demasiado ténue no que diz respeito quer ao reforço das relações sociais horizontais quer em termos de identidade dos grupos já que as linhas verticais de estruturação social dos grupos mais restritos (famílias, grupos regionais, comunais e étnicos) mantêm uma vitalidade inegavelmente de maior significado e importância para os indivíduos.

Em Luanda, os grupos sociais identificados como potencialmente emergentes em termos de estruturação e recomposição social, dizem respeito quer às elites e famílias dos antigos assimilados como às elites e famílias cujo prestígio lhes foi atribuído durante e através do regime militar e do partido no poder; dizem respeito às famílias urbanas (sendo uma das suas características principais o assalariamento), dizem respeito a determinados grupos de origem étnica específica, sendo o grupo dos “zaienses”<sup>242</sup> o mais significativo. Na maior parte dos casos, existe uma acumulação de múltiplas identidades quer ao nível individual quer em termos de famílias.

A urbanidade constitui uma forma de construção de uma identidade diferenciada e, nos discursos é recorrente a valorização positiva que lhe é

---

<sup>241</sup> Embora pouco desenvolvida como resultado de uma industrialização limitada.

<sup>242</sup> Este grupo identitário está bem descrito em termos da tendência para que zaienses, congolezes e “regressados”, bem como uma vasta comunidade de pessoas originárias das áreas de língua bakongo, serem incluídas num mesmo grupo (uma tendência xenófoba por parte dos “luandenses”, para alguns analistas) já que falam a mesma língua (bakongo e lingala) e se vestem de uma forma diferente (MABEKO-TALI, 2002)

atribuída: “Não estou habituado a viver suburbano, no Uíge vivia na cidade. Estou aqui no suburbano, não me sinto bem” (CS11N2). A principal razão da valorização da urbanidade está certamente relacionada com o acesso a melhores condições de vida: “Vivi lá [Uíge] até aos meus 16 anos (...) a nossa vida lá é ser camponês. Para uma pessoa estudar até ao superior é difícil” (CR11N10); “Se amanhã conseguir alguma coisa, quero ver se consigo fechar à volta o quintal, melhorar a casa de banho; se tiver condições, uma televisão, por exemplo, um rádio e ter água canalizada em casa” (CRBE21). Mas está também relacionada com a possibilidade de aceder a empregos e trabalhos mais bem remunerados e de maior prestígio, especialmente no âmbito de uma organização formal: “Estive seis meses nesse trabalho a cavar no chão (...) aguentei os seis meses sempre a trabalhar até que o encarregado viu que «esse rapaz merece» e mete-me na parte da profissão (...) levantava os postes, esses postes de energia da EDEL, meter os cabos, fazer as ligações das casas (...) Eu, para ter estas minhas casas tive que trabalhar” (CR11N3). Por outro lado, para além do acesso a melhores condições objectivas de vida, a urbanidade implica o acesso a bens, serviços, vivências que são alvo também de uma valorização positiva e que acarretam transformações em relação às formas tradicionais: “Os meus filhos é que não gostam das coisas tradicionais. Só gostam de coisas daqui [Luanda], assim arroz, massa, batata; a kisaca comem mas é a resmungar” (CR11N8).

Associados à vida urbana e à urbanidade, encontram-se práticas, modos de vida e racionalidades que resultam quer daquilo que é tido como o modelo ideal quer daquilo que é possível alcançar e aceder. De entre os elementos da urbanidade, destaca-se o assalariamento, a oportunidade de desempenhar uma actividade num sector “moderno” e prestigiante. O trabalho assalariado, para além de permitir que estejam de certa forma garantidos rendimentos e regalias regulares, constitui uma das formas mais importantes de integração urbana e de consolidação da urbanidade.

## CONCLUSÃO

A análise do trabalho assalariado em Angola coloca em evidência a sua integração e articulação com as estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias. As lógicas e práticas que estão na base do assalariamento nos países ocidentais, industrializados, não encontram uma correspondência directa com os valores e práticas relativos a este contexto africano. Este facto não impede, contudo, que o assalariamento no sector formal em meio urbano abranja um conjunto significativo de pessoas, de trabalhadores e seja considerado um modelo de organização económica e social desejável e incentivado através das políticas e medidas económicas nacionais.

Por outro lado, ao nível das práticas específicas relativas ao trabalho assalariado e ao nível das lógicas presentes, o simples facto de este ser o modelo socioeconómico dominante e desejável não implica se verifique uma adopção generalizada de premissas como a individualização, a autonomia, a impessoalidade, a exclusividade da situação socioprofissional como definidora de uma posição social e da inclusão dos indivíduos em classes sociais de fundamento socioeconómico. O trabalho assalariado encontra-se enquadrado nas estratégias de sobrevivência e reprodução das famílias e desse modo constitui um dos tipos de actividades possíveis no conjunto diversificado de actividades geradoras de rendimento a que as famílias recorrem e articulam de forma a garantir a sua sobrevivência e reprodução social. As regras e disposições por que se regem estas estratégias apresentam um carácter diferenciado daquelas que informam as relações sociais baseadas na contratualização formal. As estratégias apoiam-se em relações sociais intensas, solidárias, implicam a construção e o reforço de relações personalizadas de confiança com base em pertenças relacionadas com o parentesco, apelam a um sentido comunitário das relações sociais, privilegiam a redistribuição e a cooperação no seio dos grupos.

O objectivo e a pertinência destas estratégias residem na possibilidade e na capacidade de garantirem aos membros dos grupos familiares a sua

sobrevivência e a sua reprodução social. O recurso a estratégias familiares e a sua manutenção resultam, simultaneamente e em graus diferenciados, da matriz tradicional que informa os comportamentos e as racionalidades dos grupos e dos indivíduos e da sua pertinência no contexto actual. Em África – e em Angola – a família, grupo definidor e orientador das estratégias de sobrevivência e reprodução, constitui o grupo estruturante das estratégias e este pressuposto encontra-se inscrito no modelo tradicional. Perante as condições de incerteza e riscos múltiplos que caracterizam os últimos anos, serve de suporte fundamental para assegurar quer a simples subsistência dos indivíduos quer as suas aspirações de melhoria das condições de vida.

As estratégias das famílias baseiam-se, essencialmente, em dois princípios: na concentração de recursos e meios no grupo familiar com vista a permitir, através de complementarizações, apoio em tempos de crise (ou de redução das fontes de geração de rendimentos), cooperação e suporte mútuo, a redução dos riscos potenciais e efectivos. Este princípio, que permite a constituição de um “fundo” comum resultante das contribuições dos diversos membros, tem como objectivo a redistribuição dos recursos entre os diversos membros de forma a garantir, no mínimo, a sobrevivência de todos os membros. Certamente que, perante a redução global dos recursos do grupo, os níveis de satisfação das necessidades se reduzem, revelando situações de carências mais ou menos graves. No entanto, a virtude da estratégia reside na possibilidade de eliminar situações de exclusão e de, caso determinados recursos e formas de obtenção de recursos se revelem mais vantajosas, ser possível compensar aquelas cujos resultados são desanimadores.

Em contextos socioeconómicos significativamente moldados pela incerteza, pelas transformações aceleradas e, em determinados aspectos profundas e com impactos substanciais, as formas encontradas pelos grupos para lidar com os diversos ambientes apoiam-se no segundo princípio das estratégias familiares, também este integrado na matriz tradicional, a dispersão dos recursos. Esta dispersão implica, em termos gerais, uma diversificação do tipo

de recursos a que o grupo tem acesso, uma dispersão dos membros por actividades geradoras de recursos, em suma, a dispersão e diversificação das possibilidades. Os recursos das famílias referem-se, essencialmente, a rendimentos, redes de reciprocidades várias, bens, meios de obtenção de bens e benefícios, capitais sociais e financeiros. Esta multiplicidade e variedade têm como objectivo a redução da dependência exclusiva ou restrita das formas de acesso aos recursos, permitindo, simultaneamente, a reconversão, na altura certa, das formas de acesso a recursos caso se alterem as condições.

É nesta medida que se compreende a estreita ligação e articulação entre o formal e o informal. Privilegia-se a pluriactividade e a conjugação de actividades variadas; os salários obtidos no sector formal servem, grande parte das vezes, para o investimento no sector informal, para serem “duplicados” ou “triplicados”. Em inúmeros casos, o investimento no informal realiza-se através da compra de pequenas quantidades de bens para a revenda em bancas em casa, em mercados mais pequenos, em mercados maiores, pelas ruas da cidade. Noutros, investe-se na construção de tanques para armazenar e revender água nos bairros onde não há água canalizada, ou na construção de anexos para alugar. Ou recorre-se à pequena produção de uma variedade quase infinita de bens ou aos serviços de reparação (também quase infinitos) em casa, nos quintais, pelas ruas; recorre-se à criação de animais ou ao cultivo de vegetais. A multiplicidade de actividades geradoras de rendimento é vasta e na maior parte das vezes adaptada às possibilidades, capacidades e aos mercados. Ao nível das solidariedades e reciprocidades, ampliam-se as redes aos vizinhos, aos grupos religiosos, dependendo das vantagens que possam trazer, imediatas ou futuras.

Neste sentido, o trabalho assalariado constitui uma das formas de acesso a recursos integrada nas estratégias familiares. E, segundo os princípios anteriormente enunciados, os recursos que providencia a cada um dos membros destinam-se à redistribuição e partilha intrafamiliar e, idealmente, não são exclusivos. Ao nível dos assalariados, a pluriactividade constitui igualmente



uma situação recorrente e a conjugação de fontes diversas de recursos, possibilitados pelo exercício da actividade assalariada, constitui uma mais-valia importante. Ao salário juntam-se as regalias oferecidas no âmbito da actividade assalariada, quer relativas ao acesso à saúde por parte do trabalhador e dos seus familiares, quer relativas ao transporte, aos cabazes de Natal, o apoio em caso de funerais, ao crédito para a resolução de problemas graves ou para investimento noutras actividades. Juntam-se ainda vantagens relativas ao acesso a clientes, oportunidades de obter rendimentos complementares, redes de reciprocidades com base na actividade assalariada desenvolvida e que se ampliam a outras redes caso apresentem potencialidades na geração e captação de recursos. Sob esta perspectiva, o formal contribui para o desenvolvimento e multiplicação do informal, suportando-se um e outro sector mutuamente.

Das principais vantagens do trabalho assalariado, destaca-se a possibilidade de este garantir um rendimento fixo e seguro através do salário. Daí que se compreenda a razão por que, sendo os salários considerados na maior parte das vezes, reduzidos e insuficientes, existe uma procura significativa de empregos no sector formal e uma preocupação generalizada com a manutenção de um emprego. A possibilidade de aceder a um rendimento regular e cujo montante se encontra previamente definido assume uma importância substancial num contexto onde grande parte das actividades geradoras de rendimento, em especial as actividades do sector informal, apresentam graus de risco e incerteza bastante significativos e no actual clima económico e social global. Por outro lado, a regularidade dos salários permite ainda a reposição regular de um capital para investir noutras actividades, o que adquire ainda maior importância no caso de as actividades geradoras de rendimentos mais elevados que os salários sofrerem quebras ou perdas significativas. Ainda no âmbito desta lógica, o acesso ao emprego constitui a garantia de inclusão numa actividade geradora de rendimento que pode, potencialmente, vir a gerar maiores rendimentos.

As restantes possibilidades, “não previstas” à partida pelo assalariamento, representam, segundo a lógica da diversificação, contributos significativos ao salário. É neste âmbito que a actividade assalariada formal se encontra atravessada pelo informal, conjugando-se e articulando-se quer as actividades formais com as informais quer as redes de relações sociais baseadas nos pressupostos laborais do assalariamento com as redes baseadas nas solidariedades personalizadas, informais, de amizade, de parentesco. É neste campo que se tecem as mais variadas considerações acerca da dificuldade em integrar o modelo formal em África e junto dos trabalhadores africanos e onde se torna visível a diferença entre as lógicas e práticas africanas e as lógicas e práticas da modernidade e do assalariamento.

A realidade relativa ao trabalho assalariado e às actividades económicas em geral revela-se mista, sincrética, articulando lógicas e práticas que, em princípio, se enquadram em matrizes diferenciadas. Em todo o caso, a análise das intersecções e das adaptações entre um e outro modelo coloca em evidência as tendências relativamente à incorporação no habitus das situações inéditas. Perante exigências do modelo “moderno” e globalizante e face às aspirações à adopção deste modelo por parte dos indivíduos e dos grupos – dinâmicas estas aceleradas e incisivas em meio urbano africano – alguns aspectos revelam-se tendencialmente mais significativos. A prática e a racionalização da modernidade e da urbanidade apoiam-se em eixos de significados e pressupostos que, paulatinamente são reforçados, tendendo para a constituição de novos modelos. De entre os indicadores relativos à adopção de características marcadamente urbanas por parte de grupos e estratos específicos da população de Luanda, destacam-se a preferência pela utilização da língua portuguesa, a integração em novas religiões, o aumento e a aspiração a níveis de escolarização mais elevados, a procura e privilégio das actividades económicas integradas no sector formal. De entre estes aspectos, o assalariamento contribui de forma significativa para a construção de identidades urbanas e modernas, tendência que aliás tem vindo a ser registada desde há várias décadas. Na actualidade e em meio urbano, existe um tendencial reforço

das aspirações à integração e ao acesso ao emprego formal, contribuindo para a redefinição de um estrato social cujos atributos gerais incluem a modernidade e a urbanidade. O assalariamento está relacionado com a concepção de urbanidade e de modernidade e constitui um elemento central em termos de configuração de posicionamentos e de relações sociais mais amplas.

Estas redefinições não impedem nem limitam, contudo, que prevaleçam práticas e lógicas que, de certa forma, podem ser consideradas sínteses de elementos oriundos de modelos diferentes. As misturas e as mestiçagens mantêm-se em relação às línguas utilizadas, em relação ao sincretismo religioso patente por exemplo nas práticas matrimoniais ou na importância da feitiçaria, em relação à família alargada, em relação às actividades económicas e à estreita ligação existente entre o formal e o informal. Contudo, não deixa de ser assinalável que a configuração daquilo que em termos de representações diz respeito à modernidade e à urbanidade (que pode ser desejável ou rejeitado) assenta sobre um determinado conjunto de factores que importa circunscrever e entender.

Uma das vias de delimitação dos elementos que constituem as representações sobre a modernidade e sobre a urbanidade possivelmente será explorada através de uma maior ênfase nos estudos sobre as populações urbanas angolanas, sobre as diferenças entre contextos urbanos, sobre as estratégias de inserção urbana. É importante tentar perceber de que forma são integradas e ajustadas as mudanças aos mais diversos níveis do social, de forma a compreender as dinâmicas e as questões em causa. Estas questões exigem ainda uma maior atenção no período em que historicamente o país se encontra, sendo necessário compreender as transformações que ocorrem na sociedade e as formas que assumem as novas realidades. Este será sem dúvida um modo de aceder ao conhecimento indispensável sobre os fenómenos que ocorrem e que tendencialmente constituem a base social onde se apoiam as decisões e as práticas conducentes a uma melhor adequação entre aquilo que é desejado e aquilo que é possível.

## BIBLIOGRAFIA

### *Referências Gerais*

**ADEGBOYEGA, O.** et al. (1999) "La Famille Africaine: données, concepts et méthodologie", in: ADEPOJU, A. (dir.) *La Famille Africaine: politiques démographiques et développement*, Paris: Karthala, pp.35-57

**ADESINA, J.** (1992) *Labour Movements and Policy-Making in Africa*, CODESRIA, Working Paper 1/1992, 57p.

**ADEPOJU, A.** (dir.) (1999) *La Famille Africaine: politiques démographiques et développement*, Paris: Karthala, 318p.

**ADEPOJU, A. & MBUGUA, W.** (1999) "Les Mutations de la Famille Africaine", in: ADEPOJU, A. (dir.) *La Famille Africaine: politiques démographiques et développement*, Paris: Karthala, pp.59-84

**AGIER, M., et al.** (1987) (dir.) *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*, Paris: Karthala-ORSTOM, 293p.

**AGIER, M.**(1987a) "Formes de Travail et Identités. Recherche d'une Perspective Anthropologique", *Cahiers des sciences humaines*, 23 (1), pp.3-12

**AGIER, M.** (1987b) "Usines, Familles et Ouvrières au Cameroun" in: AGIER, M. et al. (dir.) *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*, Paris: Karthala, pp.141-182

**ALLEN, C. & WILLIAMS, G.** (1982) *Subsaharan Africa*, New York, etc.: Monthly Review Press, 202 p.

**ALMEIDA, J.F. & PINTO, J.M.** (1986) "Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais, in: SILVA, A. S. & PINTO, J. M. (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa: Afrontamento, pp.55-78

**AMARAL, I.** (1988) "A propósito das Cidades do Terceiro Mundo: contribuições geográficas", *Garcia de Orta, Série Geografia*, 13 (1-2), pp.1-23

**AMSELLE, J.-L.** (1990) *Logiques Métisses: anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris: Payot, 251p.

**AMSELLE, J.-L. & LE BRIS, E.** (1982) "De la «petite production marchande» à l'Économie Mercantile" in: DEBLÉ, I. & HUGON, Ph. (dir.) *Vivre et Survivre dans les Villes Africaines*, Paris: Presses Universitaires de France, pp.163-173

**ANTOINE, Ph. & NANITEAMIO, J.**(1990) *La Monté du Célibat Féminin dans les Villes Africaines: trois cas, Pikine, Abidjan et Brazzaville*, *Les Dossiers du CEPED*, n°12, 26p.

**APPLEBAUM, H.** (1984) (ed.) *Work in Non-Market and Transitional Societies*, Albany: State University of New York Press, 398p.

**ARYEETAY, M. J.** (1995) "Activités Économiques Formelles et Informelles", in: ELLIS, S. et al. (dir.) *L'Afrique Maintenant*, Paris: Karthala, pp.205-230

**ASSOGBA, L.N.** (1990) *Statut de la Femme, Structures Familiales et Fécondité: transitions dans le golfe du Bénin*, Paris: CEPED, 14, 28p.

**BAKER, J.** (ed.) (1997) *Rural-Urban Dynamics in Francophone Africa*, Suécia: Gotab, pp.11-25

- BANCO MUNDIAL** (2000) World Development Indicators
- BAYART, J.-F.** (dir.) (1994) *La Réinvention du Capitalisme*, Paris: Karthala, 254p.
- BAYART, J.-F.** (1983) "Les sociétés africaines face à l'État", *Pouvoirs*, 25, pp.23-39
- BEBBINGTON, A.** (1999) "Capitals and Capabilities: framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty", *World Development*, vol.27 (12), pp.2021-2044
- BERTRAND, M.** (1998) "Villes Africaines, Modernités en Questions", *Tiers Monde*, t.XXXIX, n°156, pp.885-904
- BERTRAND, M. & DUBRESSON, A.** (dir.) (1997) *Petites et Moyennes Villes d'Afrique Noire*, Paris: Karthala, 326p.
- BISILLIAT, J.** (1996) *Femmes du Sud, Chefs de Famille*, Paris: Karthala, 410p.
- BOLLINGER, D. & HOFSTEDE, G.** (1992) *Les Différences Culturelles dans le Management: comment chaque pays gère-t-il ses hommes*, Paris: Les Éditions d'Organisation, 268p.
- BOUQUILLION-VAUGELADE, C.** (1982) "La Modernité Reinterprétée par la Tradition" in: DEBLÉ, I. & HUGON, Ph. (dir.) *Vivre et Survivre dans les Villes Africaines*, Paris: Presses Universitaires de France, pp.90-96
- BOURDIEU, P.** (2000) *Les Structures Sociales de l'Économie*, Paris: Seuil, 289p.
- BOURDIEU, P.** (1994) "Stratégies de Reproduction et Modes de Domination", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°105, Paris: Seuil, pp.3-12
- BOURDIEU, P.** (1972) "Les Stratégies Matrimoniales dans le Système de Reproduction", *Annales E.S.C.*, 27e Année, n°4-5, n° Spécial "Famille et Société", pp.1105-1127
- BOUVIER, P.** (1989) *Le Travail au Quotidien: une approche socio-anthropologique*, Paris: PUF, 190p.
- BOYABÉ, J.-B.** (1999) "«Marché Informel»: une lecture critique du modèle d'Akerlof", *Tiers Monde*, tome XL, n°157, pp.169-186
- BREWSTER, C. & TYSON, S.** (eds.) (1991) *International Comparisons in Human Resources Management*, London: Pitman, 268p.
- BROKENSHA, D.W. & LITTLE, P.D.** (eds.) (1988) *Anthropology of Development and Change in East Africa*, Boulder: Westview Press, 258p.
- BROWN, M.B.** (1995) *Africa's Choices: after thirty years of the World Bank*, London, etc: Penguin Books, 433p.
- BURAWOY, M.** (2000) Introductory chapter in: BURAWOY, M. et al. (eds.) *Global Ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*, University of California Press, pp. 1-40.
- BURAWOY, M.** (1998) The Extended Case Method, *Sociological Theory*, 16 (1), pp.4-33
- BURAWOY, M.** (1979) "The Anthropology of Industrial Work", *Annual Review of Anthropology*, 8, pp.231-266

- CABANES, R. et al. (dir.)** (1995) *Salariés et Entreprises dans les Pays du Sud: contribution a une anthropologie politique*, Paris: Karthala-ORSTOM, 458p.
- CABANES, R.** (1995) "Hommes et Femmes entre Culture d'Entreprise et Culture Ouvrière: un exemple brésilienne", in: CABANES et al. (dir.) *Salariés et Entreprises dans les Pays du Sud: contribution a une anthropologie politique*, Paris: Karthala/ORSTOM, pp.103-119
- CABANES, R. & LAUTIER, B.(dir.)** (1996) *Profils d'Entreprises au Sud: les politiques de gestion face aux cultures et aux statuts*, Paris: Karthala, 302p.
- CABOT, J.**(1990) "Du Mode de Production Domestique à l'Intégration au Système Capitaliste: le cas des paysans tchadiens", in: COQUERY-VIDROVITCH (dir.) *Sociétés Paysannes du Tiers Monde*, Paris: L'Harmattan, pp.57-80
- CAIRE, G.** (1998) "Globalisation et Relations Professionnelles", *Tiers Monde*, t.XXXIX, n°156, pp.727-752
- CALDWELL, J.C.** (1968) *Population Growth and Family Change in Africa: the new urban elite in Ghana*, Canberra: Australian National University Press, 222p.
- CALHOUN, C. et al. (eds.)** (1993) *Bourdieu: critical perspectives*, Chicago: University of Chicago Press, 288p.
- CANEL, P. et al. (dir.)** (1990) *Construire la ville africaine: chroniques du citoyen promoteur*, Paris: Karthala, 197 p.
- CASANOVA, J.L.** (1993) *Posições e Disposições: trajetórias sociais e recomposição do habitus*, Tese de Mestrado em Sociologia, ISCTE, 136p.
- CEPCEP** (1998) *Religião em África* in: CEPCEP, *Povos e Culturas*, n°6, pp.293-580
- CHASTELAND, J.-C. et al. (eds.)** (1993) "Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique", *Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique"*, Paris: INED-CEPED, 314p.
- CHALEARD, J. L.** (1996) *Temps des Villes, Temps de Vivres: l'essor du vivrier marchand en Côte d'Ivoire*, Paris: Karthala, 661p.
- CHAVIGNY, R.** (1997) "Économies en Transition et Économies en Développement: une comparaison", *Tiers Monde*, t.XXXVIII, n°152, pp.727-751
- CHEATER, A.P.** (1986) *Social Anthropology*, London, etc: Routledge, 312p.
- CLIGNET, R.** (1997) *Un Sociologue entre Afrique et États-Unis: trente ans de terrains comparés*, Paris: Karthala/ORSTOM, 227p.
- CLIGNET, R.** (1995) "Les Entreprises et la Question de l'Héritage", in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala/ORSTOM, pp.195-206
- COPANS, J.**(1996) "Récomposition ou Décomposition de l'Entreprise Africaine par des Rapports Sociaux", in: CABANES, R. et al. (dir.) *Profils d'Entreprises au Sud: les politiques de gestion face aux cultures et aux statuts*, Paris: Karthala, pp.63-99
- COPANS, J.** (1995) "Entrepreneurs et Entreprises dans l'Anthropologie et la Sociologie Africanistes" in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.- A.(dir.), *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.127-139

- COPANS, J.** (1991) "De l'Anthropologie des Travailleurs a l'Anthropologie de l'Entreprise: hypotheses africanistes", *Journal des Anthropologues*, 43-44, pp.29-37
- COPANS, J.**(1990) *La Longue Marche de la Modérnite Africaine: savoirs, intellectuels, démocratie*, Paris: Karthala, 406p.
- COPANS, J.** (1987) "À la Recherche d'Une Classe Ouvrière" in: AGIER et al. (dir.) *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.23-43
- COPANS, J.**(1986) Remarques sur la Nature du Saliariat en Afrique Noire, *Carnets des Ateliers de Recherche*, n°7, pp.7-29
- COQUERY-VIDROVITCH, C.** (1997) *African Women: a modern history*, Oxford: Westview Press, 308p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.** (1993) *Histoire des Villes d'Afrique Noire: des origines à la colonization*. Paris: Albin Michel, 412p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.** (1988) *Processus d'Urbanization en Afrique*, vol. 2, Paris: L'Harmattan, 168p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.** (1985) *Afrique Noire: permanences et ruptures*, Paris: Payot, 440p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C.** (dir.) (1981) *Sociétés Paysannes du Tiers Monde*, Paris: L'Harmattan, 282p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. & FOREST, A.** (dir.) (1983) *Actes du Colloque "Entreprises et Entrepreneurs en Afrique" (XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> siècles)*, vol.1, Paris: L'Harmattan, 634p.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. & NEDEDEL** (1991) *Tiers Monde: l'informel en question?* Paris: L'Harmattan
- COQUERY-VIDROVITCH, C. & MONIOT, H.** (1974) *L'Afrique Noire: de 1800 a nos jours*, Paris: Presses Universitaires de France, 499p.
- CREIGHTON, C. & OMARI, C.K.** (eds.) (1995) *Gender, Family and Household in Tanzania*, Aldershot, etc: Avebury, pp.1-31
- COUTO, C.** (2001) *Estratégias Familiares de Subsistências Rurais em Santiago de Cabo Verde*, Lisboa: Instituto da Cooperação Portuguesa, 281p.
- DE BRUIJN, M.** et al. (eds.) (2001) *Mobile Africa: changing patterns of movement in Africa and beyond*, Leiden: Brill, 212p.
- DEI, G.J.S.** (1992) A Ghanaian Town Revisited: changes and continuities in local adaptative strategies, *African Affaires*, n°362, pp.95-120
- DELALANDE, Ph.** (1987) "Gestion de l'Entreprise Industrielle en Afrique", Paris: ACCT, 187pp.
- DELAPORTE, Y.** (1986) "L'Objet et la Méthode: quelques réflexions autour d'un enquête d'ethnologie urbaine", *L'Homme*, n°97-98, XXVI (1-2), pp.155-169
- DENIEUIL, P.-N.** (dir.) (1997) *Lien Social et Développement Économique*, Paris: L'Harmattan, 274p.

- DENIEUIL**, P.-N. (1992) *Les Entrepreneurs du Développement: l'ethno-industrialisation en Tunisie: la dynamique de SFAX*, Paris: L'Harmattan, 207p.
- DENIS**, H. (1990) *História do Pensamento Económico*, 6ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 782p.
- DE PARDO**, M.L. et al. (1989) "The Articulation of Formal and Informal Sectors in the Economy of Bogotá, Colombia", in: PORTES, A. et al. (eds.) *The Informal Economy: studies in advanced and less developed countries*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, pp.95-110
- DESJEUX**, D. (1987) *Stratégies paysannes en Afrique Noire: Le Congo*, Paris: L'Harmattan, 247p.
- DEVAUGES**, R. (1977) "L'Oncle, le Ndoki et l'Entrepreneur: la petite entreprise congolaise à Brazzaville", *Travaux et documents de l'ORSTOM*, 75, Paris: ORSTOM, 187p.
- DEVISCH**, R. et al. (dir.) (1995) *Alimentations, Traditions et Développements en Afrique Intertropicale*, Paris: L'Harmattan, 303p.
- DIOUF**, B. (1995) "Syndicalisme, Vie Associative et Identités Ouvrières", in: CABANES, R. et al. (dir.) *Salariés et Entreprises dans les Pays du Sud. Contributions a une anthropologie politique*, Paris: Karthala/ORSTOM, pp.185-207
- D'IRIBARNE**, P.(dir.) (1998) *Cultures et Mondialisation: gérer par-delà les frontières*, Paris: Seuil, 355p.
- D'IRIBARNE**, P. (1994) *Cultures Nationales et Conceptions du Travail*, in: DE COSTER & PICHULT (dir.) *Traité de Sociologie du Travail*, Bruxelles: De Boeck, pp.103-113
- D'IRIBARNE**, P. (1991) "La Gestion des Entreprises: le poids des traditions nationales", *La Recherche*, 230, pp.394-399
- D'IRIBARNE**, P. (1989) *La Logique de l'Honneur: gestion des entreprises et traditions nationales*, Paris: Editions du Seuil, 279p.
- DONHAM**, D.L. (1979) *Work and Power in Maale, Ethiopia*, New York: Columbia University Press, 176p.
- DORIER-APRIL**, E. et al. (dir.) (1998) *Vivre à Brazzaville: modernité et crise au quotidien*, Paris: Karthala, 383p.
- DOZON**, J.P. (1986) "África: a família na encruzilhada", in: BURGUIÈRE, A. et al. (org.), *História da Família. O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa*, Vol.3, Lisboa: Terramar, pp.259-291
- DOZON**, J.P. (1981) "Les métamorphoses urbaines d'un «double» villageois", *Cahiers d'Études Africaines*, n°81-83, XXI-1-3, pp.389-403
- DUBRESSON**, A. (1989) *Villes et Industries en Côte d'Ivoire: pour une géographie de l'accumulation urbaine*, Paris: Karthala, 845p.
- DUBRESSON**, A. (1987) "Les Salariés de l'Industrie Manufacturière à Abidjan: éléments de réflexion sur la condition ouvrière en Côte-d'Ivoire" in: AGIER, M. et al. (dir.) *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*, Paris: Karthala, pp.215-245
- DURKHEIM**, É. (1989) *A Divisão do Trabalho Social*, 2 vol., Lisboa: Editorial Presença, 263p., 207p.



- DZAKA, T. & MILANDOU, M.** (1995) "Entrepreneurs de Brazzaville: cinq réussites singulières" in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.89-97
- DZAKA, T. & MILANDOU, M.** (1994) "L'Entrepreneuriat Congolais à l'Épreuve des Pouvoirs Magiques: une face cachée de la gestion culturelle du risque?", *Politique Africaine*, 56, pp.108-118
- ELLIS, Stephen** (dir.) (1995) *L'Afrique Maintenant*, Paris: Karthala, 488p.
- ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A.** (dir.) (1995) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, 632p.
- FASSIN, D.** (1987) "Rituels Villageois, Rituels Urbains", *L'Homme*, 104, XXVII (4), pp.54-75
- FAURÉ, Y.-A.** (1994a) *Petits Entrepreneurs en Côte-d'Ivoire: des professionnels en mal de développement*, Paris: Karthala, 385p.
- FAURÉ, Y. A.** (1994b) "Les Politiciens dans les Entreprises en Côte-de-Ivoire: investisseurs ou courtiers?", *Politique Africaine*, 56, pp.26-40
- FAURÉ, Y.-A. & CONTAMIN, B.** (1990) *La Bataille des Entreprises Publiques en Côte-d'Ivoire: l'histoire d'un ajustement interne*, Paris: Karthala/ORSTOM, 369p.
- FAURÉ, Y.-A. & LABAZÉE, P.** (2002) *Socio-économie des Villes Africaines: Bobo et Korhogo dans les défis de la décentralisation*, Paris: IRD-Karthala, 556p.
- FAURÉ, Y.-A. & LABAZÉE, P.** (2000) *Petits Patrons Africains: entre l'assistance et le marché*, Paris: Karthala, 644p.
- FAURÉ, Y.-A. & MÉDARD, J.-F.** (1995) "L'État-Business et les Politiciens Entrepreneurs: néo-patrimonialisme et Big Men: économie et politique" in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.289-309
- FEIGUE, E.** (1990) Defining and Estimating Underground and Informal Economies: the new institutional economic approach, *World Development*, 18(7), pp.989-1002
- FELICIANO, J.** (1996) *Empresários e Memória Social: percursos em Moçambique*, *Economia Global e Gestão*, 2/96, pp.23-44
- FELICIANO, J.** (1991) *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 474p.
- FERGUÉNE, A.** (1997) Les Dynamiques Industrielles Endogènes: quels enseignements pour une alternative au modèle standard dans les pays du Sud, *Espaces et Sociétés*, n°88/89, pp.139-159
- FEYERABEND, P.** (1993) *Contra o Método*, Lisboa: Relógio D'Água, 364p.
- FOEKEN, D. & OWUOR, O.** (2001) "Multi-Spatial Livelihoods in Sub-Saharan Africa: rural farming by urban households, the case of Nakuru town, Kenya, in: DE BRUIJN, M. et al. (eds.) *Mobile Africa: changing patterns of movement in Africa and beyond*, Leiden: Brill, pp.125-139
- FRIEDMAN, G.** (1963) *O Futuro do Trabalho Humano*, Lisboa: Moraes, 1968, 270p.
- FRIEDMAN, S.** (1987) *Building Tomorrow Today: African workers in trade unions, 1970-1984*, Johannesburg: Ravan Press, 505p.

- FREUND, B.** (1988) *The African worker*, Cambridge etc: Cambridge University Press, 143p.
- GANNE, B. & OUEDRAOGO, M.** (1994) *Sentiers Inédites et Voies Fragiles au Burkina Faso. Du commerce à l'industrie? Politique Africaine*, nº56, pp.55-65
- GAPYISI, E.** (1989) *Le Défi Urbain en Afrique*, Paris: L'Harmattan, 127p.
- GEFFRAY, C.** (2000) *État, Richesses et Criminels*, Paris: IRD, 25p.
- GELDELBROM, D. & KOK, P.** (1994) *Urbanization: South Africa's challenge*, 2vol. Pretória: HSRC Publishers, 318p. e 334p.
- GESCHIERE, P.** (2000) *Process of Disaggregation and Social Recomposition: the village and new modes of the "Politics of Belonging"*, comunicação apresentada na Conferência Internacional "Africa na Viragem do Século", Lisboa: ISCTE, 20-23 Setembro, 8p.
- GIBBAL, J.-M. et al.** (1981) "Position de l'Enquête Anthropologique en Milieu Urbain Africain", *Cahiers d'Études Africaines*, XXI(I-3), nº81-83, pp.11-24
- GIDDENS, A.** (1997a) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora, 2ª ed., 215p.
- GIDDENS, A.** (1997b) *Sociology*, 3ª ed., Cambridge: Polity Press, 625p.
- GILBERT, A. & GUGLER, J.** (1981) *Cities, Poverty, and Development: urbanization in the third world*, Oxford: Oxford University Press, 246p.
- GODELIER, M.**(1984) *L'Idéal et le Matériel: pensée, économies, sociétés*, Paris: Fayard, 349p.
- GODELIER, M.** (1976) *Anthropology and Biology: towards a new form of co-operation*, *International Social Science Journal*, 26(4), pp.611-635
- GODELIER, M.**(1974) "A Antropologia Económica", in: COPANS, J. et al. (org.) *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, pp.221-304
- GODELIER, M.**(1966) *Rationalité et Irrationalité en Économie*, Paris: Maspero, 296p.
- GOMES, A.C.** (1996) *A Memória da Submissão: estudo das relações interculturais numa empresa mista em Moçambique*, tese de Mestrado em Estudos Africanos, ISCTE – Lisboa, 175p.
- GOODE, W. J.** (1969) *Revolução Mundial e Padrões de Família*, São Paulo: Biblioteca Universitária, 564p.
- GRÉGOIRE, E. & LABAZÉE, P.** (1993) *Grands Commerçants d'Afrique de l'Ouest: logiques et pratiques d'un groupe d'hommes d'affaires contemporains*, Paris: Karthala-ORSTOM, 262p.
- GORZ, A.** (1997) *Misères du Présent, Richesse du Possible*, Paris: Galilée, 229p.
- GUGLER, J.** (ed.) (1988) *The Urbanization of the Third World*, London, etc: Oxford University Press, 421p.
- GUTKIND, P.C.W.** (1981) "Change and Consciousness in Urban Africa: african workers in transition", *Cahiers d'Études Africaines*, 81-83, XXI-I-3, pp.289-346

- HAMADA, T. & SIBLEY, W.** (1994) *Anthropological Perspectives on Organizational Culture*, Maryland, etc: University Press of America, 407p.
- HARRIS, N.** (1992) "Productivity and Poverty in the Cities of the Developing Countries", in: HARRIS, N. (ed.) *Cities in the 1990's: the challenge for Developing Countries*, London: UCL Press, pp.173-195
- HARRISON, E.** (2000) "Men, Women and Work in Rural Zambia", *The European Journal of Development Research*, vol.12 (2), pp.53-71
- HART, K.** (1995) "L'Entreprise Africaine et l'Economie Informelle", in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.-A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.115-124
- HAUBERT, M.** (1993) "Sociologie du Développement: quelle sociologie et quel développement?" in: CHOQUET, C. et al. (dir.) *État des Savoirs sur le Développement: trois décennies de sciences sociales en langue française*, Paris: Karthala, pp.177-190
- HAUDEVILLE, B. & LELART, M.** (dir.) (1995) *Entreprises et Dynamiques de Croissance*, Paris: Edicef-AUPELF, 322p.
- HENRY, A.** (1995) "Entreprises Modernes, Entreprises Métisses" in: ELLIS, S. & FAURÉ, Yves-A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.175-186
- HENRY, A.** (1992) "Vers un Modèle de Management Africain", *Cahiers d'Études Africaines*, 124, XXXI(4), pp.447-473
- HENRY, A.** (1988) "Peut-on Redresser une Entreprise Africaine en Respectant la Parole des Ancêtres?", *Annales des Mines: Gerer et Comprendre*, pp.86-94
- HOBART, Mark** (1993) *An Anthropological Critique of Development: the growth of ignorance*, London, etc.: Routledge, 227p.
- HOURS, Bernard** (1985) *L'État Sorcier: santé publique et société au Cameroun*, Paris: L'Harmattan, 165p.
- HUGON, Ph.** (1999) *A Economia de África*, Lisboa: Vulgata, 156p.
- HUGON, Ph.** (1993) Comment Éduquer, Former, Employer la Jeunesse en Afrique, in: CHASTELAND, J.-C. et al. (dir.) *Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique"*, INED-CEPED: Congrès et Colloques, n°13, pp.113-129
- HUGON, Ph.** (1991) "Afrique Subsaharienne: un essai de prospective économique", in: BEAU, M. & VERNIÈRES, M. (dir.) *L'Avenir des Tiers Mondes*, *Tiers Monde*, Paris: Presses Universitaires de France, pp.111-132
- HUGON, Ph.** (1990) "Approches pour l'Étude du Secteur Informel dans le Contexte du Secteur Africain", in: OCDE, *Nouvelles Approches du Secteur Informel*, Paris: OCDE, pp.81-101
- HUGON, Ph.** (1980a) "Dualisme Sectoriel ou Soumission des Formes de Production au Capital: peut-on dépasser le débat?" *Tiers Monde*, t.XXI, n°82, pp.235-434
- HUGON, Ph.** (1980b) "Les Petites Activités Marchandes dans les Espaces Urbaines Africains: essai d'une typologie", *Tiers Monde*, t.XXI, n°82, pp.405-411

**HUYETTE, P.** (1997) "Mobilité et Informalité: des nouvelles formes aux régulations modernes de l'emploi en Colombie", *Tiers Monde*, 152:753-776

**INACK, S. & LACHAUD, J.-P.** (1994) La Stratification du marché du Travail Urbain, in: LACHAUD, J.-P. (dir.) *Pauvreté et Marché du Travail Urbain en Afrique Subsaharienne: analyse comparative*, Institut International d'Études Sociales, Genève, pp. 123-152

**ISAMAH, A.N.** (1991) *Social Determinants of Labour Productivity in West Africa*, London, etc: Hans Zell Publishers, 183p.

**ITURRA, R.** (1990) "Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia", in: SILVA, A. S. & PINTO, J. M.(orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa: Afrontamento, pp.149-163

**JACOB, A.** (1994) *Le Travail, Reflet des Cultures: du sauvage indolent au travailleur productif*, Paris: Presses Universitaires de France, 270p.

**JACKSON, C.** (2000) "Men at Work", *The European Journal of Development Research*, vol.12 (2), pp.1-22

**KASARDA, J.D. & PARNELL, A.M.** (1993) *Third World Cities: problems, policies and prospects*, California, etc: Sage Publications, 308p.

**KIAMENGA, F.** (1990) "Un village au Zaïre: Makuta", in: COQUERY-VIDROVITCH, C. (dir.) *Sociétés Paysannes du Tiers Monde*, Paris: L'Harmattan, pp.67-80

**KOPYTOFF, I.** (1989) *The African Frontier: the reproduction of African traditional societies*, Bloomington: Indiana University Press, 288p.

**LABAZÉE, P.** (1997b) "Crise et Adaptation des Ménages dans le Nord ivoirien: la pluriactivité", in: CONTAMIN, B. & MEMEL-FÔTE, H. (dir.) *Le Modèle Ivoirien en Questions: crises, ajustements, récompositions*, Paris: Karthala/ORSTOM

**LABAZÉE, P.** (1995) "Emprises, Promoteurs et Rapports Communautaires: les logiques économiques de la gestion des liens sociaux" in: ELLIS, S. & FAURÉ, Y.- A. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.141-153

**LABAZÉE, P.** (1994) "Les Entrepreneurs Africains entre Ajustement et Démocratie", *Politique Africaine*, 56, pp.3-8

**LABAZÉE, P.** (1992) "Un Terrain Anthropologique à Explorer: l'entreprise africaine", *Cahiers d'Études Africaines*, 124, XXXI(4),pp.533-552

**LABAZÉE, P.** (1991a) "Présentation", *Cahiers d'études africaines: Anthropologie de l'entreprise*, 124, XXXI(4), pp.435-446

**LABAZÉE, P.** (1991b) Crise, Mobilité Professionnelle, Conversion Identitaire. L'exemple du commerce de l'igname à Korhogo (Côte-d'Ivoire), *Cahiers d'Études Africaines*, XXXII(3), n°127, pp.455-468

**LABAZÉE, P.** (1990) "La gestion de l'Entreprise Africaine: réflexions sur les fonctions sociales d'un mythe techniciste", *Tiers Monde*, 124, XXXI, pp.833-852

**LABAZÉE, P.** (1988) *Entreprises et Entrepreneurs du Burkina-Faso: vers une lecture anthropologique de l'entreprise africaine*, Paris: Karthala, 273p.

**LACHAUD, J.-P.**(1997) "Exclusion du Marché du Travail, Inégalité et Genre dans les Capitales Africaines: une méthode nouvelle de mesure", *Tiers Monde*, 152, pp.777-799

**LACHAUD, J.-P.**(1994) *Pauvreté et Marche du Travail Urbain en Afrique Subsaharienne: analyse comparative*, Genève: Institut International d'Études Sociales, 270p.

**LACHAUD, J.-P.**(1990) "Le Secteur Informel Urbain et le Marché du Travail en Afrique au Sud du Sahara", in: OCDE, *Les Nouvelles Approches du Secteur Informel*, Paris: OCDE, pp.131-154

**LACHAUD, J.P.** (1985) "Artisanat Traditionnel et Activités Informelles" in: PENOUIL, M. & LACHAUD, J.-P. (dir.) *Le Développement Spontané - les activités informelles en Afrique*, Paris: A. Pedone, pp.104-147

**LACHAUD, J.-P.** (1980) "Les Lois de Fonctionnement du Secteur Informel «Traditionnel»: présentation d'un modèle", *Tiers Monde*, t.XXI, n°82, pp.435-445

**LAGUERRE, M.S.** (1994) *The Informal City*, London: MacMillan, 180p.

**LALL, S.** (1992) "Structural Problems of African Industry", in: STEWART, F. et al. (eds.) *Alternative Development Strategies in Sub-Saharan Africa*, Houndmills, etc.: The Macmillan Press, pp.103-133

**LATOUCHE, S.** (1989) "Les Paradoxes de la "Normalisation de l'Économie Informelle", *Tiers Monde*, t.XXX, n°117, pp.227-233

**LATOUCHE, S.** (1998) *L'Autre Afrique: entre don et marché*, Paris: Albin Michel, 247p.

**LAUTIER, B.** (1998) "Pour une Sociologie de la Hétérogénéité du Travail", *Tiers Monde*, t.XXXIX, n°154, pp.251-279

**LAUTIER, B.** (1995a) "Cycles de Vie, Trajectoires Professionnelles et Stratégies Familiales" in: CABANES et al. (dir.) *Salariés et Entreprises dans les Pays du Sud: contributions a une anthropologie politique*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.335-358

**LAUTIER, B.** (1995b) "Économie informelle: solution ou problème?" *Sciences Humaines*, n°50, pp.26-9

**LAUTIER, B.** (1994) *L'Economie Informelle dans le Tiers Monde*, Paris: La Découverte

**LAUTIER, B.** (1991a) *Formes d'Emploi et Exclusion Sociale en Amérique Latine: quelques conjonctures à propos des années 90*, in: BEAU, M. & VERNIÈRES, M.(dir.) *L'Avenir des Tiers Mondes*, *Tiers Monde*, Paris: Presses Universitaires de France, pp.253-272

**LAUTIER, B. et al.** (1991b) *L'État et L'Informel*, Paris: L'Harmattan, 211p.

**LAUTIER, B. & PEREIRA, J.** (1994) *Représentations Sociales et Constitution du Marche du Travail: employées domestiques et ouvriers de la construction en Amérique latine*, *Cahiers des Sciences Humaines*, 30 (1-2), pp.303-332

**LAVAL, B.** (1985) "Les Relations entre les Marchés du Travail Moderne et Informel: le cas yaoundé" in: PENOUIL, M. & LACHAUD, J.-P. (dir.) *Le Développement Spontané: les activités informelles en Afrique*, Paris: A. Pedone, pp.179-194

**LE BRIS, E.** (1996) "L 'Afrique Noire", in: PAQUOT, T. (dir.) *Le Monde des Villes: panorama urbain de la planète*, Paris: Éditions Complexe, pp.141-165

**LE BRIS, E. et al.** (dir.) (1987) *Famille et Résidence dans les Villes Africaines*, Paris: L'Harmattan, 266p.

**LLOYD, C.B. & GAGE-BRANDON, A.J.** (1993) Womens' Role in Maintaining Households: family welfare and sexual inequality in Ghana, *Population Studies*: 47: 1, pp. 3-4, 115-31

**LOCOH, T.** (1993) "Solidarités et Survie des Populations Africaines: quel rôle pour la famille, l'État et les autres acteurs sociaux" in: CHASTELAND, J.-C. et al. (dir.) Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique", INED: Congrès et Colloques, n°13, pp.215-234

**MAFEJE, A.** (1991) African Households and Prospects for Agricultural Revival in Sub-Saharan Africa, Working Paper 2/91, Dakar: CODESRIA, 47p.

**MAGUBANE, B.** (1985) "The Evolution of Class Structure en Africa", in: GUTKIND, P. & WALLERSTEIN, I. (eds.) Political Economy of Contemporary Africa, Beverly Hills: Sage, pp.189-227

**MAHIEU, F.R.** (1993) Droits et Obligations Communautaires en Afrique et Stratégies Individuelles, in: CHASTELAND, J.-C. et al. (dir.) Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique", INED: Congrès et Colloques, n°13, pp.222-234

**MARIE, A.** (1998) L'Afrique des Individus: itinéraires citadins dans l'Afrique contemporaine (Abidjan, Bamako, Dakar, Niamey), Paris: Karthala, 436p.

**MARIE, A.** (1986) "La Tradition Africaine Face à la Modernité Occidentale", *La Valeur*, n° 14, pp. 175-190

**MARIE, A.** (1981) "Marginalité et Conditions Sociales du Prolétariat Urbain en Afrique: les approches du concept de marginalité et son évaluation critique", *Cahiers d'Études Africaines*, n°81-84, XXI (1-3), pp.347-374

**MARIE, A.** (1976) "Relações de Parentesco e Relações de Produção nas Sociedades de Linhagem", in: POUILLON, F. (org.) Antropologia Económica: correntes e problemas, Lisboa: Edições 70, pp.151-202

**MARTINELLI, A. & SMELSER, N.J.** (eds.) (1990) Economy and Society: overviews in economic sociology, London, etc: Sage Publications, 328p.

**MASSIAH, G. & TRIBILLON, J.-F.** (1988) Villes en Développement: essai sur les politiques urbaines dans le Tiers Monde, Paris: Éditions La Découverte, 320p.

**MBEMBE, A.** (2000) Récompositions Sociales, comunicação apresentada na Conferência Internacional "África na Viragem do Século", Lisboa: ISCTE, 20-23 Setembro, 13p.

**MÉDA, D.** (1999) O Trabalho: um valor em vias de extinção, Lisboa: Editora Fim de Século, 327p.

**MEILLASSOUX, C.**(1960) "Essai d'Interpretation du Fénomène Économique dans les Sociétés Traditionnelles d'Autosubsistance", *Cahiers d'Études Africaines*, n°4, pp.36-67

**MEILLASSOUX, C. & MESSIANT, C.**(1991) Génie Social et Manipulations Culturelles en Afrique du Sud, Paris: Arcantère, 314p.

**MERLIN, P.** (1996) Espoir pour l'Afrique Noire, Paris, etc: Présence Africaine, 515p.

**MIRAS, C.** (1984) "De la Formation du Capital Privé à l'Économie Populaire Spontanée: itinéraire d'une recherche en milieu urbain", *Politique Africaine*, 14, pp.92-109

- MIRAS**, C. (1982) "Le Secteur de Subsistance", *Tiers Monde*, vol.XXI, pp.353-372
- MITCHELL**, J.C. (1987) *Cities, Society and Social Perception*, Oxford: Claredon Press, 336p.
- MORGAN**, S.P. (1993) Third World Urbanisation, Migration and Family Adaptation, in: KASARDA, J.D. & PARNELL, A.M. (eds.) *Third World Cities: problems, policies and prospects*, London, etc.: Sage Publications, pp.235-254
- MORICE**, A. (1996) Une Forme Bâtarde du Paternalisme Contemporain: le déni du contrat sous contrôle juridique, *Lusotopie*, pp.299-311
- MORICE**, A. (1995a) "Le Saliariat Incomplet Comme Système de Reproduction Socio-Politique" in: CABANES, R., et al. (dir.) *Salariés et Entreprises dans les Pays du Sud: contribution a une anthropologie politique*, Paris: Karthala/ORSTOM, pp.399-420
- MORICE**, A. (1995b) "Corruption, Loi et Société: quelques propositions", *Tiers Monde*, T.XXVI, pp.41-65
- MORICE**, A. (1987) "Ceux qui Travaillent Gratuitement: un salaire confisqué" in: AGIER et al. (dir.) *Classes Ouvrières d'Afrique Noire*, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.45-76
- MORICE**, A. (1985b) "À Propos de l' «Économie Populaire Spontanée»: pour une vision sociopolitique de la reproduction urbaine", *Politique Africaine*, 18, pp.114-124
- NDIONE**, E. S. (1994) *L'économie Urbaine en Afrique: le don et le recours*, Paris: Karthala; Dakar: Enda-Graf Sahel, 214p.
- NYSENS**, M. (1996) "Économie Populaire au Sud, Économie Sociale au Nord: des germes d'économie solidaire?" in: OCDE, *Réconcilier l'Économique et le Social: vers une économie plurielle*, Paris: OCDE, pp.95-120
- OCDE** (1996) *Réconcilier l'Économique et le Social: vers une économie plurielle*, Paris: OCDE, 233p.
- OCHOLLA-AYAYO**, A. (1999) "La Famille Africaine entre Tradition et Modernité", in: ADEPOJU, (dir.) *La Famille Africaine: politiques démographiques et développement*, Paris: Karthala, pp.85-108
- OLIVIER DE SARDAN**, J.-P. (1995) *Anthropologie et Développement: essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris: APAD-Karthala, 221p.
- OLIVIER DE SARDAN**, J.-P. (1987) "Rapports de Production, Modes d'Action Économiques et Logiques Sociales: quelques interrogations", in: GESCHIERE & SCLEMMER (eds.) *Terrains et perspectives: l'anthropologie face aux transformations des sociétés rurales, aux politiques et aux idéologies du développement*, Leiden – ORSTOM, pp.361-372
- OLOMO**, P.R. (1987) "Comment Concilier Tradition et Modernité dans l'Entreprise Africaine", *Revue Francaise de Gestion*, 64, pp.91-94
- OPPONG**, C. (1999) "Les Systèmes Familiaux et la Crise Économique", in: ADEPOJU, A. (éd.) *La Famille Africaine: politiques démographiques et développement*, Paris: Karthala, pp.221-254
- OSMONT**, A. (1995) *La Banque Mondiale et les Villes: du development à l'ajustement*, Paris: Karthala, 302p.

- OSMONT, A.** (1981) "Stratégies Familiales, Stratégies Résidentielles en Millieu Urbain", *Cahiers d'Études Africaines*, XXI (1-3), pp.175-195
- OUEDRAOGO, J.-B.** (1989) Formation de la Classe Ouvrière en Afrique Noire, Paris: L'Harmattan, 207p.
- PELTO, P.J. & PELTO, G.H.** (1978) Anthropological Research: the structure of inquiry, 2<sup>a</sup> edição, Cambridge, etc: Cambridge University Press, 33p.
- PENOUIL, M.** (1985) "Le Développement Spontané: réflexions sur le processus de transition" in: PENOUIL, M. & LACHAUD, J.P. (dir.), Le Développement Spontané: les activités informelles en Afrique, Paris: A. Pedone, pp.1-38
- PENOUIL, M. & LACHAUD, J.P.** (dir.) (1985) Le développement spontané: les activités informelles en Afrique, Paris: A. Pedone, 303p.
- PETITEVILLE, F.** (1995) "Intérêt et Limites du Paradigme Culturaliste pour l'Étude du Développement", *Tiers-Monde*, XXXVI, n°144, PP.859-875
- PILON, M. et al.** (dir.) (1997) Ménages et Familles en Afrique: approche des dynamiques contemporaines, Paris: CEPED, n°15, 408p.
- POIRIER, J.** (1993) "Tradition et novation: de la «situation coloniale» à la situation hétéroculturelle, in: GOSSELIN, G. (dir.) Les Nouveaux Enjeux de l'Anthropologie, Paris: L'Harmattan, pp.69-80
- POTTS, D.** (1997) "Urban Lives: adopting new strategies and adapting rural links", in: RAKODI, C. (ed.) The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities, Tokyo, etc: United Nations University Press, pp.447-494
- POUILLON, F.** (org.) (1976) Antropologia Económica: correntes e problemas, Lisboa: Edições 70, 264p.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L.** (1988) Manuel de Recherche en Sciences Sociales, Paris: Dunod, 271p.
- RABEHERIFARA, J.C.**(1987) "Réseaux Sociaux et Familiaux: détournement du salarial?" in: AGIER et al. (dir.) Classes Ouvrières d'Afrique Noire, Paris: Karthala-ORSTOM, pp.185-213
- RAKODI, C.** (1995) "Poverty Lines or Household Strategies? A review of conceptual issues in the study of urban poverty, *Habitat International*, 19(4), pp.407-426
- RAKODI, C.** (ed.) (1997a) The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities, New York, etc: United Nations University Press, 597pp.
- RAKODI, C.** (1997b) "Global Forces, Urban Change, and Urban Management in Africa", in: RAKODI, Carole (ed.) (1997) The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities, Tokyo, etc: United Nations University Press, pp.17-73
- REY, P.-P.** (1993) "L'Anthropologie et L'Engagement: de la politique à la pratique", in: CHOQUET, C. et al (dir.) État des Savoirs sur le Développement: trois décennies de sciences sociales en langue française, Paris: Karthala, pp.161-176
- ROBERTS, B.** (1994) "Informal Economy and Family Strategies", *Journal of Urban and regional Research*, Vol.18, n°1, pp.6-23



- ROGERS, B.L. & SCHLOSSMAN, N.P.** (1990) *Intrahouseholds Resource Allocation: issues and methods for development and planning*, Tokyo: United Nations University Press, 204p., <http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/80/33e/80/33E00.htm>
- ROGERSON, C.M.**, (1997) "Globalization or Informalization? African urban economies in the 1990's", in: RAKODI, C. (ed.) *The Urban Challenge in Africa: growth and management of its large cities*, Tokyo, etc: United Nations University Press, pp.337-370
- RONDINELLI, D.A. & KASARDA, J.D.** (1993) "Job Creation Needs in Third World Cities", in: KASARDA, J.D. & PARNELL, A.M. (eds.) *Third World Cities: problems, policies and prospects*, London, etc: Sage Publications, pp.92-119
- ROUSTANG, G.**(1996) "Les Relations Tumultueuses entre Économie et Société" in: OCDE, *Réconcilier l'Économie et le Social: vers une économie plurielle*, Paris: OCDE, pp.31-43
- ROWBOTHAM, S. & MITTER, S.** (1994) *Dignity and Daily Bread: new forms of economic organizing among poor women in the third world and the first*, London, etc: Rotledge, 233p.
- ROWLANDS, M.** (1996) "The Consumption of an African Modernity", in: ARNOLDI, M. et al. (eds.) *African Material Culture*, Bloomington, etc: Indiana University Press, pp. 188-213
- SABELLI, F.** (1986) *Le Pouvoir des Lignages en Afrique: la reproduction sociale des communautés du Nord-Ghana*, Paris: L'Harmattan, 198p.
- SAHLINS, M.** (1974) *Stone Age Economics*, London: Tavistock Publications, 348p.
- SAINSAIEU, R.** (dir.). (1992) *L'Entreprise, une Affaire de Société*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 348p.
- SANJEK, R.** (ed.) (1994) *Cities, Classes and the Social Order*: Anthony Leeds, Ithaca, etc: Cornell University Press, 266p.
- SAUVAGE, P.** (1996) "Synthèse" in: OCDE, *Réconcilier l'Économie et le Social: vers une économie plurielle*, Paris: OCDE, pp.9-27
- SCHAEDLER, K.-F.** (1982) *Education in an Urban Environment as Opposed to Life in Rural Conditions: a problem of urbanization: the case of Luanda and the Ovimbundo*", comunicação ao 25<sup>th</sup> Annual Meeting of the African Studies Association, Los Angeles, 23p.
- SELIM, M.** (1993) "Ethnologie et Entreprise", *L'Homme et la Société: Sciences Sociales et Travail*, L'Harmattan, n°109, pp. 51-66
- SHADUR, M.A.** (1994) *Labour Relations in a Developing Country: a case study on Zimbabwe*, Aldershot, etc: Avebury, 283p.
- SMYTH, I.** (1990) *Women's Work and Marriage*, Working Papers, Institute of Social Studies, Netherlands, n°74, 19p.
- SO, A. Y.** (1990) *Social Change and Development: modernization, dependency and world-system theories*, London, etc: Sage Publications, 282p.
- SPRADLEY, J.** (1997) *Conformity and Conflict: readings in cultural anthropology*, New York, etc: Longman, 409 p.
- STOLEROFF, A.** (1996) *Sociologia e a Gestão de Recursos Humanos, Organizações e Trabalho*, n°15, Junho, pp.105-113

- STEWART, F.** et al. (eds.) (1992) *Alternative Development Strategies in SuSaharan Africa*, Houndmills, etc: The MacMillan Press Ltd., 468 pp.
- THORSEN, D.** (2002) " «We Help our Husbands!»: negotiating the household budget in rural Burkina Faso", *Development and Change*, vol.33 (1), pp. 129-146
- TORRES, A.** (1998) *Horizontes do Desenvolvimento Africano no Limiar do Século XXI*, Lisboa: Vega Editora, 265p.
- TOURAINÉ, A.** (1988) Modernités et Specificités Culturelles, *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 118, 497-511
- TOURÉ, A.** (1985) *Les Petits Métiers à Abidjan: l'imagination au secours de la conjoncture*, Paris: KARthala, 290p.
- TOURE, M. & FADAYOMI, T.O.** (eds.) (1992) *Migrations, Development and Urbanization Policies in Subsaharan Africa*, Dakar: CODESRIA, 305p.
- TRAORE, A.** (1993) Crise de la Solidarité en Afrique, in: CHASTELAND, J.-C. et al. (eds.) *Politiques de Développement et Croissance Démographique Rapide en Afrique, Actes de la Conférence Internationale "Développement et Croissance Rapide: regards sur l'avenir de l'Afrique"*, INED: Congrès et Colloques, n°13, pp.235-240
- TSIKA, J.**, "Entre l'Enclume Étatique et le Marteau Familial: l'impossible envol des entrepreneurs au Congo", in: ELLIS et al. (dir.) *Entreprises et Entrepreneurs Africains*, Paris: Karthala/ORSTOM, pp.251-265
- VALLÉE, O.** (1992) *Les Entrepreneurs Africains: rente, secteur privé et gouvernance*, Paris: Syros-Alternatives, 259p.
- VAN VELSEN, J.** "The Extended Case Method and Situational Analysis", in: EPSTEIN, A.L. (dir.) *The Craft of Social Anthropology*. Londres, Tavistock, 1967, pp. 129-152.
- VASCONCELOS, P.A.** (1998) Les Racines du Travail Informel Urbain au Brésil, *Espaces et Sociétés*, n°92/93, pp.195-213
- VENNETIER, P.** (1991) *Les Villes d'Afrique Tropicale*, Paris, etc: Masson, 244p.
- WALLERSTEIN, I. & SMITH, J.** (1992) "Household as an Institution of the World Economy", in: SMITH, J. & WALLERSTEIN, I. (eds.) *Creating and Transforming Households: the constraints of the world economy*, Cambridge: Cambridge University Press & Éditions de la Maison de l'Homme, pp.3-25
- WALRAVEN, K.** (2002) Social Stratification, History and Democratisation: some comparative reflections on Europe and Africa, comunicação apresentada na conferência AEGIS *Changing Patterns of Politics in Africa*, Lisboa: ISCTE, 25 a 27 de Setembro, 18p.
- WARNIER, J.-P.** (1993a) *L'esprit d'entreprise au Cameroun*, Paris: Karthala, 307p.
- WARNIER, J.-P.** (1993b) "L'Économie Politique de la Sorcellerie en Afrique Centrale" in: GOSSELIN, G. (dir.) *Les Nouveaux Enjeux de l'Anthropologie*, Paris: L'Harmattan, pp.259-271
- WATSON, T. J.** (1994) *In Search of Management: culture, chaos and control in managerial work*, London, etc: Routledge, 242 p.
- WHITEHEAD, A.** (2000) "Continuities and Discontinuities in Political Construction of the Working Man in Rural Subsaharan Africa: the «lazy» man in African agriculture", *The European Journal of Development Research*, vol.12 (2), pp. 22-49

**WOOD**, C.H. (1981) Structural Changes and Household Strategies: a conceptual framework for the study of rural migration, *Human Organization*, 40 (4), pp.338-344

**WRIGHT**, S. (1994) "Culture" in Anthropology and Organizational Studies in: WRIGHT, S. (ed.) *Anthropology of Organizations*, London, etc: Routledge, pp.1-31

**ZEITLIN**, M.F. et al. (1995) Strengthening the Family: implications for international development, Tokyo, etc: United Nations University Press, <http://www.unu.edu/unupress/unupbooks/uul3se/uul3se00.htm>

### **Referências sobre Angola**

**AASA** (1997) N'Gola: Revista de Estudos Sociais, nº1:1, 330p.

**ACORD** (1994) Angola: Reabilitação e Desenvolvimento Participativo de Comunidades Peri-Urbanas de Luanda, ANG 03, 20p.

**ADRA** et al. (1993) Pobreza e Crise Social em Angola: relatório final do Workshop da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Banco Mundial e Secretaria do Estado do Planeamento, Luanda: ADRA, 26p.

**AFRICAN DEVELOPMENT BANK** (1998) Human Capital Development – African Development Report, African Development Bank, Oxford University Press, 22p.

**AGUILAR**, R. (1992) "Gender Effects Of Structural Adjustment In Luanda", Department of Economics, University of Gothenburg, 70p.

**AGUILAR**, R. & **STENMAN**, A (1996) "Angola 1996: hyper-inflation, confusion and political crisis", *Macroeconomic Studies*, 11, Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, 50p.

**AGUILAR**, R. & **STENMAN**, A. (1995) "Angola 1995: let's try again", *Macroeconomics Studies*, 1995:62, Stockholm: Swedish International Development Cooperation Agency, 54p.

**AIP** (1992) Angola e Namíbia: estudo de oportunidades para as empresas industriais portuguesas, Lisboa: AIP, 160p.

**ALEXANDRE**, J. (1997) Luanda e as suas Comunidades: relações sociais e interétnicas, tese de mestrado em Antropologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 190p.

**ALMEIDA**, A. P. (1997) Reabilitação e Expansão da Rede Urbana de Luanda, tese de mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 171p.

**ALMEIDA**, M. C.F. (1993) Migrações Forçadas e Dinâmica Demográfica: o caso particular de Angola, tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa, 649p.

**AMADO**, F. & **MUANAMOHA**, R. (2003) Dinâmicas do Crescimento Populacional em Luanda e Maputo, in: OPPENHEIMER, J. & RAPOSO (org.) *Subúrbios de Luanda e Maputo, relatório síntese do projecto Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsA, pp.33-61

**AMADO**, F. (1994) As Condições de Sobrevivência da População Pobre em Angola, policopiado, Luanda, 30p.

- AMADO, F.** et al. (1992) "A Urbanização e Desurbanização em Angola", *Cadernos de População e Desenvolvimento*, vol.1 (1), pp.57-91
- AMARAL, I.** (1996) "Notas em Torno de uma Bibliografia e de um Dicionário Histórico (com bibliografia) de Angola Recentemente Publicados em Língua Inglesa", *Garcia de Orta*, Série Geografia, 15 (2), pp.131-140
- AMARAL, I.** (1984) "Luanda em Meados do Século XIX Revelada num Texto de 1848", *Separata Garcia de Orta*, Série Geografia, 9 (1-2), pp.1-16
- AMARAL, I.** (1983) "Luanda e os seus Muceques: problemas de geografia urbana", *Finisterra*, 18 (36), pp.293-325
- AMARAL, I.** (1978) "Contribuição Para o Conhecimento do Fenómeno de Urbanização em Angola", *Separata Finisterra*, vol.XIII, nº25, pp.43-76
- AMARAL, I.** (1968) "Luanda: estudo de geografia urbana", *Memórias da Junta de Investigação do Ultramar*, nº53, 152p.
- AMARAL, I.** (1962) "Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola", Junta de Investigação do Ultramar, *Estudos, Ensaios e Documentos*, nº97, 99p.
- AMARAL, I. & CARNEIRO, L.**(1987) "Notas e Recensões: publicações recentes sobre cidades em África", *Garcia de Orta*, Série Geografia, 12 (1-2), pp.67-82
- ANDRADE, H.** (1994) Women, Poverty and the Informal Sector in Luanda's Peri-Urban Areas, Luanda: Development Workshop, 9p.
- ANSTEE, Margaret J.** (1996) Orphan of the Cold War: the inside story of the collapse of the angolan peace process (1992-93), Porto: Campo das Letras Editores, 709p.
- ANSTEE, M. J.** (1993) "Angola: the forgotten Tragedy: a test case for UN-peace keeping", *International Relations*, London, 11 (6): 495-511
- AREIA, M.L.R.** (1984) Angola: bibliografia antropológica, 165p.
- BANCO MUNDIAL & CERFE** (1999) Action-Research on Urban Poverty in Harare, Johannesburg and Luanda: final report, Washington, 322p.
- BANCO DE PORTUGAL/DRI** (1997) Evolução Das Economias Dos PALOP, Relatório Intercalar: Angola, pp.15-23+anexos
- BENDER, G.** (1983) "The Continuing Crisis In Angola", *Current History*, 82, nº482, 124-125, 128-138
- BENDER, G.** (1978) Angola Under The Portuguese: the myth and the reality, London: Heinemann Educational, 287p.
- BENDER, W. & HUNT, S.** (1991) The Luanda Household Budget and the Nutrition Survey, 4 Working Papers: 1 - Poverty and Food Insecurity in Luanda; 2 - Short and medium term Options for the Alleviation of Poverty in Luanda; 3 - Options for Streamlining Consumer Subsidies; 6 - Monitoring the Impact of Structural Adjustment in Luanda, Ministério do Plano / UNICEF / University of Oxford (Food Studies Group), Luanda, 68 p., 27 p., 24 p., 10 p. (policopiado)
- BETTENCOURT, J. S.** (1965) "Subsídio para o Estudo Sociológico da População de Luanda", *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 2 (1): 83-130

**BIRMINGHAM, D.**(1991) "O Carnaval em Luanda", *Análise Social*, vol.26, nº111, pp.417-429

**BRAVO, M.** (org.) (1996) Angola: transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento, Lisboa: Hugin Editores, 184p.

**BRITAIN, V.** (1998) Morte da Dignidade: a guerra civil em Angola, Lisboa: Dom Quixote, 187p.

**CABRITA, H.** (1954) "Aspectos Humanos e Sociais da Industrialização da África Portuguesa: princípios e perspectivas", Separata nº340 do *Boletim Geral do Ultramar*, 31p.

**CAHEN, M.** (1989a) (dir.), ("Vilas et "Cidades") Bourgs et Villes en Afrique Lusophone, l'Harmattan, Paris, pp. 9-17.

**CAHEN, M.** (1989b) "Syndicalisme Urbain, Luttés Ouvrières et Questions Ethniques à Luanda: 1974-1977/1981", in CAHEN, M.(dir.), ("Vilas et "Cidades") Bourgs et Villes en Afrique Lusophone, l'Harmattan, Paris, pp. 200-279

**CAHEN, M.** (1989c) "Villes Africaines en Microscope", *Cahiers d'Études Africaines*, número spécial, XXI, pp.81-83

**CAHEN, M. & MESSIANT, C.** (1989) "Luttés Politiques, Tensions Sociales et Cultures Ethniques: Luanda, de la lutte antiportugaise aux agressions sud-africaines. Introduction", in: CAHEN, M.(dir.), ("Vilas et "Cidades") Bourgs et Villes en Afrique Lusophone, l'Harmattan, Paris, pp. 121-124

**CALADO, J.C.** (1998) A Emergência do Empresariado em Angola: motivações e expectativas, Luanda: Luanda Editora, 200p.

**CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL-ANGOLA** (1998) Monografia de Angola, Cadernos Económicos Portugal-Angola, 10, 115p.

**CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA PORTUGAL-ANGOLA** (1991) Redimensionamento do Sector Empresarial do Estado Angolano, 121p.

**CARNEIRO, L.** (1987) "A propósito do Recenseamento de Luanda de 1983: novos aspectos geográficos", *Garcia de Horta*, Série de Geografia, vol. 12 (1-2), pp. 41-66.

**CARREIRA, A.** (1977) Angola: da Escravatura ao Trabalho Livre: subsídios para a história democrática do Século XVI até à independência, Lisboa: Arcádia, 176p.

**CARVALHO, A. & LAUDARI, C.** et al. (1996) Characteristics of Contraceptive Acceptors in Luanda, Angola, *African Journal of Fertility, Sexuality and Reproductive Health*, vol.1,2, pp.109-114

**CARVALHO, P.** (2002) Angola: quanto tempo falta para amanhã: reflexões sobre as crises política, económica e social, Oeiras: Celta, 189p.

**CARVALHO, R. D.** (1997a) A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita: fitas, textos e palestras, Luanda: INALD, 171p.

**CARVALHO, R. D.** (1997b) "Para a Definição de uma Área Sócio-Cultural Ambundo" in: CARVALHO, R.D. A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita...: fitas textos e palestras, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, pp.123-131

**CARVALHO, R. D.** (1997c) "A Propósito Do Que Não Se Sabe Sobre Os Musseques De Luanda" in: CARVALHO, R.D. A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita...: fitas textos e palestras, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, pp.133-139

**CARVALHO, R. D.** (1997d) "Fecundidade, Maternidade, Crises Sociais e Bloqueamentos Culturais" in: CARVALHO, R.D. A Câmara, a Escrita e a Coisa Dita...: fitas textos e palestras, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, pp.133-139

**CARVALHO, R. D.** (1995) "Crónica de Luanda: o direito à exigência", *Lusotopie*, nº3, pp.361-363

**CARVALHO, R. D.** (1989) Ana a Manda: os filhos da rede – identidade colectiva, criatividade social e produção da diferença cultural – um caso Muxiluanda. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 354 p.

**CASTRO, A.** (1978) O Sistema Colonial Português em África (meados do século XX), Lisboa: Caminho, 434p.

**CASTRO HENRIQUES, I.** (1997) Percursos da Modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 836p.

**CASTRO HENRIQUES, I.** (1996) "Comércio e Empresários Africanos em Angola na 2ª Metade do Século XIX" *Economia Global e Gestão*, 1/96, pp. 55-74

**CASTRO HENRIQUES, I.** (1993) "Intérference du Religieux dans L'organisation du Commerce en Angola au XIX Siècle", in: CHRÉTIEN, J.-P. et al. (dir.) *L'invention religieuse en Afrique*, Paris: Karthala, pp.133-151

**CEAST** (1998) A Igreja em Angola entre a Guerra e a Paz: documentos episcopais 1974-1998, Luanda: CEAST, 431p.

**CEITA, C.** (1999) A Relação Pobreza/Abastecimento de Água/Saneamento Básico, 3ªs Jornadas Técnico-Científicas da FESA, Luanda, 20p.

**CLARENCE-SMITH, W.G.** (1983) "Capital Accumulation And Class Formation In Angola", in: BIRMINGHAM, D. & MARTIN, P.M. (eds.) *History of Central Africa*, 2, New York: Longman, pp.163-199

**COELHO, M. A.** (1994) Rupture and Continuity: the state, law and the economy in Angola (1975-1989), PhD dissertation on Law, School of Law of the University of Warwick, 2vol., I: 203p., II: 192p.

**COLAÇO, L. F. S.** (1992) Luanda: Contexto Demográfico e Desigualdades Espaciais, *Cadernos População e Desenvolvimento*, Ano I, vol.1, nº1, pp.94-122

**COLAÇO, L. F. S.** (1986) La Mortalité des Enfants à Luanda: étude exploratoire, tese de mestrado em demografia, Université Catholique de Louvain, 124 p.

**CONFRARIA, J. & BRANCO, C.**(1993) "Problemas de Curto Prazo no Desenvolvimento Industrial de Angola", Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Comunicações apresentadas na Faculdade de Economia do Porto, Vol. IV, pp.838-856

**COSME, L.** (2001) Crioulos e Brasileiros de Angola, Novo Imbondeiro, 102p.

**CONSTANTINO, K. S.** (1993) "Nupcialidade e Fecundidade em Angola", *Cadernos de População e Desenvolvimento*, Anoll, vol.2, Núcleo de Estudos da População, Ministério do Planeamento e Coordenação Económica, FNUAP/DESO, Projecto ANG/90/PO2 (vol.3), pp.81-103

**COSTA, L.** (1997) "A Sociologia em Angola: posições e proposições", *N'gola – Revista de Estudos Sociais*, I (1), pp.71-126

**COSTA, A. & RODRIGUES, C.** (2003) "Estratégias de Sobrevivência e Reprodução Social em Luanda e Maputo", in: OPPENHEIMER, J. & RAPOSO (org.) *Subúrbios de Luanda e Maputo, relatório síntese do projecto Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa, pp.131-153

**COSTA, A. & RODRIGUES, C.** (2002) "Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo", actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais "As Ciências Sociais nos Espaços da Língua Portuguesa: balanços e desafios" Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.113-122

**COSTA, A. & RODRIGUES, C.** (2001) *Estratégias de Sobrevivência de Famílias em Luanda e Maputo*, CEsa: *Estudos de Desenvolvimento*, 8, pp.69-81

**CRUZ, P. et al.** (1992) *Condições de Vida e de Trabalho em Angola: estudo de caso, relatório de um projecto realizado por alunos e docentes do I.S.C.S.P., editor s.n., policopiado, 202p.*

**CUNHA, J.M.S.** (1955) *O Trabalho Indígena: estudo de direito colonial*, 2ª ed., Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 305p.

**DAVIDSON, B.** (1972) *Angola: no centro do furacão*, Lisboa: Delfos, 460p.

**DE BOECK, F.** (2001) " 'Garimpeiro' Worlds: digging, dying and 'hunting' for diamonds in Angola", *Review of African Political Economy*, 28 (90), pp.549-562

**DE BOECK, F.** (1998) "Domesticating Diamonds and Dollars: identity, expenditure and sharing in southwestern Zaire (1984-1997) ", *Development and Change*, 29 (4), pp.777-810

**DEVREUX, S. & HUNT, S.** (1991) *The Luanda Household Budget and Nutrition Survey, Working Paper 5 – Strategic Options for Health Service Provision in Luanda*, Ministério do Plano / UNICEF / University of Oxford (Food Studies Group), Luanda, 24 p.

**DIAS, J. R.** (1989) "Relações Económicas e de Poder no Interior de Luanda Ca. 1850-1875", in: 1ª reunião Internacional de História de África: Relações Europa-África no 3º Quartel do século XIX, Instituto de Investigação Científica Tropical, CEHCA, Lisboa, pp. 241-258

**DIAS, J. R.** (1984) "Uma Questão De Identidade: respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, pp.61-63

**DILOLWA, C.R.** (1978) *Contribuição à História Económica de Angola*, 1ª ed., Luanda: Imprensa Nacional, 377p.

**DUCADOS, H. & FERREIRA, J.** (1998) *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica da Mulheres em Angola: a Kixikila no município do Sambizanga (Luanda)*, *Documentos de Trabalho*, nº53, CEsa, 16p.

**DW** – Development Workshop (1999) Community Based Solid Waste Management in Luanda's Musseques: a case study, Occasional Papers 1, 40p.

**DW** – Development Workshop (1995) Water Supply and Sanitation in Luanda: informal sector study and beneficiary assessment, Luanda: Development Workshop, 34p.

**DW** – Development Workshop (1987) "Summary of Some Socio-Economic Data on The Sambizanga Pilot Programme Area Gathered In 1985 And 1986", Development Workshop, 27p.

**EASTERMANN**; Carlos (1983) Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro): colectânea de artigos dispersos, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 483 p.

**EIU** (1996) Angola: country profile 1995-6, London: the Economist Intelligence Unit, 60p.

**ESCARTIN**, N. Lopez (1992) "Angola: les données de base sur la population", *Les Dossiers du CEDEP* (Centre pour l'Étude de Développement et Population), nº2, 11p.

**FERREIRA**, M. E. (1999) Indústria e Guerra (Angola, 1975-1991), Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 582p.

**FERREIRA**, M.E. (1995) La Reconversion Économique de la Nomenclatura Pétrolière, *Politique Africaine*, 57, pp.11-26

**FMI** (2000) Angola: recent economic developments

**FMI** (1997) Angola: recent economic developments

**FONSECA**, A. (1984) Sobre os Kikongos de Angola. São Paulo: Edições 70, 118 p.

**GAMITO**, A. et al. (eds.) (1996) A Family of the Musseque: survival and development in postwar Angola, Africa Policy Information Center, 160 p.

**GMCVP-INE** (1999) Inquérito sobre a Disposição e Capacidade no Pagamento dos Serviços Sociais Básicos (saúde, água, educação), Luanda: INE, 85p.

**GMCVP-INE** (1998) Nota da Pobreza, Luanda: INE, 18p.

**GONZAGA**, N. (1968) Angola: petite monographie, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 298p.

**GPL** – Governo da Província de Luanda (1998) Programa de Acção da Província, 38p.

**GPL** – Governo da Província de Luanda (2000) Carta Estratégica para a Redefinição da Divisão Administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo, 21p.

**GRASSI**, M. (1998) "A Mulher Empresária Angolana e a sua Importância no Desenvolvimento do País", *Economia Global e Gestão*, 1, pp.209-226

**GRASSI**, M. (1997) O papel da mulher empresária angolana: contributo para uma reflexão, tese de mestrado em Desenvolvimento Social e Económico em África, Lisboa: ISCTE, 144p.

**GRAVE**, M. et al. (1997) A Pobreza Urbana e Peri-Urbana, Workshop sobre Comunidades e Instituições na Perspectiva do Pós Guerra, Luanda: INE, 40p.



**GUERRA, H.** (1988) Angola: estrutura económica e classes sociais, Luanda: União dos Escritores Angolanos, 6ª ed., 158p.

**HART, K. & LEWIS, J.** (1994) Why Angola Matters: report of a conference held at Pembroke College, Cambridge: African Studies Centre, University of Cambridge, 192p.

**HEIMER, F.-W.** (1983) "Sobre a Articulação dos Modos de Produção em Angola: uma nota metodológica", *Análise Social*, ano 19, nº77-79, pp.1089-1100

**HEIMER, F.-W.** (1981) "Angola a Partir de 1900: um balanço crítico das pesquisas em Ciências Sociais", *Estudos de Economia*, vol.1, nº2, pp.181-195

**HEIMER, F.-W.** (1980) O Processo de Descolonização em Angola (1974-1976), CEDEP, Lisboa: A Regra do Jogo, 164p.

**HEIMER, F.-W.** (ed.) (1972) Social Change in Angola, Munique: Weltforum Verlag, 284p.

**HILL, H.** (1992) "Concrete and Clay: Angola's pararel city", *Africa South*, nº22, pp17

**HODGES, A.** (1996) "O Desafio Do Pós-Guerra: reintegração sócio-económica de deslocados, refugiados e soldados desmobilizados", in: BRAVO, M. (org.) Angola: a transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento, Hugin, pp.99-115

**HODGES, T.** (2001) Angola: from afro-stalinism to petro-diamond capitalism, Bloomington: Indiana University Press, 201p.

**HUNT, S.** (1991) The Luanda Household Budget and the Nutrition Survey, Working paper 4 – The reorganization of Public Sector Employment in Luanda: options and implications for poverty, Ministério do Plano / UNICEF / University of Oxford (Food Studies Group), Luanda, 13p.

**HURLICH, S.** (1990) Formal and Informal Community Structures in the Comuna of N'Gola Kiluange: a preliminary study, Luanda: Development Workshop, 25p.

**IDR – Índice de Despesas e Receitas dos Agregados** (2001), Luanda: INE

**IDR – Índice de Despesas e Receitas dos Agregados** (1990), Luanda: INE

**INE** (1998a) Índice da Produção Industrial

**INE** (1998b) Painel de Empresas, 28p.

**INE** (1997a) Síntese das Principais Variáveis: Indústria, 49p.

**INE** (1997b) Classificação das Actividades Económicas em Angola, 188p.

**INE** (1996) Perfil Estatístico Económico e Social 1992-1996, 178p.

**INE & GMCVP** (1996) Perfil da Pobreza em Angola, Luanda: INE-GMCVP, 96p.

**JORGE, M.** (1998) Para Compreender Angola, Lisboa: Dom Quixote, 296p.

**KAJIBANGA, V.** (1999) A Sociologia da Cultura Africana na Obra de Mário Pinto de Andrade, *Studia Africana*, nº1, pp.123-141

**KASACK, S.** (1996) "Os Musseques de Luanda: problemas do desenvolvimento urbano", *Garcia de Orta*, Série de Geografia, Lisboa, nº 15 (1), pp. 65-78.

**KAVULA, M.** (1999) *Luanda: à la découverte de la vieille ville*, Luanda: Alliance Française, 31p.

**KIAMPUKU, M.** (1996) *Os Efeitos Sócio-Económicos da Ajuda Alimentar em Meio Urbano e no Contexto da Guerra: o caso de Luanda*, Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG/UTL, Lisboa, 117p.

**KRANTZ, L.** (1984) *A Pesca Artesanal em Angola: estudo socio-económico do apoio sueco à pesca artesanal em angola*, Estocolmo: Universidade de Estocolmo, Instituto de Antropologia Social, Secção de Estudos da Problemática do Desenvolvimento, 71p.

**LIMA, M.** (1989) *Os Kiaka de Angola*, Lisboa: Edições Távola Redonda, 2vol., 221 p.

**LOPES, C.** et al. (2003) *A Economia de Luanda e Maputo, olhares cruzados*, in: OPPENHEIMER, J. & RAPOSO (org.) *Subúrbios de Luanda e Maputo, relatório síntese do projecto Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsA, pp.63-98

**LOPES, C.** (2001) *Luanda, cidade informal? Estudo de caso sobre o bairro Rocha Pinto*, CEsA: *Estudos de Desenvolvimento*, 8, pp.25-40

**LUKOMBO, J. B.** (1997) "Comunidades e Instituições Comunitárias em Angola na Perspectiva do Pós-Guerra: o caso das populações de origem Bakongo "regressadas" da ex-República do Zaire e fixadas no tecido peri-urbano luandense", *Ngola – Revista de Estudos Sociais*, Luanda, nº 1, pp. 251-278.

**MABEKO-TALI, J.**(1900) « Congolese », « Congolese », « Zairenses »: l'immigration centre-africaine et la problématique identitaire angolaise, policopiado, 12p.

**MABEKO-TALI, J.** (1997) *L'Interminable Transition Angolaise et les Multiples Dangers de l'Incertitude Politique*, Lusotopie, pp.87-103

**MABEKO-TALI, J.** (1995) *La Chasse aux Zairois à Luanda*, *Politique Africaine*, 57, pp.71-84

**MAIA, R.** (1997) *A Privatização da Indústria de Angola: vantagens e riscos*, Luanda, 147p.

**MANUEL, R.** (1998) *Figuras e Mujimbisses: crónicas de uma cidade*, Luanda: editorial Kilombelombe Lda, 175p.

**MAPESS** – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (2000) *Levantamento das Necessidades de Formação Profissional para o Emprego e Auto-emprego: sectores formal e informal da economia*, Luanda: MAPESS, 121p.

**MAPESS** – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1999a) *Perfil dos Recursos Humanos na Administração Pública*, Luanda: MAPESS, 48p.

**MAPESS** – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1999b) *Colectânea de Legislação sobre Segurança Social*, Luanda: MAPESS, 458p.

**MAPESS** – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1998a) *Colectânea de Legislação do Trabalho – 1991-97*, IIIvol., 499p.

**MAPESS** – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (1998b) Comunicações do 1º Encontro Nacional sobre Organização e Valorização dos Recursos Humanos do Sector Empresarial, Luanda, 20p.

**MATOS**, J. N. (1944) Memórias e trabalhos da minha vida: factos, acontecimentos e episódios que a minha memória guardou, conferências, discursos e artigos e suas raízes no passado, 4 vol., Lisboa, Ed. Marítimo-Colonial, Lda.

**MENDES**, M. C. (1988) "Slum Housing in Luanda, Angola: problems and possibilities", in: OBUDHO, R. & MHLANGA, C. C. (ed.) Slum and Squatter Settlement in Sub-Saharan Africa, New York: Praeger, pp. 231-243.

**MESSIANT**, C.(1998) "Chez Nous, Même le Passé est Imprévisible", *Lusotopie: Les Protentatismes en Lusophonie Catholique*, Paris, etc: Karthala, pp.157-197

**MESSIANT**, C. (1995a) "Avant-Propos: l'Angola dans la guerre", *Politique Africaine*, 57, pp.3-9

**MESSIANT**, C. (1995b) "Transitions en Afrique Lusophone", *Lusotopie: Transitions Libérales en Afrique Lusophone*, Paris: Karthala, 181-212

**MESSIANT**, C. (1994) "Angola: les voies de l'ethnisation et de la décomposition (1ère partie) – de la guerre à la paix (1975-1991) ", *Lusotopie*, 1-2, pp.155-210

**MESSIANT**, C. (1989) "Luanda, 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste", in CAHEN, M.(dir.), ("Vilas et "Cidades") Bourgs et villes en Afrique Lusophone, Paris, L'Harmattan, pp. 125-199.

**MEYNS**, P. (1984) "O Desenvolvimento da Economia Angolana a Partir da Independência: problemas de reconstrução nacional", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº2, pp.121-161

**MICS** – Inquérito de Indicadores Múltiplos (2001), Luanda: INE – UNICEF, resultados preliminares, policopiado

**MICS** – Inquérito de Indicadores Múltiplos (1997), Luanda: INE (GMCVP) – UNICEF, 136p.

**MILHEIROS**, M. (1951) Etnografia Angolana: esboço para um estudo etnográfico das tribos de Angola, *Mensário Administrativo de Angola*, 220p.

**MILLER**, J. C.(1995) Poder Político e Parentesco: os antigos estados Mbundo em Angola, Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 308p.

**MINGAS**, A. (2000) Interferência do Kimbundu no Português Falado em Luanda, Luanda: Chá de Caxinde, 106p.

**MINISTÉRIO DA CULTURA** (1996) *Fontes e Estudos*, Revista do Arquivo Histórico Nacional, nº3, 227p.

**MINISTÉRIO DA CULTURA** (1995) *Fontes e Estudos*, Revista do Arquivo Histórico Nacional, nº2, 121p.

**MINISTÉRIO DA CULTURA** (1994) *Fontes e Estudos*, Revista do Arquivo Histórico Nacional, nº1, 118p.

**MINISTÉRIO DO PLANO-UNICEF** (1990) Inquérito sobre as Despesas e Receitas dos Agregados Familiares em Luanda: protegendo os pobres e os que sofrem de insegurança

alimentar em Luanda, Luanda: Ministério do Plano/UNICEF, com a colaboração do Food Studies Group da Universidade de Oxford, 16p.

**MONTEIRO**, R. L. (1973a) A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo, Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 492 p.

**MONTEIRO**, R. L. (1973b) "From Extended to Residual Family: aspects of social change in the musseques of Luanda", in: HEIMER, F.-W.(ed.) Social Change in Angola, Munique: Weltforum-Verlag, pp.211-233

**MORAIS**, J. & **PACHECO**, F. (1991) Diagnóstico das Associações de Camponeses em Angola: províncias de Huíla, Huambo e Malanje, Luanda: Association pour la cooperation, recherche et developpement (ACORD); Acção para o desenvolvimento rural e ambiente (ADRA), 78 p.

**MORICE**, A. (1985a) "Commerce Parallèle et Troc à Luanda", *Politique Africaine*, 17, pp.105-120

**MOURÃO**, F. A. A. (1997) "Configuração dos Núcleos Humanos de Luanda, do Século XVI ao Século XX", Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola, Luanda de 3 a 6 de Abril de 1995, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, pp. 109-225.

**MUSEU NACIONAL DA ESCRAVATURA-MINISTÉRIO DA CULTURA** (1997) A Abolição do Tráfico e da Escravatura em Angola, Documentos, 47p.

**NETO**, M.C. (1997a) Entre a Tradição e a Modernidade: os Ovimbundo do planalto central à luz da história, *N'gola – Revista de Estudos Sociais*, I (1), pp.193-215

**NETO**, M.C. (1997b) "Ideologias, Contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX", *Lusotopie*, pp. 327-359

**OMA** – Organização das Mulheres Angolanas (1983) A Mulher e a Família, Luanda: Organização das Mulheres Angolanas – OMA, 27 p.

**NETO**, M.C. (1996) "O Luso, o Trópico...eos Outros (Angola, c.1900-1975) ", Actas da II Reunião Internacional de História de África, pp.117-122

**NETO**, S.S.R. (2001) A Integração Social dos Regressados em Luanda, tese de Mestrado em Sociologia do Território, Lisboa: ISCTE, 93p.

**PACHECO**, F. (1997) "As Ciências Sociais em Angola: ponto da situação, *N'gola – Revista de Estudos Sociais*, I (1), pp.33-69

**PACHECO**, F. (1991) Agricultura e Sociedade Rural na Angola dos Anos 60: o caso de Malanje – subsídios para a compreensão dos sistemas agrários em presença, (s.l.), 66 p.

**PÉCLARD**, D. (1999) "Amanhã para ser Homem: missions chrétiens et formation du sujet colonial en Angola central au XXème siècle", *Politique Africaine*, 74:113-129

**PEREMP** – Programa de Estabilização e Recuperação Económica a Médio Prazo, 1998-2000, Diário da República de 29 de Maio de 1998, I Série, nº24, pp.225-315

**PIGVMN** – Programa Indicativo do Governo para a Valorização da Mão-de-obra Nacional (aprovado em Conselho de Ministros em 27/4/2001), 23p.

**PNUD** (2000) Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola

**PNUD** (1999) Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola

**PNUD** (1998) Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola

**PNUD** (1997) Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola

**QUEIROZ, F.** (1996) "O Sector Não-Oficial de Economia e a sua Importância para o Desenvolvimento Económico e Social de Angola (perspectiva jurídico-económica) ", in: BRAVO, M., (org.) Angola: a transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento, Hugin, pp.149-166

**QUINA, C. & HENRIQUES, A.**(1997) "Relatório de Angola", in: MSSS, A acção de solidariedade social das ONG's dos PALOP, ACEP, Lisboa, 28p.

**RAMUNDO, P.** (org.) (1991) Luanda: progettare per la ricostruzione – la cooperazione universitaria in Angola, Roma: Gangemi Editori, 188p.

**RAPOSO, I. & SALVADOR, C.** (2003) "Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio. Urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo" in: OPPENHEIMER, J. & RAPOSO (org.) Subúrbios de Luanda e Maputo, relatório síntese do projecto *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa, pp. 99-130

**RAPOSO, I. & SALVADOR, C.** (2000) Há Diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, CEsa: *Estudos de Desenvolvimento*, 8, pp.83-107

**REDINHA, J.** (1975) Distribuição Étnica de Angola, Luanda: Fundo de Turismo e Publicidade, 9ª ed., 35p.

**RELA, J.M.** Zenha (1992) Angola: entre o presente e o futuro, Lisboa: Escher, 494p.

**ROBSON, P.** (1997) Estudo nas Zonas Peri-Urbanas de Luanda, Workshop Comunidades e Instituições Comunitárias na Perspectiva do Pós-Guerra, policopiado, Luanda: Development Workshop, 56p.

**ROBSON, P. & ROQUE, S.** (2002) "Aqui na Cidade Nada Sobra para Ajudar". Buscando a Solidariedade e a Acção Colectiva em Bairros Periurbanos de Angola, DW: Occasional Papers, nº3, 180p.

**ROCHA, M. J. A.** (1999) Angola: estabilização, reformas e desenvolvimento, Luanda: LAC, 297p.

**ROCHA, M.J.A.** (1998) Emprego e Crescimento Económico: algumas contribuições para o seu estudo em Angola, Luanda: Encontro Nacional sobre o Emprego em Angola: realidades, perspectivas e políticas, MAPESS, 36p.

**ROCHA, M.J.A.** (1997) Economia e Sociedade em Angola, Luanda: LAC, 237p.

**RODRIGUES, C.** (2003a) Estratégias de Sobrevivência e Reprodução de Famílias em Luanda, relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa

**RODRIGUES, C.** (2003b) Recomposição Social em Luanda e Urbanização: relatório da análise sociológica, relatório do projecto de investigação *Urbanização Acelerada em Luanda e Maputo: impactos da guerra e das transformações socioeconómicas (anos 80-90)*, Lisboa: CEsa

- RODRIGUES, C.** (2003c) "Empresas em Luanda: trabalhadores assalariados e estratégias de sobrevivência", in: CASTRO HENRIQUES, I. (org.) *Novas Relações com África: que perspectivas*, Lisboa: Vulgata, pp.441-451
- RODRIGUES, C.** (2002a) "Empresa e Reprodução: contributos de um caso angolano", *África Debate*, 3, pp.122-129
- RODRIGUES, C.** (1997) *Empresa e Reprodução: contributos de um caso angolano*, tese de mestrado em Estudos Africanos, Lisboa: ISCTE, 162p.
- RODRIGUES, C. & SALVADOR, C.** (2000) "Luanda: o quotidiano nos musseques", *Cidades*, UCCLA, pp.20-26
- SANTOS, A. S.** (1970) "Aspectos de Alguns Costumes da População Luandense", *Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 7(2), pp.3-19
- SANTOS, A. S.** (1967) "Quitandas e Quitadeiras de Luanda", *Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 4(2), pp.89-112
- SANTOS, J. A.** (1970) *Páginas Esquecidas da Loanda de há Cem Anos*, 5vol., Luanda: Câmara Municipal de Luanda, 503p., 331p., 440p., 472p., 524p.
- SANTOS, J. A.** (1995) "Uma Cidade com Sede", Lisboa: *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, 35, pp.267-305
- SANTOS, M.** (1973) *Primeiras Letras em Angola*, Luanda: Câmara Municipal de Luanda, 503p.
- SCHAEDLER, K.-F.** (1982) *Education in na Urban environment as Opposed to Life in Rural Conditions: a problem of urbanization – the case of Luanda and the ovimbundo*, Los Angeles: African Studies Association, 23p.
- SOMMERVILLE, K.** (1986) *"Angola: politics, economics, and society"*, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 20p.
- SOUSA, M. A.**(1997) *Sector Informal de Luanda: contribuição para um melhor conhecimento*, Luanda: BNA, 51p.
- SOUSA, M. A. et al.** (1996) *Perfil da Pobreza em Angola*, Instituto Nacional De Estatística, Gabinete de Monotorização das Condições de Vida da População, Luanda, 96p.
- TORRES, A.** (1989a) "Le Processus d'Urbanization de l'Angola Pendant la Période Coloniale (Années 1940-1970) " in: CAHEN, M. (dir.) «Vilas e Cidades» *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris: L'Harmattan, pp.98-117
- TORRES, A.** (1989b) *Legislação do Trabalho nas Colónias Africanas no 3º Quartel do Século XIX: razões do fracasso da política Liberal Portuguesa*, Actas da I Reunião Internacional de História de África Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical, pp. 65-80
- TVEDTEN, I. et al. (eds.)** (1997) *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction (Nations of the Modern World. Africa)*, Westview Press, 192 p.
- UNICEF** (1991) "Luanda: dados básicos", Angola: dados básicos, Luanda, pp.108-113
- URLICH, S.** (1992) *Mulheres no Desenvolvimento: Angola – análise genérica do país*, (Volume I) Luanda: Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional - ASDI; Ler & Escrever, 124 p.

**VALENTE, A. & D'OLIVEIRA, J.** (1966) Alguns Aspectos Socioeconómicos da Ilha do Cabo (Luanda), *Separata do Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, 3 (2): 261-286

**VAN-DÚNEM, D. & SILVA, R.B.** (1979) Breves Notas sobre a Integração Cultural em Angola, 18p.

**VENÂNCIO, J.** (1996) A Economia de Luanda e Hinterland no Século XVII: um estudo de sociologia histórica, Lisboa: Editorial Estampa, 227p.

**VENÂNCIO, M.** (1994) Angola and Southern Africa: the dynamics of change, in: RICH, P. (ed.) *The Dynamics of Change in Southern Africa*, St. Martins Press, pp.175-198

**VICENTE, S.** (1995) *Cultura e Incultura Angolana*, Luanda: edição do autor e UEA, 135p.

**VIEGAS, F.** (1998) *Panorama Religioso em Angola: dados estatísticos (1987-1997)*, Luanda: edição da autora, 23p.

**WANG, S.-A.** (1994) *As Identidades Sociais da Angola Urbana através de Luandino Vieira e Pepetela nas Obras "Nós Os do Makulusso" E "A Geração Da Utopia"*, tese de mestrado em Literatura e Cultura do Países Africanos de Expressão Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa, 172p.

**YOUNG, T.** (1988) "The Politics of Development in Angola and Mozambique", *African Affairs*, London, 87, nº 347, pp.165-84

**ZANGUI, Manuel** (1997) *Bases para o Ordenamento Físico do Território: o caso de Angola: conceitos e reflexões*, tese de mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Universidade Técnica de Lisboa, 98p.